



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
Instituto de Economia

**A JUVENTUDE NORDESTINA E A CRISE SOCIAL  
CONTEMPORÂNEA: SITUAÇÃO OCUPACIONAL  
DOS JOVENS DO NORDESTE – 1981-2002**

**Ana Carmen Navarro de Moraes**

Dissertação de Mestrado apresentada  
ao Instituto de Economia da UNICAMP  
para obtenção do título de Mestre em  
Ciências Econômicas, sob a  
orientação do Prof. Dr. Waldir José de  
Quadros.

*Este exemplar corresponde ao original da  
dissertação defendido por Ana Carmen  
Navarro de Moraes em 13/03/2009 e  
orientada pelo Prof. Dr. Waldir José de  
Quadros.*

CPG, 13/03/2009

A handwritten signature in blue ink, appearing to read "W. Quadros", is written over a horizontal line.

Campinas, 2009

**Ficha catalográfica elaborada pela biblioteca  
do Instituto de Economia/UNICAMP**

M791j	<p>Moraes, Ana Carmen Navarro de. A juventude nordestina e a crise social contemporânea: situação ocupacional dos jovens do nordeste – 1981-2002 / Ana Carmen Navarro de Moraes. -- Campinas, SP: [s.n.], 2009.</p> <p>Orientador : Waldir Jose de Quadros. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia.</p> <p>1. Jovens – Trabalho – Brasil, Nordeste. 2. Disparidades regionais. I. Quadros, Waldir Jose de. II. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia. III. Título.</p>
	09-008-BIE

**Título em Inglês: The Northeastern youth and the contemporary social crisis: occupational status of the northeast's youth – 1981-2002**

**Keywords: Youth – Labor market – Brazil, Northeast ; Regional disparities**

**Area de Concentração :** -----

**Titulação:** Mestre em Ciências Economicas

**Banca examinadora:** Prof. Dr. Waldir Jose de Quadros  
Prof. Dr. Marco Cicero Noce de Paulo Maciel  
Prof. Dr. Alexandre Gori Maia

**Data da defesa:** 13-03-2009

**Programa de Pós-Graduação:** Ciências Economicas

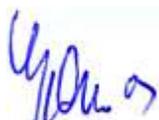
Dissertação de Mestrado

Aluna: ANA CARMEN NAVARRO DE MORAES

**“A Juventude Nordestina e a Crise Social Contemporânea: Situação  
Ocupacional dos Jovens do Nordeste – 1981-2002”**

Defendida em 13 / 03 / 2009

## COMISSÃO JULGADORA



**Prof. Dr. WALDIR JOSÉ DE QUADROS**  
Orientador – IE / UNICAMP



**Prof. Dr. MARCO CICERO NOCE DE PAULO MACIEL**  
IBGE



**Prof. Dr. ALEXANDRE GORI MAIA**  
IE/UNICAMP

Para

***Prof. Waldir** – mestre-referência  
de força, seriedade e grandeza  
Muniu-me com paciência,  
nessa luta contra mim mesma  
em busca de meu “por vir”*

## AGRADECIMENTOS

Terminar este trabalho passou a ter um significado especial para mim porque, em muitos momentos, duvidei de que tal empreitada fosse possível. Durante a interrupção de quase seis anos, tive vivências de uma grandeza difícil de descrever... Atravessei tempestades e desertos, lutando pelo nosso bem mais precioso: a VIDA! E nesta guerra, o “inimigo” estava dentro de mim e, para vencê-lo, tive de correr o risco de me destruir junto com ele. Mas sobrevivi... a um câncer já avançado, a um transplante hepático e acima de tudo a mim mesma. Sem enfrentar meus velhos e novos medos e limites, teria sido impossível essa retomada. Ao longo de todo este tortuoso processo, pude contar com o apoio e o carinho de muitas pessoas e hoje posso sentir o prazer de conjugar repetidas vezes o verbo *agradecer*.

De início, agradeço ao meu orientador, Prof. Waldir Quadros, a quem dedico esta dissertação, por toda a sua paciência e compreensão diante das minhas inúmeras crises de desânimo. Sem o seu estímulo e sua crença em mim, estou certa de que não teria conseguido vencer minhas barreiras para retomar este trabalho. Professor, obrigada por não ter me deixado desistir, pela presteza com que sempre atende às minhas dúvidas e por tudo que me ensinou dentro e fora de sala de aula.

Outra pessoa que merece a minha gratidão e o meu respeito é o prof. Gori – amigo querido e pessoa de uma generosidade ímpar. Pude contar com sua amizade, sua disponibilidade na geração da base de dados desta pesquisa e com suas valiosas orientações e sugestões. Agradeço também ao nosso amigo Vinícius, a quem tenho profunda admiração e que é para mim um verdadeiro exemplo de superação e de amor à vida. A todos os meus professores da graduação e do mestrado, devo a minha formação acadêmica. Em especial, agradeço ao Prof. Alonso, pela leitura atenta e pelos comentários oportunos feitos durante o exame de qualificação. Ao Prof. Marco Cícero, agradeço as colocações e sugestões feitas durante a defesa desta dissertação.

Às minhas queridas amigas – Carol, Dani, Elisa e Liciane – e ao meu amigo Ogata, agradeço por tudo que já compartilhamos juntos durante a nossa vivência universitária. Um agradecimento especial a Elisa, pela acolhida sempre alegre nas terras campineiras; a Carol,

pelas traduções; e aos meus colegas de mestrado, em especial ao André e ao João Emílio, com quem pude trocar idéias e experiências.

Por fim, sou grata a todos os funcionários do Instituto de Economia –IE, que sempre me trataram com carinho e torceram muito pela minha recuperação. Em especial, ao Licério do CESIT (com quem muito convivi, durante o tempo em que fui estagiária) e ao Alberto e à Cida da Secretaria Acadêmica, sempre disponíveis para esclarecer minhas dúvidas.

Quanto à minha família, devo simplesmente a minha VIDA! Cada um, a seu modo, participou de forma decisiva do que chamo de meu RENASCIMENTO.

Em primeiro lugar, agradeço a Edvaldo – meu grande amor, meu companheiro de todas as horas – pela sua capacidade de doação integral e de grandes sacrifícios. Sem a sua força, sua paciência e seu bom humor – inclusive nos momentos mais sombrios – estou certa de que não teria sido capaz de superar tanta adversidade.

Meu “muito obrigada” vai também à minha mãe, Ignez, por sua torcida e por ter conseguido superar muitos de seus limites para me ajudar; ao velho Joca, meu pai tão amado, por ter me dado um chão firme e intervalos de “sombra” para percorrer minhas novas, necessárias e ensolaradas estradas; à Clara - mais uma mãe que ganhei de presente – pela sua firmeza e por todo o amor que dedicou tão intensamente a mim; e ao Tiba – meu “vô” de 97 anos – pela sua companhia nos meus dias mais chuvosos. Ao meu único irmão, Paulinho, um grande incentivador, agradeço todo o carinho e as noites mal dormidas ao meu lado naquelas madrugadas de hospital. Através dele, ganhei uma irmã, minha cunhada Erikinha, e meu sobrinho Vinícius – razão de muita alegria para todos nós.

Sou grata, ainda, às minhas avós Carmen e Naurinha (em memória) – dois grandes exemplos de força e determinação – e aos meus tios, tias e primos queridos. Faço uma menção especial aos meus tios Nado e Magda, que nos proporcionaram muitos momentos de descontração, em nossa jornada cearense.

Não poderia deixar de mencionar o meu respeito por todos os profissionais que, em diferentes momentos, cuidaram da minha saúde. Em especial, agradeço a Sandra – minha analista – pela sua generosidade e competência. Com seu apoio, aprendi a me conhecer melhor e a enfrentar minhas questões mais profundas. Foi através de nossas conversas que encontrei a

chave para a minha “biblioteca interna”, espaço conquistado e tão importante na retomada da escrita deste trabalho. Sou grata também ao Dr. Manoel Jaime, espécie rara de médico, que representa sempre a minha bússola nos momentos de caos e desespero; à Dra. Dalva, Rosa e Lúcia, pela delicadeza com que sempre me tratam, durante meu acompanhamento oncológico; a toda a equipe de transplante de fígado do Hospital Universitário Walter Cantídio, de Fortaleza/CE – representada pela figura de seu cirurgião-chefe, o Dr. José Huygens Garcia – que me recebeu de forma tão humana; ao Dr. José Eymard Filho, que faz meu acompanhamento pós-transplante em João Pessoa; e a todos os meus colegas transplantados – inclusive aqueles que já se foram – pela nossa enriquecedora convivência. Recebam todos o meu APHETO.

Enfim, a todas as pessoas – inclusive aquelas a quem nem sequer conheci – que se preocuparam comigo e torceram por mim, agradeço toda a energia positiva que recebi e que muito me ajudou a suportar o tratamento.

Para encerrar, sinto necessidade de dizer que, mesmo em um mundo cada vez mais individualista e consumista, fui receptora de um bem maior que precisa ser resgatado e valorizado: a SOLIDARIEDADE. Em última instância, o meu esforço, o da minha família e amigos e o dos médicos só resultaram nesta vitória – que juntos comemoramos – porque uma família, vivendo um momento de profunda dor, foi capaz de dizer “SIM” e consentiu a doação de órgãos que salvou a minha vida e a de mais cinco pessoas que estavam morrendo numa fila a espera de um transplante. A todas as famílias de doadores, o meu profundo agradecimento.

## RESUMO

Este trabalho buscou analisar a evolução da situação ocupacional do jovem nordestino entre 15 e 24 anos, no período 1981-2002, destacando suas dificuldades de inserção nos setores melhor situados do mercado de trabalho. Para tanto, foram feitas duas abordagens teórico-históricas: a primeira trata das transformações econômicas e seus impactos no mercado de trabalho, com ênfase nas décadas de 1980 e 1990; e a segunda analisa, ainda que de forma sucinta, o processo de formação econômica e social do Nordeste e o como esta região se comportou diante das transformações da economia brasileira. A partir deste resgate e utilizando-se os dados das PNADs, mostrou-se que o segmento jovem da população continuou sendo mais afetado pelo desemprego e pela precarização do trabalho. No que se refere às especificidades nordestinas, viu-se, através da estruturas ocupacionais individuais que, nesta região, ainda é elevada a participação das ocupações agrícolas entre os jovens. Além disto, pela análise da estratificação familiar dos jovens, constatou-se um crescimento da massa de pobres e miseráveis no período 1981-2002, cuja proporção continuou muito superior à verificada para o estado de São Paulo, reforçando a permanência das disparidades regionais. Não obstante o crescimento do período recente (2003/2006), abordado, ainda que sinteticamente, no apêndice do capítulo 3, esses resultados apontam para a necessidade de reconstrução de um projeto nacional que priorize efetivamente o equacionamento dos problemas estruturais do país.

## ABSTRACT

This study analyses the evolution of occupational status of the northeastern youth aging between 15 and 24, during the 1981-2002 period, highlighting their difficulties in becoming part of better sector of the labor market. Two theoretical-historical approaches were done: the first deals with the economic transformations and their impacts on the labor market, with emphasis on the 80's and 90's; and the second analyses, in a succinct way, the process of economic and social formation of the Northeast and how this region responded to the changes in the Brazilian economy. Using PNAD data, it was shown that the young segment of the population is still the most affected by unemployment and by precarious work conditions. Regarding the specificities of the Northeastern region, by using individual occupational structures we saw that the participation of rural labor amongst youth is still high in this region. Additionally, by analyzing the family stratification of the youth, a growth of the number of poor and miserable people in the 1981-2002 period was verified, remaining proportionally higher than the numbers verified in the State of São Paulo, reinforcing existing regional disparities. Despite the economic growth observed in the past years (2003/2006), which is discussed in the appendix of Chapter 3, these results indicate the need of reconstructing a National Project that gives priority to the solution of the country's structural problems.

## SUMÁRIO

<i>Introdução</i> .....	<b>1</b>
<b>Capítulo 1: As Transformações da Economia Brasileira e seus Impactos no Mercado de Trabalho: os anos 1980 e 1990</b> .....	<b>7</b>
1.1. Transformações da economia brasileira .....	7
1.1.1. Determinantes da semi-estagnação e do comportamento anômalo da inflação na década de 1980 .....	8
a) Razões da semi-estagnação .....	8
b) Razões do comportamento anômalo da inflação nos anos 1980 .....	15
1.1.2. Mudança de comportamento da inflação e as restrições ao crescimento na década de 1990 .....	20
a) Determinantes da mudança de comportamento da inflação nos anos 1990 .....	20
b) As restrições ao crescimento econômico na década de 1990 .....	27
1.1.3. Os requisitos/possibilidades para a retomada sustentada do crescimento .....	35
1.2. Impactos no mercado de trabalho .....	41
1.2.1. Linhas gerais do mercado de trabalho: das origens ao final dos anos 1970 .....	41
1.2.2. Aspectos relevantes do mercado de trabalho nos anos 1980 .....	44
1.2.3. As transformações dos anos 1990 e seus impactos no mercado de trabalho .....	49
<b>Capítulo 2: A Região Nordeste diante das Transformações da Economia Brasileira: Formação Histórica e a Questão Regional</b> .....	<b>55</b>
2.1 A Formação Histórica da Região Nordeste .....	56
2.1.1 Fase de isolamento relativo .....	57
2.1.2. Articulação comercial .....	59
2.1.3. Integração Produtiva .....	61
2.2 O Nordeste diante da crise dos anos 1980 .....	64
2.2.1 O processo de desconcentração espacial .....	64
2.2.2 Desempenho econômico e no mercado de trabalho nos anos 1980 .....	67
2.3 O Nordeste, a estabilização e as restrições ao crescimento na década de 1990 .....	74
2.3.1 Reconcentração? .....	74
2.3.2 Desempenho econômico e mercado de trabalho nos anos 1990 .....	80
2.4. Síntese: as disparidades regionais .....	85
2.5. A questão regional e sua importância .....	87

<b>Capítulo 3: Evolução da Situação Ocupacional do Jovem Nordestino: 1981-2002</b> .....	<b>91</b>
3.1. Esclarecimentos metodológicos .....	92
3.2. Alterações na inserção ocupacional do jovem .....	95
3.3. A evolução da situação ocupacional do Jovem Nordestino: 1981-2002 .....	99
3.3.1. Dados mais gerais .....	100
a) Dados demográficos .....	100
b) Condição de atividade .....	103
I – Conjunto da População acima de 10 anos .....	104
II – Os jovens de 15 a 24 anos .....	107
c) Condição de Desocupação .....	112
I – Conjunto da População acima de 10 anos .....	112
II – Os Jovens de 15 a 24 anos .....	115
d) Condição de Ocupação: cor e sexo .....	117
I – Cor .....	118
II – Sexo .....	121
3.3.2 Estrutura ocupacional individual .....	125
I – Conjunto da População .....	126
II – Os Jovens de 15 a 24 anos .....	130
3.3.3 Estrutura ocupacional familiar .....	134
I – Conjunto da População .....	135
II – Os Jovens de 15 a 24 anos .....	139
3.4 Estratificação social das famílias .....	143
3.5 Síntese .....	148
<b>Apêndice do Capítulo 3: Os Jovens Nordestinos no Período Recente (2003-2006)</b> .....	<b>153</b>
1. Panorama geral da economia brasileira .....	153
2. Condição de atividade .....	156
3. Estratificação familiar .....	159
<b>Considerações Finais</b> .....	<b>163</b>
<b>Referências Bibliográficas</b> .....	<b>171</b>
<b>Anexo</b> .....	<b>179</b>

## ÍNDICE DE TABELAS

### **Capítulo 1: As Transformações da Economia Brasileira e seus Impactos no Mercado de Trabalho: os anos 1980 e 1990**

Tabela 1. <u>Taxas médias anuais de crescimento do PIB</u> .....	8
Tabela 2. <u>Taxa de Crescimento do PIB e Formação Bruta de Capital Fixo - % do PIB</u> .....	12
Tabela 3. <u>Saldo da Balança Comercial nos anos 1980</u> .....	13
Tabela 4. <u>Varição Anual da Taxa de Inflação – Década de 1980</u> .....	15
Tabela 5. <u>Varição Anual da Taxa de Inflação – Década de 1990</u> .....	21
Tabela 6. <u>Taxa de crescimento anual do PIB e do PIB industrial nos anos 1990</u> .....	27
Tabela 7. <u>Saldo em Transações Correntes e Saldo como % do PIB</u> .....	29
Tabela 8. <u>Reservas internacionais na década de 1990 em bilhões de US\$</u> .....	34

### **Capítulo 2: A Região Nordeste diante das Transformações da Economia Brasileira: Formação Histórica e a Questão Regional**

Tabela 1. <u>Participação das Grandes Regiões no PIB do Brasil a Preço Corrente – 1985-2004</u> .....	76
Tabela 2. <u>Evolução da taxa de desocupação no Nordeste – 1981-2005</u> .....	83

### **Capítulo 3: Evolução da Situação Ocupacional do Jovem Nordestino: 1981-2002**

Tabela 1. <u>Taxas de crescimento populacional anual: Nordeste e Estado de São Paulo</u> .....	100
Tabela 2. <u>Distribuição da População Jovem e Total entre região metropolitana e demais localidades – 1981-2002</u> .....	102
Tabela 3. <u>Participação de Jovens na População Total do Nordeste e do estado de São Paulo – 1981 -1981-2002</u> .....	103
Tabela 4. <u>Condição de Atividade do Conjunto da População acima de 10 anos</u> .....	105
Tabela 5. <u>Condição de Atividade dos Jovens (15 a 24 anos)</u> .....	108
Tabela 6. <u>Participação dos Jovens na PEA</u> .....	111
Tabela 7. <u>Condição de Desocupação do Conjunto da População, acima de 10 anos</u> .....	113
Tabela 8. <u>Condição de Desocupação da População Jovem (15 a 24 anos)</u> .....	115
Tabela 9. <u>Condição de Atividade da PEA , segundo a COR</u> .....	118
Tabela 10. <u>Condição de Atividade da PEA JUVENIL , segundo a COR</u> .....	120
Tabela 11. <u>Condição de Atividade da PEA , segundo o SEXO</u> .....	122
Tabela 12. <u>Condição de Atividade da PEA JUVENIL , segundo o SEXO</u> .....	124

Tabela 13. <u>Estrutura Ocupacional Individual - População Ocupada e PNEA com rendimentos</u> .....	127
Tabela 14. <u>Estrutura Ocupacional Individual - JOVENS Ocupados e PNEA JUVENIL com rendimentos</u> .....	131
Tabela 15. <u>Estrutura Ocupacional Familiar - População Total</u> .....	136
Tabela 16. <u>Estrutura Ocupacional Familiar - Total de Jovens (15 a 24 anos)</u> .....	140
Tabela 17. <u>Nível Social Familiar - População Total</u> .....	144
Tabela 18. <u>Nível Social Familiar - Total de Jovens (15 a 24 anos)</u> .....	147

### **Apêndice do Capítulo 3: Os Jovens Nordestinos no Período Recente (2003-2006)**

Tabela 1. <u>Evolução do PIB – BRASIL</u> .....	155
Tabela 2. <u>Condição de Atividade da População Economicamente Ativa</u> .....	156
Tabela 3. <u>Condição de Atividade da PEA Juvenil (15 a 24 anos)</u> .....	158
Tabela 4. <u>Nível Social Familiar - População Total</u> .....	159
Tabela 5. <u>Evolução da Massa de Pobres, Miseráveis e Indigentes – 2002-2006</u> .....	160
Tabela 6. <u>Nível Social Familiar – Jovens</u> .....	161
Tabela 7. <u>Evolução da Massa de Pobres, Miseráveis e Indigentes – 2002-2006</u> .....	162

## **RELAÇÃO DE GRÁFICOS**

### **Capítulo 2: A Região Nordeste diante das Transformações da Economia Brasileira: Formação Histórica e a Questão Regional**

Gráfico 1. <u>Participação do Nordeste e do estado de São Paulo no PIB nacional 1985-2004</u> .....	77
---	----

### **Apêndice do Capítulo 3: Os Jovens Nordestinos no Período Recente (2003-2006)**

Gráfico 1. <u>Taxa de Desocupação da PEA</u> .....	157
Gráfico 2. <u>Taxa de Desocupação da PEA Juvenil</u> .....	158

## *Introdução*

O padrão de desenvolvimento do Brasil – que grosso modo vigorou de 1930 a 1980 – começa a entrar em crise na década de 1980, marcada pelo declínio das taxas de crescimento e pelo intenso recrudescimento inflacionário. Nos anos 1990, assiste-se a uma implementação do programa neoliberal do Consenso de Washington no país, marcando a “ruptura do projeto estratégico de industrialização nacional” (Pochmann e Mattoso, 1998, p. 238) e abrindo um novo período para o desenvolvimento econômico, no qual conviveriam continuamente processos de desestruturações e reestruturações, tanto do parque produtivo como do mercado de trabalho brasileiro, favorecidos, entre outros fatores, pela política de abertura comercial/financeira. Contudo, análises mais gerais indicam a dominância dos aspectos desestruturadores da produção nacional e do emprego. Além disto, esta nova configuração, apesar de imprecisa, tem se mostrado incapaz de dotar o capitalismo brasileiro de capacidade de crescimento econômico.

No mundo do trabalho, a partir dos anos 1990, configura-se, de forma mais acentuada, uma “crise do emprego”, que tende a se manifestar através do fenômeno do desemprego aberto. Seus condicionantes básicos podem ser sintetizados pela mudança qualitativa na composição técnica do capital e pelo aumento da concorrência econômica que, associados, fazem com que a incorporação do progresso técnico provoque desemprego nos setores já existentes. Além desta destruição de postos de trabalho, a crise econômica também compromete a expansão da criação de novos postos, ou seja, com a população economicamente ativa crescendo a uma taxa anual superior à taxa de crescimento do nível de atividade econômica, tem-se mais um fator para explicar o aumento vertiginoso do desemprego na década de 1990.

Neste contexto de crise, é importante entender o processo de desestruturação do mercado de trabalho brasileiro, definido por Pochmann (1998a) como sendo

o movimento combinado de expansão das taxas de desemprego aberto, de desassalariamento (perda de participação relativa do emprego assalariado no total da ocupação) e de geração insuficiente e, na maioria das vezes, de postos de trabalho precários (Pochmann, 1998a, p. 4).

Como se vê, o mundo do trabalho entra em uma crise sem precedentes, com a forte presença de fenômenos socialmente perversos, como o crescimento vertiginoso do desemprego e a progressiva precarização das condições e das relações de trabalho.

É importante ressaltar que essas transformações estão inseridas em um contexto mais amplo, contribuindo, portanto, para o agravamento da “crise social contemporânea”. E este contexto é particularmente adverso aos jovens, atingidos pelo desemprego, pela precarização e pelas difíceis condições de acesso ao mercado de trabalho. Tal situação corrobora a hipótese de que está em andamento no país uma *crise de reprodução social*, que se corporifica na dificuldade das gerações mais novas de manter as condições sociais de suas famílias de origem (Quadros, 2003, p. 113).

Diante deste cenário e partindo do pressuposto de que os impactos dessa crise não são homogêneos, isto é, além de se concentrarem mais intensamente no segmento jovem da população economicamente ativa, tendem a afetar de forma diferenciada as regiões geográficas do país, este trabalho tem por *objetivo* apreender os efeitos dessas transformações no mercado de trabalho brasileiro nos jovens nordestinos, entre 15 e 24 anos, através de uma análise, a partir dos dados da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio), da evolução da situação ocupacional destes jovens no período 1981-2002, considerado, como já visto, de desarticulação do padrão desenvolvimentista e de intensas transformações na economia e no mercado de trabalho brasileiros. A escolha deste período pautou-se por se tratar de dois anos que fornecem um “retrato” da crise do país em dois momentos distintos. O ano de 1981 marca o fim do padrão vigente desde os anos 1930 e 2002 encerra o ciclo político que predominou na década de 1990, com o fim do governo de Fernando Henrique Cardoso. Além disto, “2002” também retoma a base de dados que estava sendo trabalhada na ocasião<sup>1</sup> em que este trabalho precisou ser interrompido em função de doença grave da autora. De comum acordo com o orientador, foi decidido concluir a análise no ponto em que foi suspendida, deixando a sua atualização e novos desenvolvimentos para um possível doutorado.

---

<sup>1</sup> No momento da interrupção, a autora já havia concluído as leituras sistemáticas e a pesquisa bibliográfica realizada durante o curso de Economia Brasileira no mestrado, cujo período de abrangência se encerrava em 2002.

As análises aqui apresentadas estão baseadas em dados inéditos, obtidos através de tabulações especiais da PNAD e gentilmente cedidos pelo Prof. Dr. Waldir Quadros e seu parceiro Prof. Dr. Alexandre Gori Maia, este último responsável pela geração da base de dados.

Isto posto, são formuladas as seguintes questões gerais norteadoras do estudo:

- Como evoluiu a situação ocupacional do jovem nordestino no período 1981-2002? Quais os determinantes da inserção juvenil no mercado de trabalho do Nordeste?
- Em que medida e de que forma as desigualdades regionais atuam no sentido de comprometerem ainda mais a já precária situação ocupacional dos jovens, reduzindo substancialmente as possibilidades históricas de um desenvolvimento social integrador (ou incluyente) no país?

Na perspectiva de fundamentar essa abordagem da problemática ocupacional do jovem, buscou-se configurar, no capítulo 1, as especificidades da economia e do mercado de trabalho brasileiros, apontando as linhas gerais de seu processo de formação e as características mais importantes de seu comportamento, destacando as décadas de 1980 e 1990. A importância dessa contextualização prévia deve-se à necessidade de identificar elementos que elucidem o comportamento da economia brasileira e do mundo do trabalho na década de 1980, assim como as transformações profundas vivenciadas na década de 1990, tendo em vista o componente estrutural da crise social que se instala no país e que repercute, de forma intensa e perversa, em seu segmento juvenil.

Com essa mesma preocupação, tentou-se, no capítulo 2, reunir elementos teóricos e históricos que configurassem a questão regional, de modo a identificar as origens e repercussões das desigualdades regionais. Este segundo capítulo é importante na medida em que pretende recuperar as especificidades do processo de formação do Nordeste – seus diversos momentos de articulação com as demais regiões do país e as variações do papel da região nordestina na divisão inter-regional do trabalho – para, em seguida, discutir como essa região se comportou diante das transformações recentes da economia brasileira, sobretudo no que diz respeito ao seu desempenho econômico-social e ao seu mercado de trabalho.

Estes dois capítulos objetivam fundamentar o estudo da situação ocupacional da juventude nordestina diante das transformações da economia e do mercado de trabalho, com ênfase nas décadas de 1980 e 1990.

O capítulo 3 trata das dificuldades da inserção do jovem nordestino no mercado de trabalho, procurando traçar os principais aspectos das alterações sofridas no período 1981-2002 para, em seguida, esboçar um panorama recente da situação ocupacional do jovem na região Nordeste, buscando identificar de que forma a precarização e o desemprego juvenil agravam as condições de ingresso e permanência do jovem nos segmentos organizados do mercado de trabalho. Na construção deste panorama, foram incluídas questões de sexo e raça, a fim de enriquecer a caracterização. Neste sentido, também estão presentes comparações dos dados agregados da região com os das regiões metropolitanas e demais localidades. Como referência de comparação para a região Nordeste, optou-se, ao invés da média nacional, pelo estado de São Paulo<sup>2</sup>, considerado o mais desenvolvido do país. O esforço é o de destacar os elementos que contribuam para a análise das especificidades da *crise de reprodução social* no Nordeste e seu impacto sobre o segmento juvenil, ao longo do período 1981-2002.

Os dados do PIB<sup>3</sup> nos anos 2000 mostram que o ano de 2003 foi recessivo e o país só vai entrar em um novo ciclo de crescimento econômico a partir de 2004. Neste sentido, eventuais alterações ou atenuações, ocorridas no governo Lula, de tendências apontadas até 2002 serão abordadas, ainda que de forma sucinta, no apêndice do capítulo 3. Defende-se que o período pós-2002 merece estudos específicos e bem mais aprofundados. Por esta razão, o apêndice apresentado se restringe a apontar alguns dados importantes sobre os jovens nordestinos, indicando comportamentos e idéias a serem mais bem abordados em estudos posteriores. Destaca-se apenas que a questão que fica se refere ao significado deste novo ciclo de crescimento: trata-se de um resultado de ajustes estruturais que dotaram a economia brasileira de capacidade de crescimento sustentado – conforme alardeia a visão oficial ou oficialista – ou representa um crescimento “colado” em um contexto internacional mais

---

<sup>2</sup> No capítulo 2, foi abordada a questão histórica da concentração da industrialização e da riqueza no Sudeste, especialmente em São Paulo. Deste modo, ao se comparar os dados do Nordeste com os de São Paulo fica mais evidente a percepção das disparidades regionais.

<sup>3</sup> Estes dados estão disponíveis na tabela 1 do apêndice do capítulo 3.

favorável, podendo ser interrompido a qualquer momento, dentro do cenário do *stop and go*, que vigora no Brasil desde 1981?

Por fim, é importante reiterar que o corte da análise feita nesta pesquisa é regional, isto é, concentra-se no jovem nordestino, tendo em vista que existem desigualdades entre as regiões que vêm se acentuando consideravelmente e que o Nordeste se notabiliza pela sua extrema miséria e exclusão social. Todas essas questões são retomadas nas considerações finais, que sintetizam os principais resultados do trabalho.

## *Capítulo 1*

### **AS TRANSFORMAÇÕES DA ECONOMIA BRASILEIRA E SEUS IMPACTOS NO MERCADO DE TRABALHO: OS ANOS 1980 E 1990**

Para se analisar a situação do jovem no mercado de trabalho, no período 1981-2002, é importante se considerar as transformações por que passou a economia brasileira, nas décadas de 1980 e 1990, e seus efeitos sobre o processo de desestruturação<sup>4</sup> do mercado de trabalho. Assim, na perspectiva de fundamentar a análise da problemática ocupacional do jovem, buscou-se delinear, neste capítulo, as especificidades da economia e do mercado de trabalho brasileiros, apontando as linhas gerais de seu processo de transformação e as características mais importantes de seu comportamento.

A importância dessa contextualização prévia deve-se à necessidade de identificar elementos que elucidem o comportamento da economia brasileira e do mundo do trabalho na década de 1980, assim como as transformações profundas vivenciadas na década de 1990, tendo em vista o componente estrutural da crise que se instala no país e que repercute, de forma intensa e perversa, em seu segmento juvenil. Por razões essencialmente didáticas, a primeira parte do capítulo concentra-se nas transformações da economia brasileira e, a segunda, nos impactos das mesmas no mercado de trabalho.

#### **1.1. Transformações da economia brasileira**

Tendo em vista essas questões, buscou-se construir, aqui, um breve panorama acerca do comportamento da economia brasileira nas décadas de 1980 e 1990, enfatizando as origens da semi-estagnação e do recrudescimento inflacionário dos anos 1980 e, sobretudo, discutindo a estabilidade monetária e as restrições ao crescimento econômico nos anos 1990. Desta forma, torna-se possível avaliar melhor a situação econômica brasileira, no período 2003-2006, e discutir as possibilidades históricas de uma retomada sustentada do desenvolvimento econômico e social no país.

---

<sup>4</sup> Pochmann (1998a) o define como “o movimento combinado de expansão das taxas de desemprego aberto, de desassalariamento (perda de participação relativa do emprego assalariado no total da ocupação) e de geração insuficiente e, na maioria das vezes, de postos de trabalho precário” ( p.4).

A idéia é a de desenhar um cenário que auxilie na compreensão das transformações vivenciadas no mundo do trabalho e da configuração, na década de 1990, de uma crise sem precedentes de “reprodução social”, que se expressa em uma imensa dificuldade de as gerações mais novas sustentarem as condições sociais de suas famílias de origem (Quadros, 2003, p. 113). Tornar-se-á mais fácil, assim, entender porque grande parcela do segmento juvenil da PEA (População Economicamente Ativa) acaba trabalhando em empregos mal remunerados, não conseguindo “estabilizar a relação de emprego e progredir num campo específico de trabalho, o que no passado foi possível para uma população relativamente menos educada” (Baltar e Mattoso, 1997, p.310).

### **1.1.1. Determinantes da semi-estagnação e do comportamento anômalo da inflação na década de 1980**

#### ***a) Razões da semi-estagnação***

A partir do pós-guerra até o final dos anos 1970, o Brasil, não obstante o agravamento da concentração de renda e da exclusão social, transformou-se em uma economia urbana, industrial e capaz de gerar crescimento econômico. Contudo, na década de 1980, esta dinâmica foi alterada e a economia brasileira ingressou em uma situação econômica marcada pela semi-estagnação. Esta deterioração do desempenho econômico fica evidente ao se observar os dados da taxa de crescimento do PIB desde 1950 (ver Tabela 1). Enquanto nas décadas de 1950, 1960 e 1970 o país cresceu, em média, acima de 6% ao ano, nos anos 1980 este valor é inferior a 2%.

**Tabela 1.** Taxas médias anuais de crescimento do PIB.

<b>Década</b>	<b>Taxa (%)</b>
1951-1960	7,4
1961-1970	6,2
1971-1980	8,7
<b>1981-1990</b>	<b>1,7</b>

Fonte: IBGE

Na busca de elucidar as razões deste esgotamento é preciso, antes de qualquer coisa, entender a década de 1980 como um período de desarticulação do padrão de acumulação vigente desde meados dos anos 1950, sob o impacto de transformações no cenário internacional. Isto pressupõe caracterizar o modelo de crescimento que entrou em crise em meados da década de 1970, esgotando-se nos anos 1980.

Neste sentido, é importante destacar que, a partir de 1967<sup>5</sup>, iniciou-se a estratégia de desenvolvimento com endividamento, uma vez que se tornou possível a qualquer empresa (pública ou privada) contrair empréstimos (diretamente ou via repasses) no exterior. O Banco Central apenas estabelecia as condições mínimas de prazo e máximas de custo. Neste contexto, o governo brasileiro adotou políticas deliberadas<sup>6</sup>, assentadas em uma legislação facilitadora, para induzir os agentes a se endividarem externamente. Davidoff (1995) confirma esta idéia, mostrando que as ações do governo brasileiro estimularam, de forma decisiva, a entrada de capitais externos no país; e que este crédito representou uma alternativa de financiamento atraente às grandes empresas (sobretudo às filiais estrangeiras) no período do *boom* expansivo. Além disto, o cenário internacional era favorável e os fluxos de capitais deste período originavam-se de grandes blocos privados europeus e americanos (momento da internacionalização bancária). Assim, no período 1967-74, o país viveu um surto expansivo, denominado “milagre” econômico brasileiro.

Em 1973, um choque exógeno (primeiro choque do petróleo) atuou no sentido de liberar tensões acumuladas: desaceleração das taxas de crescimento (que permaneceram razoavelmente elevadas), ascensão das taxas de inflação e desequilíbrio externo (cuja fonte encontrava-se na balança comercial: importações de petróleo). Em 1974, 1975 e início de 1976 surgiram grandes *déficits* no balanço de pagamentos que foram enfrentados através da redução de reservas. A partir de 1976, a situação das reservas atingiu um limite crítico,

---

<sup>5</sup> O crescimento do período anterior a 1967 foi financiado, principalmente, através da emissão monetária, do uso do instrumento cambial (sistema de ágios e bonificações) e do BNDE. Segundo Langoni (1985), a economia brasileira atravessou este período de crescimento sem endividamento externo devido à limitação das fontes de financiamento externo e não a uma estratégia deliberada de evitar o endividamento. De fato, neste momento, o FMI não fornecia linhas de crédito para projetos de desenvolvimento. O governo brasileiro até que conseguiu alguns financiamentos do Banco Mundial e de bancos privados, mas, em função de problemas no balanço de pagamentos, tornou-se difícil a obtenção de financiamentos externos.

<sup>6</sup> A principal justificativa do governo para o incentivo ao crédito externo era dar uma “folga” ao balanço de pagamentos, ou seja, evitar que uma eventual escassez de divisas provocasse estrangulamentos externos. Está implícita aqui a “tese do hiato de recursos reais”.

fazendo com que a economia ingressasse em uma zona de crise cambial. No entanto, o mercado financeiro internacional estava em pleno funcionamento, possibilitando ao Brasil financiar seu desequilíbrio através do recurso ampliado ao endividamento externo. Foi assim que a economia brasileira conseguiu manter, no restante da década, sua tendência histórica de crescimento. Nas palavras de Langoni (1985), “a alternativa gradualista em relação ao desequilíbrio externo, adotada a partir de 1974, permitiu sustentar o crescimento econômico, ainda que a um ritmo mais moderado” (p.14). Segundo este autor, estava implícita, nesta estratégia de financiar o desequilíbrio, a hipótese acerca do caráter transitório do choque do petróleo.

Desde meados da década de 1970, portanto, a economia brasileira já apresentava sintomas de esgotamento do *boom* anterior. Foi neste mesmo momento que o governo implementou o II PND (programa que colocava as empresas estatais no papel de executar projetos nas áreas de infra-estrutura e de insumos básicos). O esquema de financiamento esteve baseado no endividamento externo e visava atender também aos objetivos da política econômica, proporcionando ao país as divisas necessárias para cobrir o *déficit* em transações correntes. Davidoff (1995) defende que um dos principais custos desta opção foi o acúmulo de um passivo elevado denominado em moeda estrangeira por parte das empresas estatais. Tratava-se de um primeiro momento do processo de estatização da dívida externa.

É importante perceber, ainda, que a vulnerabilidade a choques externos não diminuiu. Malan e Bonelli (1983) deixam clara esta idéia ao mostrarem a manutenção da dependência do petróleo importado e a contratação de empréstimos com taxas de juros flutuantes. Segundo estes autores, até 1978, havia otimismo, mas a ilusão se encerra com o segundo choque do petróleo e com a dramática elevação das taxas de juros internacionais em 1979 (devido a mudanças na política monetária dos Estados Unidos): “a conjunção destes dois choques externos constituiu um golpe quase mortal para a economia brasileira, exigindo uma visão estratégica para os anos 80” (p.19). Desta vez, havia um impacto simultâneo na conta comercial e na conta de serviços (juros flutuantes). Tratava-se de um sinal da inviabilidade da sustentação da estratégia de crescimento com endividamento.

No plano interno, o Brasil reagiu de forma expansionista durante o segundo semestre de 1979 e parte de 1980, mas, a partir de 1981, iniciou-se uma recessão generalizada, com recrudescimento inflacionário e salários reais cadentes. A partir daí, a estatização da dívida externa entra em sua segunda fase, cuja especificidade está no “uso intensivo dos mecanismos

de defesa contra o risco cambial colocados pelo Banco Central à disposição do setor privado (DRME)” e na “transformação, de fato, do Banco Central em tomador de empréstimos junto aos bancos internacionais” (Davidoff, 1995). Com a moratória mexicana, em 1982, a crise se agrava em função da paralisação do mercado financeiro internacional, inaugurando uma nova fase de dificuldades que levaram a economia brasileira a um quase colapso cambial e às complexas negociações com o FMI, os principais credores internacionais e o governo americano.

O problema central, segundo Malan e Bonelli (1983), passou a ser a questão do fluxo de caixa em moeda conversível, ou seja, evitar o colapso cambial. Mesmo escrevendo em 1983, esses autores conseguiram apreender que, na ausência das excepcionais condições internacionais, seria praticamente impossível reeditar com a mesma intensidade o crescimento do período anterior. Quanto às negociações, Bacha (1983) salienta que a ordem econômica internacional, além de exigir que o ajuste se desse de forma unilateral pelos países deficitários, impõe que o mesmo ocorresse de forma muito rápida. Como o grosso do ajuste deveria se processar via balança comercial e como não foi viabilizado o financiamento compensatório suficiente para que o país conseguisse aumentar suas exportações, o ajustamento foi se dando através da recessão interna. Segundo esse autor, tratava-se de um “ônus excessivo”, na medida em que comprometia a manutenção do nível interno de atividade econômica e emprego.

O fato é que, a partir de 1983, a economia brasileira entrou em uma nova fase, tornando-se “remetedora” líquida de recursos reais para o exterior. Estas transferências de recursos provocaram uma drástica redução da capacidade de investimento do setor público. Davidoff (1995) corrobora esta idéia, mostrando que o estrangulamento fiscal-financeiro do setor público foi agravado pelo formato das políticas de ajuste voltadas à geração de saldos comerciais. O autor argumenta, ainda, que a dicotomia entre encargos externos públicos e saldos comerciais privados é enganosa, porque camufla as transferências de recursos públicos aos capitais privados para a produção do saldo exportador. Werneck (1987) complementa essa argumentação com muitos dados, indicadores de que o setor público arcou praticamente sozinho com o ônus do processo de ajustamento, no início da década de 1980.

Antes de adentrar no debate sobre a possível contradição entre crescimento econômico e geração de *superávits* comerciais, é pertinente explicitar que “ao longo dos anos 80, o problema do estoque de dívida em moeda estrangeira e a restrição do financiamento externo

para economias como a brasileira se mantiveram do ponto de vista macroeconômico” (Baer, 1994, p.70). Isto posto, convém discutir a relação entre a evolução adversa das condições internacionais e a deterioração de desempenho econômico da economia brasileira, que permanece semi-estagnada ao longo da década de 1980.

A idéia é a de que a violenta reversão dos fluxos de recursos externos transformou o Brasil, assim como as demais economias da América Latina, em exportadores líquidos de capitais. Batista Jr. (1987) defende que a economia brasileira não poderia efetuar transferências maciças de recursos para o exterior sem incorrer em custos expressivos. Em sua argumentação, este autor lista quatro razões para tal: **(1)** as transferências restringem a capacidade de importar de uma economia que precisa crescer a taxas elevadas e modernizar seu parque produtivo; **(2)** elas comprometem a capacidade de abastecer o mercado interno, reduzindo a possibilidade de conciliar crescimento econômico e controle da inflação; **(3)** agravam a situação financeira do setor público (que detinha 80% da dívida externa), além de obrigá-lo a aumentar a dívida interna para financiar o *superávit* comercial do setor privado; e **(4)** reduzem a disponibilidade de recursos para investimento diminuindo, assim, o potencial de crescimento da economia no médio e longo prazo. Batista Jr. (1987) identifica, portanto, uma redução do investimento público e privado nos anos 1980 que, por sua vez, está associada aos problemas internos engendrados pela brutal reversão nos fluxos de capitais internacionais. Este declínio do investimento pode ser visto na tabela abaixo, que mostra a formação bruta de capital fixo (FBCF) como porcentagem do PIB, para a década de 1980.

**Tabela 2. Taxa de Crescimento do PIB e Formação Bruta de Capital Fixo - % do PIB.**

<b>Ano</b>	<b>1970-1979</b>	<b>1980</b>	<b>1981</b>	<b>1982</b>	<b>1983</b>	<b>1984</b>	<b>1985</b>	<b>1986</b>	<b>1987</b>	<b>1988</b>	<b>1989</b>
<b>FBCF (% PIB)</b>	23,3	23,6	21,6	19,9	17,2	16,3	16,4	18,7	17,9	16,9	16,7
<b>Var. anual PIB</b>	8,7	9,2	-4,3	0,8	-2,9	5,4	7,9	7,5	3,5	-0,1	3,2

Fonte: IBGE.

Analisando a Tabela 2, nota-se um processo de recuperação entre 1985 e 1986. Segundo Batista Jr. (1987), trata-se de uma retomada do crescimento baseada na utilização da capacidade ociosa acumulada durante os anos de recessão e crescimento lento. O problema é que a sustentação de tais taxas exige a elevação do investimento agregado. Carneiro (1991)

mostra que o modelo de crescimento inaugurado nos anos 1980, cujos condicionantes são o desempenho do comércio internacional e a transferência de recursos reais para o exterior, não é viável a médio e longo prazo. Isto porque, uma vez ocupada a capacidade ociosa herdada do período recessivo, o crescimento dependeria, essencialmente, do aumento das exportações e da taxa externa de juros.

Este autor identifica, também, dois tipos de restrições ao crescimento impostas pela necessidade de remeter recursos ao exterior. A primeira representa uma restrição de natureza macroeconômica ao crescimento: quando a economia atinge a plena utilização da capacidade produtiva instalada, a transferência de recursos diminui o potencial de crescimento<sup>7</sup>. Esta restrição pode ser agravada, segundo o autor, pelo aumento da relação capital/produto dos novos investimentos (que exigiria a destinação de parcela mais elevada do produto nacional para o investimento, com o fim de manter a mesma taxa de crescimento do produto) e pela redução da participação do *superávit* ou do consumo no produto adicional. Carneiro (1991) ressalta, ainda, a questão do encarecimento do investimento na década de 1980<sup>8</sup>, na medida em que este representa uma restrição permanente ao crescimento sustentado, dado que a capacidade para importar está limitada em função da restrição externa. A segunda restrição ao crescimento identificada por este autor é a restrição cambial, imposta pela necessidade de obtenção de *superávits* comerciais, seja pela limitação da capacidade para importar, seja pela impossibilidade de aumentar a absorção doméstica sem reduzir as exportações. Como auxílio à reflexão, é interessante observar os dados sobre o saldo da balança comercial nos anos 1980 e o saldo como proporção do PIB (Tabela 3).

**Tabela 3. Saldo da Balança Comercial nos anos 1980.**

<b>Ano</b>	<b>1980</b>	<b>1981</b>	<b>1982</b>	<b>1983</b>	<b>1984</b>	<b>1985</b>	<b>1986</b>	<b>1987</b>	<b>1988</b>	<b>1989</b>
<b>Saldo (US\$ Bi)</b>	-2,8	1,2	0,8	6,5	13,1	12,5	8,3	11,2	19,2	16,1
<b>% PIB</b>	-1,2	0,5	0,3	3,4	6,9	5,9	3,2	4,0	6,3	3,9

Fonte: Ipea.

<sup>7</sup> Segundo Carneiro (1991), a única hipótese de inexistência desta restrição seria o caso de o país exportar e importar apenas bens de consumo.

<sup>8</sup> A tendência para a elevação dos preços relativos dos bens de capital nos 1980, além de seu componente estrutural, também guarda relação com a política econômica, no sentido de que a política de ajuste recessivo representou ao mesmo tempo a redução da concorrência externa e o encarecimento dos bens de capital importados em razão das desvalorizações reais do câmbio.

Castro e Souza (1988) defendem a idéia de que o *superávit* comercial, a partir de 1984, é de natureza estrutural (maturação dos programas do II PND), de modo que pode ser preservado, mesmo com o fim da capacidade ociosa. E, para explicar a redução do *superávit* no período de recuperação (1985 e 1986), esses autores usam o argumento de a velocidade de crescimento da demanda estar acima do crescimento do produto potencial. A crítica fundamental de Carneiro (1991) a Castro e Souza (1988) reside no fato de estes autores trabalharem com o grau médio de utilização de capacidade produtiva, desconsiderando a dispersão, ou seja, a possibilidade de os setores responsáveis por parcela expressiva das exportações atingirem o teto da capacidade produtiva antes dos demais setores produtivos. Neste caso, segundo Carneiro (1991), a continuidade do crescimento da absorção doméstica implicará redução do *superávit* através da redução das exportações e/ou aumento das importações. Além disto, é destacado que a inserção das exportações brasileiras nem sempre foi competitiva, na medida em que teve como suporte a “competitividade espúria” (incentivos/subsídios, deterioração da relação câmbio/salário, defasagem de preços e de tarifas públicas e possibilidade de subfaturamento das exportações).

Em suma, os efeitos do saldo comercial foram bastante reduzidos. Carneiro (1991) aponta razões estruturais e fatores conjunturais para tal fato. Como principal razão estrutural, tem-se a consolidação da importância dos bens intermediários na pauta de exportação. Porém, apesar do impacto positivo destas exportações sobre o nível de atividade econômica, elas possuem um menor encadeamento com os demais setores produtivos domésticos. Já os fatores conjunturais explicam a redução da demanda doméstica entre 1987 e 1988. São eles: a rápida aceleração inflacionária (após o fracasso do Plano Bresser) e a queda da propensão marginal a consumir induzida, em um primeiro momento, pela reindexação dos ativos financeiros. Conclui-se, enfim, que o excelente desempenho do setor exportador foi insuficiente para motivar a elevação da taxa agregada de investimento. Assim, a partir de 1987, a economia brasileira retoma sua tendência estrutural de estagnação, em um quadro de profunda instabilidade decorrente da aceleração da inflação, de modo que nem mesmo a obtenção de *megasuperávits* mostrou-se capaz de levar à recuperação da produção corrente destinada ao mercado interno. Os movimentos especulativos entre ativos reais e financeiros passam a ser o determinante das variações do nível de atividade, que adquire um caráter errático, explicando o crescimento do PIB em 1989.

Por fim, a crise dos anos 1980 foi estrutural, representando o esgotamento de uma era de desenvolvimento baseada no crescimento rápido, financiado por recursos externos e pela presença marcante do Estado na economia. Este tipo de modelo mostrou-se bastante vulnerável aos choques externos. Estes, associados à estratégia de ajuste adotada, determinaram a semi-estagnação da economia brasileira ao longo da década, pois a necessidade de gerar *megasuperávits* comerciais impôs o ônus da recessão, as pressões adicionais sobre a inflação, o aumento do desemprego, a redução dos salários e a retração dos investimentos.

#### ***b) Razões do comportamento anômalo da inflação nos anos 1980***

Esta crise, que se inicia em meados dos anos 1970 e que aflora com intensidade na década de 1980, deixando a economia brasileira semi-estagnada, também tem efeitos sobre a inflação. A Tabela 4 fornece dados que auxiliam a análise da trajetória da inflação neste período. Pode-se observar que a inflação começa a se acelerar a partir de 1974, ganhando mais um forte impulso a partir de 1979. De 1980 a 1985, a taxa apresenta uma trajetória ascendente: quase triplica no IPC-Fipe e quase duplica no IPA-DI. Em 1986, ambos os índices apresentam notória queda, mas ainda são mais elevados do que os valores de 1979. É a partir de 1987 que a inflação começa a subir num ritmo extremamente rápido. Em 1987, a taxa aumenta cinco vezes em relação a 1986; em 1988, ela duplica em relação a 1987; e em 1989, ela quase duplica em relação a 1988, atingindo a marca inédita de quatro dígitos.

**Tabela 4.** Variação Anual da Taxa de Inflação – Década de 1980

Ano	1970/73	1974/78	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
<b>IPC-Fipe</b>	17,4	36,3	67,2	84,7	90,8	94,6	164,1	178,6	228,2	68,1	367,1	891,7	1635,9
<b>IPA-DI</b>	17,9	37,6	80,1	121,3	94,3	97,7	234,1	230,3	225,7	62,6	407,2	1050,0	1748,8

Fonte: Ipea.

Para entender as razões deste comportamento anômalo da taxa de inflação brasileira nos anos 1980, é preciso, em primeiro lugar, entrar no debate acerca da natureza da inflação na referida década. Vários autores, entre eles Lopes (1988) e Resende (1986), defendem teorias

de explicação da inflação que são pautadas na idéia de inércia inflacionária. A essência do argumento é a seguinte: na generalização de um quadro de inflação crônica, os agentes econômicos desenvolvem um comportamento fortemente defensivo na formação de preços, qual seja o de tentar recompor o pico anterior de renda real no momento de cada reajuste periódico de preços. Tais reajustes se fazem de forma descoordenada e dessincronizada no tempo, de modo que esta assimetria (defasagem) cria um mecanismo de realimentação inflacionária. Isto porque, quando todos os agentes adotam esta estratégia de recomposição periódica dos picos, a taxa de inflação existente tende a se perpetuar e a tendência<sup>9</sup> torna-se igual à inflação passada. Deste modo, para os inercialistas, qualquer combate à inflação deve atacar a inércia, preservando o equilíbrio distributivo. Tanto Lopes (1988) quanto Resende (1986) mostram-se convictos de que o processo inflacionário brasileiro dos anos 1980 tem uma natureza predominantemente inercial e esta convicção guia as propostas dos dois autores para debelar a inflação (choque heterodoxo e moeda indexada, respectivamente).

Bacha (1986) entra neste debate argumentando que a inércia é derivada do conflito distributivo, de modo que não pode ser erradicada sem uma solução prévia para esse conflito. Esta, para o autor, seria a maior falha dos programas de estabilização implementados na década de 1980. Este autor defende, ainda, que, no final dos anos 1980, a inflação brasileira deixou de ser inercial e o país entrou em um regime de hiperinflação reprimida, de modo que sem um acordo social prévio, seria inviável qualquer tentativa de combate à inflação. Já Carvalho (1990) apresenta uma visão pós-keynesiana, caracterizando a inflação como dotada de capacidade de corroer o sistema de contratos em moeda, considerado a mais fundamental das instituições contra a incerteza. Uma inflação alta transforma este sistema enquanto a hiperinflação o destrói. Este autor vê a inflação como resultado de uma falha de coordenação.

Tavares e Belluzzo (1986) contribuem para a análise da inflação brasileira problematizando a decisão de preços em uma economia submetida à restrição externa (idéia da flexibilização dos *mark ups*: a base convencional de formação de preços deixa de se sustentar). A tendência aceleracionista resulta, portanto, da restrição externa. Estes autores acabam se

---

<sup>9</sup> Para Lopes (1988), a *tendência* é definida como o resíduo não explicado pelos choques, ou seja, trata-se de um componente de inflação pura. Já os choques são definidos como “os impulsos inflacionários ou deflacionários que resultam de ações, exitosas ou não, dos agentes econômicos visando alterar preços relativos” (p.121). Assim, enquanto os choques são os responsáveis pela mudança de patamar da taxa de inflação, a inércia atua reproduzindo esta nova taxa.

confrontando com a idéia inercialista, uma vez que não pressupõem o equilíbrio distributivo e consideram o choque como algo endógeno, isto é, intrínseco ao capitalismo brasileiro. Pereira e Nakano (1986) fazem uma discussão mais geral, mostrando que a aceleração das taxas de inflação está relacionada com a substituição do capitalismo competitivo pelo capitalismo tecnoburocrático ou monopolista de Estado. Para estes autores, esta nova inflação é explicada por um fato histórico novo: a inflação administrada, que é decorrente da capacidade de as grandes empresas, os sindicatos e o próprio Estado realizarem uma política de preços.

Por fim, há também, no debate, a visão de Kandir (1989), que defende a tese de que “o processo de formação de preços constitui, antes de tudo, uma dimensão do processo de valorização dos capitais” (p.87), ou seja, os preços, os *mark ups* desejados e os níveis de produção são decididos de acordo com a estratégia de expansão dos oligopólios: “trata-se fundamentalmente de um jogo entre capitalistas” (p.102). Um outro ponto relevante levantado pelo autor é o de entender os processos inflacionários como historicamente determinados. É neste sentido que se pode considerar que a dinâmica inflacionária das economias em processo de ajustamento (como a brasileira) está relacionada com as características desses processos, cujos instrumentos fundamentais têm sido as políticas cambial, fiscal e monetária. Kandir (1989) destaca, ainda, que a fragilização das finanças públicas faz com que a aceleração da inflação passe a incorporar um componente endógeno.

Exposto o debate, a posição aqui adotada é a de que os determinantes da aceleração da inflação, desde meados dos anos 1970 até o final da década de 1980, estão associados aos desdobramentos da crise que, ao se agravar, afeta o comportamento da inflação. Todavia, como bem ressaltou Carneiro (1991), para analisar a trajetória da inflação é preciso considerar também as referências à política econômica.

Este autor propõe uma periodização para apreender melhor o comportamento anômalo da inflação nos anos 1980. O primeiro período vai de 1974 a 1979. Aqui, são cruciais os choques exógenos<sup>10</sup> de preços para explicar a mudança de patamar da inflação (ver Tabela 4). Isto porque estes aumentos súbitos de preços de matérias-primas (sobretudo do petróleo) levaram a uma ruptura das expectativas sobre o comportamento futuro de tais preços, ou seja, a aceleração da inflação resultou do repasse do aumento dos custos primários nos setores *fix-*

---

<sup>10</sup> Em 1974 e 1979, os dois choques do petróleo; e em 1976, a quebra da safra agrícola.

*prices* e do crescimento das margens como garantia de reposição do capital circulante. Um outro elemento também exerceu forte influência sobre a inflação neste período: a elevação das taxas de juros de curto prazo. O impacto sobre a inflação deu-se através do aumento dos custos financeiros das empresas e da elevação das margens brutas de lucro, em função das expectativas incertas quanto à evolução futura do custo real dos financiamentos de curto prazo. Em síntese, esta instabilidade acarretou aumentos preventivos nas margens que, associados aos choques, explicam o sucessivo crescimento dos patamares inflacionários até 1979. Carneiro (1991) mostra, ainda, que dois instrumentos atuaram no sentido de suavizar o impacto dos choques e da instabilidade sobre a inflação neste período: **(1)** a valorização cambial em um contexto de crédito externo abundante e barato (que atenuou os choques e permitiu a obtenção de financiamentos, inclusive para capital de giro); e **(2)** a subcorreção de preços e tarifas públicas, com impactos expressivos nos custos primários.

Em 1979, a crise cambial explicita-se com as mudanças nas condições de liquidez internacional. Neste sentido, Carneiro (1991) defende que a resposta da política econômica à manifestação da crise é essencial para explicar o agravamento do quadro de instabilidade que já se havia delineado com a própria crise. A idéia é a de que, depois do insucesso da maxidesvalorização de dezembro de 1979, instalou-se de forma permanente o risco cambial, de modo que a correção cambial passou a ser a principal moeda da economia. Nas palavras do autor: “é portanto sob o signo do risco cambial que devemos examinar a aceleração inflacionária no período seguinte” (p.200).

As características centrais do ajustamento brasileiro foram: desvalorização real da moeda e elevação da taxa real de juros. As duas medidas tinham como objetivo assegurar *superávits* comerciais expressivos. Além dos impactos evidentes sobre os custos correntes e sobre a inflação, ampliou-se a instabilidade em torno da evolução dos preços centrais da economia (câmbio e juros) afetando as expectativas dos agentes. Um dado importante do período 1980-85, enfatizado por Carneiro (1991), é que os mecanismos compensatórios foram reduzidos. Por um lado, a crise externa passa a ser o principal instrumento de instabilidade. Por outro, o uso da subcorreção dos preços públicos amplia o *déficit* público, reintroduzindo a instabilidade pelo comportamento instável da taxa de juros. Assim, o principal instrumento compensatório deste período foi a profunda recessão de 1981-83, mas esta conseguiu apenas uma estabilização provisória da inflação, em um patamar já elevado. O autor conclui a análise desta

primeira metade da década de 1980 reiterando a inquestionabilidade do caráter aceleracionista da inflação ocasionado pelo ajuste externo. A tese defendida é a de que o clima de incerteza introduzido pelo ajustamento externo introjetou na economia brasileira uma tendência ao crescimento da inflação, com períodos cada vez mais freqüentes de aceleração.

É neste quadro de instabilidade crescente que deve ser avaliada a experiência do Plano Cruzado, em 1986. Uma descrição pormenorizada e completa sobre toda a operacionalidade deste plano pode ser encontrada em Abreu (1990). Aqui, cabe apenas destacar que se tratou de um programa de reforma monetária acompanhado de desindexação e congelamento. Durante seis meses, o plano conseguiu manter as taxas de inflação reduzidas, criando uma falsa impressão de volta à estabilidade. Para Carneiro (1991), o insucesso do programa explica-se pela sua incapacidade de levar adiante reformas de profundidade, restabelecendo novos eixos de expansão para a economia. Baer (1994) tende a concordar com este autor, pois parte da concepção de que a inflação dos anos 1980 é um problema estrutural, relacionado com a necessidade de se reconstruir as bases de financiamento do Estado. Carneiro (1991) mostra, também, que o questionamento mais importante ao plano vem da crise cambial, que se expressa na deterioração do *superávit* comercial e na perda de reservas. A valorização cambial só seria sustentável, para este autor, através de uma redução da transferência de recursos reais ao exterior, de novos financiamentos líquidos ou da renegociação da dívida externa em novas bases. Além disto, a estabilização das taxas de juros também mostrava pouca possibilidade de sustentação. E, finalmente, não foi solucionada a questão de como recuperar o nível de gastos (sobretudo o de investimento) sem ampliar o endividamento público junto ao setor privado, reintroduzindo-se, assim, a instabilidade em relação ao comportamento futuro dos juros.

Portanto, o Plano Cruzado, ao fracassar, abriu caminho à crescente explicitação da hiperinflação. Já em 1987, foi desencadeada uma aceleração inflacionária sem paralelo na década, devido à recuperação dos preços dos bens *tradables*; à ampliação da incerteza quanto à evolução do câmbio e juros; e às expectativas de renovadas intervenções no sistema de preços via novos congelamentos. Carneiro (1991) ressalta, ainda, que a própria aceleração inflacionária conduz a uma maior incerteza quanto à evolução futura do câmbio e juros, realimentando a aceleração inflacionária em um mecanismo cumulativo que pode conduzir à hiperinflação, comprometendo o padrão monetário representado pela moeda indexada. A essência do argumento é a seguinte: com a contínua aceleração da inflação, a moeda indexada

(transformada em moeda financeira) tem de cumprir ao mesmo tempo o papel de induzir a internalização do *superávit* comercial e valorizar, em termos reais, a riqueza líquida de exportadores e não-exportadores; ao fazer isto, ela destrói as finanças públicas e a confiança na qual se fundava. Tanto que todos os demais planos [Plano Bresser (junho/1987), Plano Verão (janeiro 1989), Plano Collor I (março/1990) e Plano Collor II (janeiro/1991)] não conseguiram debelar o processo inflacionário, que atingiu patamares alarmantes no início da década de 1990. A inflação só mudou de comportamento a partir de meados dos anos 1990, por razões que serão discutidas no próximo item.

### **1.1.2. Mudança de comportamento da inflação e as restrições ao crescimento na década de 1990**

#### ***a) Determinantes da mudança de comportamento da inflação nos anos 1990***

Conforme se pode observar na Tabela 5, a economia brasileira viveu, no início de 1990, pela primeira vez, algo parecido com uma hiperinflação, chegando à taxa anual aos quatro dígitos (1640%, em 1990). Em março do referido ano, é lançado o Plano Collor, um programa cuja lógica estava centrada na moratória interna, isto é, tratava-se de uma tentativa de controlar a inflação via aperto monetário radical. Noventa dias após o lançamento do plano, a recessão se mostrava como o resultado mais provável e se tornava claro o retorno<sup>11</sup> da inflação. Ao longo de 1991, o país aderiu ao gradualismo ortodoxo, justificado pela convicção de que a alternativa do choque não funcionaria enquanto os fundamentos fiscais estivessem incorretos. Em 1992, firmou-se a idéia de que a solução de profundidade para a crise fiscal seria um processo longo e complexo e de que a memória inflacionária teria pequena influência sobre a inflação corrente. Este modelo parece ter funcionado até abril de 1992, quando se verifica uma inversão da tendência de queda da inflação, que ingressa em uma nova escalada, chegando em 1993 a cerca de 2.500% ao ano. Analisando a Tabela 5, nota-se que, em 1994, a inflação sofre uma notória redução, caindo, em 1995, para níveis extremamente baixos. A partir daí, pode-se verificar que o país avançou bastante na estabilização monetária, com a taxa

---

<sup>11</sup> Para explicar este retorno da inflação, Pereira e Nakano (1991) enfatizam o não combate ao caráter inercial da inflação. Teixeira (1993) explica-o pelo restabelecimento do mecanismo da ciranda financeira (via liberdade dos mercados de câmbio e ouro). Já Carvalho (1996) destaca a incapacidade, intrínseca ao próprio plano, de controlar a remonetarização através do bloqueio da liquidez.

se mantendo em movimento descendente até 1998. Em 1999, tem-se uma elevação da inflação, que volta a cair no ano de 2000. Em relação aos anos 1980, o fato claro é que, a partir de meados da década de 1990, houve uma significativa mudança no comportamento da inflação brasileira.

**Tabela 5. Varição Anual da Taxa de Inflação – Década de 1990**

<b>Ano</b>	<b>1990</b>	<b>1991</b>	<b>1992</b>	<b>1993</b>	<b>1994</b>	<b>1995</b>	<b>1996</b>	<b>1997</b>	<b>1998</b>	<b>1999</b>	<b>2000</b>
<b>IPC-Fipe</b>	1639,1	458,6	1129,5	2490,9	941,3	23,2	10,0	4,8	-1,8	8,6	4,4
<b>IPA-DI</b>	1449,5	471,7	1154,2	2639,3	857,8	6,4	8,1	7,8	1,5	28,9	12,1

Fonte: Ipea.

Para entender esta alteração no comportamento inflacionário, é importante considerar três elementos importantes que, atuando em conjunto, podem explicar este movimento da trajetória da inflação, a partir de meados da década de 1990. Um primeiro aspecto relevante que precisa ser considerado diz respeito às transformações no cenário financeiro internacional. Durante os anos 1990, assiste-se, no mundo, à intensificação do processo de globalização financeira, que resulta da interação de dois movimentos básicos: uma crescente liberalização financeira (no plano doméstico) e uma também crescente mobilidade dos capitais (no plano externo). Carneiro (2000) define-a como uma ordem econômica marcada pela eliminação às restrições à referida mobilidade. Tem-se um aumento contínuo das transações cambiais, uma predominância dos fluxos brutos de capitais internacionais e a conformação de um capitalismo menos dinâmico e mais instável. Fiori (1997) aponta que, a partir de 1991, verifica-se um fortalecimento do Estado norte-americano com uma associação mais intensa frente aos interesses do grande capital dos EUA, no sentido de garantir sua expansão pelo mundo. É neste momento que se dá a “incorporação” dos ditos “mercados emergentes”, do ex-mundo socialista e da América Latina. Este autor também percebe um retorno às raízes mais profundas e utópicas do liberalismo, mas enfatiza que a ideologia econômica da globalização oculta as relações assimétricas de poder e dominação. Tavares (1992) alerta para o fato de o desajuste global do balanço de pagamentos dos EUA ter sido acompanhado de um desenvolvimento descontrolado do sistema financeiro privado internacional, o que agrava

ainda mais a instabilidade sistêmica, tornando interdependentes as políticas macroeconômicas de ajuste e gerando possibilidades de crises financeiras em vários estados nacionais.

Enfim, a globalização financeira, associada ao processo de securitização das dívidas, levou ao aumento significativo dos fluxos financeiros internacionais, assim como a mudanças em sua natureza, passando o investimento de portfólio a ser o principal componente dos fluxos de capitais globais. Segundo Baer (1995), “o fluxo de recursos financeiros para os países em desenvolvimento e, mais especificamente, para a América Latina, é, antes de tudo, condicionado pela dinâmica do crescimento dos países centrais e pela absorção de recursos por seus agentes de primeira linha, indicando um comportamento assíncrono desta absorção entre as economias industrializadas e a região latino-americana” (p.101/102). Todavia, para receber estes fluxos de capitais, os países periféricos precisariam, em alguma medida, realizar as reformas estruturais neoliberais, com destaque para a desregulação dos mercados e a abertura comercial.

Foi na década de 1990 que a maioria dos países da América Latina eliminou os elementos mais restritivos de suas políticas relacionados ao capital estrangeiro, visando promover a sua entrada. Segundo a Cepal (1998), as principais medidas foram: **(1)** aplicação do princípio da não discriminação entre investidores estrangeiros e nacionais; **(2)** eliminação dos processos de autorização prévia na maioria dos regimes nacionais; **(3)** redução gradual dos setores reservados ao Estado e aos investidores nacionais; e **(4)** eliminação da maior parte das disposições que restringiam a remessa imediata de lucros gerados pelos investimentos externos. Além disto, em muitos países, implementaram-se programas de conversão da dívida externa<sup>12</sup> em capital, complementados com a privatização de empresas estatais.

O Brasil adere às reformas a partir de 1991 e estas reformas liberalizantes constituem o segundo elemento importante na explicação da mudança de comportamento da inflação a partir de meados dos anos 1990. Convém ressaltar que o processo brasileiro de liberalização,

---

<sup>12</sup> Portella Filho (1994) analisa as operações de redução da dívida externa realizadas por países da América Latina, no âmbito do Plano *Brady*. Este plano conclamava os bancos credores a se engajarem em um processo coordenado de redução das dívidas externas dos países superendividados, ao mesmo tempo em que propunha uma mudança nas políticas do FMI e do Banco Mundial. Segundo este autor, o plano, embora tivesse uma orientação basicamente conservadora, carecia de uma definição clara de objetivos, o que dava margens a interpretações conflitantes. Além disto, ele proporcionou meios ao governo americano para retomar o controle da situação. Portella Filho (1994) acaba concluindo que os planos foram elaborados de modo a não permitir grandes abatimentos da dívida.

cuja dimensão mais expressiva foi a abertura financeira e comercial, ocorreu, ainda que tardio, de uma forma muito rápida e indiscriminada. Segundo Carneiro (2000), os principais elementos dessa abertura financeira foram: “a ampliação da conversibilidade da conta capital”; “as mudanças na evolução e composição dos fluxos de capital”; “a desnacionalização do setor bancário”; e a “substituição monetária” (p.43-74). Freitas (1999) também analisa a abertura financeira, mostrando que a mesma ampliou o acesso dos investidores não-residentes ao mercado financeiro brasileiro. Neste processo, a autora destaca a instituição do anexo IV, que permitiu a entrada direta de investidores institucionais estrangeiros no mercado acionário brasileiro sem critérios de composição, capital mínimo inicial e período de permanência no país. Quanto à abertura comercial, esta trouxe consigo a eliminação das barreiras não-tarifárias (principal instrumento de proteção), a abolição do anexo C<sup>13</sup>, a redução dos regimes especiais de importação e um processo extremamente rápido de redução de tarifas. Freitas (1999) indicou, ainda, que foi necessário que o país adequasse seu marco regulatório<sup>14</sup> doméstico ao novo modelo de financiamento internacional, ancorado na securitização das dívidas e na dissolução das fronteiras entre os segmentos de renda fixa e variável e entre os mercados de crédito e de capitais. Contudo, a captação de um volume expressivo de recursos externos não se refletiu em uma mudança substancial na composição do *funding* do sistema bancário doméstico.

Em suma, a mudança no cenário financeiro internacional e as transformações internas visando tornar o país novamente receptor de recursos externos fizeram com que, no início dos anos 1990, houvesse uma entrada de fluxos de capitais no Brasil. Esta entrada exerceu um papel importante no plano de estabilização implementado em 1994 (o Plano Real), na medida em que, ao anteceder o plano, possibilitou o acúmulo de reservas, que foi crucial para o seu sucesso. Além disso, a abertura comercial segurava pressões altistas de preços através da concorrência dos produtos importados. Resta, agora, examinar o terceiro elemento que atuou para a mudança na trajetória da inflação brasileira em meados dos anos 1990. Trata-se do manejo da política econômica e da própria arquitetura do programa de estabilização.

---

<sup>13</sup> Este anexo proibia a importação de produtos para os quais havia um “similar nacional”.

<sup>14</sup> Freitas (1999) mostra que o aumento do grau de abertura financeira envolveu a ampliação do leque de instrumentos financeiros à disposição das empresas não-financeiras para a captação de recursos no exterior e a autorização da emissão de *commercial papers*, eurobônus e euronotas por parte das instituições financeiras domésticas para repasse interno dos recursos corrigidos pela variação cambial.

Segundo Franco (1995), o primeiro passo do “processo de regeneração da moeda” no Brasil foi a instituição de um índice único e obrigatório em novas indexações, que é definido como uma unidade de conta oficial, isto é, com atribuição explícita da função de moeda de conta antes mesmo que, quando emitida, adquirisse as funções de reserva de valor e meio de pagamento. A idéia era a de percorrer o caminho inverso do processo que destruiu a moeda, apropriando-se seqüencialmente das funções que perdeu. Na prática, tratava-se de “reestatar as funções perdidas para os agentes privados” (p.34).

Assim, seria necessário iniciar o processo pela redefinição da indexação em termos de uma unidade de conta (URV) e que, além disso, esta unidade fosse o embrião da nova moeda (o Real). Franco (1995) argumenta que a introdução de um novo padrão monetário modificaria a natureza da indexação através de um processo de conversão de um enunciado monetário para outro. A MP nº. 434 determinou que todos os novos contratos fossem feitos em URV (Art. 10º) e facultou aos existentes a conversão conforme a vontade das partes (Art. 7º). No entanto, no momento da primeira emissão do Real e da conseqüente desmonetização do cruzeiro real, todas as obrigações pecuniárias seriam compulsoriamente convertidas em real, preservando o equilíbrio econômico e financeiro. A boa aceitação da URV, junto com a conversão compulsória dos salários, sugeriu que a economia poderia entrar em um processo de “superindexação”, podendo produzir um choque de oferta inflacionário de extensão imprevisível. Por isto, foi praticamente proibida a expressão de preços em URV no varejo<sup>15</sup>. Tem-se, ainda, que a data da 1ª emissão do Real seria divulgada 35 dias da sua realização, substituindo a necessidade de uma *tablita* de deflação destinada a manter o equilíbrio de obrigações pré-fixadas. Por fim, para solucionar a dificuldade causada pelo fato de a indexação defasada provocar resíduos inflacionários, surgiu o Artigo 38, que estabeleceu uma regra para o cálculo dos índices de correção monetária, considerados válidos para o primeiro e o segundo mês do Real. Não se tratava de expurgar e sim de adotar um preceito conceitual correto para a mensuração da perda de poder aquisitivo da moeda em curso.

O objetivo deste relato é não desmerecer a engenhosidade do Plano Real. Segundo Franco (1995), o plano “reproduziu ‘em laboratório’ mecanismos semelhantes aos de um

---

<sup>15</sup> Na verdade, a expressão era facultativa, mas era obrigatória a expressão concomitante dos preços em cruzeiros reais. Assim, devido aos “custos de cardápio”, não haveria aceleração da inflação derivada da introdução da URV.

processo de dolarização” (p.49) e a URV foi um mecanismo inovador e importante para o sucesso (entendido como redução das taxas de inflação) do plano, pois tornou desnecessários mecanismos como o congelamento e a pré-fixação. Assim, a partir de julho de 1994, observou-se uma pronunciada deflação, devida também à frustração das expectativas de um experimento de controle de preços. Contudo, não se deve perder de vista que o plano foi feito em um contexto externo favorável e de implementação de reformas liberalizantes, enquanto todos os programas de estabilização dos anos 1980 enfrentaram problemas de restrição externa. Além disto, o Plano Real contou com uma política econômica que lançou ao mesmo tempo as âncoras monetária e cambial em uma economia que já dispunha de mobilidade de capitais. Deste modo, contou com a flexibilização para baixo da taxa de câmbio que passou a estar inteiramente desindexada, marcando o início de uma nova fase na política cambial brasileira. A retirada do Banco Central do mercado de câmbio permitiu, além do fato de que toda a expansão monetária decorrente do processo de remonetização tivesse lugar mediante redução do volume de títulos públicos em circulação, uma apreciação nominal da taxa de câmbio. A idéia era a de ir além da âncora cambial, tendo em vista a criação de uma pressão deflacionária no universo de mercadorias e serviços com seus preços associados aos do dólar.

A implementação de uma âncora monetária implicaria rever as práticas usuais de política monetária<sup>16</sup> e modificar as instituições que a apoiavam. A passividade do sistema, segundo Franco (1995), era uma necessidade para se prevenir o colapso do sistema de *domestic currency substitution* que servia como barreira à dolarização e às fugas maciças para ativos reais. Portanto, a tarefa de construção de condições para uma política monetária ativa era imensa e deveria ser empregada de forma gradual e posterior à introdução da nova moeda. As inovações trazidas pela MP 542 foram: **(1)** a modificação na composição do Conselho Monetário Nacional (passo importante para a interdependência da autoridade monetária) e a criação da COMOC (Comissão da Moeda e do Crédito); **(2)** modificação do mecanismo autorizativo para as emissões de moeda e a instituição de limites para sua emissão; e **(3)** lastreamento da base monetária nas reservas internacionais. No segundo semestre de 1994, o Banco Central ainda manteve a liquidez restrita devido ao estabelecimento de sucessivas

---

<sup>16</sup> O regime monetário em vigor nos anos anteriores tinha como principal característica o fato de os mecanismos operacionais de política monetária e as instituições a eles associadas terem sido moldados pela necessidade de adaptar e aparelhar o sistema monetário e financeiro a uma convivência pacífica com a inflação alta.

exigências de recolhimentos compulsórios, travando a captação e, sobretudo, as operações de crédito do sistema bancário.

Em suma, a política monetária teve um papel importante no sentido de criar um impulso contracionista necessário para compensar a expressiva pressão expansionista gerada pela transferência de renda, provocada pela drástica redução da inflação. Convém, ainda, destacar a funcionalidade da preservação das taxas de juros elevadas: servia para atrair capital e segurar a demanda interna (Sayad, 1995/96). Aparentemente, a contribuição do ajuste fiscal não foi muito significativa e muito menos uma condição prévia ao plano. Lopes (1989) sugere que uma política de estabilização que simule um processo de hiperinflação não necessita de pré-condições tais como o ajuste fiscal. Barbosa (1993), apesar de defender a importância do ajuste fiscal, chega a reconhecer que ele não precisa anteceder a política de estabilização.

Um dos fatores distintivos do Plano Real em relação aos programas de estabilização da década de 1980 é o fato de ele ter conseguido a sustentação da estabilidade. E tal fato não pode ser explicado apenas por fatores técnicos e pela engenhosidade do plano. A abertura comercial, a mudança no cenário internacional e o manejo das políticas econômicas exerceram um papel fundamental neste processo. Uma vez feita a conversão, a conversibilidade é assegurada pelo fato de a convergência dos *tradables* ser mais rápida que a dos *não tradables*. Isto decorre da aceleração do processo de abertura comercial com forte valorização cambial, que acabam provocando uma mudança na regra de formação de preços. Por fim, um último elemento merece ser destacado: o aumento da taxa de desemprego teve certa funcionalidade na preservação da estabilidade monetária, na medida em que atuava no sentido de corroer os salários e ajustar o mercado de trabalho. Como o desemprego foi maior nos setores expostos à concorrência dos importados, ele acabou ajustando também os preços nos setores não transacionáveis.

Feita esta discussão, fica mais fácil perceber como foi possível alterar o comportamento da inflação brasileira a partir de meados da década de 1990. Esta nova configuração, apesar de estável do ponto de vista da inflação, tem se mostrado incapaz de gerar, de forma sustentada, crescimento econômico. Tal discussão será feita logo a seguir.

***b) As restrições ao crescimento econômico na década de 1990***

Antes de iniciar esta discussão, é conveniente observar os dados referentes à taxa de crescimento anual do PIB e do PIB industrial brasileiro ao longo da década de 1990 (ver Tabela 6). Observando a tabela, nota-se que a década inicia-se com uma recessão que só começa a se reverter a partir de 1993. Em 1994 (ano eleitoral), o resultado de 6% ao ano deveu-se, em grande parte, à redução da inflação (possível devido à fixação do câmbio atrelada à abertura comercial), que trouxe consigo uma elevação do poder aquisitivo médio real, ou seja, instalou-se um clima de euforia marcado pelo fenômeno da “bolha de consumo”. Em função deste aquecimento da demanda somado à perda do ganho inflacionário dos bancos com *floating*, observou-se uma expansão do crédito bancário. Esta foi importante na medida em que forneceu às empresas empréstimos e capital de giro para que as mesmas financiassem suas respectivas produções. No entanto, a estabilização veio acompanhada da abertura externa e da sobrevalorização cambial. Estes elementos contribuíram sobremaneira para o esmagamento da margem de lucros das empresas brasileiras, tendo em vista a notória perda de competitividade. Segundo Costa (1998), tais empresas perderam “o poder anterior de fazer o preço (*price maker*) dos produtos. Tornaram-se tomadoras de preços (*price taker*): quem faz o preço, agora, é o mercado internacional” (p.89). Teve-se, portanto, um aumento das exigências de alongamento dos prazos de financiamento de capital de giro.

**Tabela 6.** Taxa de crescimento anual do PIB e do PIB industrial nos anos 1990

<b>Ano</b>	<b>1990</b>	<b>1991</b>	<b>1992</b>	<b>1993</b>	<b>1994</b>	<b>1995</b>	<b>1996</b>	<b>1997</b>	<b>1998</b>	<b>1999</b>	<b>2000</b>
<b>PIB</b>	-4,4	0,3	-0,8	4,2	6,0	4,2	2,7	3,3	0,2	0,8	4,2
<b>PIB - ind.</b>	-8,2	0,3	-4,2	7,0	6,7	1,9	3,3	4,7	-1,5	-1,6	4,8

Fonte: IBGE

Todavia, em 1995, o plano de estabilização enfrentou um choque exógeno: a crise cambial mexicana. Seu efeito na economia brasileira materializou-se em uma política restritiva de demanda agregada, isto é, em medidas anti-consumo expressas em juros altos e refinanciamento escasso. Os principais resultados destas políticas foram: corte do crédito doméstico e aumento da inadimplência. Deste modo, as empresas que se endividaram (junto

aos bancos, fornecedores e/ou governo) durante o surto de consumo viram-se tendo que enfrentar “uma dívida cada vez mais cara, vendas em quedas, uma rentabilidade menor e clientes também com dificuldades de cumprir pagamentos” (Costa, 1998, p.75). No tocante à taxa de crescimento do PIB, ela cai em 1995-96, elevando-se ligeiramente em 1997, decrescendo consideravelmente em 1998 e se mantendo em um patamar muito baixo em 1999 (0,8%). Em 2000, esta taxa se elevou, retornando ao nível de 1993. Em suma, percebe-se, claramente, uma ausência de crescimento sustentado.

Para entender este comportamento da economia brasileira nos anos 1990, é preciso considerar, em primeiro lugar, que o processo brasileiro de liberalização, cuja dimensão mais expressiva foi a abertura financeira e comercial, ocorreu de uma forma muito intensa. Carneiro (2000) destaca quatro grupos de efeitos da abertura comercial sobre a economia brasileira. O primeiro diz respeito à especialização produtiva. Para este autor, os impactos da abertura sobre a indústria dão-se através de um crescimento muito rápido do coeficiente importado (que se traduz em um “esgarçamento” das cadeias produtivas, ou especialização da produção, generalizada, mas que se concentra nos setores industriais mais dinâmicos, isto é, os intensivos em capital e tecnologia) e de um crescimento moderado do coeficiente exportado (que expressa a permanência de uma maior importância do mercado interno *vis-à-vis* o externo). Assim, as mudanças na estrutura industrial ocorrem no sentido de aumentar a fatia dos setores intensivos em recursos naturais, tais como a mineração, a siderurgia etc.

Estas transformações na estrutura produtiva fazem com que a abertura provoque um segundo grupo de efeitos relativos à inserção externa. Esta se agrava na medida em que ocorre uma queda generalizada da taxa de comércio externo para todos os setores industriais. As mudanças verificam-se através da ocorrência de um elevado crescimento das importações<sup>17</sup> (acima da média mundial), concomitantemente a um menor dinamismo das exportações<sup>18</sup>, o que acarreta uma deterioração do saldo comercial e, conseqüentemente, do saldo em conta corrente (ver Tabela 7).

---

<sup>17</sup> As importações passaram a se concentrar em bens intensivos em capital e tecnologia e a se originar dos países desenvolvidos.

<sup>18</sup> Já as exportações restringiram-se praticamente a bens intensivos em trabalho e recursos naturais, sendo que, em sua maioria, destinavam-se aos países subdesenvolvidos. Este comportamento das exportações e importações assemelha-se ao que se verificava no sistema de divisão internacional do trabalho anterior a 1930.

**Tabela 7. Saldo em Transações Correntes e Saldo como % do PIB**

<b>Ano</b>	<b>1990</b>	<b>1991</b>	<b>1992</b>	<b>1993</b>	<b>1994</b>	<b>1995</b>	<b>1996</b>	<b>1997</b>	<b>1998</b>	<b>1999</b>	<b>2000</b>	<b>2001</b>
<b>Saldo (US\$bi)</b>	-3,8	-1,4	6,1	-0,6	-1,7	-18,0	-23,1	-30,8	-33,5	-25,4	-24,7	-23,2
<b>TC/PIB</b>	-0,8	-0,4	1,6	-0,1	-0,3	-2,6	-3,0	-3,8	-4,2	-4,8	-4,2	-4,6

Fonte: BCB/DEPEC/DIBAP.

Os outros dois tipos de efeitos dizem respeito à estrutura de propriedade e à dinâmica do investimento e do crescimento econômico. Em relação ao primeiro, tem-se que a abertura comercial, associada ao processo de liberalização financeira, provocou uma expansão do Investimento Direto Estrangeiro (IDE), mas sob a forma de fusões e aquisições (1994-95) e de privatizações (1996-98). O resultado foi uma desnacionalização da propriedade das empresas locais, agravando o desmonte, via aumento significativo do peso da grande empresa estrangeira na nova configuração do padrão de desenvolvimento baseado no tripé que sustentou, até os anos 1980, a produção industrial do país. No tocante à dinâmica do investimento, verifica-se um baixo dinamismo, ao lado da “desarticulação dos macro-setores”, ocasionando uma perda dos efeitos de encadeamento da estrutura produtiva. No período 1995-97, teve-se uma elevação da taxa global de investimento com a remoção de gargalos produtivos. Contudo, tratava-se de um ciclo de curta duração, pois, nos anos seguintes, a taxa volta a cair. No geral, a performance do investimento mostrou-se medíocre, inviabilizando o crescimento sustentado.

Antes de prosseguir com a análise das restrições impostas ao crescimento durante os anos 1990, é importante explicitar as polêmicas existentes quanto a este ponto. A visão oficial é a de que tanto o processo de liberalização quanto o programa de estabilização estão inseridos no novo modelo de desenvolvimento, cujo motor primordial está materializado na concorrência internacional. A idéia do modelo é a de que a abertura comercial é capaz de facilitar tanto o acesso ao mercado internacional quanto a entrada de novos produtores no mercado interno (antes protegido), estimulando, assim, a concorrência que, por sua vez, leva as empresas domésticas a um processo de reestruturação que as conduzem, enfim, à tão almejada modernização, garantindo o crescimento econômico sustentado.

Para Barros e Goldenstein (1997), a abertura da economia é uma condição imposta pela globalização, ou seja, a abertura é a condição *sine qua non* para a estabilização, pois força as empresas, submetidas à concorrência, a reduzir custos, aumentar a produtividade e introduzir novas tecnologias. Estes autores consideram a elevação das taxas de juros uma questão conjuntural, de modo que a abertura e a estabilidade devem reverter positivamente as decisões de investimento das empresas nacionais e estrangeiras. Portanto, a retomada do crescimento deve ocorrer assim que se consolidar a reestruturação do regime fiscal e a reestruturação produtiva.

Fonseca *et alli* (2000) argumentam que o crescimento ainda não fora retomado em função do fato de a indústria ainda não ter encontrado sua nova estrutura de orientação externa. Moreira (2000) também vai nessa linha, caracterizando a década de 1990 como um período de transição da indústria brasileira para um novo regime de comércio, capaz de eliminar as distorções do regime de substituição de importações. Para este autor, os impactos da abertura ocorreram na direção esperada e desejada, apesar da existência de um ambiente macroeconômico desfavorável. Além disto, defende que as mudanças estruturais provocadas pelo movimento de especialização não indicam danos significativos às perspectivas de crescimento e que as evidências reforçam a presença de ganhos substanciais em termos de eficiência técnica e alocativa. O autor faz, enfim, uma avaliação positiva do processo, embora deixe claro que o ajuste ao novo regime ainda não se completou.

Outros autores posicionam-se de forma contrária neste debate, tendendo a concordar com a visão de Carneiro (2000) já exposta. Coutinho (1997), por exemplo, destaca que a abertura trouxe dois efeitos importantes: a rápida desnacionalização da indústria em muitos setores e a desindustrialização dos setores e segmentos mais atingidos. Esta última avançou em três dimensões: **(1)** redução do valor agregado no país em todas as cadeias industriais complexas; **(2)** perda de espaços da oferta doméstica de bens finais pela ocupação de parte do mercado por produtos importados; e **(3)** supressão da produção em certos segmentos de bens de capital, informática, telecomunicações etc. Este autor identifica uma correlação entre baixo dinamismo de certos setores industriais e penetração de importados. A idéia é a de que “em vez de viabilizar uma política isonômica de incentivos sistêmicos à busca de competitividade, a distorção do câmbio sobrevalorizado e dos juros altos tende a agravar a heterogeneidade e a desigualdade de oportunidades de desenvolvimento” (p.p.94-95).

Ao discutir o processo brasileiro de internacionalização nos anos 1990, Laplane *et alli* (2000) destacam o grande aumento da participação das empresas estrangeiras na economia brasileira, sobretudo a partir de 1994, como resultado dos crescentes fluxos de IDE, sendo que a maior parte não se destinou à formação de nova capacidade produtiva e sim à aquisição da capacidade já existente. No Brasil, grande parte das fusões e aquisições estava relacionada ao processo de privatização de empresas industriais e do setor de serviços públicos, ou seja, a internacionalização foi acompanhada de intensa desnacionalização. Os autores fazem, ainda, uma crítica aos defensores da tese de que a internacionalização poderia constituir uma alternativa viável para a retomada do crescimento e para a redução da vulnerabilidade externa. Os resultados de suas análises das atividades comerciais das filiais brasileiras não condizem com as avaliações otimistas quanto a sua contribuição para a redução da vulnerabilidade externa. Ao contrário, as crises da Ásia (1997), Rússia (1998) e Brasil (1999) trouxeram de volta este tema. Matesco (2000) contribui, mostrando que o ciclo de IDE concentrou-se em setores industriais já bastante internacionalizados e em setores de serviços em que a presença de capital estrangeiro fora historicamente irrisória. É importante frisar que, enquanto Moreira (2000) considera que as dificuldades enfrentadas pelas empresas nacionais são oriundas das imperfeições nos mercados de produtos industriais e no mercado de capitais, além das características inadequadas do modelo de industrialização anterior (protecionismo), Laplane *et alli* (2000) sugerem que foi a estratégia de abertura que ocasionou as dificuldades e, em muitos casos, a desnacionalização da indústria.

Para finalizar este debate acerca da problemática da reestruturação produtiva no Brasil na década de 1990, defende-se aqui que uma análise mais ampla do processo conduz à percepção de que a mesma concentra-se em alguns segmentos dinâmicos e internacionalizados e nos grupos de empresas líderes, de modo que o restante do setor produtivo tende a ficar marginalizado de condições adequadas de financiamento e de acesso aos programas tecnológicos, permanecendo associado a estratégias empresariais defensivas, que levam à intensificação do uso predatório da mão-de-obra, como forma de obtenção de ganhos adicionais de produtividade. De um modo geral, tem-se um ambiente desfavorável ao investimento produtivo e à competitividade nacional. Neste ambiente, as empresas com menor capacidade competitiva tendem a optar por estratégias de adaptação limitadas e de sobrevivência, dada a desvantagem em relação aos competidores internacionais. Assim, junto

com o processo de modernização (sobretudo nas grandes empresas), ganha força um outro processo, marcado pela desarticulação das cadeias produtivas associada à ampliação do grau de heterogeneidade no interior da economia nacional.

Isto posto, pode-se passar a tratar de forma mais explícita e sistemática das restrições ao crescimento. Para Delfim Netto (1997), o Plano Real teve êxito no combate à inflação, mas trouxe consigo armadilhas que bloqueiam a possibilidade de retomar uma trajetória de crescimento econômico sustentado. Este autor destaca, em sua argumentação, os efeitos do câmbio sobrevalorizado, mostrando que o país começa a sacar sobre o exterior, passando a financiar o *déficit* do governo com o *déficit* em conta corrente (ver Tabela 7). Quando a situação começa a ficar insustentável, o governo vê-se obrigado a fazer um constrangimento no processo produtivo. Como o objetivo fundamental é manter a estabilidade, a escolha é a de reduzir o ritmo de crescimento pela via da restrição do crédito e pela sustentação de altas taxas de juros. Segundo este autor, cada vez que a economia começa a crescer, amplia-se o *déficit* em conta corrente e o país entra em um processo de *stop and go*. Este sistema acaba produzindo um grande desequilíbrio no processo produtivo, pois as altas taxas de juros, mantidas para atrair capital externo para financiar o *déficit* em transações correntes e acumular reservas, e o conseqüente constrangimento do crédito, recaem principalmente sobre a pequena e média empresa industrial nacional.

Além do *déficit* em conta corrente, Delfim Netto (1997) identifica outro constrangimento ao crescimento, derivado da ausência de investimentos em infra-estrutura, que se encerraram em 1984-85. A razão desta ausência, segundo o autor, encontra-se na dissipação da capacidade de investimento do setor público (que até então era o responsável por este tipo de investimento), devido, sobretudo, ao custo da dívida pública. A idéia é a de que o mecanismo de estabilização, que produz uma enorme acumulação de reservas, exige, para manter o controle da base monetária, que se emita uma dívida interna correspondente: “nós dissipamos em juros aquilo que antes era investimento” (p.97). Souza e Pinto (1999) também identificam seqüelas importantes na infra-estrutura brasileira em função da prolongada redução dos investimentos. Estes autores mostram que este tipo de investimento funcionava no sentido de remover um eventual teto ao crescimento econômico. Contudo, eles têm uma visão positiva quanto à possibilidade de retomar tais investimentos através das privatizações. O fato é que, na área de infra-estrutura, existem setores essenciais, em locais de baixa densidade

populacional, e que historicamente foram providos pelo Estado e financiados com subsídios cruzados. No novo contexto de crescente presença de capital privado no provimento da infraestrutura, como ficaria o atendimento de tais serviços de baixíssima ou nenhuma rentabilidade? Nota-se que o problema é mais complexo e envolve toda a questão do financiamento deste tipo de investimento. O importante é ter claro que se trata de uma restrição ao crescimento. Segundo Ferreira (1996), “a queda contínua dos investimentos em infra-estrutura vem tendo impacto negativo sobre o produto e, se não for revertida decididamente nos próximos anos, seja através de investimentos públicos diretos, parcerias, vendas e/ou concessões para o setor privado, a taxa de crescimento do produto e da produtividade da economia brasileira encontrará limites rígidos em um futuro bem próximo” (p.231).

Em síntese, tem-se que os resultados iniciais do Plano Real foram benéficos principalmente para as populações urbanas pobres. Tavares (1997) mostra que, já em 1995, as elevadas taxas de juros produziram uma crise de liquidez interna e restrições à demanda agregada, que visavam conter a deterioração das contas externas. Disto resultaram a inadimplência de famílias e empresas e a crise bancária (PROER), o aumento do desemprego e a ampliação da fragilidade financeira do setor público. No ano seguinte, a recuperação da atividade econômica foi precária, mantendo-se a deterioração das contas externas e das contas públicas. Para esta autora, tal deterioração constituía um verdadeiro óbice à retomada sustentada do crescimento. A idéia era a de que o arranjo monetário-cambial aumentou a dívida mobiliária e a dívida externa, provocando desajustes macroeconômicos e aumentando a vulnerabilidade externa. É essencial destacar que a autora não vê apenas restrições de curto prazo ao crescimento da atividade econômica corrente. Ela alerta ainda para o fato de que o desenvolvimento de longo prazo também está comprometido, tendo em vista os já discutidos efeitos sobre a indústria e sobre os investimentos em infra-estrutura e também a deterioração fiscal e financeira do Estado, assim como o agravamento da questão ocupacional. Enfim, as conseqüências das políticas adotadas na década de 1990 consubstanciam-se em três tendências de difícil reversão: **(1)** desequilíbrios crescentes em transações correntes; **(2)** crise fiscal permanente; e **(3)** desemprego estrutural sem precedentes.

Antes de encerrar esta discussão, convém abordar ainda a questão da desvalorização cambial de 1999. Grande parte dos autores tendia a concordar no sentido de que a apreciação cambial traria sérios obstáculos ao processo de crescimento econômico. Para Pastore e Pinotti

(2000), a flexibilização cambial aparecia como a grande solução capaz de desencadear a retomada do crescimento em níveis adequados e sustentáveis. Isto porque os custos de defesa de um regime de câmbio fixo seriam altos, pois a política monetária do país perderia a sua eficácia para agir sobre o nível de emprego e renda e o país ficaria vulnerável a ataques especulativos. Em setembro de 1998, a crise acentuou-se no Brasil, que sofreu forte perda de reservas (ver Tabela 8) em função da saída de capitais. As razões desta saída, segundo Giambiagi (1998), foram: **(1)** efeitos da moratória russa sobre a disponibilidade de crédito para as economias emergentes; **(2)** necessidade de os grandes bancos cobrirem perdas em outros mercados; **(3)** o temor de uma desvalorização; **(4)** o boato de que alas do governo estariam defendendo maior correção cambial; **(5)** a suspeita de que o governo adotasse algum tipo de obstáculo à saída de capitais e **(6)** a queda dos títulos públicos brasileiros no exterior, tornando vantajosa a recompra de papéis por parte das empresas sediadas no Brasil. A reação brasileira à crise foi trabalhar com a perspectiva de um ajuste fiscal expressivo para 1999, de modo a credenciar o país para receber um apoio externo.

**Tabela 8.** Reservas internacionais na década de 1990 em bilhões de US\$

<b>Ano</b>	<b>1990</b>	<b>1991</b>	<b>1992</b>	<b>1993</b>	<b>1994</b>	<b>1995</b>	<b>1996</b>	<b>1997</b>	<b>1998</b>	<b>1999</b>	<b>2000</b>
<b>Reservas</b>	10,0	9,4	23,8	32,2	38,8	51,8	60,1	52,2	44,6	36,3	33,0

Fonte: Ipeadata *apud* IBGE.

A política de desvalorização cambial proposta por Giambiagi (1998) – manutenção de uma desvalorização nominal de 7 a 8% – não foi seguida e, em janeiro de 1999, o Brasil não conseguiu evitar a megadesvalorização do real. Assim, o país migrou da âncora cambial para a âncora monetária através do regime de metas de inflação, que direcionava as flutuações das taxas de juros diretamente pela determinação das taxas de inflação. Todavia, as evidências não apontam para a visão otimista de Pastore e Pinotti (2000), pois nota-se a preservação do círculo vicioso (aumento da taxa de juros, queda dos investimentos, deterioração das transações correntes, ameaça de ataques especulativos) e do crescimento reprimido. Isto não significa que a mudança de regime cambial seja indiferente. De fato, o *déficit* em transações correntes diminuiu, embora não na magnitude esperada, pois continua ainda bem elevado. O que se está defendendo, aqui, é que o câmbio flexível não é capaz de solucionar o problema da

restrição externa. Embora ele aumente a faixa de oscilação, ainda mantém a taxa de juros amarrada e não resolve os problemas estruturais do balanço de pagamentos. A desvalorização altera os preços relativos entre *tradables* e *não tradables*, com queda dos salários reais, redução do consumo e impactos recessivos. Além disto, existe o problema fiscal não resolvido, apesar da geração de *superávits* primários. Portanto, a mudança de regime cambial não afrouxou as restrições ao crescimento que mantém seu caráter travado. Como sair desse impasse? Quais seriam os elementos de um possível padrão alternativo de crescimento sustentável a partir do quadro atual? Estas questões serão o objeto das reflexões do próximo item.

### **1.1.3. Os requisitos/possibilidades para a retomada sustentada do crescimento**

Autores como Garcia (1996) enxergam uma ligação entre os processos de estabilização e de crescimento, de modo que “sem o sucesso do combate antiinflacionário, o crescimento econômico não passará de um surto efêmero (...)” (pp.5-6). Este autor defende, assim, que qualquer “saída” não deve violar as condições necessárias ao combate da inflação, com destaque para a inexistência de *déficit* público até a consolidação plena da estabilização monetária. Por isto é que é crucial que se consiga promover o investimento privado que, para Garcia (1996), seria a base da nova fase de crescimento sustentado. Moreira (2000) também argumenta nesta linha, defendendo que o caminho “passa necessariamente por uma convergência mais acelerada rumo à fronteira internacional em termos de produtividade, qualidade e *marketing*” (pp.55-56). Para tanto, seria preciso que as empresas enfrentassem os desafios da gestão profissional, do maior investimento em marcas e capacitação tecnológica, da obtenção de escalas competitivas e da internacionalização. Este autor vai mais além ao afirmar que isto é necessário, mas não suficiente. A abertura da economia deve ser preservada, com o intuito de manter a pressão da concorrência externa. Deste modo, chegar-se-ia a um ambiente macroeconômico favorável, cabendo ao Estado a função de minimizar os impactos negativos das falhas de mercado sobre a capacidade de sobrevivência das firmas. Isto significa que cabe ao Estado acelerar o processo de reestruturação produtiva através do BNDES que, segundo Moreira (2000), tem condições de funcionar como um banco catalisador de uma reestruturação que gere, simultaneamente, firmas nacionais mais competitivas e estruturas de mercado mais competitivas. Para Franco (1998), o elemento central de um projeto de

crescimento que contemple também a redução da pobreza e da concentração de renda é a aceleração do crescimento da produtividade, motivada pela abertura comercial.

Baumann (2001) associa as restrições ao crescimento ao fato de as reformas liberalizantes não terem sido completadas, de modo que completá-las seria o caminho para a retomada do crescimento. Neste sentido, o ajuste fiscal é imperativo, para que, no futuro, sejam evitadas as taxas de juros muito altas e retomadas as ações do setor público. Este autor defende, ainda, a reestruturação financeira, considerada fundamental em um mundo de intenso movimento de capitais. No entanto, Baumann (2001) faz alguns alertas. Primeiro, a estabilização de preços não deve ser a única meta da política econômica. E segundo, contar com o gasto externo para a retomada do crescimento é arriscado, posto que as decisões dos investidores estrangeiros não se baseiam apenas no que ocorre com as variáveis internas. Giambiagi (1998), por outro lado, ressalta que a capacidade de crescimento da economia brasileira dependerá do desempenho das exportações e da evolução da taxa de investimento. Segundo este autor, o comportamento das exportações, em 1998, foi prejudicado pelos preços baixos e pelo colapso da demanda dos países asiáticos, de maneira que seria razoável imaginar um crescimento importante das exportações para os próximos anos. No que diz respeito à taxa de investimento, Giambiagi (1998) salienta que não se deve esperar que ela retorne aos níveis dos anos 1970, ou seja, uma meta razoável seria elevá-la para algo em torno de 20% do PIB. A idéia é a de que a recuperação do crescimento seja liderada pelo investimento, sobretudo nos setores privatizados. As previsões do autor têm-se mostrado pouco realistas.

Todas as visões destacadas acima, de um modo geral, mostram-se otimistas quanto à possibilidade de o Brasil se tornar uma economia sólida, com preços estáveis, crescimento econômico e redução da pobreza e da desigualdade social. Em essência, o argumento é que o país ainda está complementando seu processo de modernização, que o tornará capaz de iniciar um período de bastante prosperidade econômica. Evidentemente, há outras visões a respeito. Pensando a retomada do crescimento econômico a partir do processo de liberalização vivenciado pela economia brasileira, Baer (1995) sugere que a saída deve se dar a partir da busca de poupança, especialmente para o setor público. Já Gonçalves (1996) enfatiza a necessidade de se retroceder no processo de liberalização, efetivando-se um controle dos fluxos de capitais no país. A idéia deste autor é a de que, apesar da globalização financeira, ainda há margem para influenciar a economia doméstica através da escolha de política

econômica. Gonçalves (1996) admite que a liberalização possa, ao permitir maior acesso ao mercado internacional, gerar uma fonte alternativa de financiamento. O grande problema, para este autor, foi que o país liberalizou sua economia sem dispor das pré-condições necessárias: reforma fiscal e financeira; manejo macroeconômico convergente com as expectativas dos agentes e operações de redução do estoque da dívida externa.

Sem dúvida um dos problemas centrais a ser equacionado é a questão do financiamento, sobretudo o de longo prazo. Em 1995, a principal fonte de recursos para o investimento foi o autofinanciamento (83%), seguido pelo BNDES (26%)<sup>19</sup>. Em 1996, teve-se, além de uma elevação do endividamento bancário (devido à facilidade de obtenção de crédito de curto prazo), um incremento na demanda por outras fontes de financiamento (em função do esvaziamento de caixa do ano anterior). Constata-se, portanto, uma maior necessidade de financiamento de longo prazo, na medida em que, devido às grandes perdas oriundas da inadimplência, as empresas ficaram com dificuldade para saldarem suas dívidas junto ao sistema bancário e para obterem *funding*. Este é importante na conversão de obrigações de curto prazo em dívidas de longo prazo. Sua ausência reduz a capacidade de financiamento e sua obtenção está estreitamente ligada aos investidores institucionais. Por isto é que a existência de um mercado de capitais desenvolvido é importante para que uma economia estável constitua um esquema de financiamento capaz de manter um crescimento auto-sustentado. Todavia, no país, o mercado de capitais e as bolsas de valores são deveras limitados. Uma eventual modernização do mercado de capitais brasileiro possibilitaria, às grandes redes varejistas, uma elevação do capital de giro e o uso de uma parcela maior do capital próprio para o parcelamento das vendas; e às pequenas e médias empresas, acesso ao mercado de crédito convencional (devido à saída das grandes empresas para o mercado de capitais). É preciso esclarecer que o problema não se restringe a uma carência de fundos, mas também há uma escassez de demanda para tais fundos, nas condições contratuais oferecidas, ou seja, equacionar o problema do financiamento de longo prazo é decisivo, mas não assegura por si só a retomada para uma trajetória de crescimento sustentado.

No tocante à questão da reestruturação produtiva, Suzigan (1992) advoga que a política industrial não pode resumir-se a abrir a economia, ou seja, antes de liberalizar as

---

<sup>19</sup> Dados da FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) *apud* COSTA (1998).

importações, dever-se-ia racionalizar os sistemas de proteção (tarifa, barreiras não tarifárias e câmbio) e de promoção (incentivos, subsídios, financiamento), segundo critérios de prioridade e seletividade articulados e sincronizados a metas de superação do atraso tecnológico e implantação dos segmentos representativos das novas tecnologias. Este autor destaca, ainda, a necessidade de construir um padrão de crescimento com distribuição de renda, não só pela necessidade de se retomar o crescimento do mercado interno, mas também como forma de estimular a modernização (baixos salários contribuem para prolongar a vida útil de equipamentos obsoletos). Tem-se, também, que o crescimento com distribuição de renda condiciona mas não impõe um padrão de inserção externa. Por isto, é preciso escolher se o país vai se especializar em setores/produtos nos quais tem vantagens “naturais” (inserção passiva) ou vai procurar criar vantagens comparativas. E, dependendo do padrão de desenvolvimento e da forma de inserção externa, devem-se definir as normas de incorporação de progresso técnico, determinando se o país vai desenvolver capacidade de inovar ou se vai limitar-se a adquirir capacidade de produção. Esta opção vai condicionar as necessidades em termos de infra-estrutura de ciência e tecnologia e do sistema educacional. Resta a dúvida: dentro do modelo escolhido pelo país há, de fato, possibilidade de escolha, como sugere Suzigan (1992)?

Para Delfim Netto (1997), a única saída seria através de uma retomada significativa das exportações. Este autor faz uma crítica ao otimismo da visão liberal: “temos que reagir à idéia de que o simples funcionamento do mercado, sem controles, vai produzir um desenvolvimento econômico decente (...); ou o Brasil se liberta dessa ideologia e pensa com seriedade seus problemas reais, ou ele se entrega de mãos amarradas, como está se entregando, num processo de globalização no qual será um mero coadjuvante sem importância” (p.100). Para Kregel (1999), seria muito pouco provável se conseguir operacionalizar uma saída que conjugasse estabilização e crescimento econômico, pois a política de estabilização adotada no Brasil seria intrinsecamente desestabilizante e, uma vez bem sucedida, carregaria as sementes de sua própria destruição ao produzir agudas divergências entre taxas de juros e taxas de crescimento com relação ao resto do mundo. A tese do autor é a de que as crises são sistêmicas, de modo que “tornar o sistema mais estável significa mudar sua base de fluxos livres e desimpedidos de capital através dos países” (p.139). Neste sentido, seria crucial reduzir a dependência sobre as taxas de juros como ferramenta política. Todavia, no Plano Real as taxas de juros continuaram

a ser o principal instrumento de política econômica, sendo incapazes de restabelecer o crescimento brasileiro com estabilidade de preços porque herdaram uma estrutura distorcida de dívida pública interna, não podendo adotar uma política monetária expansionista mesmo que se desejasse (o que visivelmente não era o caso). Atualmente, a verdadeira questão com que se defronta o Brasil é a da definição de objetivos para as políticas.

Reforçando as dificuldades para, a partir do quadro atual, retomar o crescimento, Belluzzo e Coutinho (1996) ressaltam que “nem o desenvolvimento nem a estabilização estão automaticamente assegurados pela globalização” (p.130), pois esta submete as economias da América Latina a novas armadilhas, como constrangimentos macroeconômicos e vulnerabilidade externa, e enfraquece os Estados nacionais. Neste sentido, o desafio do desenvolvimento, sob a globalização, para os autores, consiste em obter uma articulação Estado-mercado, cujo novo papel estatal seria o de induzir à cooperação, à coordenação dos atores e à redução da incerteza: “sua tarefa não é de escolher vencedores mas de criar condições para que os vencedores apareçam” (p.151). Tavares (1997) reforça de forma mais enfática a necessidade e a importância de se recuperar o Estado, no sentido de reconstruí-lo, democratizando os espaços públicos através da participação ativa dos agentes sociais e de alianças políticas. Mantega (1994) também corrobora esta visão, ao defender que um ajuste econômico duradouro é inviável sem a explicitação dos conflitos, sem a eliminação dos ganhos e perdas e sem o comprometimento dos principais segmentos da sociedade, orquestrados por um Estado dotado de legitimidade e credibilidade, alicerçado em uma política ativa de rendas.

O modelo de desenvolvimento brasileiro gerado nos anos 1930 – que durou, grosso modo, até os anos 1980 – mostrou-se deveras concentrador. A idéia de uma retomada do crescimento deve envolver uma melhoria distributiva, ou seja, as estratégias devem, sem descartar o crescimento econômico, enfatizar o papel de políticas redistributivas que enfrentem a desigualdade. Para Barros e Mendonça (1994), a maioria das desigualdades de renda no Brasil é gerada por um sistema educacional marcado por desigualdades de oportunidades, em grande medida, devido às grandes disparidades regionais. Barros *et alli* (2001) defendem que os determinantes da pobreza no Brasil estão menos relacionados com a escassez de recursos do que com a desigualdade de renda. Assim, a estratégia de redução da pobreza deve solicitar “uma combinação de políticas que diminuam a desigualdade” (p.19),

pois os níveis de pobreza são mais sensíveis a alterações no grau de desigualdade do que a alterações no crescimento econômico: ainda assim este representa uma via importante, apesar de lenta, para combater a pobreza. Por isto é que é imperativo o estabelecimento de um novo pacto social, que contemple a prioridade de uma estratégia de redução da desigualdade, isto é, um projeto de sociedade que enfrente o desafio de combinar democracia com eficiência econômica e justiça social. Já Draibe (1997) apresenta uma possível agenda de reformas no campo social, sinalizando para a tendência de descentralização das políticas. Contudo, é difícil conciliar políticas liberalizantes neoliberais e estratégias de descentralização dos gastos sociais. Ao analisar a política social no Brasil dos anos 1990, Lessa *et alli* (1997) concluem que esta não passa de um nicho econômico, não sendo parte integrante das decisões estratégicas do governo. Defendem também o ataque à desigualdade, pois esta constitui um fator de polarização e de conflito, dificultando a consolidação da solidariedade social, base da adesão a programas voltados à aquisição de cidadania pelos mais pobres.

Para Erber (1990), como a crise representa um esgotamento de um padrão de desenvolvimento, entendido como o conjunto de normas que regem os processos econômicos e políticos, a retomada da industrialização envolve também modificações nas normas de incorporação de progresso técnico, financiamento, relação salarial, intervenção do Estado e inserção internacional. Singer (1996) argumenta que o Estado foi ferido como instituição política e social ao se subordinar aos desejos dos detentores do capital. Assim, “o desafio que se coloca não é meramente voltar a um modelo de Estado regulador e coordenador, que funcionou no passado mas que se enredou de tal modo nas disputas dos interesses particulares (corporativos) que perdeu sua funcionalidade” (p.159). O Estado que o Brasil precisa requer que a liberdade irrestrita de movimentação do capital seja revogada, o que não significa o estabelecimento de controles burocráticos, discriminatórios e contornáveis via corrupção.

Enfim, depois de toda essa exposição de idéias e visões de mundo, conclui-se aqui que pode até haver meios, ainda que cada vez mais difíceis, de se conseguir retomar o crescimento econômico, mas as possibilidades históricas de um desenvolvimento social integrador (ou includente) no país encontram-se bastante reduzidas. Defende-se, portanto, a idéia de desenvolvimento presente em Furtado (1984), isto é, aquela que não se restringe ao mero crescimento econômico. É preciso ter como referência que desenvolver significa também incorporar o conjunto da população no processo de desenvolvimento que, por sua vez, deve

estar subordinado a um projeto nacional. O padrão de “desenvolvimento” que entrou em crise nos anos 1980, permanecendo nela na década de 1990, foi dinâmico, mas gerou grande exclusão social, agravando os problemas estruturais do país. A reversão de todo esse quadro perverso não se restringe à recuperação do crescimento econômico, ou seja, exige o equacionamento efetivo de problemas estruturais como a questão agrária e a desigualdade social e regional, ou seja, o problema deve ser encarado politicamente, buscando redefinir o próprio “modelo” de desenvolvimento do país.

## **1.2. Impactos no mercado de trabalho**

Entender o funcionamento do mercado de trabalho brasileiro e suas transformações ao longo das décadas de 1980 e 1990 requer uma análise de seus elementos estruturantes, isto é, daqueles que conformam as suas particularidades. Isto significa que a questão do emprego deve ir além do problema do desemprego aberto, ou seja, precisa não abstrair que os salários da maioria da população são extremamente baixos e que existe um “excedente estrutural de mão-de-obra” que favorece a informalidade, a marginalidade e a exclusão social.

Neste esforço de apontar as tendências gerais do comportamento do mundo do trabalho no Brasil, é necessário destacar a importância da questão agrária, que é fundamental para se entender o caráter excludente do mercado de trabalho, a origem das desigualdades regionais e, conseqüentemente, da concentração da pobreza na região Nordeste. É necessário considerar, enfim, que o mercado de trabalho brasileiro é fortemente marcado por essa heterogeneidade que, fruto de uma herança social, impede o desenvolvimento de criar homogeneização provocando, ao contrário, desigualdades que, desde o período colonial, não foram superadas. Deste modo, na análise histórica das principais características e do funcionamento do mercado de trabalho a ser feita, deve-se ter sempre em mente que a exclusão social e o excedente de mão-de-obra são elementos estruturais da sociedade brasileira.

### **1.2.1. Linhas gerais do mercado de trabalho: das origens ao final dos anos 1970**

Visando a contextualização histórica do tema, é importante elaborar um panorama geral, destacando os aspectos relevantes da conformação do mercado de trabalho no Brasil e

das características que condicionam a sua evolução. O mercado de trabalho brasileiro conforma-se no final do século XIX, com a emergência do trabalho assalariado. Nesta fase primário-exportadora da economia nacional, observa-se a combinação de um setor atrasado com um moderno, que contribuía para a formação de um mercado de trabalho desfavorável aos trabalhadores. De acordo com Oliveira (1998),

(...) a oferta ilimitada de mão-de-obra desejosa de abandonar o setor tradicional pressionava o mercado de trabalho no núcleo capitalista exportador, impedindo que os salários desse setor crescessem, acompanhando os aumentos de produtividade (Oliveira, 1998, p.115).

Evidencia-se, então, um elemento que explica a tendência a baixos salários. Um outro ponto central (inclusive até os dias atuais) é, como já foi levantado, a questão agrária, mantida presente pela não eliminação do latifúndio, que inviabilizava a formação de uma camada de pequenos proprietários livres no campo. Além deste problema, convém ressaltar o papel exercido pela imigração externa na formação do mercado de trabalho assalariado. Tanto na indústria nascente quanto no setor de serviços deste mercado assalariado, havia uma significativa preferência pelos imigrantes estrangeiros.

Dos anos 1930 aos 1960, vivencia-se o processo de industrialização, que criou anseios no sentido de superação do atraso e da miséria, baseados na convicção de que a indústria garantiria crescimento econômico e ganhos de produtividade. No entanto, nas suas duas fases<sup>20</sup> (a restringida e a pesada), evidenciou-se a incapacidade de a indústria homogeneizar a estrutura social<sup>21</sup> e de transferir os ganhos de produtividade aos salários. Concomitantemente à industrialização, assistiu-se a um processo de urbanização intenso e caótico, com processos migratórios extremamente velozes, favorecendo o caráter excludente do mercado de trabalho urbano e a incapacidade de incorporar o conjunto dos trabalhadores no desenvolvimento econômico.

---

<sup>20</sup> Sobre o funcionamento do mercado de trabalho durante a industrialização restringida, conferir Baltar e Dedecca (1992).

<sup>21</sup> A não ocorrência da tendência à homogeneização não deve ser atribuída à falta de dinamismo, dado que, sobretudo a partir dos anos 1960, o mercado de trabalho mostrou-se bastante dinâmico. As elucidações para esta questão devem ser buscadas em fatores como a organização social agrária, as heranças do escravismo colonial e os modernos “monopólios sociais”, enfim, nas especificidades estruturais do mercado de trabalho brasileiro.

O período 1950-1980 costuma ser caracterizado pelo seu notável dinamismo, principalmente na década de 1970, em que se vivia a fase do “milagre econômico”<sup>22</sup>, com formalização crescente, isto é, com elevadas taxas de crescimento do emprego formal.

Verificava-se, também, uma diversificação da estrutura do emprego urbano e uma elevação da participação do setor terciário moderno. Todavia, o intenso dinamismo e o também intenso processo de mobilidade social foram acompanhados por um outro processo de exclusão social, marcado pelo arrocho na base salarial, pelo aumento da concentração de renda e pela repressão política. Isto porque a velocidade do processo de urbanização depositou, nas cidades, um contingente elevado de trabalhadores que não foi absorvido, totalmente, pelo mercado de trabalho formal. Além disto, os efeitos do “milagre” no tocante ao mercado de trabalho distribuíram-se, regionalmente, de forma desigual. São essas, então, as principais características da evolução do mercado de trabalho até o final dos anos 1970.

Antes de entrar na discussão das especificidades dos anos 1980 e 1990 e das relações dessas décadas com as anteriores, convém, ainda, tratar sucintamente do papel do regime militar na dinâmica do mercado de trabalho e na determinação dos salários. Neste aspecto, duas características se destacam: o bloqueio à ação sindical e a eliminação da legislação referente à estabilidade no emprego. Através da repressão, anulava-se a representação política dos trabalhadores e se permitia a existência de um regime de gestão da mão-de-obra que gerava insegurança, na medida em que assegurava a possibilidade de rotatividade sem custos adicionais oriundos de legislação<sup>23</sup>. Esta, associada ao excedente de mão-de-obra, tornou o mercado de trabalho mais flexível. Além desta flexibilidade, outra consequência das medidas tomadas pelo regime militar (sobretudo o rebaixamento do salário mínimo) foi a política salarial adotada durante o “milagre econômico”, com a abertura do leque, intensificando, assim, o perfil regressivo da distribuição de renda.

Nesta perspectiva, a afirmação de Oliveira (1998, p.123) sobre a existência de “[...] um grande descompasso entre a capacidade de produzir riqueza, o grau de desenvolvimento das forças produtivas e as manifestações de pobreza, o que torna a sociedade brasileira uma

---

<sup>22</sup> Quanto à questão dos efeitos do “Milagre” sobre a dinâmica do mercado de trabalho e sobre as disparidades regionais, ver Quadros (1991).

<sup>23</sup> Os impactos da ação do regime militar sobre o mercado de trabalho são discutidos mais profundamente por Oliveira (1998).

combinação gritante de afluência e miséria”, sintetiza muito bem o significado das mudanças ocorridas no período enfocado.

Uma última questão importante é a da acomodação dos conflitos sociais. A idéia básica é a de que o crescimento econômico desse período atenuou as tensões através da mobilidade social que, no campo, expressava-se via possibilidade de expansão da fronteira agrícola e, nas cidades, através do aumento dos postos de trabalho (sobretudo os de classe média) e da consolidação do moderno operariado.

Em suma, a análise do funcionamento do mercado de trabalho nos anos 1980 e 1990 deve considerar os aspectos já abordados. Afinal, não obstante as novidades, é importante não abstrair algumas dessas características marcantes da sociedade brasileira, como a heterogeneidade estrutural e a crescente miséria social. É dessa perspectiva que se deve buscar compreender a estagnação econômica, a preservação da estrutura produtiva dos anos 1980 e as políticas dos anos 1990 que, além de manterem a estagnação, provocam transformações substanciais na estrutura produtiva, acentuando as já discutidas características do mercado de trabalho brasileiro.

### **1.2.2. Aspectos relevantes do mercado de trabalho nos anos 1980**

Tendo em vista os elementos históricos abordados no item anterior, percebe-se que, a partir do pós-guerra até o final dos anos 1970, o Brasil mostrou-se capaz de incorporar ao mercado de trabalho grande parte da população, que se ampliara bastante, em função do alto crescimento demográfico e do intenso êxodo rural. Contudo, na década de 1980, esta dinâmica do mercado de trabalho é alterada: começa a surgir o fenômeno do desemprego urbano, acompanhado de um processo de precarização, ou seja, de aumento da informalidade.

A economia brasileira nos anos 1980 sofreu, evidentemente, o impacto da emergência de um novo padrão produtivo e tecnológico em escala internacional<sup>24</sup>, que tende a impor aos países a necessidade de uma reestruturação produtiva capaz de proporcionar uma inserção externa favorável, no contexto de um processo de globalização produtiva e financeira<sup>25</sup>. A questão da reestruturação produtiva brasileira é tratada por Leite (1994), que faz uma

---

<sup>24</sup> Na literatura econômica, este “fenômeno” é, muitas vezes, denominado de “Terceira Revolução Industrial”.

<sup>25</sup> O Brasil só faz as políticas necessárias à entrada no mundo globalizado nos anos 1990, com o intuito de, via concorrência externa, promover uma modernização.

periodização do processo, mostrando que o período de 1984-85 a 1988 corresponde à segunda fase da suposta reestruturação<sup>26</sup>.

No entanto, a liderança deste processo concentrava-se no complexo automotivo e sua “ponta” localizava-se nas grandes empresas exportadoras. Além disto, a autora destaca que havia uma forte resistência por parte do empresariado em adotar medidas que permitissem uma efetiva participação dos trabalhadores nas decisões. É salientada a dificuldade de o patronato abandonar as técnicas de controle da mão-de-obra como o recurso indiscriminado às demissões (como meio de enfrentar as crises econômicas), que se traduz em altas taxas de rotatividade; e as políticas salariais cujas bases eram as “complexas estruturas de cargos e salários, voltadas a dividir os trabalhadores e estabelecer competição entre eles”. Considerando essas características, Leite (1994) chama a reestruturação brasileira de “modernização conservadora”, dado o seu caráter limitado e reativo. No tocante às implicações desse processo, esta autora aponta conseqüências negativas sobre a produtividade e a qualidade da indústria brasileira. Já as mudanças nas relações de trabalho são atribuídas mais às “lutas operárias e às mudanças político-institucionais” (decorrentes da democratização) do que ao emprego de novas tecnologias (Leite, 1994, pp. 567-1970).

Deste modo, sem desconsiderar as tentativas de reestruturação, a abordagem dos anos 1980 aqui feita está baseada no suposto de que, nesta década, deu-se uma desarticulação do padrão de acumulação vigente desde meados dos anos 1950, sem que ocorressem processos de desindustrialização ou reestruturação industrial em larga escala, ou seja, a estrutura produtiva industrial *foi grosso modo* preservada (Mattoso, 1995, p. 137). Esta desarticulação expressou-se no esgotamento do dinamismo da economia brasileira e na incapacidade de o Estado (imerso na crise da dívida externa) orientar o crescimento econômico.

A gestão econômica dos anos 1980, apesar de seu caráter oscilante oriundo das resistências sociais, mostrou-se

predominantemente solidária com os grandes credores internacionais e sua lógica financeira. Além disso, terminou por ignorar as profundas mudanças que ocorriam nos países avançados (ou quando muito considerando-as passageiras), evitando quaisquer projetos estratégicos e negociados de mudanças estruturais e de um novo padrão de desenvolvimento [...] (Pochmann e Mattoso, 1998, p. 221-22).

---

<sup>26</sup> As características mais importantes dessa fase dizem respeito a: difusão rápida dos equipamentos (MFCN, robôs e sistemas CAD/CAM) e de novas formas organizacionais (*just in time*, celularização da produção, organização de famílias de peças – tecnologia de grupo – e incorporação do Controle Estatístico de Processo – CEP). A idéia subjacente era modernizar o parque industrial. Cf. Leite (1994, pp. 567-69).

E isto ressalta a preservação da estrutura produtiva, não obstante a modernização de alguns segmentos, sobretudo o das grandes empresas internacionalizadas.

Esses autores consideram essa preservação um fator crucial para se entender a dinâmica do mercado de trabalho brasileiro nos anos 1980, na medida em que esta esteve vinculada às oscilações do nível de atividade econômica industrial. O fato notório é que se rompe o dinamismo do emprego associado à trajetória de crescimento das décadas anteriores e se configura um processo de agravamento das condições gerais do mercado de trabalho. Este desempenho do mercado de trabalho se expressa em: uma redução do emprego industrial; um aumento do peso relativo dos trabalhadores sem carteira de trabalho assinada (ampliação do setor informal); uma deterioração do poder de compra dos salários e um desemprego, acompanhado de precarização, que esteve limitado às oscilações cíclicas. Mattoso (1995) aponta, ainda, alguns “efeitos compensatórios”, além da manutenção da estrutura produtiva, que impediram que essa deterioração fosse ainda mais intensa: crescimento mais lento da população nos centros urbanos e elevação do emprego no setor público (Mattoso, 1995, p. 138).

A vinculação do desempenho do mercado de trabalho às flutuações cíclicas pode ser visualizada através de uma periodização, elaborada por Mattoso (1995), que divide a década de 1980 em três ciclos breves: 1) até 1983: tem-se o ajustamento do setor externo com redução do produto industrial, do PIB e do PIB *per capita*; neste período, o desemprego atingiu as taxas mais elevadas e as condições de trabalho foram deterioradas (aumento do trabalho informal e queda do poder aquisitivo dos salários); 2) 1984-86: ciclo em que a recuperação econômica, favorecida pelo aumento das exportações (com importações em queda), associada à recomposição das atividades industriais, levou à elevação do emprego industrial, à redução do desemprego com alguma recuperação do mercado de trabalho (expressa pelo aumento do salário mínimo e do salário médio real); e 3) 1987-89: ciclo marcado pela paralisia, pela estagnação econômica e pelo retorno às políticas ortodoxas, com forte recrudescimento inflacionário e agravamento da crise cambial; nesta fase, o mercado de trabalho acompanhou a estagnação do nível de produção, mas manteve patamares relativamente baixos de desemprego (Mattoso, 1995, pp.138-41).

Uma análise do mercado de trabalho nos anos 1980, sob a ótica do nível e da estrutura da ocupação, pode ser encontrada nos trabalhos de Baltar e Henrique (1994), cuja primeira constatação é a de que “a agricultura vem perdendo cada vez mais, e provavelmente de forma inexorável, sua capacidade de oferta de emprego”. No que diz respeito às ocupações não-agrícolas, os autores apontam para expressivas modificações setoriais (associadas à estagnação econômica): 1) crescimento mais lento do nível de ocupação na indústria de transformação e na construção civil, caracterizando uma reversão das tendências de expansão rápida no setor secundário vigentes nas décadas de 1950 a 1970; e 2) aumento da participação relativa de ocupações no comércio de mercadorias, nas atividades sociais e na administração pública.

De um modo geral, tem-se perda de posição do emprego formal com aumento da participação do emprego informal (sobretudo através da elevação do número de trabalhadores sem carteira de trabalho assinada e de trabalhadores conta própria entre as ocupações não-agrícolas). Essa informalização, associada ao lento crescimento do emprego formal e à proliferação do trabalho autônomo, ocorre em todos os setores<sup>27</sup> de atividades urbanas, sendo mais intensa nos ramos do setor secundário, que apresentaram menor crescimento da ocupação nos anos 1980. Já a redução mais forte da proporção do emprego formal decorre, sobretudo, da estagnação do emprego com carteira de trabalho assinada, apesar de sofrer influência do célere crescimento do emprego informal. Todavia, é importante destacar que a estagnação econômica da década de 1980 não provocou uma redução absoluta do emprego formal: o que ocorreu foi um declínio de sua participação relativa na ocupação total (Baltar e Henrique, 1994, pp. 605-609).

Quanto à questão da distribuição de renda, pode-se dizer que, na década de 1980, verificou-se um substancial aumento da desigualdade da distribuição da renda, em função, também, das já analisadas alterações ocorridas na estrutura de ocupações não-agrícolas<sup>28</sup>. A idéia é que o comportamento da estrutura dessas ocupações evidencia o agravamento do problema do emprego no mercado de trabalho urbano, no sentido de que o crescimento do emprego formal não se mostrou suficiente para absorver o incremento da população ativa,

---

<sup>27</sup> Exceto nos setores de Transportes e Comunicação.

<sup>28</sup> Neste ponto, há discordâncias entre autores. Amadeo e Camargo (1994) divergem da visão de Baltar e Henrique (1994) apresentada acima, na medida em que desconsideram a possibilidade de o funcionamento do mercado de trabalho – com as características estruturais do mercado brasileiro – gerar e acentuar desigualdades salariais e de distribuição de renda. Para esses autores, o elemento gerador das desigualdades materializa-se no sistema educacional.

desconsiderando-se o aumento dos trabalhadores sem carteira e dos conta própria (*Idem, ibidem*, p.p. 609-615).

Essas tendências verificadas na década 1980 tiveram repercussões no movimento sindical. Ainda segundo Baltar e Henrique (1994), a perda de importância do assalariamento (em função, sobretudo, da redução do nível do emprego industrial), combinada ao crescimento da informalidade, dificulta a sindicalização dos trabalhadores. Dito de outro modo,

a crise contemporânea do Brasil provocou uma desvalorização global do trabalho assalariado com implicações sobre as condições de vida de um importante segmento da população, inclusive sobre sua capacidade de organização no trabalho, colocando dificuldades adicionais para o movimento sindical (Baltar e Henrique, 1994, p. 618).

Contudo, e apesar da crise econômica (estagnação somada à inflação), o movimento sindical logrou se recuperar dos limites impostos pelo regime militar, alcançando níveis crescentes de ação e organização nacional. Pochmann e Mattoso (1998) apontam como fatores positivos: aumento do número de sindicalizados, novos movimentos de greve e novas formas de negociação com os empresários. Além disto, esses autores destacam a importância do movimento sindical que, juntamente com a expansão de novos movimentos sociais e com a relativa resistência da sociedade às tentativas de desestruturação neoliberal, contribuíram para a preservação da estrutura produtiva, que, por sua vez, condicionou a dinâmica do mercado de trabalho durante a década de 1980.

Enfim, a crise brasileira dos anos 1980 significou uma “crise de esgotamento de um padrão de desenvolvimento excludente, associada à eclosão da Terceira Revolução Industrial em meio à ofensiva conservadora nos países avançados” (Mattoso, 1995, p.142). Nas palavras de Pochmann e Mattoso (1998), “os anos 1980 foram, portanto, um longo período de interregno entre a crise do padrão de desenvolvimento construído no pós-guerra e a desestruturação liberal que irá se suceder nos anos 1990” (Pochmann e Mattoso, 1998, p. 223).

### 1.2.3. As transformações dos anos 1990 e seus impactos no mercado de trabalho

No plano internacional, assiste-se, durante a década de 1990, a um processo de globalização financeira que, como já salientado, resulta da interação de dois movimentos básicos: uma crescente liberalização financeira (no plano doméstico) e uma também crescente mobilidade dos capitais (no plano externo). Carneiro (2000) define-a como uma ordem econômica marcada pela eliminação das restrições à referida mobilidade. Tem-se um aumento contínuo das transações cambiais, uma predominância dos fluxos brutos de capitais internacionais e a conformação de um capitalismo menos dinâmico e mais instável.

O processo brasileiro de liberalização, cuja dimensão mais expressiva foi a abertura financeira<sup>29</sup> e comercial, ocorreu nos anos 1990 e de uma forma muito intensa. Para entender o comportamento do mercado de trabalho nessa década, é necessário considerar o papel do processo de abertura comercial. Uma primeira consideração visa contextualizar esse processo, mostrando que o mesmo está inserido no novo modelo de desenvolvimento, cujo “motor primordial” está materializado na concorrência internacional. A idéia do modelo é a de que a abertura comercial, que ocorre através de uma redução geral das tarifas, seria capaz de facilitar tanto o acesso ao mercado externo quanto a entrada de novos produtores no mercado interno (antes protegido), estimulando, assim, a concorrência que, por sua vez, levaria as empresas domésticas a um processo de reestruturação que as conduziria, por fim, à tão almejada modernização.

Pochmann e Mattoso (1998) fazem uma síntese dos principais estudos sobre a problemática da reestruturação produtiva no Brasil na década de 1990. De um modo geral, os autores<sup>30</sup> que tratam dessa questão avaliam que, nesta década, ocorreu uma intensificação da substituição de equipamentos (atingindo algumas empresas de porte médio e internacionalizadas); a implantação, em 1990, do Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade (PBQP), que tende a provocar uma focalização da produção (manifestada na terceirização, na subcontratação e na desverticalização), alterando as relações de trabalho; e

---

<sup>29</sup> Carneiro (2000) aponta, como principais elementos dessa abertura financeira brasileira, a “ampliação da conversibilidade da conta capital”; as “mudanças na evolução e composição dos fluxos de capital”; a “desnacionalização do setor bancário” e a “substituição monetária” (Carneiro, 2000, p.p. 43-74).

<sup>30</sup> Pochmann e Mattoso (1998) destacam: Erber (1991); Fleury e Humphrey (1993); Salerno (1991); Leite (1993 e 1997); Valle (1996); Coutinho e Belluzzo (1996), entre outros. Cf. Pochmann e Mattoso, 1998, pp. 234-236.

uma “restrita difusão da automação industrial”, combinada com uma “ampla adoção de novos programas de gestão da produção e da mão-de-obra” (Pochmann e Mattoso, 1998, p. 235).

Retornando à periodização de Leite (1994) – usada na análise da década de 1980 –, pode-se considerar os anos 1990 como sendo a terceira fase do processo brasileiro de reestruturação produtiva. Segundo a autora, esta fase é marcada por uma concentração de esforços<sup>31</sup> das empresas nas “estratégias organizacionais” e na adoção de novas formas de gestão da mão-de-obra (mais compatíveis com as “necessidades de flexibilização do trabalho e com o envolvimento dos trabalhadores com a qualidade e a produtividade”). Em relação aos esforços, os mais integrados se consubstanciam na introdução do Programa de Qualidade Total. Além disto, tem-se um “movimento de descentralização das empresas”<sup>32</sup>, que atinge não apenas as áreas ligadas aos serviços, como também o setor produtivo. Essa autora destaca, ainda, uma tendência à terceirização que representa, não obstante o esforço de modernização dos pequenos fornecedores, uma forte precarização das condições de trabalho.

Em suma, Leite (1994) refere-se ao processo de reestruturação brasileiro, nos anos 1990, como heterogêneo e limitado, no qual os esforços das empresas no sentido de uma “estabilização da mão-de-obra” expressam apenas preocupações com a qualificação dos trabalhadores e sua capacitação para o trabalho e os programas de treinamento evidenciam um acentuado “caráter disciplinador”, que objetiva “desenvolver no trabalhador um espírito de cooperação e parceria com a empresa”. Há, também, uma resistência das empresas em “melhorar os níveis salariais em consonância com os novos métodos de produção e de trabalho”; e uma “tendência à diminuição das taxas de rotatividade convivendo muitas vezes com processos de demissões em massa” (Leite, 1994, pp. 573-579).

Uma análise mais ampla do processo de reestruturação produtiva conduz à percepção de que a mesma concentra-se em “alguns segmentos dinâmicos e internacionalizados e nos grupos de empresas líderes”, de modo que o restante do setor produtivo tende a ficar “marginalizado de condições adequadas de financiamento e de acesso aos programas tecnológicos” e a “permanecer associado às estratégias empresariais defensivas”, ainda que estas levem à

---

<sup>31</sup> Tais esforços foram impulsionados pelo aprofundamento da crise econômica, que provocou a diminuição do mercado interno, “forçando as empresas a se voltar para o exterior”; e pela “política de abertura adotada pelo governo Collor”, que “obrigou as empresas a melhorar suas estratégias de produtividade e qualidade para fazer frente à concorrência internacional” (Leite, 1994, p. 573).

<sup>32</sup> As razões que motivaram essa descentralização encontram-se em (Salerno, 1991, p. 92) apud Pochmann e Mattoso (1998).

continuidade/intensificação do “uso predatório da mão-de-obra como forma de obtenção de ganhos adicionais de produtividade”.

Em suma, de um modo geral, tem-se um “ambiente desfavorável ao investimento produtivo e à competitividade nacional”, no qual “as empresas com menor capacidade competitiva optariam por privilegiar estratégias de adaptação limitadas e de sobrevivência” (Pochmann e Mattoso, 1998, p. 236).

Desta forma, um número considerável de empresas, na medida em que se viram em posição de desvantagem em relação aos competidores internacionais,

privilegiaram um reordenamento produtivo e do processo de trabalho unilateral, acentuadamente heterogêneo, com poucas sinergias externas, fundado tanto em estratégias de curto prazo, com constante pressão para a redução dos custos do trabalho, quanto em competitividade via preços. Ao invés de uma dinâmica integrada e diversificada, assiste-se a um movimento passivo de especialização industrial, com redução e fechamento de linhas de produção para trás da cadeia produtiva (Pochmann e Mattoso, 1998, p. 214).

A idéia central desses autores é a de que, junto com o processo de modernização empresarial (sobretudo nas grandes empresas), ganha força uma “desarticulação significativa das cadeias produtivas” associada à “ampliação do grau de heterogeneidade no interior da economia nacional” (Pochmann e Mattoso, 1998, p. 224).

Este processo de retração das atividades produtivas, acompanhado de um desmonte de algumas estruturas preexistentes, afeta sobremaneira a capacidade de a economia brasileira gerar empregos<sup>33</sup>, agravando o processo de desestruturação do mercado de trabalho. Deve-se considerar, em primeiro lugar, que os impactos das transformações dos anos 1990 no Brasil ocorrem sobre

---

<sup>33</sup> Evidentemente, existem outras análises que discordam da que está sendo realizada neste trabalho. Entre elas, está a de Camargo (1997), que consegue enxergar um grande dinamismo na geração de postos de trabalho, colocando o problema apenas na má qualidade destes postos. Este autor reconhece a existência de um processo de “ajuste estrutural intenso decorrente da abertura comercial”, que ocasiona mudanças na estrutura do emprego, manifestando-se na redução do nível de emprego industrial. Contudo, trata-se de um problema conjuntural, ou seja, ligado à perda de competitividade das empresas domésticas. O autor completa sua argumentação afirmando que, se o referido ajuste ocorrer no setor de bens *tradeables* e for bem direcionado, poderá “gerar condições para um aumento da taxa de crescimento e do emprego no futuro” (Camargo, 1997, pp. 248-270).

a base de um sistema produtivo caracterizado por uma economia industrial continental, complexa, dinâmica e integrada, aberta aos capitais estrangeiros, com mercados relativamente protegidos, sistema autoritário de relações de trabalho, baixos níveis educacionais, extraordinária concentração da renda e desigualdades social e regional (Pochmann e Mattoso, 1998, p. 214).

Isto posto, pode-se passar à análise das principais características do mercado de trabalho, na década de 1990. Um primeiro aspecto diz respeito à notória redução (inclusive em termos absolutos) da capacidade de geração de empregos formais. Tal processo ocorreu em todos os setores, porém os mais atingidos foram os da indústria de transformação e construção civil. Este desempenho negativo do emprego formal só não foi mais acentuado devido ao crescimento do emprego público até meados da década. Paralelamente a este comportamento do emprego formal, assiste-se a uma crescente elevação do peso dos trabalhadores sem carteira de trabalho assinada e dos conta própria, caracterizando um crescimento da informalidade, que se traduz na precarização das condições de trabalho. Verifica-se, portanto, a conformação de um processo de desassalariamento, ou seja, de redução da participação dos assalariados no mercado de trabalho.

Junto com a continuidade da eliminação de empregos formais, tem-se um desemprego aberto sem paralelos na história do país. Não se trata mais de um fenômeno vinculado às oscilações cíclicas (como o foi na década de 1980) e sim de um problema estrutural, tendo em vista que o desemprego passa a se elevar bastante durante os períodos de crise econômica, sem apresentar redução nas fases de retomada do crescimento. Independentemente da metodologia de mensuração, o desemprego pode ser considerado um fenômeno de amplitude nacional e de extraordinária intensidade. Este aumento do desemprego, associado ao crescimento da informalização, também contribui para a precarização das relações de trabalho, que se expressa pela maior debilidade política dos trabalhadores e sindicatos e pela disseminação dos mecanismos contratuais unilaterais ou por empresa<sup>34</sup> (Mattoso, 1996). Além disto, importa ressaltar que, nos anos 1990, o desemprego atinge os trabalhadores de maneira desigual, sendo que o segmento jovem da PEA tende a ser mais duramente atingido, por razões a serem analisadas no capítulo 3 deste trabalho.

---

<sup>34</sup> Tais mecanismos favorecem: a “desvalorização da contratação coletiva”; a “preservação dos baixos salários”; o “aumento das diferenças de rendimentos dos ocupados” e a “elevação da queda dos níveis de sindicalização” (Mattoso, 1996, p. 19).

Convém, ainda, discutir/explicitar os determinantes da referida desestruturação do mercado de trabalho<sup>35</sup>, que podem ser encontrados numa articulação dos efeitos, já discutidos, da herança social (escravismo e ausência de reforma agrária) com os da consecução de uma política econômica que combina “abertura comercial e financeira indiscriminada” e “estabilização monetária baseada na sobrevalorização do real e em taxas de juros elevadas”, com a “ausência de uma política capaz de orientar a reestruturação das indústrias afetadas pela concorrência internacional” (Mattoso, 1996, p.23).

Como resultado dessa combinação, desencadeiam-se processos, na década de 1990, tais como: crescimento econômico medíocre e insustentável; desmonte do Estado Nacional (associado às privatizações e ajustes fiscais impostos pela nova política); aumento dos desequilíbrios das contas públicas e externas; redução da dinâmica comercial brasileira e predominância de um processo de “desestruturação produtiva”. Deste processo fazem parte as fusões e aquisições (inclusive as privatizações), que provocam processos de enxugamento/encolhimento (com diminuição do número de empregados) e uma redução da capacidade de geração de emprego, já que as empresas estrangeiras tendem a fazer um maior uso do recurso da subcontratação e de uma maior importação de insumos.

Além disto, essa desestruturação alimenta uma reação de parte razoável das empresas à menor competitividade frente aos concorrentes externos, no sentido de acentuar a flexibilidade através da aceleração da terceirização, do abandono de linhas de produto, do fechamento de unidades, da racionalização da produção, da busca de parcerias (através de fusões ou transferências de controle acionário) e de redução de custos (sobretudo o de mão-de-obra). Um outro efeito dessa desestruturação é a perda de capacidade de as cadeias produtivas gerarem valor agregado e emprego (Mattoso, 1996).

Portanto, nos anos 1990, constitui-se um quadro de insustentabilidade do crescimento econômico (que se mantém medíocre), de desestruturação produtiva e de aumento da

---

<sup>35</sup> Este trabalho concorda com a visão de que de fato ocorreu uma desestruturação do mercado de trabalho. Portanto, na busca de explicações para tal processo, foram descartadas outras argumentações que, grosso modo, discordam desse entendimento. No geral essas interpretações tendem a defender que o problema nos anos 1990 não é de desemprego (e sim de maus empregos); que o problema do desemprego é localizado (de base industrial), não apresentando dimensão nacional, e que o problema do mercado de trabalho resulta de sua rigidez, da inovação tecnológica ou trata-se de um problema internacional.

flexibilidade<sup>36</sup>. Nele, a economia brasileira fica paralisada/desarticulada e incapaz de gerar emprego (principalmente emprego formal), inviabilizando cada vez mais a incorporação dos novos ingressantes ao mercado de trabalho e agravando/ampliando o desemprego e a precarização das condições e relações de trabalho. Quanto ao movimento sindical da década de 1990, a característica mais marcante, além da notória redução da ação sindical, é o fato de os sindicatos e centrais sindicais entrarem em um movimento defensivo, ou seja, a busca por conquista de novos direitos é substituída pela luta por preservação dos já existentes (Pochmann e Mattoso, 1998, p. 232).

Enfim, o mercado de trabalho brasileiro se deteriora ainda mais com as presenças intensas do desemprego e da precarização. A idéia básica da discussão realizada neste item é, portanto, a de que estas presenças

refletem as estratégias de sobrevivência de grande parte de empresários e trabalhadores excluídos pelo processo de modernização conservadora e sem mecanismos adequados e/ou políticas integradoras de proteção e apoio social [...]. Mantidas estas condições e estas tendências desestruturantes da produção e do mercado de trabalho, emergiria no Brasil um ‘novo’ sistema produtivo com ainda maior heterogeneidade produtiva e do trabalho e mais acentuada desigualdade social (Pochmann e Mattoso, 1998, p. 238).

Por fim, as transformações (1981-2002) da economia brasileira e seus impactos no mercado de trabalho no país consolidaram as referidas tendências desestruturantes, constituindo um desafio somente passível de ser enfrentado através da perspectiva de construção de um novo modelo de desenvolvimento para o país. O como essas tendências se comportaram após a mudança de governo em 2002 foge ao escopo e alcance deste trabalho, ou seja, analisar os impactos do governo Lula sobre eventuais atenuações de tais processos merece um estudo mais aprofundado a respeito. Alguns comentários mais gerais, no entanto, podem ser encontrados no apêndice do capítulo 3.

---

<sup>36</sup> Na visão de Camargo (1997), a flexibilidade (sobretudo a salarial) é funcional, na medida em que seria um dos fatores responsáveis por uma taxa de desemprego aberto, nos anos 1990, relativamente baixa. Todavia, neste trabalho, discorda-se dessa interpretação, pois a flexibilidade é encarada como um fator que favorece sobremaneira a diminuição do emprego formal, ao permitir que as empresas exerçam um elevado grau de liberdade para “racionalizar a produção e otimizar os processos de trabalho” (Baltar e Mattoso, 1997).

## *Capítulo 2*

### **A REGIÃO NORDESTE DIANTE DAS TRANSFORMAÇÕES DA ECONOMIA BRASILEIRA: FORMAÇÃO HISTÓRICA E A QUESTÃO REGIONAL**

Conforme salientado no capítulo anterior, na década de 1990 profundas transformações afetaram a economia brasileira e sua estrutura produtiva, com impactos no que diz respeito ao funcionamento do mercado de trabalho, que entra em acentuado processo de deterioração. Dentre as conseqüências sociais, destaca-se uma crise que atinge sobremaneira o segmento jovem da população, expressando-se no aumento do desemprego juvenil e em uma progressiva dificuldade de inserção no mercado de trabalho.

Tendo em vista que o objetivo deste trabalho consiste em mostrar como essa crise de reprodução social se manifesta na região Nordeste, buscando elementos que auxiliem na compreensão de como está ocorrendo a inserção do jovem nordestino no mercado de trabalho e dos determinantes desta inserção, este segundo capítulo é necessário na medida em que pretende recuperar as especificidades do processo de formação do Nordeste – seus diversos momentos de articulação com as demais regiões do país e as variações do papel da região nordestina na divisão inter-regional do trabalho. Resgatada a formação histórica regional, será discutido o comportamento do Nordeste diante das transformações econômicas das décadas de 1980 e 1990, sobretudo no que diz respeito ao seu desempenho econômico-social e ao seu mercado de trabalho.

A idéia é a de que é preciso entender, ainda que em seus traços mais gerais, as origens históricas das desigualdades regionais para determinar, de forma mais precisa, quais os problemas fundamentais que precisam ser enfrentados e que repercutem na configuração atual da região.

Este capítulo foi estruturado em cinco partes. A primeira aborda a formação histórica da região. Na segunda e terceira, passa-se a tratar de como as transformações da economia brasileira, já discutidas no capítulo 1, repercutem no Nordeste, destacando as décadas de 1980 e 1990. A quarta parte representa uma síntese do capítulo, com ênfase na problemática das disparidades regionais. Por fim, será feita uma discussão sucinta a respeito da importância da questão regional.

## 2.1 A Formação Histórica da Região Nordeste

É importante, antes de se abordar a formação histórica do Nordeste, explicitar que o processo de formação desta região está inserido em um movimento maior, qual seja o de configuração de um padrão de desenvolvimento capitalista no Brasil. Neste, o que se observa é concomitância de dois “fenômenos”: 1) a concentração do desenvolvimento, da industrialização e do mercado de trabalho no Sudeste (principalmente em São Paulo); e 2) a concentração de pobreza e miséria na região Nordeste.

No que diz respeito ao primeiro aspecto, as razões históricas da concentração industrial e, logo, do desenvolvimento capitalista no Sudeste, e particularmente em São Paulo, estão presentes na discussão feita por Cano (1998a). Para este autor, o complexo cafeeiro de São Paulo, diferentemente do complexo nordestino, preencheu as condições necessárias para que o seu sistema de produção e circulação operasse na base de relações capitalistas de produção. Além disto, verificaram-se, em São Paulo, condições mais satisfatórias para a passagem do trabalho escravo ao assalariado<sup>37</sup>. Sinteticamente, a cafeicultura paulista apresentava altas margens de lucro, alta produtividade e grande disponibilidade de terras, favorecendo um alto ritmo de acumulação de capital e gerando as pré-condições (recursos, capital e trabalho) para o surgimento e consolidação do capital industrial. Cardoso de Mello (1986) também contribui para esta abordagem, acentuando de que forma a acumulação cafeeira pode ser considerada relevante para se analisar a industrialização, entendida inicialmente como mudança de padrão de acumulação, ou seja, como resultado do declínio do padrão agrário-exportador.

Do mesmo modo, a concentração da pobreza no Nordeste também pode ser explicada historicamente. Aspectos básicos da história do “Nordeste agrário” encontram-se na obra de Freyre (1937), na medida em que esta fornece os três elementos centrais que influenciarão sobremaneira o perfil da região: a monocultura, o latifúndio e a escravidão, evidenciando que este tipo de sistema agrícola (que marcou os “quatro séculos de cana-de-açúcar”) visava a exploração com fins imediatos. Esta obra permite apreender que a questão agrária<sup>38</sup> é

---

<sup>37</sup> Neste ponto, é ressaltada pelo autor a importância da imigração na resolução do problema da mão-de-obra.

<sup>38</sup> Esta idéia está mais desenvolvida e articulada na tese de doutoramento da profa. Wilnês Henrique (1999), que insere o problema agrário na discussão da industrialização, da desigualdade e da pobreza, no período de 1950-80.

fundamental para o entendimento da origem das desigualdades regionais e, conseqüentemente, da concentração de pobreza na região nordestina.

Feito esse esclarecimento preliminar, passa-se à tentativa de identificar as funções que o espaço nordestino desempenhou no processo de acumulação e reprodução capitalista no Brasil, no qual se verifica a ocorrência de diferentes articulações entre as regiões, de criação de um mercado interno e constituição de um sistema econômico integrado e hierarquizado. Nesta tentativa, utiliza-se a periodização elaborada por Guimarães Neto (1989), que destaca três momentos de “ajustamento” do Nordeste ao referido processo: 1) isolamento relativo das regiões brasileiras; 2) articulação comercial; e 3) integração produtiva.

### **2.1.1 Fase de isolamento relativo**

Desde o início da ocupação do território brasileiro, cabia à região Nordeste fornecer o açúcar para as metrópoles européias. Esta produção açucareira, marcada pela grande propriedade e pelo regime de trabalho baseado na escravidão, desorganizou-se no século XVII, sobretudo devido à luta contra os holandeses e à produção açucareira das Antilhas. Na segunda metade do século XVIII, a revolução industrial intensificou a cultura do algodão no Nordeste, trazendo mudanças na estrutura produtiva do Sertão e do Agreste e no desenvolvimento da relação de assalariamento. Como se pode notar, dentro da própria região a articulação não era efetiva, o que justifica, para muitos autores, o emprego do termo “complexo nordestino<sup>39</sup>”.

A formação deste complexo econômico está relacionada com a preservação da forma original do sistema açucareiro e do criatório, com a manutenção de um crescimento essencialmente extensivo e com o fato de os custos monetários serem pouco expressivos (Guimarães Neto, 1989, p. 27). No final do século XIX e início do XX, verificou-se certo adensamento das atividades produtivas, impulsionado por novos surtos de exportação, pela modernização de algumas atividades produtivas e pela dotação de capital social básico via ação estatal. Não obstante tais mudanças, o complexo nordestino não superou a sua “conformação estrutural herdada do período colonial” (Cano, 1998a). Perruci corrobora essa

---

<sup>39</sup> É importante se ter claro que, dentro do Nordeste, havia e ainda há diferenças geográficas e econômicas entre suas principais sub-regiões: meio-norte, zona da mata, agreste e sertão.

idéia na medida em que afirma: “nem durante a Colônia, nem no Brasil Estado-Nação, foi possível um processo de acumulação ampliada de capital no Nordeste”, ou seja, a economia agro-exportadora nordestina proporcionava baixo índice de acumulação interna, inviabilizando a possibilidade de desencadeamento de um processo próprio de industrialização (Perrucci, 1984, p. 17). As razões para esta baixa capacidade de acumulação são apontadas por Cano (1998a): declínio secular dos preços dos produtos exportados; dificuldades de inserção no mercado nacional; atomização da população associada à reduzida urbanização; desarticulação da estrutura produtiva e absorção de força de trabalho pela pecuária e pela atividade de subsistência. Evidenciam-se, então, as origens do imenso “reservatório de mão-de-obra” existente no Nordeste.

Ao tratar das bases econômico-sociais da oligarquia agrária não-açucareira do Nordeste, Oliveira (1981) demonstra que a economia pecuária nunca teve maior expressão na economia colonial: “(...) era uma forma de desdobramento marginal, da atividade econômica principal (...)” (Oliveira, 1981, p.45). O que é importante a destacar é que este tipo de economia deu lugar a uma estrutura social pobre e pouco diferenciada. Quanto às unidades produtoras de açúcar, o autor defende que seu caráter autárquico resulta das crises cíclicas de produção derivadas das flutuações internacionais, levando a região do açúcar a recriar formas de acumulação primitiva, mesclando atividade açucareira com culturas de subsistência. Foi com a entrada do algodão<sup>40</sup> que o Nordeste agrário não-açucareiro começou a ser redefinido. É daí que, segundo o autor, emerge a estrutura típica do latifúndio-minifúndio que se reproduzia/expandia de forma submissa ao capital internacional comercial e financeiro inglês e norte-americano. Este controle externo do café e do algodão “abortou” a emergência do modo de produção de mercadorias no país, no sentido de fazer avançar a divisão social do trabalho rumo à indústria.

Em suma, nessa fase de isolamento, o Nordeste foi preparado para exercer a função básica de “fornecedor de mão-de-obra para as várias regiões brasileiras, em distintos momentos do desenvolvimento econômico rural e urbano do país” (Guimarães Neto, 1989, p. 43).

---

<sup>40</sup> Essa entrada foi estimulada pelo crescimento da demanda internacional pós-revolução industrial, estando também subordinada aos esquemas de reprodução do capital vigentes na região do café.

### 2.1.2. Articulação comercial

No início do século XX, verifica-se o começo do desenvolvimento de uma articulação do Nordeste entre si e com as demais regiões do país. Trata-se de um processo de articulação comercial, comandado pelo capital mercantil, cujos principais determinantes são: a busca de escoamento dos excedentes dos produtos nordestinos e o fato de a indústria nacional (concentrada no Sudeste e em São Paulo) voltar-se para os mercados das outras regiões. Segundo Guimarães Neto (1989), é o processo concentrado de industrialização que “impulsiona a articulação comercial anteriormente iniciada com a colocação de excedentes” (Guimarães Neto, 1989, p. 73). É importante, então, entender esta articulação comercial considerando o processo de consolidação do mercado nacional.

Até 1955, o entrelaçamento das economias regionais ocorria via comércio, ou seja, predominava, nesse período, o escoamento da produção, a busca de mercado e a comercialização da produção industrial concentrada no Sudeste. Também ocorreram mudanças institucionais, na forma de atuação do Estado e no sistema de transportes, com o intuito de viabilizar uma articulação inter-regional cada vez mais intensa. Neste sentido, eliminaram-se os impostos estaduais, desenvolveu-se um sistema rodoviário e montou-se um aparelho burocrático-administrativo, de modo a facilitar a interferência do Estado nas relações de emprego e salário, garantindo, assim, a reprodução da força de trabalho. Houve, enfim, um aumento da concentração industrial e da competição inter-regional, afetando o setor nordestino de bens de consumo não-duráveis.

Desta forma, a questão regional foi ganhando espaço, ao mesmo tempo em que o Nordeste continuava a apresentar os maiores índices de pobreza do país e um aumento das tensões sociais no campo e nas cidades. Neste contexto, foi criado, no final da década de 1950, o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), visando tirar a região “do estado de letargia em que mergulhara a partir da crise do seu complexo agroexportador, baseado na produção açucareira” (Araújo, 1984, p. 71/72). A idéia do grupo era a de que a industrialização seria a única saída para combater o atraso na região Nordeste.

No que diz respeito à evolução do mercado de trabalho no Nordeste, deve-se considerar primeiramente dois processos: o de urbanização e o migratório. Tem-se, assim, um crescimento demográfico não uniforme, representado por um crescimento do contingente

urbano acima da média da região, enquanto que o rural situava-se abaixo dessa média. Nas décadas de 1950 e 1960, a população nordestina tendeu a se localizar nos centros urbanos grandes e intermediários, ao mesmo tempo em que os pequenos centros aumentaram em número, como resultado do processo de expansão da fronteira agrícola em direção ao oeste da região.

Segundo Camarano (1997), as transformações demográficas do Nordeste vêm ocorrendo de forma defasada em relação às demais regiões, o que implica em um processo de urbanização regional a um ritmo mais lento em relação ao restante do país. Esta autora destaca também o peso das pequenas localidades urbanas como peculiaridade do processo de urbanização do Nordeste. A partir dos anos 1940, esta região vem perdendo participação relativa na população total do Brasil, constituindo-se em um centro “expulsor” de população para o restante do país. Vale ressaltar que esta queda resulta de taxas líquidas negativas de migração. Enquanto o destino “preferido” dos migrantes nordestinos tem sido o Sudeste, especialmente o estado de São Paulo<sup>41</sup>, a maioria dos migrantes saía das áreas urbanas do Nordeste. A migração inter-regional foi acentuada na década de 1950, em função de secas periódicas e da modernização da indústria têxtil. Também devem ser consideradas como fatores relevantes a aceleração do processo de industrialização nacional e a construção de grandes rodovias. Apesar da criação da SUDENE e de uma política nacional de incentivos regionais, o saldo líquido migratório do Nordeste foi negativo em 2,3 milhões de pessoas, na década de 1960, aumentando para 3,4 milhões nos anos 1970 (Camarano, 1997, p. 193). O importante a considerar é que os movimentos migratórios das cidades nordestinas para outras regiões eram, de certa forma, contrabalanceados pela migração intra-regional rural-urbana.

As características gerais e setoriais do emprego urbano nordestino nesse período são discutidas por Guimarães Neto (1976). Este autor mostra que o comportamento do emprego esteve marcado pela redução do percentual da população dedicada às atividades agropecuárias (apesar dessa diminuição, esse setor foi responsável por 40% do incremento líquido ocorrido no emprego entre 1950-70) e pelo aumento na participação relativa da população ocupada em atividades urbanas, com destaque para indústrias, serviços em geral, comércio de mercadorias e atividades sociais. Outro aspecto importante ressaltado por Guimarães Neto (1976) refere-se

---

<sup>41</sup> Os estados do Paraná e de Goiás, nas décadas de 1950 e 1960, e a região Norte, nos anos 1970, também receberam parcela expressiva de migrantes do Nordeste (Camarano, 1997).

ao fato de, no período 1950-70, a absorção da força de trabalho no Nordeste ocorrer sobretudo em “atividades não institucionalizadas, nas quais se adotam modos de produção de baixo nível tecnológico ou prevalecem processos primitivos de acumulação de capital”<sup>42</sup> (Guimarães Neto, 1976).

Ao fazer comparações, no que diz respeito à geração de emprego, entre o Nordeste e o estado de São Paulo nas décadas de 1950 e 1960, Guimarães Neto (1976) encontra três diferenças fundamentais: 1) a intensidade da expansão nordestina do emprego fora relativamente baixa e a intensidade do processo de acumulação de capital bem menor do que em São Paulo; 2) no Nordeste registrara-se a presença marcante do setor agropecuário na geração do emprego; e 3) a absorção da força de trabalho nordestina, em alguns setores ou atividades econômicas não-agrícolas informais, ocorrera em um ritmo mais rápido do que nos respectivos setores formais, enquanto que em São Paulo verificara-se o oposto.

Essas observações acerca da evolução do emprego urbano ocorreram em um momento de passagem da articulação comercial para a fase de integração produtiva. Antes de adentrar na análise desta fase, convém deixar claro que, na fase de articulação comercial, ocorreu a constituição do mercado interno e uma competição inter-regional. O Nordeste, porém, ainda podia ser visto como possuidor de “caráter de espaço diferenciado” (Guimarães Neto, 1989).

### **2.1.3. Integração Produtiva**

Guimarães Neto (1995) define a integração produtiva como sendo “a transferência de capitais das regiões mais industrializadas para as demais, na busca de novas frentes de investimentos e ocupação de espaços econômicos nacionais ou regionais fora dos grandes centros industriais” (p. 14).

Um primeiro aspecto desse processo refere-se à dissolução das especificidades da região, com redefinição das formas de reprodução do capital e da força de trabalho. Nas

---

<sup>42</sup> São apontadas como razões que explicariam este comportamento do setor informal: a expansão da fronteira agrícola; a proliferação de pequenos centros (geradores de empregos em atividades não agrícolas, que se desenvolvem fora de estabelecimentos); e o crescimento do emprego industrial no Maranhão, Piauí e Ceará, onde os processos produtivos são de baixa produtividade e vinculados à demanda local de produtos manufaturados e à população que tem base no meio rural. Paralelamente ao dinamismo dos setores informais, o setor formal mostrou-se pouco dinâmico devido à modernização das atividades urbano-industriais e à maior inserção do Nordeste no país (Guimarães Neto, 1976).

palavras do autor, verifica-se um processo de “indiferenciação de espaços”, concomitantemente à constituição de um “sistema econômico hierarquizado e integrado” (Guimarães Neto, 1989, p. 124).

Esta integração produtiva ocorre a partir dos anos 1960, o que marca o início da industrialização nordestina. Convém salientar que, desde a segunda metade dos anos 1950, a economia brasileira mudou de padrão de acumulação industrial, com exacerbação de movimentos concentracionistas, e a industrialização avançou comandada pelo grande capital internacional e nacional (sobretudo o estatal), aumentando as exigências de consolidação de uma economia nacional. Deste modo, intensificou-se a integração nacional que articulava as regiões e, neste contexto, deu-se a industrialização da região Nordeste. Araújo (1984) trata especificamente deste tema, mostrando as diferenças entre “intenções e resultados”, ou seja, que o crescimento industrial do Nordeste não ocorreu tal como planejado pelo GTDN. A autora confirma a presença de dinamismo, com crescimento e diversificação da produção industrial, impulsionada, sobretudo, pela política de incentivos fiscais e financeiros. Os investimentos foram liderados pelas indústrias dinâmicas<sup>43</sup>, sobretudo os segmentos produtores de bens intermediários, que tiveram uma “performance extraordinária”. É interessante notar, também, que este crescimento foi conduzido pelos segmentos não-tradicionais (Araújo, 1984).

Araújo (1984) destaca, ainda, duas características marcantes do processo de industrialização nordestino: a dependência e a complementaridade. A dependência manifestou-se em relação à expansão brasileira liderada pelo Sudeste, aos recursos que financiaram o crescimento, aos mercados para onde se destina a produção nordestina, ao fornecimento de insumos e à compra de equipamentos. De fato, menos de 30% do capital integralizado tinha origem regional e a fonte básica de financiamento das novas indústrias instaladas originou-se dos recursos provenientes do sistema de incentivos governamental. No tocante à complementaridade, a autora aponta o novo papel desempenhado pela indústria implantada no Nordeste na nova divisão inter-regional: o de fornecedora de insumos industriais a serem transformados, sobretudo no Sudeste (Araújo, 1984). Guimarães Neto (1989) também

---

<sup>43</sup> Destacam-se as indústrias química, metalúrgica, de minerais não-metálicos, elétricas, de comunicações e de papel e papelão.

contribui para a análise dessa complementaridade, mostrando que a mesma envolve a adequação do processo produtivo às exigências da demanda nacional.

Retornando à questão dos determinantes históricos da integração produtiva, pode-se identificar dois condicionantes básicos: um econômico e outro político-institucional<sup>44</sup>. No que se refere aos condicionantes econômicos, destacam-se os estímulos fiscais e financeiros, associados ao aumento da oferta de infra-estrutura econômica geral e voltada para a atividade industrial, que objetivavam a redução dos custos de capital dos empresários. Foi instituído, assim, um mecanismo de transferência, via incentivos fiscal-financeiros e criaram-se as condições que viabilizariam a sua ocorrência. Deste modo, a partir dos anos 1960, assiste-se a uma migração de capital em direção não apenas ao setor industrial do Nordeste, mas também ao sistema financeiro, de comércio e da agroindústria (Guimarães Neto, 1989).

Todavia, apesar do esforço de industrialização associado a um contexto de integração produtiva que trouxe notório dinamismo à região, as disparidades regionais não foram atenuadas, os níveis de vida dos nordestinos continuaram os mais baixos do país e a região continuava apresentando a maior concentração de renda (Araújo, 1984).

Com a retomada do crescimento da economia brasileira no final dos anos 1960 e começo dos 1970, observa-se uma fragmentação dos incentivos, o que, por sua vez, não provocou um refluxo dos investimentos na região Nordeste: o que houve foi uma adaptação às novas condições, com mobilização de outras fontes de financiamento<sup>45</sup>. Deste modo, pode-se dizer que a integração produtiva ampliou os limites – que restringiam a formação de capital e a incorporação de progresso técnico – do potencial de acumulação do Nordeste. As relações comerciais e as relações existentes entre as unidades produtivas alteram-se em função da entrada da grande empresa no Nordeste. Novas atividades econômicas foram criadas e outras destruídas e o setor tradicional modernizou-se. Convém explicitar, nesta perspectiva, que Araújo (1995) reitera a existência da criação de novas áreas com estruturas modernas e dinâmicas mostrando, contudo, que estas áreas convivem com outras tradicionais, o que torna a realidade regional mais diferenciada e complexa.

---

<sup>44</sup> Estes estão relacionados à transposição da questão regional para o nível da discussão política, tornando-a parte integrante das propostas de Reformas de Base (Guimarães, 1989, p.156). Convém destacar, ainda, a criação da SUDENE, em 1959, pela lei nº. 3.692. Para aprofundar o debate acerca das condições de criação da SUDENE e seu papel histórico na intervenção estatal no Nordeste, em um contexto de expansão hegemônica do capitalismo monopolista no Brasil, ver Oliveira (1981).

<sup>45</sup> Destaca-se, entre estas novas fontes, o papel do BNDES, do Banco do Brasil e do BNB.

Ferreira (1983) alerta que, mesmo mantendo certas especificidades internas, no tocante às suas forças produtivas, a autonomia da região Nordeste torna-se bastante constrangida pela dinâmica expansiva do centro hegemônico. O espaço nordestino menos “capitalisticamente penetrado” é o agrário, que ainda preserva certos traços de autonomia. Neste sentido, o planejamento econômico implementado a partir da década de 1960 no Nordeste teve como determinante básico de sua dinâmica

(...) um avanço do capital no sentido de promover uma acumulação articulada, tanto produtiva quanto financeiramente, em escala ampliada, impondo uma hegemonia de reprodução cuja característica essencial estava no assentamento de formas oligopolísticas já estabelecidas (Ferreira, 1983, p.85).

## **2.2 O Nordeste diante da crise dos anos 1980**

Neste item, procurou-se salientar mais dois pontos essenciais para a compreensão da configuração do Nordeste no período que se inicia a partir dos anos 1980, sobretudo no que diz respeito ao comportamento do mercado de trabalho regional. O primeiro constitui uma tentativa de sintetizar a discussão existente sobre um processo que se inicia no final dos anos 1970, denominado “desconcentração espacial”. E o segundo refere-se ao desempenho econômico da região e às transformações no mercado de trabalho do Nordeste, qualificando a dinâmica da produção e do emprego.

### **2.2.1 O processo de desconcentração espacial**

Como já foi dito, a industrialização brasileira (concentrada no Sudeste e, particularmente, em São Paulo) consolidou o mercado interno brasileiro e fez com que as demais regiões passassem a

(...) articular-se com o Sudeste, ajustando sua estrutura produtiva e procurando participar da divisão inter-regional do trabalho, que se definia com base em atividades complementares às suas ou a partir de atividades nas quais possuíam vantagens comparativas (Guimarães Neto, 1995, p. 14).

Com a transferência de capitais do centro para as demais regiões periféricas, consubstanciou-se o já discutido processo de integração produtiva. A partir da segunda metade dos anos 1970, tem-se uma desaceleração da atividade produtiva brasileira e o início do que Guimarães Neto (1995) chama de “reversão da polarização”, isto é, a tendência secular da concentração espacial começa a ser interrompida.

Essa desconcentração espacial ocorre a nível inter-regional, no qual a região mais industrializada (Sudeste) apresenta perda em sua posição relativa no tocante à participação no PIB total a custo de fatores; a nível intra-regional<sup>46</sup>, onde os estados mais industrializados também perdem participação relativa no PIB; e a nível intra-estadual, marcada por um processo de reversão da metropolização (com destaque para a economia paulista). No que se refere à região Nordeste, todos os Estados, exceto Pernambuco e Paraíba, aumentaram sua participação relativa no produto interno.

Antes de adentrar nesta análise dos impactos da desconcentração espacial, convém expor o alerta de Guimarães Neto (1995) sobre o fato de ter havido uma queda relativa do número de empresas localizadas no Sudeste. Nas palavras do autor: “permaneceu concentrado o centro de decisão, desconcentrando-se a base de operação do grande capital” (p. 10). Isto significa que as grandes decisões relativas às estratégias de crescimento, diversificação e localização continuaram extremamente concentradas. Retornando à questão dos impactos, esse autor identifica quatro tipos: 1) impactos sobre a estrutura produtiva; 2) sobre as relações com o exterior; 3) sobre o mercado de trabalho; e 4) sobre as condições de vida.

Em relação à estrutura produtiva nordestina, verificou-se uma maior expansão dos cultivos voltados para a exportação e para o processamento industrial, com redução das culturas voltadas para o abastecimento alimentar. Sem dúvida, o Nordeste passou por um processo de expansão e modernização dos complexos agroindustriais. Neste sentido, destaca-se a montagem do complexo petroquímico de Camaçari (Bahia), associada às políticas de industrialização regional e de substituição de importações do II PND. Em suma, a indústria de bens intermediários avançou, em detrimento da posição relativa que o segmento produtor de bens de consumo não-duráveis tradicionalmente teve na indústria de transformação regional.

---

<sup>46</sup> A desconcentração intra-regional se mostrou mais evidente nas regiões com maiores níveis de renda por habitante: Sudeste e Sul.

Quanto aos impactos sobre as relações com o exterior, Guimarães Neto (1995) mostra que, em todas as regiões, o comércio com outros países intensificou-se. Nos anos 1970, havia fortes estímulos fiscais e financeiros e, nos 1980, em função da crise da dívida externa e da contração do mercado interno, teve-se o desenvolvimento de estratégias macroeconômicas para a geração de divisas. O Nordeste, assim como as regiões menos industrializadas, foi incumbido da função de gerar saldos comerciais positivos, bem como de capacidade de importar. Em síntese, com a desconcentração espacial, o comércio por vias internas foi reduzido e novas formas de articulação se desenvolveram, estimuladas pela diversificação industrial das regiões periféricas e pela maior abertura para o comércio internacional.

O próximo subitem vai abordar as transformações no mercado de trabalho decorrentes desse processo. Todavia, antes disso, resta comentar os impactos sobre as condições de vida. Estas, nas décadas de 1970 e 1980, apresentaram “melhoras” nos indicadores sociais, em todas as regiões. Tais “melhoras” se mostraram desiguais e com perda de intensidade nos anos 1980. Isto significa que a maior expansão do PIB *per capita* não se traduziu proporcionalmente na melhoria, em todos os aspectos, das condições de vida da população.

No capítulo 1, mostrou-se que a década de 1980 foi marcada por crises, instabilidade e aceleração do processo inflacionário. No final dessa década, teve-se uma redução/interrupção do processo de desconcentração espacial, concomitantemente a um aprofundamento da crise e da instabilidade, sobretudo da crise fiscal/financeira do setor público, que fora o grande protagonista das transformações ocorridas nas décadas anteriores. Em suma, investimentos não existiram, projetos públicos e privados foram engavetados e o Estado brasileiro manteve-se sob estado de paralisia.

É importante encerrar esse resgate da discussão sobre desconcentração espacial reiterando que a mesma não alterou de forma significativa o padrão nacional de concentração espacial da atividade produtiva e o da divisão inter-regional do trabalho, vigentes desde as fases iniciais da industrialização pesada. As sedes dos grandes grupos econômicos e dos maiores conglomerados continuaram concentradas em São Paulo. Além disso, Guimarães Neto (1995) mostra que a referida desconcentração foi “seletiva do ponto de vista espacial e setorial”: estados e regiões menos industrializados tenderam a se articular com a região mais industrializada através da “especialização” de suas economias, no quadro de uma divisão mais geral do trabalho. Tratam-se, enfim, de relações inter-regionais que fazem com que seja

reservado à região central um mercado interno cativo, formado pelas regiões periféricas. Segundo o autor, foi através de especialização, preenchendo as brechas permitidas pela região Sudeste, que as demais regiões encontraram formas de dinamizar suas economias.

Além disso, apesar do fenômeno da desconcentração espacial que perdurou até o final da primeira metade dos anos 1980, é importante frisar que esta década representou um esgotamento da antiga política<sup>47</sup> de desenvolvimento regional que, de forma crescente, foi se convertendo em uma política de caráter predominantemente compensatório.

### **2.2.2 Desempenho econômico e mercado de trabalho nos anos 1980**

Na primeira metade da década de 1980, o nível de atividade econômica da região Nordeste foi também influenciado pela política monetária, com impactos setoriais na região como um todo e nos grandes centros urbanos. Bezerra (1988) defende a idéia de que o ajustamento regional permanece sendo um fenômeno monetário com tendência a aprofundar as desigualdades regionais. Este autor mostra que no período 1979/83 a preocupação das autoridades era controlar a oferta de moeda visando combater a inflação e ajustar o balanço de pagamentos, o que levou à prática de uma política monetária fortemente contracionista. Já no período 1984/86, a política monetária passa a ter uma natureza expansionista<sup>48</sup> com redução dos níveis das taxas internas de juros e ampliação dos limites de expansão dos créditos concedidos por instituições financeiras privadas.

Deste modo, tem-se que, através das exportações e dos fluxos inter-regionais de capital, a política monetária afeta o nível de atividade regional. Um dos principais resultados, de acordo com Bezerra (1988), foi um aumento na taxa média anual de crescimento da oferta de moeda que no período 1980/83 era de 79%, passando para 237% no período 1983/86. Este comportamento foi acompanhado por uma elevação substancial das taxas de crescimento da indústria (de -5,5% para 4,7%) e do PIB total (4,6 para 8,3%).

---

<sup>47</sup> A respeito do transcurso da política regional no Brasil ver Cano (1994).

<sup>48</sup> Esta inflexão na política monetária pode ser mais bem compreendida considerando-se a reação favorável da balança comercial às medidas restritivas do período anterior e a mudança nos rumos da política econômica, privilegiando o crescimento. O instrumento mais usado de política monetária foram as operações de *open market*, que agem diretamente sobre as reservas bancárias e sobre o volume de moeda em poder do público.

Todavia, já foi visto que a década de 1980 foi marcada por uma crise fiscal do Estado que, por sua vez, fez com que a relação entre a formação bruta de capital fixo e o PIB declinasse de forma ininterrupta no Nordeste desde 1979. Gomes e Vergolino (1995) mostram que, no período 1965/80, a economia brasileira em seu conjunto cresceu mais do que a do Nordeste, que, é importante não esquecer, também apresentou um crescimento elevado neste período. Contudo, nos anos 1980, o desempenho econômico do Nordeste superou o do país até 1987, quando o dinamismo da economia nordestina se reduziu, sobretudo em função da fase da hiperinflação reprimida. O que os autores enfatizam é que, de um modo geral, o PIB nordestino teve, entre 1960 e 1993, um crescimento mais estável do que o brasileiro, possivelmente em função do maior peso do setor público na economia do Nordeste.

Analisando o comércio inter-regional, Gomes e Vergolino (1995) defendem que a expansão das exportações é sempre benéfica (para o desenvolvimento regional) enquanto o aumento das importações só se torna favorável se refletir, de forma predominante, maiores aquisições de bens de capital.

Entre 1975/79, a contribuição (via demanda) do comércio inter-regional para o desenvolvimento do Nordeste parece ter sido levemente positiva com crescimento absoluto e relativo das exportações e, um pouco mais reduzido, das importações propiciando, assim, uma pequena redução do déficit comercial. Na primeira metade da década de 1980, as exportações e importações também cresceram em valores absolutos e relativos (como porcentagem do PIB), com um maior crescimento por parte das importações. A partir de 1985, tanto as exportações quanto as importações decresceram acentuadamente como porcentagem do PIB, mas as exportações caíram mais. Portanto, pelo efeito demanda, a contribuição do comércio inter-regional para o crescimento do PIB nordestino foi negativa nesta última fase. Em relação ao comércio exterior, os autores mostram que o Nordeste tem sido, tradicionalmente, superavitário. Todavia, este saldo revelou-se insuficiente para cobrir o déficit no comércio inter-regional. Desta forma, do ponto de vista do efeito demanda, o comércio global da região contribuiu negativamente para a determinação do produto local, o que leva os autores a concluir que, orientando seu desenvolvimento de forma quase exclusiva para o mercado interno, o Nordeste desperdiçou, em grande medida, as oportunidades oferecidas pelo comércio internacional.

Souza (1997) também discute o impacto das exportações no emprego do Nordeste. Como já foi visto, esta região mostrou-se deficitária em suas relações comerciais (sendo um déficit recorrente no comércio inter-regional e um superávit comercial com o resto do mundo). Parte desses déficits comerciais do Nordeste foi, segundo este autor, financiada por movimentos de capital oriundos do FINOR (Fundo de Investimento do Nordeste), FNE (Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste) e financiamentos do BNDES e da rede bancária. O fato incontestável é o peso relativo da indústria no comércio inter-regional e a importância do estado de São Paulo, não obstante o expressivo crescimento entre 1975/80 das outras regiões, como mercado das empresas regionais.

Até meados da década de 1980, boa parte do crescimento nordestino e de suas dificuldades de sustentação pode ser explicada pelo comportamento do investimento privado e total. Gomes e Vergolino (1995) afirmam que, entre 1975/84, a taxa de investimento na economia nordestina vem declinando de forma quase ininterrupta. Enquanto no Brasil, entre 1984/90, a taxa de investimento voltou a crescer, no Nordeste esta taxa não mais se recuperou. É verdade que, após 1984, pode-se observar um início de recuperação dos investimentos no Nordeste, mas trata-se de um movimento que é logo abortado e, já a partir de 1987, a relação investimento/PIB<sup>49</sup> volta a declinar. Além disto, a partir de 1985, essa relação no Nordeste tem sido sistematicamente inferior à registrada para o país como um todo.

Fazendo uma síntese da história econômica recente do Nordeste tem-se que a economia nordestina viveu um grande dinamismo de 1960/86, entrando desde então em um processo perigoso de declínio. Gomes e Vergolino (1995) destacam, ainda, que o que é dinâmico no Nordeste encontra-se nas regiões metropolitanas, nos pólos de irrigação e nos cerrados. O resto (sobretudo no semi-árido) tem estado relativamente estático, estagnado ou em declínio. A partir de 1986, o PIB nordestino para de crescer, decaindo junto com a taxa de investimento. Todos esses problemas se agravam na década de 1990.

Isto posto, passa-se a abordar a dinâmica do mercado de trabalho nordestino. Até o final da década de 1970, setores importantes da economia nordestina expandiram-se, sendo este dinamismo acompanhado por uma expansão do emprego urbano, na qual o papel das

---

<sup>49</sup> O investimento privado responde a expectativas de crescimento dos mercados, à disponibilidade de infraestrutura, a facilidades de financiamento e aos incentivos fiscais. Com a antecipação da queda nos investimentos públicos, os privados também começaram a se retrair tanto no Nordeste como no Brasil.

atividades industriais na absorção da mão-de-obra eleva-se. Em função das transformações da estrutura produtiva regional, verifica-se um aumento da participação da PEA ligada às atividades industriais e uma elevação relativa do emprego ligado aos serviços de consumo coletivo (atividades sociais e de administração pública). É importante apontar que as mudanças concentraram-se nos centros urbanos de maior porte. A característica principal que marca as relações de trabalho neste período pode ser traduzida em um avanço das relações de trabalho assalariado, com redução do espaço relativo do trabalho autônomo (conta própria) e da unidade familiar baseada na exploração do trabalho não-remunerado (Guimarães Neto, 1989).

No entanto, não se deve perder de vista que o mercado de trabalho da região Nordeste comporta relações muito heterogêneas tanto de trabalho quanto de emprego. Guimarães Neto (1989) associa essa heterogeneidade à forma como o desenvolvimento capitalista ocorre na economia urbana regional (sob influência do capital mercantil) e à presença de uma nova estrutura produtiva, cujas unidades de produção eram de grande porte e dotadas de processos produtivos modernos para os padrões nordestinos. O grande peso dos trabalhadores conta própria e sem remuneração, não obstante o avanço do assalariamento, constitui-se em um expressivo indicador dessa heterogeneidade. Além disto, esse autor ressalta o fato de o assalariamento no Nordeste estar “infiltrado” de relações informais de trabalho, mostrando que o peso relativo da população ocupada que recebe abaixo do mínimo de rendimento estipulado ainda é significativo e que a subutilização da mão-de-obra é manifesta. Enfim, o Nordeste possui uma estrutura produtiva e um mercado de trabalho heterogêneos como resultado do processo já citado de “indiferenciação de espaços” que, por sua vez, provoca mudanças nas formas de acumulação regional, permitindo a convivência do novo/moderno com o velho/tradicional.

Para entender o porquê de o dinamismo econômico nordestino não ter se traduzido em “processos mais evidentes de formalização do seu mercado de trabalho”, é preciso observar que a integração regional ocorre com a presença marcante de um imenso reservatório de mão-de-obra. Além disto, a implantação de novos segmentos produtivos tem influência considerável sobre a desestruturação dos mercados de trabalho tradicionais.

Theodoro (1995) mostra que, a partir dos anos 1980, o Estado tem recorrido, sobretudo nos períodos de aprofundamento da recessão econômica, aos chamados programas de apoio ao

setor informal no Nordeste. Existe uma grande variedade de ações do governo que, embora não seja percebida como políticas de emprego<sup>50</sup>, influencia diretamente o nível de emprego e o grau de precariedade do mercado de trabalho. As formas alternativas de emprego incluem os novos tipos de inserção no mercado de trabalho cuja característica básica é a ausência, em maior ou menor grau, das garantias sociais existentes nos contratos de trabalho por tempo indeterminado, justificada pela necessidade de redução dos custos de contratação de mão-de-obra. Quando a própria ação do governo está direcionada ao setor informal (ainda que nem sempre com o intuito de gerar emprego), entra-se no âmbito dos programas de apoio ao setor informal que podem ser de dois tipos: 1) os de criação/fortalecimento dos grupos de produção; e 2) os das centrais de prestação de serviços. A justificativa ideológica é a de que as atividades informais seriam dotadas de potencialidades que possibilitariam a melhoria das condições de trabalho dos mais pobres, pois o setor informal é visto como fonte alternativa de geração de emprego, sendo tais programas um novo instrumento de política de emprego. É importante lembrar que a persistência de uma fraca dinâmica econômica, associada aos elevados níveis de pobreza e de concentração de renda, contribuiu para que o setor informal no Nordeste chegasse a absorver mais da metade da população economicamente ativa. Por fim, resta comentar que, enquanto em São Paulo predomina no setor informal, as microempresas e os trabalhadores autônomos mais qualificados, no Nordeste este setor compõe-se principalmente de atividades ligadas à prestação de serviços mais simples e ao artesanato.

Theodoro (1995) faz uma retrospectiva desses programas no Nordeste, mostrando que as bases dos programas de apoio ao setor informal foram lançadas nos anos 1970 pela Operação Esperança, que foi um organismo ligado à Arquidiocese de Olinda e Recife e criado originalmente para prestar assistência à população mais pobre assolada pelo problema das inundações de 1965, tornando-se em pouco tempo um mecanismo permanente de ação contra a pobreza. Nas palavras do autor, “(...) o apoio ao setor informal nasce de uma perspectiva de ação mais assistencialista do que no bojo de uma política de emprego. Esta será uma característica presente nos programas governamentais (...)” (p. 154). É na década de 1980 que

---

<sup>50</sup> As políticas de emprego, segundo Theodoro (1995), constituem um conjunto bastante heterogêneo de ações governamentais no mercado de trabalho, cujos objetivos principais são, grosso modo, a redução dos índices de desemprego e das ocupações consideradas precárias, visando, em última instância, à melhoria das condições de vida da população. Essas políticas podem ser globais (atuando sobre a oferta ou demanda de trabalho) ou específicas (conjunto diversificado de ações que compreende também formas alternativas de emprego).

o Estado começa a atuar de forma mais direta no apoio às atividades informais. No plano federal, destaca-se o SINE (Sistema Nacional de Empregos) do Ministério do Trabalho, criado nos anos 1970 e que passa a promover ações no âmbito do setor informal. A iniciativa do governo federal estimulou a ação nas esferas estadual e municipal de poder, com destaque para o CPM (Programa de Cidade de Porte Médio); os programas do SINE e/ou das Secretarias Estaduais do Trabalho; e o PPS (Programa de Prioridades Sociais). É neste período que entram em cena também outros organismos governamentais como o CEBRAE (Centro Brasileiro de Apoio às Micros e Pequenas Empresas) e a LBA (Legião Brasileira de Assistência).

No Nordeste, os programas de apoio ao setor informal receberam do governo federal quase US\$ 80 milhões entre 1980/91, com destaque para as seguintes atividades: artesanato em geral, microunidades de produção, de confecção, artigos de limpeza, produtos alimentares, pesca artesanal, prestação de serviços de pintura, eletricidade, serviço doméstico em geral etc. É importante frisar o caráter pontual e a escala reduzida das unidades criadas ou apoiadas, principalmente no tocante aos grupos de produção. Theodoro (1995) alerta para o fato de que este tipo de ação busca alcançar dividendos políticos para os governantes, seja por favorecer diretamente determinada clientela alvo, seja pelo apelo publicitário de tais atividades. Em síntese,

(...) os programas governamentais de apoio ao setor informal no Nordeste, tal como foram realizados, caracterizam-se pela descontinuidade das ações, assim como pela ausência de sintonia entre os diferentes organismos atuantes. Mais importante ainda é o fato de tratar-se de um instrumento cuja eficácia é residual face às dimensões e aos problemas da região. (...) Essa falta de atrelamento a uma diretriz mais global fez com que os programas (...), concebidos originalmente como instrumento de uma política de emprego, ainda que de cunho compensatório, ganhassem um caráter assistencialista e caritativo, transformando-se rapidamente em mecanismos de reprodução de práticas políticas clientelistas (Theodoro, 1995, p.162).

Guimarães Neto (1989) também analisa as condições de trabalho, salário e produtividade no Nordeste e constata que uma característica marcante é a prática generalizada da sub-remuneração<sup>51</sup> da população ocupada, associada principalmente à disseminação das atividades informais que, na região Nordeste, não se limitam às atividades comerciais. As condições de vida e a disseminação das formas de sub-remuneração da força de trabalho

---

<sup>51</sup> Nos empregos públicos e nas atividades industriais estatais os percentuais de sub-remuneração são menores.

podem ser explicadas pelas formas de dominação exercidas a partir de uma estrutura fundiária extremamente concentrada. Em relação aos ganhos de produtividade do sistema urbano, tem-se uma evidente não-apropriação dos mesmos pelos trabalhadores, cujo nível salarial segue a evolução real do salário mínimo. Enfim, as elevações nos níveis gerais de vida ocorrem, mas a um ritmo sensivelmente menor do que o dinamismo e crescimento da produção, o que ajuda a entender a idéia de Araújo (1995) de que “a elevação do padrão de vida não decorre linearmente do mero crescimento econômico” (p. 148). Em suma, o mercado de trabalho nordestino é mais favorável ao empregador do que o das demais regiões.

Resta, ainda, comentar alguns aspectos do mercado de trabalho nordestino na década de 1980. Do mesmo modo que a economia brasileira, a economia regional também manifestou comportamento cíclico. Tanto é que, no período 1981/83, o emprego de baixa remuneração foi quase que a única fonte de crescimento do emprego urbano. Além disto, houve um aumento da importância relativa dos trabalhadores pobres, uma informalização generalizada das relações de trabalho nas cidades, a deterioração rápida da renda do setor informal e um crescimento do desemprego, sobretudo em relação ao segmento juvenil da população nordestina. Acompanhando a retomada econômica de 1984/86, o mercado de trabalho da região Nordeste tendeu a uma estabilização. No entanto, a partir de 1987, processos de deterioração das condições de vida e de eliminação das reduzidas vantagens obtidas nas fases de crescimento dos anos 1960 e 1970 ganham forte e inequívoco impulso.

É importante enfatizar que a recessão dos anos 1980 tinha como alavanca mestra um corte brutal nos investimentos públicos, o que significa que as regiões mais dependentes de aplicações de recursos do governo federal são particularmente sacrificadas. Nas palavras de Furtado (1984), “(...) enquanto o país permanecer prostrado e exangue, a margem de manobra para atuar no Nordeste será necessariamente reduzida”, ou seja, “o primeiro passo para repensar o Nordeste (...) é repensar o Brasil tendo em conta a situação angustiante em que se encontra a região” (p.p.6-7).

Para finalizar, convém indicar que, no início dos anos 1990, a crise e a instabilidade se agravaram, interrompendo as transformações em curso no setor industrial das diversas regiões. O fator marcante foi a presença de processos de modernização nos centros mais industrializados. Segundo Guimarães Neto (1995), “a terceirização, a importação de

componentes e a busca sistemática de melhoria de qualidade e de aumento da competitividade internacional estariam definindo novos processos de trabalho” (pp. 21-22).

A década de 1980, portanto, registrou uma redução da atividade econômica e o início do processo de deterioração do mercado de trabalho que coincidiram com a crise do Estado, cada vez mais incapaz de avaliar/fomentar as condições necessárias para o redimensionamento da acumulação de capital (Wanderley, 1996).

### **2.3 O Nordeste, a estabilização e as restrições ao crescimento na década de 1990**

Neste item, procurou-se discutir o comportamento da região Nordeste ao longo dos anos 1990. Para tanto, julgou-se pertinente subdividir essa discussão em dois momentos: 1) o da exposição do debate acerca de uma possível reconcentração industrial no Brasil; e 2) o do desempenho econômico nordestino e seus impactos no mercado de trabalho regional.

#### **2.3.1 Reconcentração?**

Discutir a respeito de uma possível reconcentração industrial no Brasil conduz ao debate sobre a polarização locacional da industrialização no país, refletindo sobre a posição do Nordeste. Já foi visto que a desconcentração espacial da indústria expressou-se através da participação no PIB nacional em três níveis: inter-regional, intra-regional e intra-estadual. Além disto, foi mostrado também que esse processo de desconcentração perdurou até 1985 e envolveu a manutenção dos centros de decisão no Sudeste, especialmente em São Paulo. Wanderley (1996) corrobora essa idéia ao afirmar que

o estágio da integração produtiva pautou-se na desconcentração concentrada do capital, pois além de não alterar o seu padrão de concentração regional, manteve intacta a divisão regional do trabalho, já que, historicamente, patenteou-se o Sudeste como fornecedor de capital e o Nordeste, de mão-de-obra. Desta forma, este tipo de industrialização nordestina caracterizou-se pela desregionalização especializada e segmentada, segundo determinados subsetores de insumos intermediários e sub-regiões do Nordeste (Wanderley, 1996, p. 24).

A partir de meados da década de 1980, os indícios de perda de dinamismo da continuidade da desconcentração inter-regional da indústria no país começam a se fazer notar de forma mais nítida através da crise econômica, da reestruturação produtiva-tecnológica e do perfil da distribuição de renda. Na década de 1990, Wanderley (1996) observa a possibilidade de uma nova realidade econômica, resultante da rearticulação locacional da indústria no país. A partir de uma tipologia<sup>52</sup> que situe algumas categorias industriais segundo a natureza da integração regional associada com a origem do capital e com o seu mercado, este autor destaca algumas considerações: 1) verificaram-se indícios de globalização na categoria industrial especializada; 2) a categoria de turismo apresenta-se também com características de uma atividade globalizada; e 3) as indústrias que se enquadram nas categorias tradicional e distrital têm em comum tanto a regionalização, no critério do capital, quanto a condição de receptoras, nos fluxos interindustriais, de inovações tecnológicas. Trata-se, portanto, de uma nova realidade para se pensar o desenvolvimento regional.

O consenso existente é que, entre 1985/95, deu-se o esgotamento do processo de desconcentração. Uma forma de visualizar este processo encontra-se na Tabela 1 que mostra a participação das grandes regiões no PIB do Brasil, destacando o Nordeste e o estado de São Paulo, no período que vai de 1985 até 2004. Constata-se, assim, que o peso do Nordeste no PIB apresenta movimento de queda entre 1985-95. Durante a segunda metade da década de 1990 e início dos anos 2000, a participação regional tem um discreto aumento. Todavia, em 2004, a participação nordestina no PIB foi praticamente a mesma verificada em 1985: 14%. Infere-se, portanto, que o processo de desconcentração espacial se arrefece a partir de 1985, não sendo retomado na década de 1990. A redução, verificada com mais ênfase a partir da segunda metade dos anos 1990, da participação relativa do estado de São Paulo e, conseqüentemente do Sudeste, foi acompanhada de acréscimo das demais regiões, com destaque para o Centro-Oeste, sem, contudo, representar uma mudança significativa que implique em retomada efetiva da desconcentração espacial.

---

<sup>52</sup> Síntese da tipologia: a) indústrias especializadas (produtoras de insumos intermediários); b) indústrias tradicionais (historicamente identificadas com o Nordeste); c) indústrias distritais (micro, pequenas e médias empresas; e d) indústrias turísticas (grande potencial para o Nordeste). Cf. Wanderley, 1996, pp. 27-29.

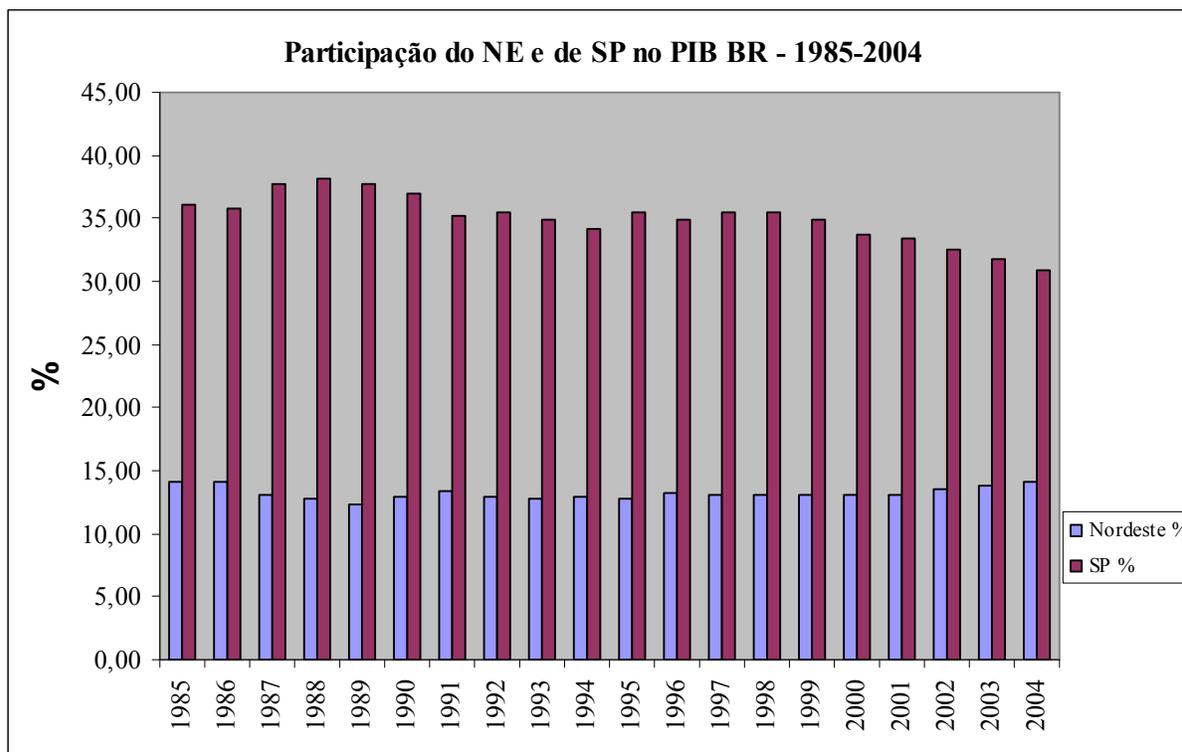
**Tabela 1. Participação das Grandes Regiões no PIB do Brasil a Preço Corrente – 1985-2004**

<b>Grandes Regiões</b>	<b>Norte %</b>	<b>Nordeste %</b>	<b>Sudeste %</b>	<b>SP %</b>	<b>Sul %</b>	<b>Centro-Oeste %</b>	<b>Brasil %</b>
1985	3,84	14,10	60,15	36,12	17,10	4,81	100,00
1986	4,38	14,07	58,55	35,73	17,62	5,38	100,00
1987	4,40	13,13	60,18	37,72	17,34	4,95	100,00
1988	4,35	12,83	60,32	38,14	17,51	5,00	100,00
1989	4,93	12,30	59,36	37,77	18,64	4,77	100,00
1990	4,94	12,86	58,83	37,02	18,21	5,16	100,00
1991	4,71	13,37	58,71	35,25	17,11	6,10	100,00
1992	4,32	12,92	58,79	35,49	18,30	5,67	100,00
1993	5,24	12,82	57,73	34,88	18,42	5,79	100,00
1994	5,09	12,87	57,27	34,15	18,67	6,10	100,00
1995	4,64	12,78	58,72	35,47	17,89	5,98	100,00
1996	4,64	13,17	58,07	34,93	18,03	6,08	100,00
1997	4,42	13,09	58,57	35,47	17,68	6,25	100,00
1998	4,48	13,05	58,16	35,46	17,48	6,84	100,00
1999	4,45	13,11	58,25	34,94	17,75	6,45	100,00
2000	4,60	13,09	57,79	33,67	17,57	6,95	100,00
2001	4,76	13,12	57,12	33,42	17,80	7,20	100,00
2002	5,04	13,52	56,34	32,55	17,66	7,44	100,00
2003	4,98	13,79	55,18	31,80	18,59	7,47	100,00
2004	5,29	14,06	54,92	30,94	18,21	7,51	100,00

Fonte: Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais. IBGE.

Com relação às disparidades entre o Nordeste e o estado de São Paulo, tem-se que a queda na participação de São Paulo, de cerca de quatro pontos percentuais, no PIB nacional, no período 1996-2004, foi maior do que o aumento do peso do Nordeste, de menos de um ponto percentual, no mesmo período. A evolução das participações relativas do Nordeste e de São Paulo, no PIB do Brasil, pode ser vista em destaque no gráfico a seguir.

Gráfico 1. Participação do Nordeste e do estado de São Paulo no PIB nacional – 1985-2004.



Fonte: Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais. IBGE.

Para se entender os determinantes do esgotamento da desconcentração espacial convém retomar Guimarães Neto (1997) quando ele reitera que “(...) a desconcentração ocorrida não resultou de nenhuma política coerente e articulada, levada adiante, persistentemente, pelo poder público, em particular o governo federal” (p. 65). Em parte do período em que se deu a desconcentração, verificou-se a desaceleração da economia nacional e das distintas regiões, com crise e instabilidade econômica e com efeitos negativos concentrados nas atividades urbanas, sobretudo da região Sudeste<sup>53</sup>.

Neste sentido, o esgotamento do processo de desconcentração pode ser explicado a partir da crise fiscal e financeira do Estado, acompanhada da deterioração de seus principais instrumentos de política econômica e do comprometimento da capacidade de investir das empresas estatais. Assim,

<sup>53</sup> Convém lembrar que houve até desconcentração espacial na economia da região metropolitana de São Paulo. Já com relação ao Nordeste, não se pode deixar de considerar a capacidade de atração de investimento das políticas de desenvolvimento regional sobre o processo de desconcentração.

(...) a instabilidade econômica e a quase ausência do mais importante protagonista da desconcentração – o setor público – nas economias regionais, apoiando ou realizando projetos de grande repercussão econômica (...) explicam a persistência, entre 1985 e 1995, dos mesmos percentuais de participação das regiões e dos estados no produto interno do país (Guimarães Neto, 1997, p. 68).

Analisando o restante da década de 1990, destaca-se o deslocamento das empresas, com uso intensivo de mão-de-obra, localizadas no Sudeste em direção ao Nordeste, em busca, no entanto, de reduzir o custo da folha de salários. Guimarães Neto (1997) pondera a respeito de algumas tendências gerais e seus desdobramentos espaciais. A primeira refere-se à heterogeneidade espacial, ou seja, o processo de desconcentração pode ser considerado seletivo (setorial e espacialmente) e insuficiente para reverter o alto grau de desigualdade e heterogeneidade existente na economia nacional. Deste modo, as mudanças econômicas e sociais geradas por esse processo constituíram fatores adicionais de tensão e dificuldade de negociação dos impasses e contradições no âmbito da federação.

A segunda tendência aborda a nova configuração/perfil do Estado brasileiro, mostrando que, se o processo de reestruturação do setor público resultar em um Estado mínimo e incapaz de conduzir qualquer política econômica (inclusive a regional), é provável a ocorrência de um processo de reconcentração numa nova fase de crescimento da economia, com crescente marginalização das regiões e sub-regiões economicamente mais atrasadas e de menor poder de competição. Com relação à terceira tendência, o autor discute os impactos de uma abertura econômica generalizada nas regiões mais atrasadas, no âmbito do processo de globalização e do advento de um novo padrão tecnológico. A idéia defendida é a de que tais impactos podem ser minimizados se for levado em consideração, junto com a seletividade espacial e setorial, o tempo necessário para que a estrutura produtiva regional esteja pronta para competir, ou seja, a abertura deve ser acompanhada por um conjunto de políticas industriais, agrícolas, de ciência e tecnologia, regionais e sociais. Quanto ao novo padrão tecnológico, o esperado é que as regiões mais industrializadas concentrem os novos empreendimentos que deverão ser os responsáveis pela dinâmica de suas economias e da economia nacional.

Por fim, Guimarães Neto (1997) alerta para a consolidação de uma situação de fragmentação da economia nacional, na medida em que identifica uma “busca crescente, em

quase todas as regiões, dos mercados internacionais, como forma de dinamizar as economias regionais diante de um mercado interno estagnado” (p.80).

Antes de se passar para a análise do desempenho econômico e do comportamento do mercado de trabalho na região Nordeste, é importante concluir esta seção tratando da evolução das desigualdades regionais, sobretudo na década de 1990. É sabido que a constituição/consolidação das desigualdades regionais no Brasil foi um processo muito complexo, no qual

(...) a articulação e integração das regiões ocorreram a partir de uma região hegemônica que, na formação do mercado interno nacional, ocupou espaços econômicos relevantes e, simultaneamente, consolidou diferenças marcantes entre as diversas partes do território nacional (Guimarães Neto, 1997, p. 43).

Este autor mostra que a ampliação das desigualdades deu-se ao longo do processo de articulação comercial sob a hegemonia de São Paulo. Com a integração produtiva (a partir de meados da década de 1960), foram alteradas as formas de atuação do Estado brasileiro nas regiões economicamente atrasadas. Todavia, com o esgotamento da desconcentração espacial (a partir da segunda metade dos anos 1980) que está ligado ao agravamento da crise econômica do país e da crise fiscal/financeira do Estado, as desigualdades regionais tornaram-se a se elevar. De acordo com Guimarães Neto (1997), a região Nordeste, em 1997, representava 29% da população total do país, abrigando cerca de 45% dos pobres brasileiros. Esta heterogeneidade social se reflete também no mercado de trabalho e, conseqüentemente, nos níveis de renda e nas condições de vida da população.

Isso posto, tem-se o seguinte “mapa da desigualdade” no Brasil: a presença de uma grande região onde se localizam as atividades estratégicas e que tem, em seu entorno, regiões periféricas, de diferentes níveis e com diferentes graus de complexidade econômica, nas quais se consolidaram, mais recentemente, sobretudo num processo de desconcentração de pouca duração, algumas especializações, que se constituíram pouco a pouco nas atividades que passaram a explicar a dinâmica dessas economias regionais. Em suma,

(...) os indicadores alcançam desigualdades significativas no Brasil, refletindo não só níveis diferentes de industrialização e de estruturas produtivas regionais, ou ainda, de relações de trabalho, mas, sobretudo, uma concentração econômica sustentada numa divisão regional do trabalho, a qual tendeu, historicamente, a consolidar as diferenças e relações econômicas que não têm permitido, até o presente, mudanças para uma maior equidade (Guimarães Neto, 1997, p. 53).

### 2.3.2 Desempenho econômico e mercado de trabalho nos anos 1990

No início da década de 1990, observa-se uma desaceleração do crescimento com uma elevação da instabilidade dos produtos do Brasil e, de forma mais intensa, da região Nordeste. Até 1983/84, segundo Guimarães Neto (1997), a economia brasileira, nas fases de aceleração ou desaceleração, respectivamente, aumenta ou diminui sem crescimento de modo mais intenso do que a economia regional, dando lugar a uma alternância de intensificação (nas fases de aceleração) e redução (nas fases de desaceleração) das disparidades regionais. Daí em diante, parece ter ocorrido o inverso: as oscilações conjunturais no Nordeste têm amplificado as ocorridas em escala nacional. Todavia, o que permanece válido, de acordo com Gomes e Vergolino (1995) é que as variações da taxa de crescimento nordestino quase sempre têm acompanhado as que ocorrem no Brasil, no sentido de que, quando o crescimento brasileiro se acelera, o nordestino também o faz – e vice-versa para as desacelerações.

No final dos anos 1980, em meio à atuação das políticas regionais, a economia brasileira passou a sofrer uma mudança estrutural importante, qual seja a redução dos controles impostos às importações, que durante décadas fizeram parte da política econômica do país. Esta abertura comercial, como já foi discutido no capítulo 1, provocou transformações no sistema produtivo com impactos setoriais e regionais diferenciados. Lima (1998) aponta que uma primeira avaliação pode ser derivada da própria hierarquia da estrutura tarifária definida na abertura, que protege mais os bens de consumo duráveis e os bens de capital, cuja produção concentra-se no Sudeste. De um modo geral, as análises indicam uma reversão do processo de despolarização experimentado entre os as décadas de 1970/80. Assim, com a mudança tarifária, setores importantes da indústria nordestina (minerais não metálicos, couros e peles e química) passaram a dispor de uma proteção nominal bem menor. Na prática, os bens intermediários foram os que dispunham de “escudos protetores” menos significativos. Em 1995, diante das pressões sobre a balança comercial postas pela maior importação de carros e duráveis em geral, estes bens passaram a sofrer taxa adicional. Como conseqüências, Lima (1998) destaca uma maior fragilização do parque industrial regional (mais exposto à concorrência externa) e uma competitividade industrial que se manifesta em grande parte de seus segmentos com dificuldades e com índices de crescimento inferiores aos do Sudeste. Nas palavras do autor, “(...) ironicamente, por força dessa articulação concentradora, vale ressaltar,

a economia nordestina termina sendo discriminada também na vigência do novo paradigma, da ‘globalização’” (p. 55). Cano (1998a) também corrobora a idéia de que, na década de 1990, um conjunto de fatores teria contribuído para deprimir o crescimento periférico nacional, inflexionando, assim, a desconcentração, apesar da coexistência de outros fatores favoráveis a ela.

Todavia, a economia nordestina demonstrou capacidade de crescimento mesmo em um momento em que a política regional perdeu seu ímpeto dinamizador, o que sugere que o parque industrial montado no Nordeste encontrou espaço para ampliar sua integração à economia nacional, mesmo em meio à crescente crise fiscal do estado, que reduziu o peso dos investimentos estatais que sempre foram relevantes para o dinamismo regional. A maior integração da indústria nordestina à indústria do Sudeste como fornecedora de bens intermediários pode, segundo Lima (1998), explicar o ritmo de crescimento mais próximo ao observado em São Paulo.

Analisando os dados do IBGE, Lima (1998) mostra que, nos anos 1991/95, observa-se no Brasil um crescimento industrial de 12,5%, aquém da performance de São Paulo (13,9%) e do Sul (17,3%). Em termos industriais, a despolarização não se mantém na década de 1990, pois São Paulo recuperou parte de suas perdas da década de 1980, mesmo que o Sul continue ganhando posições às custas das demais regiões. Já no Nordeste, o comportamento da indústria na década de 1990 é bastante heterogêneo e onde há crescimento, este é inferior ao obtido pela indústria paulista. Os gêneros de maior destaque foram: material elétrico, metalurgia, química e bebidas. Quedas acentuadas foram registradas no nível de produção de borracha, perfumaria, sabões, velas e fumo. Já os gêneros têxtil e vestuário mantiveram-se estacionários, apresentando melhor desempenho do que em São Paulo. De um modo geral, no Nordeste, a indústria parece ter sofrido um impacto maior da concorrência com os importados. O autor alerta, ainda, que os resultados sugerem que as chamadas frentes dinâmicas da economia nordestina continuam à frente da atividade industrial e que há uma maior fragilidade dos demais gêneros e sub-regiões diante da globalização e de uma abertura comercial que termina contribuindo para reforçar posições mais consolidadas do Sudeste.

No tocante à política regional, Costa Filho (1998) mostra que a década de 1990 representou a supremacia de propostas e recomendações neoliberais para a América Latina, onde as economias nacionais perdem importância relativa para os blocos regionais de

comércio. O liberalismo e a onda privatizante começam a penetrar na política e na sociedade brasileiras no governo Collor. Fernando Henrique prosseguiu nessa linha liberalizante e lançou o Projeto Nordeste (que ficou só na promessa), que previa a liberação de recursos para 11 áreas de atuação, desde a criação de empregos, redução da mortalidade infantil até a solução para o velho problema hídrico. Não obstante o crescimento econômico e as transformações ocorridas na região, a miséria, segundo este autor, continua sendo o problema mais grave do país, que tem no Nordeste uma feição ainda mais séria.

Por fim, resta reiterar que o processo de desestruturação do mercado de trabalho também atingiu a região Nordeste. Durante a década de 1980, foi visto que a estagnação econômica trouxe alterações na composição das oportunidades do mercado de trabalho. Todavia, segundo Baltar (2004), a tendência de elevação da taxa de participação foi preservada e as taxas de desemprego não sofreram uma elevação desenfreada. Já as transformações da década de 1990 tiveram fortes repercussões<sup>54</sup> nos níveis de emprego, atingindo inclusive os setores econômicos mais estruturados e organizados, com destaque para a redução da criação de novos postos de trabalho e o crescimento vertiginoso do desemprego.

Maia (2006b) aborda a dinâmica do mercado de trabalho nordestino no período recente (1981-2005), enfatizando que as especificidades básicas do Nordeste – atraso e elevados índices de precarização e pauperização das ocupações – estão associadas às suas raízes históricas: a estrutura fundiária e a forma de inserção regional no espaço nacional. A idéia defendida por este autor é a de que as transformações das décadas de 1980 e 1990 acentuaram o já precário quadro de exclusão econômica e social da população nordestina ocupada, generalizando o processo de regressão social.

De acordo com Maia (2006b), o PIB real nordestino cresceu 0,7% ao ano, entre 1985-1993 enquanto a População Economicamente Ativa (PEA) do Nordeste teve crescimento de 3,3% ao ano, no mesmo período (p. 44). O agravante da década de 1990 foi o expressivo aumento na participação da população desempregada na PEA regional. Este dado também pode ser verificado, analisando-se a Tabela 2, que fornece a evolução da taxa de desocupação ao longo dos anos 1980, 1990 e início dos 2000.

---

<sup>54</sup> Para se adaptarem às novas formas de produção e aos ditames da economia mundial, as indústrias estão passando a aderir às desregulações, incluindo: flexibilização da produção, desconcentração, subcontratação, uso de trabalho temporário, terceirização etc.

**Tabela 2. Evolução da Taxa de Desocupação no Nordeste - 1981-2005**

	<b>População Ocupada Nº. Pessoas (mil)</b>	<b>População Desocupada Nº. Pessoas (mil)</b>	<b>Taxa de Desocupação</b>
1981	12.100	635	<b>5,0</b>
1982	12.955	547	<b>4,1</b>
1983	13.105	704	<b>5,1</b>
1984	13.754	594	<b>4,1</b>
1985	14.277	484	<b>3,3</b>
1986	14.475	543	<b>3,6</b>
1987	14.934	742	<b>4,7</b>
1988	15.183	878	<b>5,5</b>
1989	15.813	840	<b>5,0</b>
1990	16.264	827	<b>4,8</b>
1992	17.164	1.523	<b>8,2</b>
1993	17.551	1.594	<b>8,3</b>
1995	18.268	1.427	<b>7,2</b>
1996	17.467	1.597	<b>8,4</b>
1997	18.427	1.864	<b>9,2</b>
1998	18.918	1.941	<b>9,3</b>
1999	19.595	2.256	<b>10,3</b>
2001	19.342	2.463	<b>11,3</b>
2002	20.193	2.543	<b>11,2</b>
2003	20.513	2.692	<b>11,6</b>
2004	21.003	2.717	<b>11,5</b>
2005	21.471	2.883	<b>11,8</b>

Fonte: PNAD, microdados - IBGE.

Como se pode observar, o desemprego nordestino, na década de 1990, dobrou em relação aos anos 1980 e continuou elevando-se no início do novo milênio, atingindo, em 2005, 2,9 milhões de pessoas, o que representa quase 12% da PEA regional.

Quanto ao perfil das ocupações, Maia (2006b) fornece as principais alterações ocorridas após as duas décadas de crise econômica e social. Um primeiro aspecto a ser destacado é a importante expansão das ocupações associadas à prestação de serviços, com

conseqüente redução das atividades agrícolas, industriais<sup>55</sup> e da construção civil. De acordo com este autor, as mudanças apontadas não trouxeram melhoria efetiva aos padrões de bem-estar da população ocupada do Nordeste, que mantém um baixo padrão econômico: no período 1981-2005, a média histórica dos ocupados ganhando menos de R\$ 600,00 foi de 85% (Maia, 2006b, p.47). O que mais impressiona é que, após os 25 anos de crise, o padrão econômico da população ocupada do Nordeste de 2005 era inferior ao de 1981.

Buscando identificar os grupos sociais mais afetados, Maia (2006b) faz uso da tipologia de estratificação social proposta por Quadros (2003) e identifica algumas características importantes relativas ao mercado de trabalho nordestino. Em primeiro lugar, tem-se a expressiva participação do grupo de trabalhadores não remunerados agrícolas, o que reforça a convivência de setores agrícolas de alta tecnologia<sup>56</sup> com os setores atrasados, como a atividade agrícola de auto-subsistência e a pequena propriedade rural familiar do tipo conta própria. Um segundo aspecto importante é a proliferação das ocupações associadas à prestação de serviços e o aumento da participação da massa trabalhadora não-agrícola (composta pelos trabalhadores autônomos, assalariados e domésticos). Este aumento se deu em função do crescimento do trabalho autônomo e doméstico que mais do que compensaram o decréscimo das ocupações assalariadas<sup>57</sup>. Um terceiro ponto é o crescimento do peso dos grupos associados às camadas médias. Todavia, Maia (2006b) mostra que este movimento foi acompanhado por uma redução do rendimento médio destes grupos. Este aumento da precariedade mesmo em posições típicas de classe média compromete os possíveis benefícios oriundos do aumento da participação dessas ocupações na estrutura sócio-ocupacional do Nordeste. Por fim, uma análise mais agregada mostra que as transformações verificadas nesta estrutura encobrem a expansão da precarização das ocupações em todos os grupos ocupacionais da região, ao longo das décadas de 1980, 1990 e início dos anos 2000, ou seja, apesar dos esforços de industrialização e da criação de pólos de desenvolvimento regionais,

---

<sup>55</sup> Segundo Cano (1998b), a redução da participação das atividades industriais, no Nordeste, está associada à tendência global de reestruturação produtiva somada à crise da indústria química nacional que, por sua vez, afetou sobremaneira o pólo petroquímico na Bahia. Além disto, também contribuíram para essa redução, a contração verificada nos setores têxtil e de confecções em quase todo o Nordeste.

<sup>56</sup> Araújo *et alli* (1997) destacam a agricultura irrigada e a fruticultura no vale do São Francisco, a fruticultura do oeste do Rio Grande do Norte e a agricultura de grãos no oeste da Bahia.

<sup>57</sup> Esta alteração estaria associada ao que Antunes (2000) chama de desproletarização do trabalho industrial e subproletarização do setor de serviços, com incremento de inúmeras formas de trabalho parcial, precário, terceirizado, subcontratado etc.

ainda há no Nordeste uma substancial parcela da população ocupada cuja inserção no mercado de trabalho vem se dando cada vez mais de forma precária. Além disto, tem-se uma queda generalizada nos rendimentos das ocupações – uma vez que a massa salarial não tem acompanhado o crescimento da população ocupada – e uma elevação brutal do desemprego a partir da década de 1990.

#### **2.4. Síntese: as disparidades regionais**

A consolidação das desigualdades regionais no Brasil, como já visto, representa um processo complexo cuja origem encontra-se na constituição de uma região hegemônica que determinou a articulação e a integração das demais. Deste modo, na formação do mercado interno nacional, foram sendo consolidadas diferenças marcantes entre as diversas regiões do país, com a concentração da industrialização no Sudeste (sobretudo no estado de São Paulo) e da pobreza e miséria no Nordeste.

Este capítulo mostrou a formação histórica da região Nordeste, destacando os diversos momentos de articulação da região com a economia do país, com ênfase nas transformações das décadas de 1980 e 1990. Pensando em termos mais estruturais, foi possível identificar dois momentos distintos da economia nacional: a fase de elevado dinamismo das décadas de 1950, 1960 e 1970 e a estagnação dos anos 1980, 1990 e início dos 2000.

Foi nesta primeira fase que se deu a industrialização nordestina, marcada pelo contexto da integração produtiva. O Nordeste, mesmo apresentando taxas de crescimento abaixo da média nacional, vivenciou, neste período, um intenso dinamismo, com um crescimento mais estável, devido sobretudo ao maior peso do setor público na economia regional. As formas de atuação do Estado brasileiro nas regiões economicamente mais atrasadas (dentro do contexto da desconcentração espacial) também se alteraram, mas não a ponto de conter o caráter “selvagem” do padrão de desenvolvimento nacional, ou seja, não obstante os avanços apontados, o atraso relativo e estrutural do Nordeste não foi superado.

A partir de meados dos anos 1980, a crise do Estado coincide com o declínio da atividade econômica e o início do processo de deterioração do mercado de trabalho. O limitado processo de desconcentração espacial se arrefece e, nos anos 1990, destaca-se o agravamento da crise econômica e da crise fiscal/financeira do Estado, observando-se uma

perda relativa da vitalidade do crescimento regional, com impactos negativos na geração de emprego e renda.

O início dos anos 2000 (até 2003) foi marcado por um comportamento econômico mais recessivo, não apresentando grandes variações no cenário formado ao longo do período de estagnação das décadas de 1980 e 1990. Diante da recuperação do nível de atividade econômica pós-2004 e das recentes políticas de transferência de renda, deve-se esperar um impacto no mercado de trabalho nordestino, no sentido de atenuar a crise, sobretudo na base da pirâmide social<sup>58</sup>? Essas mudanças serão capazes de alterar o quadro de atraso regional do Nordeste?

Não se deve esquecer que o Brasil é um país estruturalmente marcado pela presença de uma grande região hegemônica onde se concentram as atividades estratégicas, rodeada por regiões periféricas com diferentes níveis de complexidade econômica. Durante o curto processo de desconcentração espacial, foram desenvolvidas especializações regionais que se constituíram nas atividades que passaram a explicar as dinâmicas diferentes das economias regionais. E esta concentração econômica sustentada em uma divisão regional do trabalho que tende historicamente a consolidar as disparidades regionais não parece ter sido alterada no período recente.

Defende-se aqui que a elevação do crescimento econômico, para ser capaz de reduzir efetivamente as desigualdades sociais e regionais, precisa estar atrelada à construção de um adequado, corajoso e democrático projeto nacional de desenvolvimento social. Portanto, pensar alternativas de desenvolvimento para o país deve incluir também a discussão a respeito da problemática regional. Deste modo, este capítulo se fecha, no próximo item, com uma discussão a respeito da relevância da questão regional.

---

<sup>58</sup> O período recente que engloba o primeiro mandato do presidente Lula (2003-2006) é abordado no apêndice do capítulo 3 que busca mostrar, ainda que superficialmente, as repercussões da recuperação econômica e das políticas sociais na estrutura social nordestina, comprando-a com a do estado de São Paulo.

## 2.5. A questão regional e sua importância

Toda a abordagem teórico-histórica feita neste capítulo orienta-se, como já foi dito, por uma premissa básica: a de que a região Nordeste é parte de um processo social mais amplo – o do desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Neste sentido, a busca de elucidações a respeito da questão regional deve partir do ato de

indagar como o geral se reproduz no particular e como, a partir deste, podemos entender as múltiplas articulações entre os diversos tipos de relações sociais e o fio condutor do processo mais global, representado pela luta de classes no Brasil (Perruci, 1984, p. 13).

Desta forma, é possível compreender as formas assumidas pelo “particular” e que condicionam o processo histórico regional.

O espaço nordestino foi produzido por um processo de colonização que lhe atribuía a função de atendimento da demanda de produtos alimentícios e matérias-primas do mercado externo. Até o começo do século XX, a formação de um mercado nacional unificado fora impedida pelos interesses do capital, que se manifestavam através da aliança existente entre o latifúndio e o imperialismo. Foi com o desenvolvimento das outras regiões que o Nordeste transformou-se em fornecedor de produtos primários e de mão-de-obra. Aí encontram-se as origens da formação de espaços bastante diferenciados, mas complementares, na região Nordeste. Segundo Andrade (1984), tais espaços correspondiam ao Agreste, Sertão e Meio Norte. Este autor mostra, ainda, que a produção do espaço nordestino organizou-se em benefício de uma classe: a oligarquia, que havia estruturado o seu sistema de poder a partir do período colonial. Esta fora hábil o suficiente para permitir a possibilidade de ascensão e convivência com “grupos sociais enriquecidos”, ou seja, com “aliados burgueses” (p.p.45-46). Havia também uma aliança, entre a classe dominante nordestina e os poderosos grupos do Sudeste, responsável pela transformação do Nordeste em área de aplicação de capitais, fornecedora de mão-de-obra, exportadora de produtos agrícolas e produtora de divisas apropriadas pelo centro-sul.

Com o surgimento da industrialização brasileira<sup>59</sup>, modificações significativas começaram a surgir na constituição orgânica do capital na região Sudeste, que se fortalecia com uma força de trabalho migrada de outras regiões, sobretudo da região Nordeste. Assim, em função do crescimento industrial do Sudeste, a distribuição espacial das atividades econômicas no território do país foi reformulada, de modo que, na década de 1950, o Sudeste transformara-se no centro do capitalismo nacional, ao passo que a indústria nordestina assistia ao esgotamento dos seus limites, adentrando em uma crise. Uma explicação para esse comportamento é fornecida por Perruci:

enquanto a divisão do trabalho no Nordeste orientou-se para o alargamento da dependência para com o exterior, atrofiando o mercado regional, no Sudeste parece ter havido um movimento no sentido de uma integração dos diferentes setores econômicos, permitindo a constituição de um espaço econômico viável à reprodução ampliada do capital (Perruci, 1984).

Os anos 1960 foram marcados por uma crise de acumulação na economia brasileira. Uma repercussão importante desta crise foi a ampliação das desigualdades regionais, que colocou a indústria tradicional do Nordeste no limite de sua expansão, preservando um elevado nível de exploração da força de trabalho e obstruindo a expansão do mercado consumidor. É nesta década que ganha ímpeto o projeto de industrialização do Nordeste, considerado, por Perruci (1984), uma “resposta estatal aos desafios da crise nacional e da efervescência política nordestina”.

Andrade (1984) alerta para o fato de que essa política de industrialização não levou em conta o problema do desenvolvimento dos grupos empresariais da região, que se encontravam desalojados pelos grupos mais poderosos de outras regiões que, por sua vez, apropriavam-se da atividade industrial, beneficiando-se dos incentivos governamentais, da mão-de-obra barata e, às vezes, da obtenção de matérias-primas locais a baixo custo. Araújo (1984) também detecta uma série de problemas no projeto de industrialização do Nordeste. Mesmo reconhecendo a presença de dinamismo na região, mostra que o esforço de industrialização fora insuficiente, pois a região perdeu posição como produtora industrial, os níveis de vida e

---

<sup>59</sup> Segundo Perruci (1984), a industrialização brasileira surge a partir da “acumulação primitiva de capital ocorrida na economia cafeeira, concentrada no Sudeste, no bojo de nova divisão regional do trabalho”.

de concentração de renda<sup>60</sup> nordestinos continuaram os piores do país e as disparidades inter-regionais não se reduziram. A contribuição mais importante desta autora está em mostrar que a industrialização, por si só, seria incapaz de resolver os problemas do Nordeste. A resolução verdadeira deve passar, necessariamente, pelo equacionamento da questão agrária, o que implica rediscutir o estilo do crescimento industrial, assim como o próprio modelo econômico vigente no país. Isto significa que é preciso que a questão do atraso do Nordeste seja tratada politicamente.

Um último aspecto da discussão sobre a questão regional merece ser exposto: o seu caráter ideológico. Trata-se da questão regional entendida como construção ideológica da classe dominante. Aqui, a mesma atua como “instrumento de dominação e de domesticação da força de trabalho, desviando-a ideologicamente da contradição fundamental existente entre as classes sociais” (Perruci, 1984). Basicamente, destacam-se duas ideologias explicativas do atraso do Nordeste: 1) a que o atribui às suas condições naturais; e 2) a que o subordina ao fato de ser habitado por grupos étnicos inferiores.

Considerando, enfim, todo o processo histórico de constituição econômica e social da região nordestina resgatado neste capítulo, pode-se concluir que o Nordeste transformou-se num “amalgama de regiões” (Andrade, 1984), com existência, muitas vezes, de interesses conflitantes entre as várias áreas.

---

<sup>60</sup> A renda *per capita* média da região Nordeste representava menos da metade da renda média nacional (Araújo, 1984).

### *Capítulo 3*

#### **EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO OCUPACIONAL DO JOVEM NORDESTINO: 1981-2002**

Como já foi enfatizado no primeiro capítulo deste trabalho, a partir da década de 1980, o padrão de desenvolvimento que vigorou no Brasil (no período de 1930 a 1980) é quebrado e, nos anos 1990, a economia brasileira sofre significativas transformações, com fortes impactos no “padrão de inserção ocupacional” do jovem. De acordo com Pochmann (1998b), tal padrão é entendido como representando “a passagem da situação de inatividade para a de atividade<sup>61</sup>, que pode significar tanto que o jovem está ocupado como que está em busca de emprego” (p. 24).

Partindo do pressuposto de que este padrão se modificou, sobretudo a partir das transformações da década de 1990, no sentido de agravar as dificuldades de inserção do jovem no mundo do trabalho, este terceiro capítulo procura traçar os principais aspectos dessas alterações para, em seguida, mostrar a evolução da situação ocupacional do jovem entre 15 e 24 anos, na região Nordeste, no período que vai de 1981 até 2002. O esforço é o de identificar alguns elementos que contribuam para a análise das especificidades da “crise de reprodução social” no Nordeste e do seu impacto sobre os jovens nordestinos. Convém esclarecer que o objetivo é comparar a situação ocupacional destes jovens em dois momentos distintos: o retrato da situação ao final do padrão vigente até 1980 e o resultado das transformações das décadas de 1980 e 1990 e do início dos anos 2000. O ano de 2002 foi escolhido para retomar a base de dados que estava sendo trabalhada no momento da interrupção<sup>62</sup> e por fechar um ciclo político, com o final do governo de FHC. Eventuais alterações ou atenuações de tendências oriundas do governo Lula serão abordadas sumariamente no apêndice deste capítulo, uma vez que o período pós-2002 merece estudos específicos e bem mais aprofundados, deixados para pesquisas futuras.

---

<sup>61</sup> O autor entende a inatividade como sendo o período em que o jovem encontra-se no sistema escolar; e a atividade como representando a entrada do jovem no mercado de trabalho.

<sup>62</sup> Conforme dito na introdução, este trabalho foi interrompido no final de 2002 por motivos de adoecimento grave da autora, sendo retomado em meados de 2008.

Por fim, resta comentar que este capítulo encontra-se dividido em cinco partes. Na primeira, são expostos alguns esclarecimentos metodológicos e, na segunda, faz-se uma sistematização a respeito das principais alterações na inserção ocupacional do jovem. A terceira parte contém a análise propriamente dita sobre a evolução da situação ocupacional do jovem nordestino, no período 1981-2002. Esta análise foi subdividida em três itens: no primeiro, são apresentados alguns dados mais gerais sobre a população, a condição de atividade e de desocupação e sobre cor e sexo; no segundo, tem-se a evolução da estrutura ocupacional individual dos jovens e do conjunto da população; e, no último item, a estrutura ocupacional familiar. A quarta parte trata da estratificação social das famílias. O capítulo se encerra com uma síntese, destacando as principais conclusões obtidas.

### 3.1. Esclarecimentos metodológicos

Para tratar da evolução da situação ocupacional do jovem da região Nordeste, no período 1981-2002, foram utilizadas tabulações preliminares dos microdados da PNAD<sup>63</sup>, seguindo a metodologia desenvolvida por Quadros em suas atividades de pesquisa. Um primeiro aspecto por ele levantado refere-se ao atual conceito de ocupação da PNAD<sup>64</sup>, que considera *ocupado* todo indivíduo acima de 10 anos que tenha exercido um trabalho remunerado na semana de referência (usualmente, a última semana de setembro) ou um trabalho não remunerado por um período de pelo menos uma hora semanal na semana em que foi realizado o inquérito domiciliar. Este autor reconhece que “a definição de ocupação atualmente adotada na PNAD é extremamente elástica e abrangente, tendendo a superestimar a população ocupada ao incluir<sup>65</sup> todo tipo de eventuais e esporádicos bicos, quebra-galhos etc.” (Quadros, 2000, p. 2). Como, neste trabalho, estão sendo feitas comparações de dados entre 1981 e 2002, as alterações realizadas pelo IBGE em 1992 não foram contempladas para efeito de compatibilização da série. Isto significa que os indivíduos (com rendimento) que a partir de 1992 se encontram nas novas ocupações são incluídos em “sem ocupação com renda”, que era onde se encontravam antes de 1992.

---

<sup>63</sup> Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio, IBGE.

<sup>64</sup> Para se ter uma discussão a respeito da evolução dos conceitos de ocupado e desocupado da PNAD cf. Maia (2006a).

<sup>65</sup> Esta inclusão segue a recomendação da OIT (Organização Internacional do Trabalho).

O conceito de desocupação utilizado – indivíduos que estavam desocupados na semana do inquérito e que procuraram ocupação nos últimos dois meses – refere-se ao tempo de procura de ocupação, sendo definidas três modalidades de desocupados: os desocupados na semana de referência que tiveram alguma ocupação no ano de referência; os que ficaram desempregados em anos anteriores ao do inquérito; e aqueles que nunca trabalharam e estavam à procura do primeiro emprego. Considerando os ocupados e os três tipos de desocupados, tem-se as quatro categorias ocupacionais, para a População Economicamente Ativa (PEA), utilizadas neste trabalho:

- 1) Ocupado (na semana de referência);
- 2) Desocupado (ocupado no ano de referência);
- 3) Desocupado há mais de um ano;
- 4) Desocupado procurando a primeira ocupação.

Além disto, foram trabalhados dados a respeito da População Total; da População Economicamente Ativa (PEA) e da População Não Economicamente Ativa (PNEA), subdivida em *com* e *sem* rendimentos. A População em Idade Não Ativa (PINA) – abaixo de 10 anos – está incluída na População Total.

Este capítulo vai abordar, ainda que de forma não aprofundada, a questão racial e a de gênero. Vale lembrar que, sobretudo no segmento jovem, a crescente participação feminina, não obstante a queda na participação relativa masculina, tem influenciado bastante a pressão para a oferta de mão-de-obra no mercado de trabalho. Além disto, a discriminação racial também se constitui em mais um obstáculo a ser enfrentado pelo segmento jovem no mercado de trabalho.

Isto posto, procurou-se identificar as principais atividades desempenhadas pelos jovens no mercado de trabalho, assim como suas origens familiares. Para tanto, recorreu-se à metodologia, desenvolvida na pesquisa de Quadros (2003), de agregação das ocupações individuais em *grupos ocupacionais*<sup>66</sup>, na medida em que permite a elaboração de uma estrutura ocupacional individual e familiar<sup>67</sup>. Através da primeira, foi possível fazer uma

---

<sup>66</sup> Os treze grupos da estrutura individual correspondem a diferentes padrões sócio-ocupacionais captados a partir das pesquisas domiciliares do IBGE. Uma síntese descritiva dos grupos ocupacionais encontra-se em Anexo.

<sup>67</sup> Para obter a estrutura ocupacional familiar, Quadros (2003) classificou as famílias de acordo com o membro melhor remunerado na escala sócio-ocupacional, independentemente de ele ser ou não o chefe da família.

discussão em termos de mercado de trabalho e, da segunda, uma abordagem da estrutura social. São estes os dois eixos norteadores da construção da evolução da situação ocupacional do jovem nordestino no período 1981-2002. Por último, será discutida uma estratificação social familiar<sup>68</sup> do conjunto da população e dos jovens. Segundo Quadros (2008), “a estratificação familiar reflete de imediato toda mudança significativa para melhor (ou pior) na situação de seus membros” (p.2).

No tocante às limitações deste trabalho, é pertinente expor algumas simplificações de maior relevância.

A primeira traduz-se pela não-análise da evolução da estrutura ocupacional ano a ano, isto é, foi feita a opção de enfatizar os dados dos extremos do intervalo: 1981 e 2002. A idéia é apreender os efeitos mais estruturais – e menos cíclicos – dos impactos das transformações econômicas do período na inserção do jovem nordestino no mercado de trabalho. A segunda envolve a escolha da faixa etária que representa o segmento jovem a ser analisado. No Brasil, costuma-se incluir neste segmento pessoas em idade de 10 a 24 anos, subdivididas em três faixas etárias: 1) de 10 a 14 anos; 2) de 15 a 19 anos; e 3) de 20 a 24 anos. Reconhece-se, aqui, a importância dessas três faixas. Contudo, para não adentrar na problemática do trabalho infantil – o que fugiria aos objetivos desta pesquisa – esta análise vai trabalhar com os dados agregados dos jovens em uma única faixa: de 15 a 24 anos, sem subdividi-la. Por fim, não será feito um estudo específico dos rendimentos dos jovens e nem da questão da escolaridade, por se priorizar o caráter mais geral das análises. Todavia, reconhece-se a importância desta questão. Como salienta Pochmann (1998b, p. 57), “diante da abundância de oferta de mão-de-obra, tendem a crescer os mecanismos de discriminação de trabalhadores com menor escolaridade e experiência profissional”. Assim, mesmo deixando esta problemática de lado, convém indicar também que, para os jovens pior situados, a não obtenção do segundo grau está, cada vez mais, se transformando em “principal barreira de acesso dos jovens aos segmentos mais atrativos do mercado de trabalho” (Quadros, 2000, p. 9).

Por fim, resta comentar que o tipo de abordagem da região Nordeste não incluiu comparações com a média nacional e nem com as demais regiões e sim com o estado de São

---

<sup>68</sup> Esta estratificação segue a metodologia desenvolvida por Quadros (2008) que considera os indivíduos que declaram rendimentos à PNAD, estratificando-os a partir de faixas de rendimentos declarados, associadas, por sua vez, a distintos “padrões de vida”. As famílias são classificadas no padrão de vida de seu membro melhor situado na estratificação individual.

Paulo<sup>69</sup>, tomado como o mais desenvolvido do país. Tem-se a ciência dos limites de se estar comparando uma região com um estado, mas a idéia é a de caracterizar as especificidades nordestinas em contraste com o estado que, em 2002, foi o responsável por cerca de 32%<sup>70</sup> do PIB nacional. Cabe registrar, ainda, que foram feitas comparações entre os jovens e o conjunto da população e, também, entre a região metropolitana e as demais localidades. Nesta última comparação, o ideal seria agregar as três metrópoles nordestinas (Salvador, Fortaleza e Recife) às capitais dos demais estados para se ter uma comparação mais “pertinente” com a região metropolitana de São Paulo. Todavia, como a PNAD não permite tal agregação, optou-se por não restringir a análise regional aos três estados com região metropolitana (Bahia, Ceará e Pernambuco), tendo em vista que o interesse maior deste trabalho é captar o quadro geral da região Nordeste. Há intenções de, em trabalhos posteriores, analisar as metrópoles nordestinas e seus estados separadamente.

Registrados esses esclarecimentos, apresenta-se a seguir uma breve análise das principais alterações ocorridas no padrão de inserção ocupacional do jovem, com ênfase nas transformações vivenciadas ao longo da década de 1990. Em seguida, faz-se o estudo da evolução da situação ocupacional do jovem que vive e trabalha na região Nordeste desse país, durante o período 1981-2002.

### **3.2. Alterações na inserção ocupacional do jovem**

A partir dos anos 1980 e, mais precisamente, na década de 1990, foram agravadas e dificultadas as condições de entrada e permanência do jovem no mundo do trabalho, principalmente nas melhores ocupações juvenis. São sintomas dessas dificuldades o crescimento generalizado do desemprego juvenil e a precarização de parcela crescente das ocupações dos jovens, entre outros, nos anos 1980 e 1990.

É importante não deixar de associar este quadro a um processo mais amplo, denominado por Pochmann (1998a) de desestruturação do mercado de trabalho. Na medida em que os determinantes desse processo já foram discutidos no capítulo 1, serão lembradas aqui apenas suas principais características: desemprego aberto, desassalariamento e geração de

---

<sup>69</sup> Para se ter um mapa da exclusão juvenil, focado na região metropolitana de São Paulo, ver Bombach (2004).

<sup>70</sup> Vide tabela 1 do capítulo 2 deste trabalho.

postos de trabalho precários. A idéia é a de mostrar que as alterações verificadas na década de 1990, no padrão de inserção ocupacional do jovem, resultam da referida desestruturação, ou seja, as transformações econômicas e sociais que ocorreram nos anos 1990 afetaram o funcionamento e a dinâmica do mercado de trabalho brasileiro, com fortes conseqüências para o seu segmento juvenil.

Nesta perspectiva, pode-se discutir, de forma mais adequada, as alterações mais recentes. Para tanto, convém apontar, ainda que brevemente, as principais características da inserção do jovem no mercado de trabalho no período que antecede aos anos 1980. Até então havia, junto com a presença de crescimento econômico, uma oferta de empregos razoavelmente ampla e um mercado de trabalho organizado em torno de empregos assalariados formais. Tais elementos proporcionavam a existência de condições favoráveis à mobilidade social que, por sua vez, garantia a relativa estabilidade do padrão de inserção ocupacional dos jovens. Enfim, até 1980, a taxa de desemprego era relativamente baixa e existiam possibilidades de ingresso dos jovens nos empregos ditos regulares (Pochmann, 1998b). Todavia, este autor alerta para o fato de essa estabilidade não ter impedido a geração de um “quadro de desigualdades com insuficiência de empregos regulares para a **totalidade** da população jovem” (Pochmann, 1998b, p. 13). (Grifo da autora). Neste sentido, convém enfatizar que a informalidade já abrangia uma massa considerável dos jovens e que a mobilidade anterior à estagnação e à reestruturação dos anos 1980 era fruto, fundamentalmente, do dinamismo econômico, que também beneficia os informais.

Contrapondo-se ao período anterior a 1980, os anos 1990 foram marcados por uma elevada instabilidade ocupacional dos jovens. As oportunidades de ingresso dos mesmos nos setores modernos do mercado de trabalho tornaram-se progressivamente escassas; o desemprego juvenil atingiu patamares inéditos no país e teve-se uma diminuição dos postos de trabalho de jovens nos segmentos assalariados, que se mostrou maior do que a elevação nos segmentos autônomos. Estas alterações se expressam em um crescimento das barreiras tanto de acesso ao primeiro emprego<sup>71</sup> quanto de manutenção do jovem na ocupação.

Pochmann (1998b) analisa, entre outros, no período 1989/96, três aspectos importantes dessas alterações: 1) o desemprego juvenil; 2) o desassalariamento; e 3) as ocupações não

---

<sup>71</sup> Uma análise mais detalhada acerca da problemática do primeiro emprego pode ser encontrada em Pochmann (2000).

assalariadas. No tocante ao primeiro aspecto, é relevante destacar que o desemprego juvenil manteve-se, de forma mais expressiva, na faixa de 15 a 19 anos e que se expandiu consideravelmente em todas as regiões geográficas. Maia (2008) mostra que o desemprego juvenil tende a ser maior do que o do conjunto da população, mas de menor duração, ou seja, os jovens tendem a apresentar uma alta rotatividade no mercado de trabalho, trocando de emprego com mais frequência e mais facilidade do que os indivíduos de mais idade.

Em relação ao desassalariamento<sup>72</sup>, Pochmann (1998b) o trata como um fenômeno geral, isto é, que atinge todos os trabalhadores, sobretudo os jovens, e que decorre do fato de a destruição de empregos assalariados ter se mostrado maior do que a criação e a expansão dos postos de trabalho não assalariados nos anos 1990. Este autor mostra que, no período 1989/96, o emprego assalariado do jovem decresceu em 23,8%. Na sua análise regional, o Nordeste é apontado como a região onde se teve a maior redução (25,9%) de empregos assalariados. Outro dado interessante apresentado por Pochmann (1998b) é o de que o setor primário foi responsável por uma redução de 66,3% dos empregos assalariados com registro pertencentes aos jovens. No tocante ao total da ocupação, verificou-se, também, uma queda nos empregos regulares do segmento juvenil. O autor afirma ainda que, no segmento formal, as oportunidades de trabalho abertas aos jovens, além de escassas, tendiam a se concentrar nas pequenas e micro-empresas, que preferem jovens a partir de 18 anos e, em geral, oferecem condições precárias de trabalho, expressas por baixos salários e elevada instabilidade contratual.

Por fim, resta comentar as principais observações do autor sobre as ocupações não assalariadas, que englobam as ocupações sem remuneração, os trabalhadores conta própria e os empregadores. Na década de 1990, a expansão dessas ocupações não compensou a intensa redução no estoque de empregos assalariados para jovens, o que reforçou as dificuldades de inserção do jovem em setores organizados do mercado de trabalho. Na abordagem regional, o Nordeste teve a segunda menor expansão (63,3%) dessas ocupações não assalariadas (Pochmann, 1998b, p.70). Como se vê, foi na região Nordeste onde as ocupações não assalariadas cresceram menos, em termos relativos, ao mesmo tempo em que se verificou a

---

<sup>72</sup> Essa questão da existência de um processo de desassalariamento ainda não está totalmente esclarecida. Tem-se, na pesquisa do Prof.Dr. Waldir Quadros, dados de suas análises, cujos resultados apontam para o fato de, no período 1992/98, a proporção de assalariados (formais e informais) no total dos ocupados não ter se retraído (houve uma retração rural compensada pela expansão urbana). Cf. Quadros (2008).

maior redução dos empregos assalariados formais, consubstanciando um quadro perverso, sobretudo para a população jovem.

De um modo geral, pode-se dizer que, na década de 1990, o trabalhador jovem perdeu espaço na ocupação total e, para agravar ainda mais a situação, “as alternativas ocupacionais, além de serem insuficientes para atender o número de jovens que ingressam anualmente no mercado de trabalho, concentraram-se nas ocupações não assalariadas” (Pochmann, 1998b, p. 68).

Um último aspecto, levantado por Pochmann (1998b), sobre essas alterações no padrão de inserção ocupacional do jovem na década de 1990 merece ser exposto. Trata-se de uma classificação feita por este autor com o intuito de precisar as diferentes situações em que um trabalhador sem emprego, nos anos 1990, inclusive e sobretudo o trabalhador jovem, pode encontrar-se. Neste sentido, são identificadas basicamente quatro situações de desemprego: 1) a recorrente; 2) a de reestruturação empresarial; 3) a de exclusão; e 4) a de inserção. A primeira está relacionada às ocupações associadas à “*flexibilidade quantitativa do mercado de trabalho*”: são ocupações nas quais a concorrência entre as diferentes faixas etárias tende a ser pouco regulada, as exigências de qualificação profissional são baixas e as condições de trabalho e rendimento são flexíveis e instáveis. O desemprego de reestruturação empresarial, ou seja, aquele resultante de alterações no interior das empresas, atinge principalmente os jovens. No desemprego de exclusão, o trabalhador - que, em geral, possui baixa ou nenhuma escolaridade - fica marginalizado das “ocupações geradas no núcleo organizado da economia nacional”. Finalmente, o desemprego de inserção diz respeito ao trabalhador que encontra dificuldades crescentes de encontrar o seu primeiro emprego (Pochmann, 1998b, p.p. 97/98).

A partir desta classificação, Pochmann (1998b) conclui que se conformaram e difundiram “padrões heterogêneos de inserção da juventude ao mundo do trabalho”. Este autor detecta quatro padrões de inserção ocupacional dos jovens: 1) o de ofício profissional; 2) o de emprego assalariado; 3) o de emprego de função autônoma; e 4) o de trabalho protegido. No primeiro padrão, há exigências de elevada formação educacional e as ocupações concentram-se nas atividades especializadas das grandes empresas. O segundo refere-se às atividades menos especializadas, com destaque para as pequenas e micro-empresas. No terceiro, o jovem pode inserir-se no trabalho por conta própria, tanto para a empresa como para o público. E, finalmente, no padrão de inserção por trabalho protegido, são encontradas as

atividades garantidas, sobretudo no setor não mercantil. Nestes dois últimos padrões, a ação do poder público é fundamental (Pochmann, 1998b, p.p. 99/100).

Enfim, são estes os padrões de inserção ocupacional dos jovens difundidos na década de 1990. Eles resultam, sobretudo, da desestruturação do mercado de trabalho, que foi impulsionada pela estagnação econômica oriunda das já discutidas transformações que ocorreram no país, a partir da década de 1980, e que ganharam força e particularidades nos conturbados anos 1990, reforçando a instabilidade e a precariedade da inserção do jovem no mundo do trabalho.

### **3.3. A evolução da situação ocupacional do Jovem Nordeste: 1981-2002**

Os anos 1990 revelaram-se extremamente difíceis em vários aspectos. No tocante ao segmento jovem da população, foi visto, no item anterior, que as dificuldades de inserção/permanência do jovem no mundo do trabalho foram agravadas. As alterações, já configuradas acima, no padrão de inserção do jovem, fazem parte de uma “crise de reprodução social”<sup>73</sup> que atinge todas as regiões, mas não de forma homogênea. Este é, então, o ponto de partida deste item, que tenta construir um cenário ocupacional do jovem entre 15 e 24 anos na região Nordeste, no período 1981-2002, procurando indicar algumas características da região para, assim, precisar melhor a dimensão que essa crise assume no Nordeste.

A construção desse cenário está marcada por uma abordagem preliminar dos jovens de 15 a 24 anos, no Nordeste e no estado de São Paulo, em relação ao conjunto da população, buscando mostrar, de modo mais claro, como o jovem é afetado de forma diferenciada. Também são feitas diferenciações entre regiões metropolitanas e demais localidades. Em seguida, mantendo estes mesmos critérios de comparações<sup>74</sup>, serão discutidas a “condição de atividade” e a “condição de desocupação”. Por fim, a questão da “ocupação x desocupação” será tratada sob a ótica da raça/cor e do sexo/gênero.

---

<sup>73</sup> De acordo com Quadros (2000), esta crise se torna visível a partir do momento em que “as gerações mais novas estão enfrentando dificuldades crescentes, muitas vezes intransponíveis, para manter as condições sociais de suas famílias de origem” ( p. 4).

<sup>74</sup> Vale dizer comparações, para o intervalo 1981-2002, entre os jovens e o conjunto da população; entre região metropolitana e demais localidades e entre a região Nordeste e o estado de São Paulo.

Após esta exposição de dados mais gerais, são feitas duas abordagens enfatizando a questão ocupacional. A primeira enfatiza uma discussão sobre mercado de trabalho, estando baseada na estrutura ocupacional individual, ou seja, pretende esboçar um quadro das atividades realizadas por esses jovens e da magnitude da ocupação entre os mesmos. A segunda prioriza a estrutura social, partindo, então, da estrutura ocupacional familiar. Para encerrar, será apresentado um esboço de estratificação social das famílias e das famílias com jovens. Os dados aqui utilizados são das PNADs de 1981 e 2002, tabulados conforme a metodologia já detalhada.

### 3.3.1. Dados mais gerais

#### a) Dados demográficos

Este subitem busca apresentar alguns dados gerais, que mostram a magnitude da população nordestina e de São Paulo, tanto na faixa etária de 15 a 24 anos quanto no conjunto da população. Nas tabelas abaixo, estão as taxas anuais de crescimento da população total e da população jovem, subdivididas em região metropolitana e demais localidades.

**Tabela 1. Taxas de crescimento populacional anual: Nordeste e Estado de São Paulo**

#### 1. a. Taxa de Crescimento Anual da População Total - 1981-2002

<b>Local</b>	<b>1981</b>	<b>2002</b>	<b>Crescimento Anual</b>
NE- Região metropolitana	5.876.692	9.816.885	2,47
NE- Demais localidades	29.528.756	39.554.376	1,40
<b>Total NE</b>	<b>35.405.448</b>	<b>49.371.261</b>	<b>1,60</b>
SP - Região metropolitana	13.062.867	18.637.993	1,71
SP - Demais localidades	12.699.831	20.092.689	2,21
<b>Total SP</b>	<b>25.762.698</b>	<b>38.730.682</b>	<b>1,96</b>

### 1. b. Taxa de Crescimento Anual da População Jovem (15 a 24 anos) - 1981-2002

<b>Local</b>	<b>1981</b>	<b>2002</b>	<b>Crescimento Anual</b>
NE- Região metropolitana	1.305.749	2.087.712	2,26
NE- Demais localidades	5.638.689	8.297.108	1,86
<b>Total NE</b>	<b>6.944.439</b>	<b>10.384.820</b>	<b>1,93</b>
SP - Região metropolitana	2.674.834	3.535.883	1,34
SP - Demais localidades	2.617.735	3.681.015	1,64
<b>Total SP</b>	<b>5.292.569</b>	<b>7.216.898</b>	<b>1,49</b>

Fonte: PNAD, microdados, IBGE.

Uma primeira observação geral diz respeito à constatação de que a população jovem do Nordeste, no período 1981-2002, cresceu, em média, acima da população total da região enquanto que, no estado de São Paulo, o crescimento demográfico anual dos jovens ficou abaixo do crescimento anual da população total do estado. Um outro dado é que o estado de São Paulo teve uma taxa anual de crescimento maior do que a da região Nordeste. No entanto, quando se destaca a população jovem, a taxa anual de crescimento do Nordeste foi maior do que a de São Paulo. Isto mostra que, no período em questão, o estado de São Paulo apresenta um perfil mais avançado de “envelhecimento” de sua população. No Nordeste, o crescimento da população jovem acima da média da região e acima do crescimento jovem de São Paulo, em um período de agravamento das condições de ingresso no mercado de trabalho, fornece uma idéia da dimensão das dificuldades de acesso ao emprego, encontradas pelo jovem nordestino.

Considerando a divisão entre região metropolitana e demais localidades, percebe-se que, no Nordeste, tanto para os jovens como para a população total, a região metropolitana cresceu mais do que as demais localidades. Já com relação ao estado de São Paulo, o crescimento demográfico das demais localidades foi maior do que o da região metropolitana.

Na próxima tabela, os dados da Tabela 1 estão detalhados em percentuais referentes à região metropolitana e às demais localidades. No Nordeste, a participação de jovens residindo nas regiões metropolitanas teve, no período 1981-2002, um ligeiro aumento de 1,3 pontos percentuais, ficando em torno de 20% em 2002. Em São Paulo, verificou-se uma tendência inversa com uma discreta redução deste percentual de 50,5%, em 1981, para 49,5% em 2002.

Todavia, tanto no Nordeste quanto em São Paulo, a evolução dos jovens acompanha a tendência do conjunto de suas respectivas populações. Vale destacar a diferença encontrada entre o Nordeste e São Paulo: enquanto este tem quase metade de seus jovens residindo nas regiões metropolitanas, aquele tem apenas um quinto<sup>75</sup>.

**Tabela 2. Distribuição da População Jovem e Total entre região metropolitana e demais localidades – 1981-2002**

**2.a. Região Nordeste**

Região NORDESTE	1981			
	Jovens		População Total	
	Nº.	%	Nº.	%
Região metropolitana	1.305.749	18,8	5.876.692	16,6
Demais localidades	5.638.689	81,2	29.528.756	83,4
<b>Total</b>	<b>6.944.439</b>	<b>100,0</b>	<b>35.405.448</b>	<b>100,0</b>
Região NORDESTE	2002			
	Jovens		População Total	
	Nº	%	Nº	%
Região metropolitana	2.087.712	20,1	9.816.885	19,9
Demais localidades	8.297.108	79,9	39.554.376	80,1
<b>Total</b>	<b>10.384.820</b>	<b>100,0</b>	<b>49.371.261</b>	<b>100,0</b>

**2.b. Estado de São Paulo**

Estado de São Paulo	1981			
	Jovens		População Total	
	Nº.	%	Nº.	%
Região metropolitana	2.674.834	50,5	13.062.867	50,7
Demais localidades	2.617.735	49,5	12.699.831	49,3
<b>Total</b>	<b>5.292.569</b>	<b>100,0</b>	<b>25.762.698</b>	<b>100,0</b>
Estado de São Paulo	2002			
	Jovens		População Total	
	Nº.	%	Nº.	%
Região metropolitana	3.535.883	49,0	18.637.993	48,1
Demais localidades	3.681.015	51,0	20.092.689	51,9
<b>Total</b>	<b>7.216.898</b>	<b>100,0</b>	<b>38.730.682</b>	<b>100,0</b>

Fonte: PNAD, microdados, IBGE.

<sup>75</sup> Neste ponto, convém lembrar que a região Nordeste só possui três regiões metropolitanas em três dos seus nove estados: Bahia, Ceará e Pernambuco.

Antes de tratar da condição de atividade, convém expor a participação do jovem nordestino e paulista na população total de cada localidade, nos anos de 1981 e 2002. Como se pode observar a partir da Tabela 3, enquanto no estado de São Paulo, a proporção de jovens no total da população apresentou redução de quase dois pontos percentuais (20,5% → 18,6%) ao longo do período 1981-2002, no Nordeste esta proporção não se alterou, mantendo-se em 19,6%. No entanto, a participação de jovens nordestinos no total da população regional cresceu quase um ponto percentual nas demais localidades, mas teve um decréscimo do mesmo tamanho nas regiões metropolitanas, preservando a média regional. Já em São Paulo, a proporção de jovens caiu tanto na região metropolitana quanto nas demais localidades, corroborando a hipótese de um perfil demográfico de maior envelhecimento em São Paulo: a proporção de jovens em São Paulo, em 2002, ficou menor do que a mesma proporção do Nordeste, em 1981.

**Tabela 3. Participação de Jovens na População  
Total do Nordeste e do Estado de São Paulo – 1981  
- 2002**

<b>% Jovens/População Total</b>	<b>1981</b>	<b>2002</b>
<b>Nordeste</b>	<b>19,6</b>	<b>19,6</b>
Região metropolitana	22,2	21,3
Demais localidades	19,1	21,0
<b>São Paulo</b>	<b>20,5</b>	<b>18,6</b>
Região metropolitana	20,5	19,0
Demais localidades	20,6	18,3

Fonte: PNAD, microdados, IBGE.

## **b) Condição de atividade**

Será abordada agora a questão da condição de atividade do conjunto da população nordestina e paulista assim como das respectivas populações juvenis. Neste caso, trabalha-se com duas categorias: a população economicamente ativa (PEA), que pode ser subdividida entre

população ocupada e população desocupada<sup>76</sup>; e a população não economicamente ativa (PNEA), que pode ter ou não ter rendimentos. Vale ressaltar que, para discutir condição de atividade, será considerada a população total acima de 10 anos, isto é, desconta-se a PINA (População em Idade Não Ativa) da população total.

## **I – Conjunto da População acima de 10 anos**

Na Tabela 4, tem-se os dados completos para o conjunto da população. Uma primeira observação diz respeito ao aumento da proporção da PEA na população total acima de 10 anos, no período 1981-2002, tanto para o Nordeste como em São Paulo; e também nas regiões metropolitanas e demais localidades de ambos. Um segundo ponto é que essa proporção da PEA tende a ser levemente maior nas regiões metropolitanas do Nordeste e São Paulo, em 1981 e também em 2002, do que nas demais localidades, exceto no Nordeste no ano de 1981, onde o peso da PEA das demais localidades é ligeiramente maior do que o da região metropolitana. Todavia, no período em questão, o peso da PEA, em São Paulo, continuou sendo maior do que a participação da PEA no Nordeste. Em 1981, a PEA nordestina representava 51,4% da população total acima de 10 anos, passando para 58,0%, em 2002; estes dados, para São Paulo, são, respectivamente, 56,6% e 61,8%. Alguns fatores podem ser levantados como hipóteses para auxiliar na compreensão de um maior peso da PEA em São Paulo: um perfil demográfico de maior envelhecimento, uma maior participação da mulher no mercado de trabalho e uma maior taxa de ocupação.

Isolando os dados da PEA (vide primeiras duas linhas das tabelas) e separando-os entre população ocupada e desocupada, é possível tecer alguns comentários importantes. De início, destaca-se um considerável aumento da taxa de desocupação, no período 1981-2002. No Nordeste, a referida taxa passou de 5,0% da PEA, em 1981, para 11,2%, em 2002; em São Paulo, estes valores subiram de 7,0% para 13,8%. Ainda que a taxa de desocupação, em São Paulo, seja maior do que a do Nordeste, o crescimento da taxa regional superou o da taxa estadual, mais que dobrando no período analisado. De qualquer modo, os dados corroboram um crescimento significativo do desemprego, favorecendo o processo de desestruturação do

---

<sup>76</sup> Só para reiterar, a população desocupada engloba os indivíduos que estavam desocupados na semana do inquérito e que procuraram ocupação nos últimos dois meses.

mercado de trabalho já discutido no capítulo 1. Além disto, a taxa de desocupação continuou maior nas regiões metropolitanas do que nas demais localidades, tanto no Nordeste como em São Paulo, evidenciando a maior intensidade da crise nas áreas urbanas, sobretudo no Nordeste, onde as taxas de desocupação das regiões metropolitanas – de 1981 e 2002 – superaram as de São Paulo. Destaca-se, portanto, um maior desemprego relativo nas regiões metropolitanas do Nordeste e um desemprego absoluto concentrado no estado de São Paulo.

**Tabela 4. Condição de Atividade do Conjunto da População acima de 10 anos**

**4a. Nordeste - 1981**

Condição de Atividade	Região Metropolitana		Demais Localidades		Total NE	
	Nº. Pessoas	%	Nº. Pessoas	%	Nº. Pessoas	%
População Ocupada	1.973.857	90,5	10.126.198	96,0	12.100.055	95,0
População Desocupada	207.319	9,5	427.213	4,0	634.533	5,0
<b>Total PEA</b>	<b>2.181.176</b>	<b>100,0</b>	<b>10.553.411</b>	<b>100,0</b>	<b>12.734.588</b>	<b>100,0</b>
PEA	2.181.176	50,2	10.553.411	51,6	12.734.588	51,4
PNEA com rendimento	369.305	8,5	1.503.169	7,4	1.872.474	7,6
PNEA sem rendimento	1.793.410	41,3	8.391.842	41,0	10.185.252	41,1
<b>Total</b>	<b>4.343.892</b>	<b>100,0</b>	<b>20.448.422</b>	<b>100,0</b>	<b>24.792.314</b>	<b>100,0</b>

**4b. Nordeste - 2002**

Condição de Atividade	Região Metropolitana		Demais Localidades		Total NE	
	Nº. Pessoas	%	Nº. Pessoas	%	Nº. Pessoas	%
População Ocupada	3.937.917	81,0	16.255.108	90,9	20.193.025	88,8
População Desocupada	922.020	19,0	1.620.778	9,1	2.542.798	11,2
<b>Total PEA</b>	<b>4.859.937</b>	<b>100,0</b>	<b>17.875.886</b>	<b>100,0</b>	<b>22.735.823</b>	<b>100,0</b>
PEA	4.859.937	60,2	17.875.886	57,4	22.735.823	58,0
PNEA com rendimento	944.508	11,7	4.400.712	14,1	5.345.220	13,6
PNEA sem rendimento	2.267.215	28,1	8.851.611	28,4	11.118.826	28,4
<b>Total</b>	<b>8.071.660</b>	<b>100,0</b>	<b>31.128.209</b>	<b>100,0</b>	<b>39.199.869</b>	<b>100,0</b>

## 4c. São Paulo - 1981

Condição de Atividade	Região Metropolitana		Demais Localidades		Total SP	
	Nº. Pessoas	%	Nº. Pessoas	%	Nº. Pessoas	%
População Ocupada	5.305.334	91,5	5.221.828	94,6	10.527.162	93,0
População Desocupada	493.756	8,5	295.420	5,4	789.176	7,0
<b>Total PEA</b>	<b>5.799.090</b>	<b>100,0</b>	<b>5.517.247</b>	<b>100,0</b>	<b>11.316.337</b>	<b>100,0</b>
PEA	5.799.090	56,9	5.517.247	56,2	11.316.337	56,6
PNEA com rendimento	871.486	8,6	881.040	9,0	1.752.527	8,8
PNEA sem rendimento	3.514.977	34,5	3.411.716	34,8	6.926.693	34,6
<b>Total</b>	<b>10.185.554</b>	<b>100,0</b>	<b>9.810.004</b>	<b>100,0</b>	<b>19.995.557</b>	<b>100,0</b>

## 4d. São Paulo - 2002

Condição de Atividade	Região Metropolitana		Demais Localidades		Total SP	
	Nº. Pessoas	%	Nº. Pessoas	%	Nº. Pessoas	%
População Ocupada	8.289.118	84,1	8.924.033	88,2	17.213.151	86,2
População Desocupada	1.561.699	15,9	1.198.713	11,8	2.760.412	13,8
<b>Total PEA</b>	<b>9.850.817</b>	<b>100,0</b>	<b>10.122.746</b>	<b>100,0</b>	<b>19.973.563</b>	<b>100,0</b>
PEA	9.850.817	63,6	10.122.746	60,2	19.973.563	61,8
PNEA com rendimento	1.545.744	10,0	2.090.947	12,4	3.636.691	11,3
PNEA sem rendimento	4.101.242	26,5	4.593.623	27,3	8.694.865	26,9
<b>Total</b>	<b>15.497.803</b>	<b>100,0</b>	<b>16.807.316</b>	<b>100,0</b>	<b>32.305.119</b>	<b>100,0</b>

Fonte: PNAD, microdados, IBGE.

No que se refere à população não economicamente ativa (PNEA), a sua proporção na população total, no período 1981-2002, teve uma redução no Nordeste (de 48,7% para 42,0%) e também em São Paulo (de 43,4% para 38,2%), acompanhando o aumento da proporção da PEA, verificado no mesmo período. De um modo geral, não há grandes diferenças destes valores quando se considera a divisão entre região metropolitana e demais localidades, com um ligeiro predomínio do peso das demais localidades, exceto no Nordeste (1981), onde a proporção da PNEA é ligeiramente maior na região metropolitana (49,8%) do que nas demais localidades (48,4%). Convém comentar, ainda, que não obstante a proporção da PNEA sem rendimento ser, em 1981, no Nordeste e em São Paulo, muito maior do que a da PNEA com rendimento, esta tendência se atenua em ambas as localidades no ano de 2002, com o aumento

da proporção da PNEA com rendimento<sup>77</sup> e o decréscimo da PNEA sem rendimento. Esta atenuação, por sua vez, mostrou-se mais intensa nas demais localidades do que nas regiões metropolitanas do Nordeste e também de São Paulo.

## II – Os jovens de 15 a 24 anos

Tendo como base o que foi exposto acima, passa-se agora a ver como as observações apontadas em relação ao conjunto da população da região Nordeste e do estado de São Paulo se alteram a partir da análise das transformações vivenciadas pelo segmento juvenil, no período 1981-2002.

Será vista, em primeiro lugar, a situação dos jovens pelo peso da PEA juvenil no total de jovens entre 15 a 24 anos. Já foi salientado que, para o conjunto da população acima de 10 anos, a participação da PEA cresceu entre 1981 e 2002, mantendo-se maior em São Paulo do que no Nordeste. Quando a atenção se volta para os jovens (vide Tabela 5), nota-se, em primeiro lugar, que o peso de jovens economicamente ativos no total da população juvenil é maior do que a participação da PEA no conjunto da população total acima de 10 anos, no Nordeste e em São Paulo, tanto em 1981 quanto em 2002. Em segundo lugar, no entanto, a evolução da PEA juvenil no Nordeste se diferencia do comportamento da PEA juvenil paulista, no período 1981-2002. Enquanto em São Paulo a PEA juvenil praticamente não alterou seu peso no total de jovens entre 15 e 24 anos – apresentando uma ligeira redução de 69,5%, em 1981, para 68,8%, em 2002 –, no Nordeste, a PEA juvenil apresentou crescimento, passando de 56,7% em 1981, para 60,1%, em 2002. Passadas as duas décadas de crise, a proporção de jovens economicamente ativos cresceu mais de três pontos percentuais no Nordeste, apresentando, por outro lado, um discreto decréscimo em São Paulo. Tal fato pode estar associado a uma maior precariedade, no Nordeste, dos demais integrantes das famílias.

Introduzindo a diferenciação entre região metropolitana e demais localidades, tem-se que, não obstante a PEA juvenil nordestina da região metropolitana ter crescido mais, no intervalo 1981-2002, do que a PEA das demais localidades, os jovens economicamente ativos

---

<sup>77</sup> Este aumento da PNEA com rendimentos se refere, basicamente, a aposentados e pensionistas, isto é, incorpora, portanto, a aposentadoria rural introduzida nos anos 1980, por força da constituinte, e que tem grande impacto no Nordeste.

do Nordeste continuam, em termos absolutos, mais concentrados nas demais localidades (4,9 milhões de jovens em 2002) do que na região metropolitana (1,2 milhões também em 2002). Já em São Paulo, o ligeiro predomínio do peso da PEA juvenil nas demais localidades, em 1981, é superado, em 2002, quando a participação de jovens economicamente ativos fica maior na região metropolitana do que nas demais localidades.

**Tabela 5. Condição de Atividade da População Jovem (15 a 24 anos)**

**5a. Nordeste - 1981**

Condição de Atividade	Região Metropolitana		Demais Localidades		Total NE	
	Nº. Pessoas	%	Nº. Pessoas	%	Nº. Pessoas	%
População Ocupada	566.375	81,9	2.995.204	92,4	3.561.579	90,5
População Desocupada	125.483	18,1	247.374	7,6	372.857	9,5
<b>Total PEA</b>	<b>691.858</b>	<b>100,0</b>	<b>3.242.578</b>	<b>100,0</b>	<b>3.934.436</b>	<b>100,0</b>
PEA	691.858	53,0	3.242.578	57,5	3.934.436	56,7
PNEA com rendimento	27.059	2,1	45.590	0,8	72.649	1,0
PNEA sem rendimento	586.833	44,9	2.350.522	41,7	2.937.354	42,3
<b>Total</b>	<b>1.305.749</b>	<b>100,0</b>	<b>5.638.689</b>	<b>100,0</b>	<b>6.944.439</b>	<b>100,0</b>

**5b. Nordeste - 2002**

Condição de Atividade	Região Metropolitana		Demais Localidades		Total NE	
	Nº. Pessoas	%	Nº. Pessoas	%	Nº. Pessoas	%
População Ocupada	829.306	64,8	4.138.785	83,4	4.968.091	79,6
População Desocupada	449.658	35,2	824.132	16,6	1.273.790	20,4
<b>Total PEA</b>	<b>1.278.964</b>	<b>100,0</b>	<b>4.962.917</b>	<b>100,0</b>	<b>6.241.881</b>	<b>100,0</b>
PEA	1.278.964	61,3	4.962.917	59,8	6.241.881	60,1
PNEA com rendimento	55.423	2,7	300.210	3,6	355.633	3,4
PNEA sem rendimento	753.325	36,1	3.033.981	36,6	3.787.306	36,5
<b>Total</b>	<b>2.087.712</b>	<b>100,0</b>	<b>8.297.108</b>	<b>100,0</b>	<b>10.384.820</b>	<b>100,0</b>

## 5c. São Paulo - 1981

Condição de Atividade	Região Metropolitana		Demais Localidades		Total SP	
	Nº. Pessoas	%	Nº. Pessoas	%	Nº. Pessoas	%
População Ocupada	1.579.154	85,4	1.669.932	91,3	3.249.086	88,3
População Desocupada	271.019	14,6	159.060	8,7	430.079	11,7
<b>Total PEA</b>	<b>1.850.173</b>	<b>100,0</b>	<b>1.828.992</b>	<b>100,0</b>	<b>3.679.165</b>	<b>100,0</b>
PEA	1.850.173	69,2	1.828.992	69,9	3.679.165	69,5
PNEA com rendimento	41.629	1,6	32.116	1,2	73.745	1,4
PNEA sem rendimento	783.033	29,3	756.626	28,9	1.539.659	29,1
<b>Total</b>	<b>2.674.834</b>	<b>100,0</b>	<b>2.617.735</b>	<b>100,0</b>	<b>5.292.569</b>	<b>100,0</b>

## 5d. São Paulo - 2002

Condição de Atividade	Região Metropolitana		Demais Localidades		Total SP	
	Nº. Pessoas	%	Nº. Pessoas	%	Nº. Pessoas	%
População Ocupada	1.782.655	71,4	1.882.955	76,4	3.665.610	73,8
População Desocupada	714.898	28,6	583.222	23,6	1.298.120	26,2
<b>Total PEA</b>	<b>2.497.553</b>	<b>100,0</b>	<b>2.466.177</b>	<b>100,0</b>	<b>4.963.730</b>	<b>100,0</b>
PEA	2.497.553	70,6	2.466.177	67,0	4.963.730	68,8
PNEA com rendimento	57.127	1,6	73.861	2,0	130.988	1,8
PNEA sem rendimento	981.203	27,7	1.140.977	31,0	2.122.180	29,4
<b>Total</b>	<b>3.535.883</b>	<b>100,0</b>	<b>3.681.015</b>	<b>100,0</b>	<b>7.216.898</b>	<b>100,0</b>

Fonte: PNAD, microdados, IBGE.

A evolução da PNEA juvenil, no Nordeste e em São Paulo, no período 1981-2002, segue, evidentemente, o movimento contrário ao das respectivas PEAs juvenis, com uma redução no Nordeste e um ligeiro crescimento em São Paulo. Enquanto no Nordeste o peso da PNEA se manteve, neste período, maior nas regiões metropolitanas, em São Paulo houve uma inversão, com a PNEA das demais localidades superando a PNEA da região metropolitana, em 2002. O importante a destacar, ainda, em se tratando da PNEA juvenil, é que, entre os jovens, como esperado, o peso da PNEA sem rendimentos é muito maior do que o peso da PNEA com rendimento, sobretudo quando se compara esta diferença com aquela verificada em relação ao conjunto da população acima de 10 anos. No Nordeste, o peso da PNEA com rendimento cresceu, entre 1981 e 2002, mais do que em São Paulo no mesmo período, com predomínio deste crescimento nas demais localidades.

Isto posto, passa-se a abordar a evolução da condição de atividade da população economicamente ativa juvenil no período 1981-2002, com ênfase nas comparações das taxas de desocupação. Já foi visto que estas taxas praticamente dobraram no conjunto da população acima de 10 anos em São Paulo, entre 1981 e 2002, sendo que mais que dobraram no Nordeste no mesmo período, mesmo que, em 2002, a taxa de desemprego, em São Paulo, tenha ficado ligeiramente maior do que no Nordeste. Isolando o segmento juvenil da população, tem-se o reforço da idéia, amplamente divulgada, de que o jovem é mais perversamente atingido pelo fenômeno do desemprego, entendido como sintoma da crise social que afeta o comportamento do mercado de trabalho. Em São Paulo, a taxa de desocupação passou de 11,7% da PEA juvenil, em 1981, para 26,2% em 2002. No Nordeste, também se verificou um acréscimo desta taxa, passando de 9,5% para 20,4%. Além de corroborar a percepção de que os jovens representam o segmento populacional mais atingido pelo desemprego, estes dados revelam a magnitude desta diferença, mostrando também que as taxas de desocupação permaneceram mais elevadas em São Paulo do que no Nordeste.

Resta, ainda, adentrar nas diferenças encontradas entre região metropolitana e demais localidades. Considerando o conjunto da população acima de 10 anos, foi visto que o desemprego continuou mais concentrado nas áreas urbanas, com taxas de desocupação, no Nordeste e em São Paulo, mais elevadas nas respectivas regiões metropolitanas do que nas demais localidades. Quando se isola o segmento juvenil, este predomínio de taxas de desocupação mais elevadas nas regiões metropolitanas se mantém, no período 1981-2002, no estado de São Paulo, ainda que o crescimento desta taxa tenha sido maior nas demais localidades. No Nordeste, contudo, observa-se o contrário: em 1981, a taxa de desocupação juvenil da região metropolitana nordestina era de 18,1%; e das demais localidades, apenas 7,6%. Em 2002, estes valores passaram para, respectivamente, 35,2% e 16,6%. No Nordeste, a taxa de desocupação juvenil da região metropolitana não só cresceu mais do que a da região metropolitana de São Paulo, como também a ultrapassou, reforçando o predomínio do caráter urbano da crise ocupacional juvenil no Nordeste.

Para completar esta discussão, é oportuno destacar, na Tabela 6, a proporção de jovens na PEA. Com isto, é possível enfatizar a evolução da crise ocupacional juvenil no período 1981-2002. Uma primeira observação diz respeito à redução da proporção da PEA juvenil na PEA total, no período 1981-2002, no Nordeste e no estado de São Paulo, sendo que, neste

último, o decréscimo foi ainda mais acentuado: em 1981, a PEA juvenil nordestina representava 30,9% da PEA regional e, em São Paulo, o peso da PEA juvenil na total era de 32,5%; em 2002, estes valores caem para, respectivamente, 27,5% e 24,9%. Como se vê, em 2002, a proporção da PEA juvenil nordestina chega a superar a paulista. Podem ser levantadas algumas *hipóteses* para explicar a redução da proporção da PEA juvenil na PEA total, no período 1981-2002. Poderia se pensar que esta redução estaria associada a uma maior escolarização. Todavia, diante da crise social e econômica das décadas de 1980 e 1990, é importante não desconsiderar o papel do desalento como fator que também pode ter contribuído para o decréscimo da proporção de jovens economicamente ativos na PEA. Além disto, há também a questão do envelhecimento da população, sobretudo em São Paulo (vide tabela 3).

Como conseqüência desta redução da proporção da PEA juvenil, a participação dos jovens no total das populações ocupada e desocupada, do Nordeste e de São Paulo, também apresentou decréscimo no período 1981-2002. Todavia, não obstante o referido decréscimo, nota-se que a participação de jovens na população desocupada nordestina e paulista continua superando, no período 1981-2002, a proporção de jovens nas respectivas populações ocupadas. Vale ressaltar, ainda, que, tanto em 1981 quanto em 2002, a proporção de jovens nordestinos (respectivamente, 58,8% e 50,1%) entre o total de desempregados da região era maior do que as mesmas proporções para os jovens paulistas (54,5% e 47,0%), evidenciando o quanto os jovens representam a maior parcela da população desocupada, sobretudo na região Nordeste.

**Tabela 6. Participação dos Jovens na PEA**

**6a. Nordeste - 1981/2002**

Condição de Atividade	Jovens		Conjunto da População		% Jovens/Cj. População
	Nº. Pessoas	%	Nº. Pessoas	%	
População Ocupada - 1981	3.561.579	90,5	12.100.055	95,0	29,4
População Desocupada - 1981	372.857	9,5	634.533	5,0	58,8
<b>Total PEA - 1981</b>	<b>3.934.436</b>	<b>100,0</b>	<b>12.734.588</b>	<b>100,0</b>	<b>30,9</b>
População Ocupada - 2002	4.968.091	79,6	20.193.025	88,8	24,6
População Desocupada - 2002	1.273.790	20,4	2.542.798	11,2	50,1
<b>Total PEA 2002</b>	<b>6.241.881</b>	<b>100,0</b>	<b>22.735.823</b>	<b>100,0</b>	<b>27,5</b>

**6b. São Paulo - 1981/2002**

Condição de Atividade	Jovens		Conjunto da População		% Jovens/Cj. População
	Nº. Pessoas	%	Nº. Pessoas	%	
População Ocupada - 1981	3.249.086	88,3	10.527.162	93,0	30,9
População Desocupada - 1981	430.079	11,7	789.176	7,0	54,5
<b>Total PEA - 1981</b>	<b>3.679.165</b>	<b>100,0</b>	<b>11.316.337</b>	<b>100,0</b>	<b>32,5</b>
População Ocupada - 2002	3.665.610	73,8	17.213.151	86,2	21,3
População Desocupada - 2002	1.298.120	26,2	2.760.412	13,8	47,0
<b>Total PEA 2002</b>	<b>4.963.730</b>	<b>100,0</b>	<b>19.973.563</b>	<b>100,0</b>	<b>24,9</b>

Fonte: PNAD, microdados, IBGE.

**c) Condição de Desocupação**

Diante do aumento, no período 1981-2002, do peso da desocupação na PEA juvenil e da população total acima de 10 anos, julgou-se importante caracterizar melhor esta desocupação, subdividindo-a em três categorias: o desocupado que teve alguma ocupação no ano de referência; o desocupado há mais de um ano e o desocupado em busca da primeira ocupação.

Esta discussão da condição de desocupação será feita do mesmo modo que a da condição de atividade. Inicialmente, apresentam-se os dados relativos ao conjunto da população para, em seguida, focar no segmento juvenil, mostrando suas especificidades.

**I – Conjunto da População acima de 10 anos**

Analisando a Tabela 7, observa-se, em 1981, uma clara diferença entre o Nordeste e o estado de São Paulo no que tange ao perfil da desocupação. Neste ano, os desocupados nordestinos que tiveram alguma ocupação no ano de referência representavam 41,3% do total de desocupados enquanto que, em São Paulo, este valor era de 61,6%, ou seja, mais de 3/5 dos desocupados tiveram alguma ocupação no ano de referência, indicando um intenso predomínio do caráter recente da desocupação em São Paulo. Trata-se de um estado que apresenta um maior dinamismo o que, por sua vez, favorece uma maior rotatividade da mão-de-obra e, conseqüentemente, um menor tempo de desemprego.

Quando se faz a separação entre região metropolitana e demais localidades, ainda para o ano de 1981, tem-se que, no Nordeste, o percentual de desocupados com ocupação no ano de referência é maior na região metropolitana (44,9%) do que nas demais localidades (39,5%). Já em São Paulo, observa-se o inverso: a taxa das demais localidades (62,8%) supera a da região metropolitana (60,9%).

**Tabela 7. Condição de Desocupação do Conjunto da População, acima de 10 anos**

**7a. Nordeste -1981**

Condição de Desocupação	Região Metropolitana		Demais Localidades		Total NE	
	Nº. Pessoas	%	Nº. Pessoas	%	Nº Pessoas	%
Ocupado no ano de referência	93.178	44,9	168.495	39,5	261.674	41,3
Desocupado há mais de 1 ano	59.862	28,9	124.250	29,1	184.112	29,0
Em busca da 1ª ocupação	54.279	26,2	134.131	31,4	188.411	29,7
<b>Total de Desocupados*</b>	<b>207.319</b>	<b>100,0</b>	<b>426.877</b>	<b>100,0</b>	<b>634.196</b>	<b>100,0</b>

**7b. Nordeste 2002**

Condição de Desocupação	Região Metropolitana		Demais Localidades		Total NE	
	Nº. Pessoas	%	Nº. Pessoas	%	Nº Pessoas	%
Ocupado no ano de referência	344.627	38,0	623.524	40,1	968.151	39,3
Desocupado há mais de 1 ano	300.712	33,2	423.943	27,3	724.655	29,4
Em busca da 1ª ocupação	260.841	28,8	507.623	32,6	768.464	31,2
<b>Total de Desocupados*</b>	<b>906.180</b>	<b>100,0</b>	<b>1.555.090</b>	<b>100,0</b>	<b>2.461.270</b>	<b>100,0</b>

**7c. São Paulo 1981**

Condição de Desocupação	Região Metropolitana		Demais Localidades		Total SP	
	Nº. Pessoas	%	Nº. Pessoas	%	Nº Pessoas	%
Ocupado no ano de referência	300.508	60,9	185.659	62,8	486.167	61,6
Desocupado há mais de 1 ano	119.246	24,2	64.838	21,9	184.084	23,3
Em busca da 1ª ocupação	74.002	15,0	44.922	15,2	118.924	15,1
<b>Total de Desocupados</b>	<b>493.756</b>	<b>100,0</b>	<b>295.420</b>	<b>100,0</b>	<b>789.176</b>	<b>100,0</b>

## 7d. São Paulo 2002

Condição de Desocupação	Região Metropolitana		Demais Localidades		Total SP	
	Nº. Pessoas	%	Nº. Pessoas	%	Nº Pessoas	%
Ocupado no ano de referência	683.811	44,6	550.966	46,3	1.234.777	45,4
Desocupado há mais de 1 ano	477.168	31,1	359.110	30,2	836.278	30,7
Em busca da 1ª ocupação	372.157	24,3	279.299	23,5	651.456	23,9
<b>Total de Desocupados*</b>	<b>1.533.136</b>	<b>100,0</b>	<b>1.189.375</b>	<b>100,0</b>	<b>2.722.511</b>	<b>100,0</b>

Fonte: PNAD, microdados, IBGE.

\* Exclusive ignorados

Quando se passa a ver estes mesmos dados, só que relativos ao ano de 2002, é possível tecer alguns comentários importantes. Em primeiro lugar, a tendência geral predominante, tanto no Nordeste como em São Paulo, é a redução do percentual dos desocupados com ocupação no ano e o conseqüente aumento dos percentuais dos desocupados há mais de um ano e dos desocupados em busca da primeira ocupação. Esse maior tempo de desemprego se deve ao aumento da precariedade das relações e condições de trabalho ao longo do período 1981-2002. Não obstante a redução assinalada acima, o maior percentual ainda continuou sendo o da desocupação recente. Contudo, vale ressaltar que a magnitude desta redução percentual, ao longo do período 1981/2002, foi muito maior em São Paulo (61,6% → 45,4%) do que no Nordeste (41,3% → 39,3%). Passadas as transformações das décadas de 1980 e 1990, a taxa de desocupados com ocupação no ano, no estado de São Paulo, em 2002, se aproximou do mesmo valor do Nordeste, em 1981.

Introduzindo, mais uma vez, a divisão entre região metropolitana e demais localidades, tem-se que, enquanto se manteve, em São Paulo, um maior percentual da desocupação recente nas demais localidades, no Nordeste, houve uma inversão, no período 1981-2002, com o percentual das demais localidades superando o da região metropolitana.

Tendo estas referências para o conjunto da população acima de 10 anos, passa-se agora a abordar a evolução do perfil da desocupação entre os jovens nordestinos de 15 a 24 anos, comparados com os jovens do estado de São Paulo, no período 1981-2002.

## II – Os Jovens de 15 a 24 anos

De acordo com a Tabela 8, em 1981, os jovens nordestinos desocupados distribuíam-se da seguinte forma: 38,5% eram desocupados com ocupação no ano, 36,2% estavam em busca da primeira ocupação e 25,3% estavam desocupados há mais de um ano. Comparando com os dados do conjunto da população do Nordeste, no mesmo ano, entre os jovens, como esperado, o percentual de desocupados recentes e há mais de um ano é menor do que o do conjunto da população, enquanto que o percentual de jovens em busca da primeira ocupação é maior. O mesmo vale para os jovens paulistas comparados com o conjunto da população do estado de São Paulo, em 1981. No entanto, chama a atenção, em São Paulo, em 1981, o elevado percentual de jovens desocupados com ocupação no ano<sup>78</sup> (60,5%) e o baixo percentual de jovens em busca da primeira ocupação (17%), mantendo a mesma diferença com o Nordeste, encontrada na comparação feita entre os conjuntos das duas populações.

Tem-se, ainda, que, no Nordeste, em 1981, o percentual de jovens desocupados com ocupação no ano era maior na região metropolitana (42,7%) do que nas demais localidades (36,4%), enquanto que os percentuais de jovens desocupados há mais de um ano e em busca da primeira ocupação eram maiores nas demais localidades (respectivamente, 26,1% e 37,5%) do que na região metropolitana (respectivamente, 23,7% e 33,6%), mantendo o padrão da região encontrado para o conjunto da população.

**Tabela 8. Condição de Desocupação da População Jovem (15 a 24 anos)**

### 8a. Nordeste -1981

Condição de Desocupação	Região Metropolitana		Demais Localidades		Total NE	
	Nº Pessoas	%	Nº Pessoas	%	Nº Pessoas	%
Ocupado no ano de referência	53.525	42,7	90.093	36,4	143.618	38,5
Desocupado há mais de 1 ano	29.798	23,7	64.498	26,1	94.296	25,3
Em busca da 1ª ocupação	42.159	33,6	92.784	37,5	134.943	36,2
<b>Total de Desocupados</b>	<b>125.483</b>	<b>100,0</b>	<b>247.374</b>	<b>100,0</b>	<b>372.857</b>	<b>100,0</b>

<sup>78</sup> Trata-se de um dado esperado uma vez que o tempo de desemprego tende a ser menor entre os jovens.

**8b. Nordeste 2002**

Condição de Desocupação	Região Metropolitana		Demais Localidades		Total NE	
	Nº Pessoas	%	Nº Pessoas	%	Nº Pessoas	%
Ocupado no ano de referência	147.456	33,3	267.458	33,7	414.914	33,5
Desocupado há mais de 1 ano	84.672	19,1	156.481	19,7	241.153	19,5
Em busca da 1ª ocupação	210.580	47,6	370.235	46,6	580.815	47,0
<b>Total de Desocupados*</b>	<b>442.708</b>	<b>100,0</b>	<b>794.174</b>	<b>100,0</b>	<b>1.236.882</b>	<b>100,0</b>

**8c. São Paulo 1981**

Condição de Desocupação	Região Metropolitana		Demais Localidades		Total SP	
	Nº Pessoas	%	Nº Pessoas	%	Nº Pessoas	%
Ocupado no ano de referência	161.656	59,6	98.470	61,9	260.127	60,5
Desocupado há mais de 1 ano	60.981	22,5	36.022	22,6	97.003	22,6
Em busca da 1ª ocupação	48.382	17,9	24.568	15,4	72.950	17,0
<b>Total de Desocupados</b>	<b>271.019</b>	<b>100,0</b>	<b>159.060</b>	<b>100,0</b>	<b>430.079</b>	<b>100,0</b>

**8d. São Paulo 2002**

Condição de Desocupação	Região Metropolitana		Demais Localidades		Total SP	
	Nº Pessoas	%	Nº Pessoas	%	Nº Pessoas	%
Ocupado no ano de referência	285.619	40,3	250.435	43,1	536.054	41,6
Desocupado há mais de 1 ano	118.446	16,7	115.457	19,9	233.903	18,1
Em busca da 1ª ocupação	304.110	42,9	214.783	37,0	518.893	40,3
<b>Total de Desocupados*</b>	<b>708.175</b>	<b>100,0</b>	<b>580.675</b>	<b>100,0</b>	<b>1.288.850</b>	<b>100,0</b>

Fonte: PNAD, microdados, IBGE.

\* Excluídos ignorados.

Já em São Paulo, em 1981, o percentual de jovens desocupados recentes era maior nas demais localidades (61,9%) do que na região metropolitana (59,6%), enquanto o percentual de jovens em busca da primeira ocupação era maior na região metropolitana (17,9%) do que nas demais localidades (15,4%), tendência inversa à encontrada entre os jovens nordestinos.

Analisando os dados de 2002, nota-se um aumento do percentual de jovens em busca da primeira ocupação no Nordeste, passando de 36,2%, em 1981, para 47,0%, em 2002. Este aumento foi acompanhado da redução dos percentuais dos desocupados com ocupação no ano

e dos desocupados há mais de um ano. Além disto, este fenômeno mostrou-se mais intenso na região metropolitana do que nas demais localidades.

Esta tendência de aumento do percentual de jovens em busca da primeira ocupação, acompanhada da redução das proporções de jovens desocupados recentes e há mais de um ano, também se verificou no estado de São Paulo e, vale ressaltar, com muito mais intensidade do que no Nordeste. Em São Paulo, o percentual de jovens em busca da primeira ocupação passou de 17%, em 1981, para 40,3%, em 2002. Do mesmo modo que no Nordeste, este aumento foi maior na região metropolitana do que nas demais localidades.

Isto posto, cabe a indagação a respeito do significado do crescimento absoluto e relativo, verificado no período 1981-2002, no Nordeste e em São Paulo, do número de jovens em busca da primeira ocupação. A expansão desta modalidade de desemprego aponta para o agravamento das condições ocupacionais dos jovens, com destaque para a expansão da PEA juvenil e para as crescentes dificuldades de acesso ao mercado de trabalho, ou seja, diante da desestruturação do mercado de trabalho e da crise econômica e social, ocorrida ao longo das décadas de 1980 e, sobretudo de 1990, os jovens estão cada vez mais buscando ingressar no mercado de trabalho e encontrando dificuldades para tal, o que reforça a necessidade de políticas públicas voltadas especificamente para o primeiro emprego<sup>79</sup>, a fim de minimizar os efeitos perversos da crise social no segmento juvenil da população. No entanto, o equacionamento global desta problemática passa por uma melhoria nas condições macroeconômicas e sociais – retomada do crescimento acelerado com distribuição de renda – que seja capaz de melhorar as condições sociais das famílias, reduzindo a pressão sobre os jovens e atenuando o ingresso precoce no mercado de trabalho, ou seja, arrefecendo a expansão da PEA juvenil.

#### **d) Condição de Ocupação: cor e sexo**

Antes de se entrar no estudo da estrutura ocupacional, serão apresentados a seguir alguns dados relativos à condição de ocupação, sob a ótica da cor e do sexo, ou seja, busca-se apreender o impacto destas duas variáveis no acesso ao mercado de trabalho.

---

<sup>79</sup> Sobre a problemática do primeiro emprego, cf. Pochmann (2000).

## I – Cor

Esta variável será tratada de acordo com a classificação do IBGE que agrupa as pessoas segundo suas próprias auto-declarações. Este quesito foi incorporado pela primeira vez na PNAD de 1982. Por esta razão, os dados apresentados são de 1982 ao invés de 1981. A partir de 1992, a cor indígena foi dissociada da raça negra. Para que os dados de 1982 possam ser comparados com os de 2002, os indígenas foram agregados no grupo *negros*, composto, então, pelos pretos, pardos e indígenas. Já o grupo *não negros* engloba os indivíduos que se declararam brancos e amarelos.

Na Tabela 9, estão os dados da condição de atividade, segundo a cor do indivíduo, relativos ao conjunto da população economicamente ativa (PEA). Nota-se, de início, que o percentual de desocupados entre os *Negros* é maior do que a mesma taxa entre os *Não Negros*, em 1982 e 2002, no Nordeste e em São Paulo, corroborando a idéia de que os *Negros* continuam sendo os mais atingidos pelo fenômeno no desemprego.

**Tabela 9. Condição de Atividade da PEA , segundo a COR**

### 9a. Nordeste - 1982

Condição de Atividade	Região Metropolitana		Demais Localidades		Total NE	
	Nº Pessoas	%	Nº Pessoas	%	Nº Pessoas	%
Negros Ocupados	1.390.909	92,2	7.751.565	96,5	9.142.474	95,8
Negros Desocupados	116.899	7,8	279.349	3,5	396.248	4,2
<b>Total Negros</b>	<b>1.507.808</b>	<b>100,0</b>	<b>8.030.913</b>	<b>100,0</b>	<b>9.538.722</b>	<b>100,0</b>
Não Negros Ocupados	718.289	94,6	3.094.579	96,6	3.812.868	96,2
Não Negros Desocupados	41.214	5,4	109.532	3,4	150.746	3,8
<b>Total Não Negros</b>	<b>759.503</b>	<b>100,0</b>	<b>3.204.111</b>	<b>100,0</b>	<b>3.963.615</b>	<b>100,0</b>

### 9b. Nordeste - 2002

Condição de Atividade	Região Metropolitana		Demais Localidades		Total NE	
	Nº Pessoas	%	Nº Pessoas	%	Nº Pessoas	%
Negros Ocupados	2.669.587	79,6	11.489.147	90,7	14.158.734	88,4
Negros Desocupados	684.259	20,4	1.181.749	9,3	1.866.008	11,6
<b>Total Negros</b>	<b>3.353.846</b>	<b>100,0</b>	<b>12.670.896</b>	<b>100,0</b>	<b>16.024.742</b>	<b>100,0</b>
Não Negros Ocupados	1.268.330	84,2	4.765.961	91,6	6.034.291	89,9
Não Negros Desocupados	237.761	15,8	439.029	8,4	676.790	10,1
<b>Total Não Negros</b>	<b>1.506.091</b>	<b>100,0</b>	<b>5.204.990</b>	<b>100,0</b>	<b>6.711.081</b>	<b>100,0</b>

## 9c. São Paulo - 1982

Condição de Atividade	Região Metropolitana		Demais Localidades		Total SP	
	Nº Pessoas	%	Nº Pessoas	%	Nº Pessoas	%
Negros Ocupados	1.335.098	91,4	1.126.218	93,1	2.461.316	92,2
Negros Desocupados	125.436	8,6	83.734	6,9	209.170	7,8
<b>Total Negros</b>	<b>1.460.534</b>	<b>100,0</b>	<b>1.209.952</b>	<b>100,0</b>	<b>2.670.487</b>	<b>100,0</b>
Não Negros Ocupados	4.185.462	94,0	4.346.598	95,1	8.532.060	94,6
Não Negros Desocupados	268.580	6,0	222.363	4,9	490.944	5,4
<b>Total Não Negros</b>	<b>4.454.042</b>	<b>100,0</b>	<b>4.568.961</b>	<b>100,0</b>	<b>9.023.003</b>	<b>100,0</b>

## 9d. São Paulo - 2002

Condição de Atividade	Região Metropolitana		Demais Localidades		Total SP	
	Nº Pessoas	%	Nº Pessoas	%	Nº Pessoas	%
Negros Ocupados	2.784.884	80,3	1.929.637	84,5	4.714.521	82,0
Negros Desocupados	681.307	19,7	354.017	15,5	1.035.324	18,0
<b>Total Negros</b>	<b>3.466.191</b>	<b>100,0</b>	<b>2.283.654</b>	<b>100,0</b>	<b>5.749.845</b>	<b>100,0</b>
Não Negros Ocupados	5.504.234	86,2	6.994.396	89,2	12.498.630	87,9
Não Negros Desocupados	880.392	13,8	844.696	10,8	1.725.088	12,1
<b>Total Não Negros</b>	<b>6.384.626</b>	<b>100,0</b>	<b>7.839.092</b>	<b>100,0</b>	<b>14.223.718</b>	<b>100,0</b>

Fonte: PNAD, microdados, IBGE.

Outro dado que se repete, no Nordeste e em São Paulo, diz respeito ao fato de o desemprego entre os *negros* ser mais intenso, em 1982 e 2002, nas regiões metropolitanas do que nas demais localidades. O percentual de desocupação das regiões metropolitanas cresceu consideravelmente no período 1982-2002: em São Paulo, passou de 8,6% para 19,7%; e, na região Nordeste, esta taxa elevou-se de 7,8% para 20,4%, superando o valor de São Paulo, em 2002. Como se vê, as transformações econômicas e sociais vivenciadas nas décadas de 1980 e 1990 atingiram mais fortemente os *negros* das regiões metropolitanas, sobretudo no Nordeste. Vale lembrar que os *negros*<sup>80</sup> estão associados às ocupações de maior rotatividade da mão-de-obra – como por exemplo a construção civil –, ou seja, pertencem a grupos sociais mais vulneráveis sobretudo em momentos de crise econômica e social.

Na Tabela 10, tem-se os mesmos dados só que relativos ao segmento juvenil da população. Uma primeira observação refere-se à diferença encontrada entre o Nordeste e o

<sup>80</sup> Para se apreender melhor as raízes e a dinâmica da desigualdade racial no Brasil, no período recente (1981/2005), cf. Maia e Garcia (2007).

estado de São Paulo no tocante à participação de *negros* na PEA juvenil: em 1982, 71,7% da PEA juvenil nordestina era composta por jovens negros enquanto que, em São Paulo, este percentual era de apenas 25,7%. Em 2002, estes valores passaram, respectivamente para 72,5% e 31,2%. Com relação ao desemprego juvenil nordestino, não se verifica muitas diferenças entre a taxa de desocupação dos jovens *negros* e *não negros*. O desemprego de jovens *negros*, em 1982 e 2002, só ficou maior do que o *de não negros* nas regiões metropolitanas do Nordeste. Já em São Paulo, percebe-se que os jovens *negros* são mais atingidos pelo desemprego do que os *não negros*, em 1981 e 2002. Além disto, a taxa de desocupação entre os jovens *negros* é maior nas regiões metropolitanas do que nas demais localidades.

**Tabela 10. Condição de Atividade da PEA JUVENIL, segundo a COR**

**10a. Nordeste - 1982**

Condição de Atividade	Região Metropolitana		Demais Localidades		Total NE	
	Nº Pessoas	%	Nº Pessoas	%	N Pessoas	%
Jovens Negros Ocupados	413.058	85,1	2.258.751	93,2	2.671.809	91,8
Jovens Negros Desocupados	72.393	14,9	164.932	6,8	237.325	8,2
<b>Total Negros</b>	<b>485.451</b>	<b>100,0</b>	<b>2.423.684</b>	<b>100,0</b>	<b>2.909.134</b>	<b>100,0</b>
Jovens Não Negros Ocupados	184.292	87,9	872.218	92,6	1.056.511	91,8
Jovens Não Negros Desocupados	25.348	12,1	69.252	7,4	94.600	8,2
<b>Total Não Negros</b>	<b>209.640</b>	<b>100,0</b>	<b>941.471</b>	<b>100,0</b>	<b>1.151.111</b>	<b>100,0</b>

**10b. Nordeste - 2002**

Condição de Atividade	Região Metropolitana		Demais Localidades		Total NE	
	Nº Pessoas	%	Nº Pessoas	%	N Pessoas	%
Jovens Negros Ocupados	586.544	64,1	3.015.523	83,6	3.602.067	79,6
Jovens Negros Desocupados	328.645	35,9	593.004	16,4	921.649	20,4
<b>Total Negros</b>	<b>915.189</b>	<b>100,0</b>	<b>3.608.527</b>	<b>100,0</b>	<b>4.523.716</b>	<b>100,0</b>
Jovens Não Negros Ocupados	242.762	66,7	1.123.262	82,9	1.366.024	79,5
Jovens Não Negros Desocupados	121.013	33,3	231.128	17,1	352.141	20,5
<b>Total Não Negros</b>	<b>363.775</b>	<b>100,0</b>	<b>1.354.390</b>	<b>100,0</b>	<b>1.718.165</b>	<b>100,0</b>

## 10c. São Paulo - 1982

Condição de Atividade	Região Metropolitana		Demais Localidades		Total SP	
	Nº Pessoas	%	Nº Pessoas	%	N Pessoas	%
Jovens Negros Ocupados	441.037	86,8	410.741	89,7	851.777	88,2
Jovens Negros Desocupados	67.143	13,2	47.175	10,3	114.319	11,8
<b>Total Negros</b>	<b>508.180</b>	<b>100,0</b>	<b>457.916</b>	<b>100,0</b>	<b>966.096</b>	<b>100,0</b>
Jovens Não Negros Ocupados	1.213.626	89,5	1.317.281	91,7	2.530.906	90,6
Jovens Não Negros Desocupados	143.037	10,5	118.621	8,3	261.657	9,4
<b>Total Não Negros</b>	<b>1.356.662</b>	<b>100,0</b>	<b>1.435.901</b>	<b>100,0</b>	<b>2.792.563</b>	<b>100,0</b>

## 10d. São Paulo - 2002

Condição de Atividade	Região Metropolitana		Demais Localidades		Total SP	
	Nº Pessoas	%	Nº Pessoas	%	N Pessoas	%
Jovens Negros Ocupados	634.263	67,0	432.113	71,8	1.066.376	68,9
Jovens Negros Desocupados	312.509	33,0	169.788	28,2	482.297	31,1
<b>Total Negros</b>	<b>946.772</b>	<b>100,0</b>	<b>601.901</b>	<b>100,0</b>	<b>1.548.673</b>	<b>100,0</b>
Jovens Não Negros Ocupados	1.148.392	74,1	1.450.842	77,8	2.599.234	76,1
Jovens Não Negros Desocupados	402.389	25,9	413.434	22,2	815.823	23,9
<b>Total Não Negros</b>	<b>1.550.781</b>	<b>100,0</b>	<b>1.864.276</b>	<b>100,0</b>	<b>3.415.057</b>	<b>100,0</b>

Fonte: PNAD, microdados, IBGE.

## II – Sexo

Passa-se agora a tratar do quanto o sexo<sup>81</sup> é capaz de influenciar a condição de atividade de um indivíduo e seu ingresso/permanência no mercado de trabalho. Observando a Tabela 11, percebe-se que a taxa de desocupação entre as mulheres é maior do que entre os homens tanto no Nordeste quanto no estado de São Paulo. Em 1981, esta diferença entre homens e mulheres era ainda maior no Nordeste, região onde, neste ano, 7,1% das mulheres economicamente ativas estavam desempregadas, enquanto 4,0% dos homens estavam nesta mesma condição. Ainda nesse mesmo ano, em São Paulo, estes valores eram, respectivamente, 8,5% e 6,2%.

<sup>81</sup> Para compreender melhor os impactos das desigualdades e discriminações, segundo o gênero, no mercado de trabalho, no período 1981/2005, ver Maia e Garcia (2007).

Já foi visto (Tabela 4) que, no período 1981-2002, a taxa de desocupação cresceu sobremaneira para o conjunto da população: no Nordeste, passou de 5,0% para 11,2%; e, em São Paulo, de 7,0% para 13,8%. Introduzindo a variável sexo, tem-se que o desemprego entre as mulheres nordestinas passou de 7,1%, em 1981, para 15,1%, em 2002. Já entre os homens, a elevação foi de 4,0% para 8,6%. Em São Paulo, também se verificou esta mesma elevação entre mulheres (8,5% → 17,3%) e homens (6,2% → 11,2%). Convém destacar que a diferença entre os percentuais de desocupação de homens e mulheres aumentou, no período 1981-2002, se mantendo maior no Nordeste do que em São Paulo.

**Tabela 11. Condição de Atividade da PEA , segundo o SEXO**

**11a. Nordeste - 1981**

Condição de Atividade	Região Metropolitana		Demais Localidades		Total NE	
	Nº Pessoas	%	Nº Pessoas	%	Nº Pessoas	%
Mulheres Ocupadas	747.154	89,1	2.860.770	93,9	3.607.924	92,9
Mulheres Desocupadas	91.509	10,9	185.142	6,1	276.651	7,1
<b>Total Mulheres</b>	<b>838.664</b>	<b>100,0</b>	<b>3.045.911</b>	<b>100,0</b>	<b>3.884.575</b>	<b>100,0</b>
Homens Ocupados	1.226.703	91,4	7.265.429	96,8	8.492.131	96,0
Homens Desocupados	115.810	8,6	242.071	3,2	357.882	4,0
<b>Total Homens</b>	<b>1.342.513</b>	<b>100,0</b>	<b>7.507.500</b>	<b>100,0</b>	<b>8.850.013</b>	<b>100,0</b>

**11b. Nordeste - 2002**

Condição de Atividade	Região Metropolitana		Demais Localidades		Total NE	
	Nº Pessoas	%	Nº Pessoas	%	Nº Pessoas	%
Mulheres Ocupadas	1.736.232	77,6	5.893.378	87,3	7.629.610	84,9
Mulheres Desocupadas	502.373	22,4	859.078	12,7	1.361.451	15,1
<b>Total Mulheres</b>	<b>2.238.605</b>	<b>100,0</b>	<b>6.752.456</b>	<b>100,0</b>	<b>8.991.061</b>	<b>100,0</b>
Homens Ocupados	2.201.685	84,0	10.361.730	93,2	12.563.415	91,4
Homens Desocupados	419.647	16,0	761.700	6,8	1.181.347	8,6
<b>Total Homens</b>	<b>2.621.332</b>	<b>100,0</b>	<b>11.123.430</b>	<b>100,0</b>	<b>13.744.762</b>	<b>100,0</b>

**11c. São Paulo - 1981**

Condição de Atividade	Região Metropolitana		Demais Localidades		Total SP	
	Nº Pessoas	%	Nº Pessoas	%	Nº Pessoas	%
Mulheres Ocupadas	1.790.317	89,6	1.611.625	93,6	3.401.942	91,5
Mulheres Desocupadas	206.896	10,4	111.027	6,4	317.923	8,5
<b>Total Mulheres</b>	<b>1.997.213</b>	<b>100,0</b>	<b>1.722.652</b>	<b>100,0</b>	<b>3.719.865</b>	<b>100,0</b>
Homens Ocupados	3.515.018	92,5	3.610.202	95,1	7.125.220	93,8
Homens Desocupados	286.860	7,5	184.393	4,9	471.253	6,2
<b>Total Homens</b>	<b>3.801.878</b>	<b>100,0</b>	<b>3.794.595</b>	<b>100,0</b>	<b>7.596.473</b>	<b>100,0</b>

**11d. São Paulo - 2002**

Condição de Atividade	Região Metropolitana		Demais Localidades		Total SP	
	Nº Pessoas	%	Nº Pessoas	%	Nº Pessoas	%
Mulheres Ocupadas	3.549.357	80,7	3.584.236	84,7	7.133.593	82,7
Mulheres Desocupadas	848.479	19,3	646.048	15,3	1.494.527	17,3
<b>Total Mulheres</b>	<b>4.397.836</b>	<b>100,0</b>	<b>4.230.284</b>	<b>100,0</b>	<b>8.628.120</b>	<b>100,0</b>
Homens Ocupados	4.739.761	86,9	5.339.797	90,6	10.079.558	88,8
Homens Desocupados	713.220	13,1	552.665	9,4	1.265.885	11,2
<b>Total Homens</b>	<b>5.452.981</b>	<b>100,0</b>	<b>5.892.462</b>	<b>100,0</b>	<b>11.345.443</b>	<b>100,0</b>

Fonte: PNAD, microdados, IBGE.

Resta, ainda, comentar que o desemprego de homens e, sobretudo, de mulheres é maior nas regiões metropolitanas do que nas demais localidades, em 1981 e 2002, no Nordeste e em São Paulo. No entanto, esta concentração do desemprego feminino na região metropolitana é mais intensa no Nordeste do que em São Paulo.

Na Tabela 12, tem-se os mesmos dados, só que para a PEA juvenil. Como a taxa de desocupação entre jovens é maior do que a encontrada para o conjunto da população, é esperado que as taxas de desocupação feminina e masculina entre jovens também sejam mais elevadas do que as verificadas entre os conjuntos das PEAs feminina e masculina. No entanto, em 1981 e, sobretudo em 2002, verifica-se que, no Nordeste, a diferença das taxas de desocupação entre homens jovens e mulheres jovens é maior do que as respectivas taxas para o conjunto da PEA nordestina, evidenciando que, no Nordeste, as mulheres são cada vez mais atingidas pelo desemprego, principalmente em seu segmento juvenil. Já em São Paulo, tem-se que, em 1981, a diferença das taxas de desocupação entre homens e mulheres era maior para o

conjunto da PEA do que entre a PEA juvenil. Todavia, em 2002, este quadro se inverte, com o forte crescimento do desemprego juvenil feminino. Ainda assim, proporcionalmente, a diferença entre os percentuais de desocupação juvenil de homens e mulheres continua sendo maior no Nordeste do que em São Paulo.

Por fim, do mesmo modo que o encontrado para o conjunto da população, também no segmento juvenil, a desocupação feminina e masculina se manteve, durante o período 1981-2002, maior nas regiões metropolitanas do que nas demais localidades, em São Paulo e principalmente no Nordeste.

**Tabela 12. Condição de Atividade da PEA JUVENIL , segundo o SEXO**

**12a. Nordeste - 1981**

Condição de Atividade	Região Metropolitana		Demais Localidades		Total NE	
	Nº Pessoas	%	Nº Pessoas	%	Nº Pessoas	%
Mulheres Jovens Ocupadas	226.634	80,8	893.601	89,4	1.120.235	87,5
Mulheres Jovens Desocupadas	53.937	19,2	106.501	10,6	160.437	12,5
<b>Total Mulheres</b>	<b>280.571</b>	<b>100,0</b>	<b>1.000.101</b>	<b>100,0</b>	<b>1.280.672</b>	<b>100,0</b>
Homens Jovens Ocupados	339.741	82,6	2.101.603	93,7	2.441.344	92,0
Homens Jovens Desocupados	71.546	17,4	140.874	6,3	212.419	8,0
<b>Total Homens</b>	<b>411.287</b>	<b>100,0</b>	<b>2.242.477</b>	<b>100,0</b>	<b>2.653.764</b>	<b>100,0</b>

**12b. Nordeste - 2002**

Condição de Atividade	Região Metropolitana		Demais Localidades		Total NE	
	Nº Pessoas	%	Nº Pessoas	%	Nº Pessoas	%
Mulheres Jovens Ocupadas	344.356	59,2	1.374.460	76,3	1.718.816	72,2
Mulheres Jovens Desocupadas	236.977	40,8	425.804	23,7	662.781	27,8
<b>Total Mulheres</b>	<b>581.333</b>	<b>100,0</b>	<b>1.800.264</b>	<b>100,0</b>	<b>2.381.597</b>	<b>100,0</b>
Homens Jovens Ocupados	484.950	69,5	2.764.325	87,4	3.249.275	84,2
Homens Jovens Desocupados	212.681	30,5	398.328	12,6	611.009	15,8
<b>Total Homens</b>	<b>697.631</b>	<b>100,0</b>	<b>3.162.653</b>	<b>100,0</b>	<b>3.860.284</b>	<b>100,0</b>

## 12c. São Paulo - 1981

Condição de Atividade	Região Metropolitana		Demais Localidades		Total SP	
	Nº Pessoas	%	Nº Pessoas	%	Nº Pessoas	%
Mulheres Jovens Ocupadas	619.782	83,8	620.263	90,5	1.240.045	87,0
Mulheres Jovens Desocupadas	120.202	16,2	65.181	9,5	185.382	13,0
<b>Total Mulheres</b>	<b>739.984</b>	<b>100,0</b>	<b>685.443</b>	<b>100,0</b>	<b>1.425.427</b>	<b>100,0</b>
Homens Jovens Ocupados	959.372	86,4	1.049.669	91,8	2.009.041	89,1
Homens Jovens Desocupados	150.817	13,6	93.880	8,2	244.697	10,9
<b>Total Homens</b>	<b>1.110.189</b>	<b>100,0</b>	<b>1.143.549</b>	<b>100,0</b>	<b>2.253.738</b>	<b>100,0</b>

## 12d. São Paulo - 2002

Condição de Atividade	Região Metropolitana		Demais Localidades		Total SP	
	Nº Pessoas	%	Nº Pessoas	%	Nº Pessoas	%
Mulheres Jovens Ocupadas	768.686	67,4	783.585	71,7	1.552.271	69,5
Mulheres Jovens Desocupadas	372.144	32,6	309.016	28,3	681.160	30,5
<b>Total Mulheres</b>	<b>1.140.830</b>	<b>100,0</b>	<b>1.092.601</b>	<b>100,0</b>	<b>2.233.431</b>	<b>100,0</b>
Homens Jovens Ocupados	1.013.969	74,7	1.099.370	80,0	2.113.339	77,4
Homens Jovens Desocupados	342.754	25,3	274.206	20,0	616.960	22,6
<b>Total Homens</b>	<b>1.356.723</b>	<b>100,0</b>	<b>1.373.576</b>	<b>100,0</b>	<b>2.730.299</b>	<b>100,0</b>

Fonte: PNAD, microdados, IBGE.

## 3.3.2 Estrutura ocupacional individual

O objetivo deste item consiste em apontar as principais atividades desempenhadas, no período 1981-2002, pelos jovens nordestinos de 15 a 24 anos no mercado de trabalho. Serão considerados os jovens ocupados, os desocupados que já trabalharam e os não economicamente ativos com rendimentos. A estrutura ocupacional dos jovens será comparada com a do conjunto da PEA e da PNEA com rendimentos do Nordeste. Também serão apresentados, como já feito anteriormente, os mesmos dados para o estado de São Paulo, assim como as divisões entre região metropolitana e demais localidades.

A tipologia de estratificação social aqui apresentada foi proposta por Quadros (2003) e representa seu trabalho de análise social de décadas (1985; 1991; e 2003), baseado na inserção dos integrantes familiares no mercado de trabalho. As treze classes ocupacionais individuais

correspondem a diferentes padrões sócio-ocupacionais individuais captados a partir das pesquisas domiciliares do IBGE. Vale ressaltar que estes grupos foram definidos classificando os ocupados e os desocupados que já trabalharam segundo suas ocupações, posição na ocupação (empregador, empregado, doméstico, conta própria e não remunerado) e tamanho do estabelecimento (no caso de empregador). E os não ocupados com alguma fonte de rendimentos foram classificados como “sem ocupação com renda”.

Inicialmente, vai-se expor a estrutura ocupacional individual do conjunto da população nordestina e paulista e sua evolução no período 1981-2002 para, em seguida, fazer o mesmo em relação aos jovens entre 15 e 24 anos, ressaltando as especificidades deste segmento populacional.

### **I – Conjunto da População**

Na Tabela 13 (a e b), tem-se a estrutura ocupacional individual do Nordeste em 1981 e 2002. Percebe-se, então, que, em 1981, a massa trabalhadora não agrícola (grupos F, G e I) representava a classe mais numerosa, com 31,3%, seguida pela massa trabalhadora agrícola (grupos H-1, H-2 e H-3), com 26,8%, de modo que as duas classes formam mais da metade (58,1%) das ocupações nordestinas em 1981. Com relação ao grupo de trabalhadores domésticos (que faz parte da massa não-agrícola), nota-se que ele é mais representativo na região metropolitana (8,0%) do que nas demais localidades (3,0%), isto é, trata-se de uma ocupação mais típica de cidades mais desenvolvidas. Já no que tange aos trabalhadores não remunerados (urbanos e agrícolas), tem-se que ambos totalizam 10,9%, sendo que 9,5% são do grupo dos não remunerados-agrícolas. Chama atenção, ainda, a expressividade do grupo sem ocupação com renda, que representa o segundo maior grupo da estrutura ocupacional individual do Nordeste, em 1981, com 13,4% do total.

Quando se analisa os dados de 2002, para o Nordeste, nota-se uma redução da participação da massa trabalhadora não-agrícola (31,3% → 29,7%) e agrícola (26,8% → 16,1%) e um crescimento dos empregadores (1,6% → 2,5%) e da classe média (16,2% → 19,5%), sobretudo da sua parcela assalariada (12,7% → 15,6%), que chegou a superar o percentual dos trabalhadores assalariados (18,1% → 14,3%), passando a ser o segundo grupo mais numeroso da estrutura ocupacional individual do Nordeste em 2002.

Tabela 13. Estrutura Ocupacional Individual - População Ocupada e PNEA com rendimentos

## 13a. Nordeste 1981

Estrutura Ocupacional INDIVIDUAL	Região Metropolitana		Demais Localidades		Total NE	
	Nº.Pessoas	%	Nº Pessoas	%	Nº Pessoas	%
A-1 - Empregadores (> 10)	42.810	1,8	180.716	1,6	223.526	1,6
A-2 - Empregadores (<= 10)	-	-	-	-	-	-
C - Classe Média Autônoma	107.972	4,6	377.712	3,2	485.684	3,5
D - Classe Média Assalariada	654.760	27,9	1.120.607	9,6	1.775.367	12,7
F - Trabalhadores Autônomos	288.109	12,3	992.882	8,5	1.280.991	9,2
G - Trabalhadores Assalariados	604.159	25,8	1.922.288	16,5	2.526.447	18,1
I - Trabalhadores Domésticos	187.873	8,0	348.274	3,0	536.148	3,8
J-1 - Trabalhadores Não Remun (>=15h) - Urbano	23.142	1,0	172.510	1,5	195.652	1,4
H-1 - Proprietários Conta Própria - Agrícola	12.403	0,5	1.705.799	14,7	1.718.202	12,3
H-2 - Trabalhadores Autônomos Agrícolas	5.974	0,3	296.922	2,6	302.896	2,2
H-3 - Assalariados Agrícolas	40.746	1,7	1.684.294	14,5	1.725.040	12,3
J-2 - Trabalhadores Não Remun (>=15h) - Agrícola	5.909	0,3	1.324.193	11,4	1.330.103	9,5
SO - Sem Ocupação Com Renda	369.305	15,8	1.503.169	12,9	1.872.474	13,4
Ignorado	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>2.343.162</b>	<b>100,0</b>	<b>11.629.367</b>	<b>100,0</b>	<b>13.972.529</b>	<b>100,0</b>

## 13b. Nordeste 2002

Estrutura Ocupacional INDIVIDUAL	Região Metropolitana		Demais Localidades		Total NE	
	Nº Pessoas	%	Nº Pessoas	%	Nº Pessoas	%
A-1 - Empregadores (> 10)	18.393	0,4	35.532	0,2	53.925	0,2
A-2 - Empregadores (<= 10)	141.871	2,9	449.598	2,2	591.469	2,3
C - Classe Média Autônoma	293.641	6,0	695.842	3,4	989.483	3,9
D - Classe Média Assalariada	1.291.553	26,5	2.696.429	13,1	3.987.982	15,6
F - Trabalhadores Autônomos	600.996	12,3	1.977.075	9,6	2.578.071	10,1
G - Trabalhadores Assalariados	1.019.628	20,9	2.628.939	12,7	3.648.567	14,3
I - Trabalhadores Domésticos	386.269	7,9	975.433	4,7	1.361.702	5,3
J-1 - Trabalhadores Não Remun (>=15h) - Urbano	95.442	2,0	412.964	2,0	508.406	2,0
H-1 - Proprietários Conta Própria - Agrícola	17.881	0,4	2.100.786	10,2	2.118.667	8,3
H-2 - Trabalhadores Autônomos Agrícolas	17.765	0,4	228.069	1,1	245.834	1,0
H-3 - Assalariados Agrícolas	31.226	0,6	1.701.960	8,2	1.733.186	6,8
J-2 - Trabalhadores Não Remun (>=15h) - Agrícola	20.276	0,4	2.843.393	13,8	2.863.669	11,2
SO - Sem Ocupação Com Renda	927.774	19,0	3.902.249	18,9	4.830.023	18,9
Ignorado	19.710	0,4	7.551	0,0	27.261	0,1
<b>Total</b>	<b>4.882.425</b>	<b>100,0</b>	<b>20.655.820</b>	<b>100,0</b>	<b>25.538.245</b>	<b>100,0</b>

## 13c. São Paulo 1981

Estrutura Ocupacional	Região Metropolitana		Demais Localidades		Total SP	
	Nº Pessoas	%	Nº Pessoas	%	Nº Pessoas	%
<b>INDIVIDUAL</b>						
A-1 - Empregadores (> 10)	218.065	3,5	200.020	3,3	418.085	3,4
A-2 - Empregadores (<= 10)	-	-	-	-	-	-
C - Classe Média Autônoma	186.889	3,0	174.831	2,9	361.720	2,9
D - Classe Média Assalariada	1.958.028	31,7	1.221.305	20,0	3.179.332	25,9
F - Trabalhadores Autônomos	498.473	8,1	504.816	8,3	1.003.289	8,2
G - Trabalhadores Assalariados	2.004.029	32,4	1.644.316	26,9	3.648.346	29,7
I - Trabalhadores Domésticos	328.382	5,3	369.509	6,1	697.891	5,7
J-1 - Trabalhadores Não Remun (>=15h) - Urbano	80.796	1,3	94.555	1,5	175.351	1,4
H-1 - Proprietários Conta Própria - Agrícola	8.261	0,1	155.707	2,6	163.968	1,3
H-2 - Trabalhadores Autônomos Agrícolas	435	0,0	2.135	0,0	2.570	0,0
H-3 - Assalariados Agrícolas	12.169	0,2	650.680	10,7	662.849	5,4
J-2 - Trabalhadores Não Remun (>=15h) - Agrícola	9.808	0,2	203.952	3,3	213.760	1,7
SO - Sem Ocupação Com Renda	871.486	14,1	881.040	14,4	1.752.527	14,3
Ignorado	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>6.176.821</b>	<b>100,0</b>	<b>6.102.868</b>	<b>100,0</b>	<b>12.279.688</b>	<b>100,0</b>

## 13d. São Paulo 2002

Estrutura Ocupacional	Região Metropolitana		Demais Localidades		Total SP	
	Nº Pessoas	%	Nº Pessoas	%	Nº Pessoas	%
<b>INDIVIDUAL</b>						
A-1 - Empregadores (> 10)	67.208	0,7	56.878	0,5	124.086	0,6
A-2 - Empregadores (<= 10)	327.636	3,3	410.886	3,7	738.522	3,5
C - Classe Média Autônoma	578.830	5,9	503.422	4,6	1.082.252	5,2
D - Classe Média Assalariada	3.261.200	33,2	2.767.529	25,1	6.028.729	28,9
F - Trabalhadores Autônomos	1.011.448	10,3	995.805	9,0	2.007.253	9,6
G - Trabalhadores Assalariados	2.209.436	22,5	2.489.930	22,6	4.699.366	22,5
I - Trabalhadores Domésticos	654.419	6,7	780.183	7,1	1.434.602	6,9
J-1 - Trabalhadores Não Remun (>=15h) - Urbano	140.293	1,4	180.824	1,6	321.117	1,5
H-1 - Proprietários Conta Própria - Agrícola	10.922	0,1	122.247	1,1	133.169	0,6
H-2 - Trabalhadores Autônomos Agrícolas	-	-	7.641	0,1	7.641	0,0
H-3 - Assalariados Agrícolas	14.283	0,1	548.414	5,0	562.697	2,7
J-2 - Trabalhadores Não Remun (>=15h) - Agrícola	26.047	0,3	91.684	0,8	117.731	0,6
SO - Sem Ocupação Com Renda	1.521.379	15,5	2.049.349	18,6	3.570.728	17,1
Ignorado	11.761	0,1	10.188	0,1	21.949	0,1
<b>Total</b>	<b>9.834.862</b>	<b>100,0</b>	<b>11.014.980</b>	<b>100,0</b>	<b>20.849.842</b>	<b>100,0</b>

Fonte: PNAD, microdados, IBGE.

O grupo “sem ocupação com renda” – composto basicamente por aposentados – passou de 13,4%, em 1981, para 18,9%, em 2002, ano em que representou o grupo isolado de maior participação na estrutura ocupacional individual. Vale ressaltar que o incremento no percentual da classe média assalariada foi causado pelo crescimento deste grupo nas demais localidades, que compensou o ligeiro decréscimo encontrado na região metropolitana. No período 1981-2002, cresceram, ainda, os seguintes grupos: trabalhadores domésticos (3,8% → 5,3%) e trabalhadores não remunerados - urbanos (1,4% → 2,0%) e, sobretudo, agrícolas (9,5% → 11,2%).

Nas Tabelas 13c e 13d, tem-se a estrutura ocupacional individual para o estado de São Paulo nos anos de 1981 e 2002. Um primeiro dado que chama a atenção é a diferença de peso da massa trabalhadora agrícola da estrutura ocupacional do Nordeste e de São Paulo. Ambas decresceram no período 1981-2002, mas, em São Paulo, seus percentuais (6,7%, em 1981 e 3,3%, em 2002) continuaram sendo muito inferiores aos do Nordeste (26,8% e 16,1%). Além disto, em São Paulo, a massa agrícola continuou composta fundamentalmente pelo segmento assalariado, enquanto, no Nordeste, os proprietários conta própria são quase metade da massa agrícola em 1981 e mais da metade em 2002.

Tanto em São Paulo quanto no Nordeste a camada mais expressiva da estrutura ocupacional continuou sendo a massa trabalhadora não-agrícola. No entanto, o peso desta camada decresceu, entre 1981 e 2002, no Nordeste (31,3% → 29,7%) e em São Paulo (43,6% → 39%), em função da redução dos trabalhadores assalariados que não foi superada pelo acréscimo dos trabalhadores autônomos e domésticos, evidenciando uma redução na formalização, parte do processo de desestruturação do mercado de trabalho ocorrido ao longo das décadas de 1980 e, sobretudo, 1990.

Todavia, assim como no Nordeste, também em São Paulo a camada das classes médias cresceu, no período 1981-2002, inclusive em seu segmento assalariado, mostrando que a precarização das condições e relações de trabalho tende a ocorrer nos setores pior situados do mercado de trabalho. Vale ressaltar, ainda, que o peso das camadas médias continuou sendo maior em São Paulo do que no Nordeste. Não se pode perder de vista, contudo, a heterogeneidade presente dentro dos profissionais pertencentes às camadas médias.

Quanto ao grupo dos trabalhadores domésticos (incluído na massa trabalhadora não agrícola), este também cresceu em São Paulo, no período 1981-2002. A diferença encontrada é que, no Nordeste, os domésticos continuaram se concentrando mais na região metropolitana, apesar de seu crescimento nas demais localidades; já em São Paulo, há um equilíbrio maior, sendo que o peso dos trabalhadores domésticos continuou ligeiramente maior nas demais localidades.

No tocante aos trabalhadores não remunerados, tem-se que este grupo continuou bem mais expressivo no Nordeste (10,9% → 13,2%) do que em São Paulo (3,1% → 2,1%), sendo que no primeiro houve crescimento e no segundo decréscimo dos percentuais no período 1981-2002. Convém destacar que, no Nordeste, os elevados percentuais devem-se aos trabalhadores não remunerados agrícolas. Por fim, resta comentar o peso considerável do grupo sem ocupação com renda que cresceu em São Paulo (14,3% → 17,1%) e principalmente no Nordeste (13,4% → 18,9%), onde este grupo passou a ser, em 2002, o grupo de maior percentual isolado da estrutura ocupacional nordestina.

## **II – Os Jovens de 15 a 24 anos**

A estrutura ocupacional individual dos jovens nordestinos e paulistas, para os anos de 1981 e 2002, pode ser vista na Tabela 14. Do mesmo modo do que o encontrado para o conjunto da população, a camada mais expressiva entre os jovens do Nordeste e de São Paulo, em 1981, foi a massa trabalhadora não agrícola, com destaque para o seu segmento assalariado. Os percentuais de jovens nordestinos (38,0%) e paulistas (48,6%) pertencentes a esta camada estão acima dos percentuais encontrados para os conjuntos das respectivas populações (31,1% e 43,6%), sendo que, em São Paulo, a participação de jovens nesta camada é maior do que no Nordeste, representando quase metade da estrutura individual paulista. Acompanhando a evolução desta camada, verificada para o conjunto da população, tem-se que, também entre os jovens, houve redução de seu peso ao longo do período 1981-2002. No Nordeste, o percentual de jovens pertencentes à massa não-agrícola baixou de 38,0% para 36,2% e, em São Paulo, de 48,6% para 40,4%. Esta redução, igualmente ao ocorrido para os conjuntos das populações, se explica pela redução do trabalho assalariado, que foi maior do que a elevação do trabalho autônomo e doméstico.

Tabela 14. Estrutura Ocupacional Individual - JOVENS Ocupados e PNEA JUVENIL com rendimentos

## 14a. Nordeste 1981

Estrutura Ocupacional INDIVIDUAL	Região Metropolitana		Demais Localidades		Total NE	
	N Pessoas	%	N Pessoas	%	N Pessoas	%
A-1 - Empregadores (> 10)	2.242	0,4	6.720	0,2	8.962	0,2
A-2 - Empregadores (<= 10)	-	-	-	-	-	-
C - Classe Média Autônoma	11.276	1,9	38.448	1,3	49.724	1,4
D - Classe Média Assalariada	195.494	32,9	378.880	12,5	574.374	15,8
F - Trabalhadores Autônomos	45.429	7,7	181.161	6,0	226.589	6,2
G - Trabalhadores Assalariados	190.346	32,1	680.992	22,4	871.338	24,0
I - Trabalhadores Domésticos	93.214	15,7	189.547	6,2	282.761	7,8
J-1 - Trabalhadores Não Remun (>=15h) - Urbano	10.169	1,7	88.254	2,9	98.424	2,7
H-1 - Proprietários Conta Própria - Agrícola	753	0,1	216.315	7,1	217.068	6,0
H-2 - Trabalhadores Autônomos Agrícolas	1.071	0,2	72.646	2,4	73.717	2,0
H-3 - Assalariados Agrícolas	13.404	2,3	549.751	18,1	563.155	15,5
J-2 - Trabalhadores Não Remun (>=15h) - Agrícola	2.977	0,5	592.488	19,5	595.465	16,4
SO - Sem Ocupação Com Renda	27.059	4,6	45.590	1,5	72.649	2,0
Ignorado	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>593.434</b>	<b>100,0</b>	<b>3.040.794</b>	<b>100,0</b>	<b>3.634.228</b>	<b>100,0</b>

## 14b. Nordeste 2002

Estrutura Ocupacional INDIVIDUAL	Região Metropolitana		Demais Localidades		Total NE	
	N Pessoas	%	N Pessoas	%	N Pessoas	%
A-1 - Empregadores (> 10)	421	0,0	1.443	0,0	1.864	0,0
A-2 - Empregadores (<= 10)	5.920	0,7	22.288	0,5	28.208	0,5
C - Classe Média Autônoma	26.963	3,0	82.287	1,9	109.250	2,1
D - Classe Média Assalariada	291.124	32,9	672.236	15,1	963.360	18,1
F - Trabalhadores Autônomos	80.554	9,1	335.162	7,6	415.716	7,8
G - Trabalhadores Assalariados	260.920	29,5	775.809	17,5	1.036.729	19,5
I - Trabalhadores Domésticos	93.611	10,6	379.080	8,5	472.691	8,9
J-1 - Trabalhadores Não Remun (>=15h) - Urbano	37.950	4,3	169.239	3,8	207.189	3,9
H-1 - Proprietários Conta Própria - Agrícola	1.071	0,1	161.276	3,6	162.347	3,0
H-2 - Trabalhadores Autônomos Agrícolas	4.158	0,5	40.933	0,9	45.091	0,8
H-3 - Assalariados Agrícolas	8.580	1,0	551.183	12,4	559.763	10,5
J-2 - Trabalhadores Não Remun (>=15h) - Agrícola	4.499	0,5	964.714	21,7	969.213	18,2
SO - Sem Ocupação Com Renda	54.779	6,2	280.370	6,3	335.149	6,3
Ignorado	14.179	1,6	2.975	0,1	17.154	0,3
<b>Total</b>	<b>884.729</b>	<b>100,0</b>	<b>4.438.995</b>	<b>100,0</b>	<b>5.323.724</b>	<b>100,0</b>

## 14c. São Paulo 1981

Estrutura Ocupacional INDIVIDUAL	Região Metropolitana		Demais Localidades		Total SP	
	N Pessoas	%	N Pessoas	%	N Pessoas	%
A-1 - Empregadores (> 10)	9.529	0,6	11.062	0,6	20.591	0,6
A-2 - Empregadores (<= 10)	-	-	-	-	-	-
C - Classe Média Autônoma	14.166	0,9	18.225	1,1	32.391	1,0
D - Classe Média Assalariada	701.934	43,3	464.783	27,3	1.166.717	35,1
F - Trabalhadores Autônomos	53.932	3,3	64.538	3,8	118.470	3,6
G - Trabalhadores Assalariados	652.817	40,3	580.254	34,1	1.233.071	37,1
I - Trabalhadores Domésticos	110.174	6,8	152.677	9,0	262.851	7,9
J-1 - Trabalhadores Não Remun (>=15h) - Urbano	27.501	1,7	43.399	2,5	70.900	2,1
H-1 - Proprietários Conta Própria - Agrícola	869	0,1	11.087	0,7	11.956	0,4
H-2 - Trabalhadores Autônomos Agrícolas	-	-	-	-	-	-
H-3 - Assalariados Agrícolas	5.651	0,3	223.720	13,1	229.371	6,9
J-2 - Trabalhadores Não Remun (>=15h) - Agrícola	2.580	0,2	100.187	5,9	102.767	3,1
SO - Sem Ocupação Com Renda	41.629	2,6	32.116	1,9	73.745	2,2
Ignorado	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>1.620.782</b>	<b>100,0</b>	<b>1.702.048</b>	<b>100,0</b>	<b>3.322.831</b>	<b>100,0</b>

## 14d. São Paulo 2002

Estrutura Ocupacional INDIVIDUAL	Região Metropolitana		Demais Localidades		Total SP	
	N Pessoas	%	N Pessoas	%	N Pessoas	%
A-1 - Empregadores (> 10)	1.680	0,1	-	-	1.680	0,0
A-2 - Empregadores (<= 10)	14.280	0,8	13.584	0,7	27.864	0,7
C - Classe Média Autônoma	38.642	2,1	50.089	2,6	88.731	2,3
D - Classe Média Assalariada	957.703	52,1	756.411	38,7	1.714.114	45,1
F - Trabalhadores Autônomos	78.967	4,3	84.895	4,3	163.862	4,3
G - Trabalhadores Assalariados	526.728	28,6	610.387	31,2	1.137.115	30,0
I - Trabalhadores Domésticos	91.568	5,0	140.926	7,2	232.494	6,1
J-1 - Trabalhadores Não Remun (>=15h) - Urbano	57.126	3,1	50.936	2,6	108.062	2,8
H-1 - Proprietários Conta Própria - Agrícola	1.681	0,1	4.244	0,2	5.925	0,2
H-2 - Trabalhadores Autônomos Agrícolas	-	-	-	-	-	-
H-3 - Assalariados Agrícolas	5.040	0,3	143.469	7,3	148.509	3,9
J-2 - Trabalhadores Não Remun (>=15h) - Agrícola	2.520	0,1	21.222	1,1	23.742	0,6
SO - Sem Ocupação Com Renda	53.766	2,9	73.861	3,8	127.627	3,4
Ignorado	10.081	0,5	6.792	0,3	16.873	0,4
<b>Total</b>	<b>1.839.782</b>	<b>100,0</b>	<b>1.956.816</b>	<b>100,0</b>	<b>3.796.598</b>	<b>100,0</b>

Fonte: PNAD, microdados, IBGE.

Ainda sobre a massa não agrícola, tem-se que, entre os jovens, o peso do trabalho doméstico é maior do que no conjunto da população, assim como a participação do trabalho autônomo é menor. Comparando os jovens nordestinos com os paulistas, percebe-se que o percentual de jovens trabalhadores domésticos no Nordeste (7,8% → 8,9%) cresceu, no período 1981-2002, enquanto que o mesmo percentual reduziu-se em São Paulo (7,9% → 6,1%). Em ambos os anos, o emprego doméstico entre os jovens – diferentemente do que se verificou para o conjunto da população – é mais expressivo no Nordeste do que em São Paulo.

Em 1981, a segunda camada ocupacional mais expressiva entre os jovens nordestinos era a massa de trabalhadores agrícolas, representando 23,5% do total, sendo que, destes, 15,5% eram trabalhadores agrícolas assalariados. Esta camada reduziu-se consideravelmente, no período 1981-2002, passando a representar 14,7%, em 2002. Este movimento pode estar associado ao processo de migração rural-urbana. Segundo Camarano (1997), são especialmente maiores as probabilidades deste tipo de migração na faixa etária de 15 a 20 anos. Os percentuais de jovens nordestinos pertencentes à massa agrícola, tanto em 1981 quanto em 2002, estão levemente abaixo dos encontrados para o conjunto da população do Nordeste e acima dos percentuais verificados entre os jovens paulistas, reforçando, também entre os jovens, a diferença significativa existente entre o peso da massa agrícola na estrutura ocupacional individual do Nordeste e de São Paulo. Neste estado, a participação de jovens nesta camada caiu de 7,3%, em 1981, para 4,1% em 2002.

A camada média<sup>82</sup> composta pela classe média autônoma e assalariada representava o terceiro maior agrupamento ocupacional entre os jovens nordestinos, em 1981, com 17,2% do total, sendo que a grande maioria (15,8%) estava no segmento assalariado da classe média. Assim como ocorrido com o conjunto da população do Nordeste, a camada média cresceu entre os jovens nordestinos, chegando a 20,2%, em 2002. Entre os jovens, estes percentuais são levemente maiores do que entre o conjunto da população nordestina que, por sua vez, tem maior participação de autônomos do que de assalariados. No estado de São Paulo, entretanto, a camada média entre os jovens é bem maior do que entre o conjunto da população paulista e bem mais expressiva do que entre os jovens do Nordeste, representando, em 1981, a segunda camada mais volumosa da estrutura ocupacional, com 36,1%. O crescimento desta camada foi

---

<sup>82</sup> Vale reiterar que esta camada é bastante heterogênea, com presença de muitas ocupações de serviços.

tão intenso em São Paulo, durante o período 1981-2002, que chegou a representar a camada mais numerosa (47,4%) entre os jovens paulistas, em 2002, superando a massa trabalhadora não-agrícola e atingindo quase metade do total, com forte destaque também para o grupo da classe média assalariada, que representava quase a totalidade da classe média juvenil paulista.

Mais um dado interessante observado a partir da Tabela 14 é o fato de o percentual de jovens no grupo de trabalhadores não remunerados, com destaque para o rural, ser bem maior do que o encontrado para o conjunto da população, tanto no Nordeste quanto em São Paulo, sendo que os percentuais nordestinos são muitos maiores do que os paulistas. Todavia, encontra-se uma grande diferença entre as estruturas ocupacionais individuais de jovens nordestinos e paulistas: enquanto o peso dos trabalhadores não remunerados caiu em São Paulo, no período 1981-2002, passando de 5,2% para 3,4%, no Nordeste, este percentual subiu de 19,1% para 22,1%, chegando a ocupar a segunda maior camada, em 2002, ficando atrás apenas da massa trabalhadora não-agrícola. É importante reiterar que não obstante o crescimento dos trabalhadores não remunerados urbanos, mais de 80% dos jovens deste total pertence ao grupo de trabalhadores não remunerados rural.

Por fim, resta comentar que, entre os jovens, os percentuais do grupo sem ocupação com renda são bem inferiores aos encontrados para o conjunto da população tanto do Nordeste quanto de São Paulo. Isto é esperado devido ao fato de este grupo ser composto predominantemente por aposentados. Em 1981, os percentuais de jovens nordestinos (2,0%) e paulistas (2,2%) neste grupo eram praticamente os mesmos. Ao longo do período 1981-2002, este grupo cresceu em São Paulo e mais ainda no Nordeste, com o percentual deste último (6,3%), em 2002, superando o primeiro (3,4%). Antes de encerrar, vale mencionar que a camada de empregadores, como esperado, continuou sendo bastante inexpressiva entre os jovens nordestinos (0,2% → 0,5%) e paulistas (0,6% → 0,7%), apesar do tênue aumento verificado no período 1981-2002.

### **3.3.3 Estrutura ocupacional familiar**

A estrutura ocupacional familiar é obtida a partir da posição do membro familiar melhor situado, ou seja, os integrantes com os piores rendimentos irão herdar a classe ocupacional daquele melhor remunerado. Foi criada mais uma classe nesta estrutura

ocupacional familiar, que engloba os casos onde todos os integrantes de uma família não possuem classificação individual, isto é, sejam não ocupados e sem rendimentos, representados no grupo “sem ocupação sem renda”. Quadros (2003), ao propor esta estrutura familiar, classifica as famílias e não apenas os indivíduos, enfatizando, assim, a importância das relações familiares e não só das posições individuais, na definição do estilo de vida e das características sociais dos indivíduos.

Passa-se, agora, à descrição da estrutura ocupacional familiar do Nordeste e de São Paulo, em 1981 e 2002, primeiro, para o conjunto da população e, em seguida, para os jovens de 15 a 24 anos.

### **I – Conjunto da População**

De acordo com a Tabela 15, verifica-se que os percentuais de empregadores na estrutura familiar são maiores do que os encontrados na estrutura individual do Nordeste e de São Paulo, em 1981 e 2002. Em São Paulo, não obstante o decréscimo (5,7% → 5,3%) dos percentuais, continuou havendo proporcionalmente mais empregadores do que no Nordeste, onde se nota uma ligeira elevação de 3,0% para 3,6%.

A camada média continuou, no período 1981-2002, ligeiramente menor na estrutura familiar do que na individual, tanto no Nordeste quanto em São Paulo. A diferença é que, como esperado, os percentuais da classe média autônoma são maiores na estrutura familiar e os da classe média assalariada são maiores na estrutura individual. Também na estrutura familiar, a camada média cresceu no período 1981-2002, no Nordeste (16,1% → 19,5%) e em São Paulo (28,6 → 31,2%). No entanto, enquanto em São Paulo os setores autônomo e assalariado cresceram, no Nordeste, o setor autônomo decresceu ligeiramente, ainda que mais do que compensado pela elevação do segmento assalariado.

Nas estruturas familiares do Nordeste e de São Paulo, tanto em 1981 quanto em 2002, a massa trabalhadora não agrícola foi a camada mais expressiva, não obstante a redução de seu percentual, verificada, no período 1981-2002, no Nordeste (34,3% → 32,1%) e sobretudo em São Paulo (47,0% → 40,8%). Convém apontar também uma mudança na composição desta camada, com percentuais maiores, em relação às respectivas estruturas individuais, de trabalhadores autônomos e assalariados e menores de trabalhadores domésticos.

Tabela 15. Estrutura Ocupacional Familiar - População Total

## 15.a. Nordeste 1981

Estrutura Ocupacional FAMILIAR	Região Metropolitana		Demais Localidades		Total NE	
	Nº Pessoas	%	Nº Pessoas	%	Nº Pessoas	%
A-1 - Empregadores (> 10)	171.027	2,9	897.297	3,0	1.068.324	3,0
A-2 - Empregadores (<= 10)	-	-	-	-	-	-
C - Classe Média Autônoma	328.549	5,6	1.384.236	4,7	1.712.785	4,8
D - Classe Média Assalariada	1.545.979	26,3	2.445.142	8,3	3.991.121	11,3
F - Trabalhadores Autônomos	731.736	12,5	2.821.017	9,6	3.552.752	10,0
G - Trabalhadores Assalariados	1.922.768	32,7	6.150.509	20,8	8.073.277	22,8
I - Trabalhadores Domésticos	212.993	3,6	319.098	1,1	532.091	1,5
J-1 - Trabalhadores Não Remun (>=15h) - Urbano	1.900	0,0	8.339	0,0	10.239	0,0
H-1 - Proprietários Conta Própria - Agrícola	51.621	0,9	7.221.349	24,5	7.272.970	20,5
H-2 - Trabalhadores Autônomos Agrícolas	22.066	0,4	611.582	2,1	633.648	1,8
H-3 - Assalariados Agrícolas	115.588	2,0	4.414.579	15,0	4.530.167	12,8
J-2 - Trabalhadores Não Remun (>=15h) - Agrícola	-	-	8.005	0,0	8.005	0,0
SO - Sem Ocupação Com Renda	632.815	10,8	2.809.463	9,5	3.442.279	9,7
SOF - Sem Ocupação Sem Renda	114.216	1,9	270.871	0,9	385.087	1,1
Ignorado	25.433	0,4	167.269	0,6	192.701	0,5
<b>Total</b>	<b>5.876.692</b>	<b>100,0</b>	<b>29.528.756</b>	<b>100,0</b>	<b>35.405.448</b>	<b>100,0</b>

## 15.b. Nordeste 2002

Estrutura Ocupacional FAMILIAR	Região Metropolitana		Demais Localidades		Total NE	
	Nº Pessoas	%	Nº Pessoas	%	Nº Pessoas	%
A-1 - Empregadores (> 10)	47.205	0,5	101.442	0,3	148.647	0,3
A-2 - Empregadores (<= 10)	342.993	3,5	1.298.321	3,3	1.641.314	3,3
C - Classe Média Autônoma	551.192	5,6	1.631.090	4,1	2.182.282	4,4
D - Classe Média Assalariada	2.275.774	23,2	5.187.094	13,1	7.462.868	15,1
F - Trabalhadores Autônomos	1.196.870	12,2	4.238.252	10,7	5.435.122	11,0
G - Trabalhadores Assalariados	2.305.531	23,5	6.202.841	15,7	8.508.372	17,2
I - Trabalhadores Domésticos	576.895	5,9	1.364.009	3,4	1.940.904	3,9
J-1 - Trabalhadores Não Remun (>=15h) - Urbano	30.864	0,3	114.870	0,3	145.734	0,3
H-1 - Proprietários Conta Própria - Agrícola	43.038	0,4	6.293.000	15,9	6.336.038	12,8
H-2 - Trabalhadores Autônomos Agrícolas	36.345	0,4	432.642	1,1	468.987	0,9
H-3 - Assalariados Agrícolas	77.104	0,8	4.050.428	10,2	4.127.532	8,4
J-2 - Trabalhadores Não Remun (>=15h) - Agrícola	29.050	0,3	1.183.245	3,0	1.212.295	2,5
SO - Sem Ocupação Com Renda	1.603.932	16,3	6.158.897	15,6	7.762.829	15,7
SOF - Sem Ocupação Sem Renda	383.986	3,9	807.106	2,0	1.191.092	2,4
Ignorado	316.106	3,2	491.139	1,2	807.245	1,6
<b>Total</b>	<b>9.816.885</b>	<b>100,0</b>	<b>39.554.376</b>	<b>100,0</b>	<b>49.371.261</b>	<b>100,0</b>

## 15.c. São Paulo 1981

Estrutura Ocupacional FAMILIAR	Região Metropolitana		Demais Localidades		Total SP	
	Nº Pessoas	%	Nº Pessoas	%	Nº Pessoas	%
A-1 - Empregadores (> 10)	730.255	5,6	729.398	5,7	1.459.652	5,7
A-2 - Empregadores (<= 10)	-	-	-	-	-	-
C - Classe Média Autônoma	493.139	3,8	509.396	4,0	1.002.535	3,9
D - Classe Média Assalariada	3.943.911	30,2	2.409.422	19,0	6.353.333	24,7
F - Trabalhadores Autônomos	1.240.825	9,5	1.227.330	9,7	2.468.155	9,6
G - Trabalhadores Assalariados	4.947.732	37,9	4.111.767	32,4	9.059.499	35,2
I - Trabalhadores Domésticos	314.485	2,4	254.057	2,0	568.542	2,2
J-1 - Trabalhadores Não Remun (>=15h) - Urbano	7.632	0,1	2.963	0,0	10.595	0,0
H-1 - Proprietários Conta Própria - Agrícola	26.138	0,2	592.537	4,7	618.675	2,4
H-2 - Trabalhadores Autônomos Agrícolas	2.963	0,0	6.786	0,1	9.749	0,0
H-3 - Assalariados Agrícolas	29.066	0,2	1.435.708	11,3	1.464.774	5,7
J-2 - Trabalhadores Não Remun (>=15h) - Agrícola	434	0,0	24.129	0,2	24.563	0,1
SO - Sem Ocupação Com Renda	973.721	7,5	1.038.341	8,2	2.012.061	7,8
SOF - Sem Ocupação Sem Renda	217.603	1,7	131.583	1,0	349.186	1,4
Ignorado	134.963	1,0	226.415	1,8	361.379	1,4
<b>Total</b>	<b>13.062.867</b>	<b>100,0</b>	<b>12.699.831</b>	<b>100,0</b>	<b>25.762.698</b>	<b>100,0</b>

## 15.d. São Paulo 2002

Estrutura Ocupacional FAMILIAR	Região Metropolitana		Demais Localidades		Total SP	
	Nº Pessoas	%	Nº Pessoas	%	Nº Pessoas	%
A-1 - Empregadores (> 10)	134.414	0,7	153.657	0,8	288.071	0,7
A-2 - Empregadores (<= 10)	755.240	4,1	1.011.937	5,0	1.767.177	4,6
C - Classe Média Autônoma	1.025.747	5,5	1.055.241	5,3	2.080.988	5,4
D - Classe Média Assalariada	5.384.879	28,9	4.625.879	23,0	10.010.758	25,8
F - Trabalhadores Autônomos	2.090.948	11,2	2.015.394	10,0	4.106.342	10,6
G - Trabalhadores Assalariados	4.819.551	25,9	5.269.346	26,2	10.088.897	26,0
I - Trabalhadores Domésticos	819.903	4,4	795.466	4,0	1.615.369	4,2
J-1 - Trabalhadores Não Remun (>=15h) - Urbano	58.802	0,3	59.429	0,3	118.231	0,3
H-1 - Proprietários Conta Própria - Agrícola	22.684	0,1	253.829	1,3	276.513	0,7
H-2 - Trabalhadores Autônomos Agrícolas	-	-	21.224	0,1	21.224	0,1
H-3 - Assalariados Agrícolas	29.406	0,2	1.299.720	6,5	1.329.126	3,4
J-2 - Trabalhadores Não Remun (>=15h) - Agrícola	34.446	0,2	57.732	0,3	92.178	0,2
SO - Sem Ocupação Com Renda	2.006.110	10,8	2.778.565	13,8	4.784.675	12,4
SOF - Sem Ocupação Sem Renda	594.772	3,2	389.654	1,9	984.426	2,5
Ignorado	861.091	4,6	305.616	1,5	1.166.707	3,0
<b>Total</b>	<b>18.637.993</b>	<b>100,0</b>	<b>20.092.689</b>	<b>100,0</b>	<b>38.730.682</b>	<b>100,0</b>

Fonte: PNAD, microdados, IBGE.

Nas estruturas familiares, a redução da massa não agrícola, no período 1981-2002, deve-se ao decréscimo do percentual de trabalhadores assalariados que mais do que compensou, no Nordeste e em São Paulo, o aumento dos percentuais de trabalhadores autônomos e domésticos. Contudo, enquanto São Paulo continuou apresentando maiores percentuais de trabalhadores assalariados e domésticos do que no Nordeste, nesta região os percentuais de trabalhadores autônomos superaram os respectivos paulistas.

No que diz respeito à massa trabalhadora agrícola, observa-se que esta camada se manteve mais volumosa na estrutura familiar do que na individual, e bem mais expressiva no Nordeste do que em São Paulo, não obstante a redução de seu peso, em ambos, ao longo do período 1981-2002. Vale ressaltar que, nas estruturas ocupacionais familiares, os percentuais de proprietários agrícolas conta própria são maiores do que nas estruturas individuais. Isso se deve provavelmente à presença de muitos integrantes não remunerados (ocupados ou não) que dependem unicamente do trabalho conta própria agrícola.

Quando se vai destacar a classe ocupacional dos trabalhadores não remunerados, verifica-se que, em 1981, na estrutura familiar, eles quase que inexistiam em São Paulo e no Nordeste. Nesta região, na estrutura individual, este grupo era bem expressivo, representando 10,9%, em 1981, e 13,2%, em 2002. Isto mostra que, em 1981, quase que a totalidade dos trabalhadores não remunerados do Nordeste e de São Paulo foi elevada para outras ocupações na estrutura familiar. Porém, após as crises das décadas de 1980 e 1990, constata-se um incremento importante dos trabalhadores não remunerados que, em 2002, passou a representar 2,8% do total da estrutura familiar no Nordeste; e 0,5% em São Paulo. Estes 2,8% representam 1,4 milhões de nordestinos vivendo em famílias onde o membro melhor situado é um trabalhador não remunerado, o que evidencia a gravidade da crise social em uma região historicamente marcada pela miséria e pela exclusão social.

Por fim, resta comentar a evolução, no período 1981-2002, dos grupos sem ocupação com e sem renda na estrutura familiar do Nordeste e de São Paulo. Uma primeira observação diz respeito à expressividade dos sem ocupação com renda e seu crescimento no referido período principalmente no Nordeste, onde este grupo cresceu de 9,7% para 15,7%; em São Paulo, estes valores foram, respectivamente, 7,8% e 12,4%. Entretanto, os percentuais da estrutura familiar são em ambos menores do que nas respectivas estruturas ocupacionais individuais.

O grupo sem ocupação sem renda é importante porque se refere às famílias onde todos os membros estão desocupados e sem renda. Em 1981, esta classe representava 1,1% da estrutura familiar no Nordeste e 1,4% em São Paulo; em 2002, estes valores passaram para, respectivamente, 2,4% e 2,5%. Em termos absolutos, em 2002, se tinha em torno de 1,2 milhões de pessoas, no Nordeste, e 984 mil, em São Paulo, nessa situação de extrema exclusão social.

## II – Os Jovens de 15 a 24 anos

A evolução da estrutura ocupacional familiar dos jovens nordestinos e paulistas, no período 1981-2002, mantém, grosso modo, as mesmas características da estrutura familiar do conjunto das respectivas populações, no que se refere às observações oriundas das comparações com as respectivas estruturas ocupacionais individuais. Deste modo, vai-se, neste item, abordar as especificidades do segmento juvenil, no que tange à sua estrutura ocupacional familiar.

De acordo com a Tabela 16, os percentuais dos empregadores são muito similares aos encontrados para o conjunto da população, mantendo um discreto incremento, observado entre 1981-2002, no Nordeste e em São Paulo. O mesmo vale para os percentuais das classes médias no Nordeste e em São Paulo. No entanto, entre os jovens nordestinos e paulistas, os valores da classe média autônoma são menores e os da classe média assalariada maiores<sup>83</sup> do que os encontrados na estrutura familiar do conjunto das respectivas populações. Além disto, a camada média na estrutura familiar dos jovens paulistas (29,4% → 32,0%) continuou maior do que a dos jovens nordestinos (17,4% → 19,6%), no intervalo 1981-2002.

A massa trabalhadora não agrícola, na estrutura familiar dos jovens nordestinos e paulistas, reduziu-se ao longo do período 1981-2002, sobretudo em São Paulo, onde esta camada passou de 48%, em 1981, para 41,6%, em 2002. Já no Nordeste, esta redução foi menos intensa (36,3% → 33,8%), de modo que esta camada se manteve como a mais expressiva da estrutura familiar juvenil, em 2002.

---

<sup>83</sup> Exceto para o Nordeste, no ano de 2002, onde o percentual de jovens na classe média assalariada (14,9%) é ligeiramente menor do que o do conjunto da população nordestina (15%).

Tabela 16. Estrutura Ocupacional Familiar - Total de Jovens (15 a 24 anos)

## 16a. Nordeste 1981

Estrutura Ocupacional FAMILIAR	Região Metropolitana		Demais Localidades		Total NE	
	N Pessoas	%	N Pessoas	%	N Pessoas	%
A-1 - Empregadores (> 10)	38.556	3,0	188.110	3,3	226.666	3,3
A-2 - Empregadores (<= 10)	-	-	-	-	-	-
C - Classe Média Autônoma	68.331	5,2	265.071	4,7	333.402	4,8
D - Classe Média Assalariada	347.993	26,7	527.740	9,4	875.733	12,6
F - Trabalhadores Autônomos	146.692	11,2	506.556	9,0	653.248	9,4
G - Trabalhadores Assalariados	406.710	31,1	1.248.958	22,1	1.655.668	23,8
I - Trabalhadores Domésticos	82.039	6,3	133.236	2,4	215.275	3,1
J-1 - Trabalhadores Não Remun (>=15h) - Urbano	736	0,1	3.666	0,1	4.402	0,1
H-1 - Proprietários Conta Própria - Agrícola	11.613	0,9	1.361.338	24,1	1.372.950	19,8
H-2 - Trabalhadores Autônomos Agrícolas	4.737	0,4	108.921	1,9	113.658	1,6
H-3 - Assalariados Agrícolas	23.876	1,8	758.347	13,4	782.224	11,3
J-2 - Trabalhadores Não Remun (>=15h) - Agrícola	-	-	2.674	0,0	2.674	0,0
SO - Sem Ocupação Com Renda	139.763	10,7	444.018	7,9	583.780	8,4
SOF - Sem Ocupação Sem Renda	27.800	2,1	48.915	0,9	76.715	1,1
Ignorado	6.905	0,5	41.138	0,7	48.043	0,7
<b>Total</b>	<b>1.305.749</b>	<b>100,0</b>	<b>5.638.689</b>	<b>100,0</b>	<b>6.944.439</b>	<b>100,0</b>

## 16b. Nordeste 2002

Estrutura Ocupacional FAMILIAR	Região Metropolitana		Demais Localidades		Total NE	
	N Pessoas	%	N Pessoas	%	N Pessoas	%
A-1 - Empregadores (> 10)	7.361	0,4	22.181	0,3	29.542	0,3
A-2 - Empregadores (<= 10)	69.991	3,4	258.727	3,1	328.718	3,2
C - Classe Média Autônoma	116.078	5,6	324.062	3,9	440.140	4,2
D - Classe Média Assalariada	471.852	22,6	1.123.549	13,5	1.595.401	15,4
F - Trabalhadores Autônomos	242.760	11,6	831.428	10,0	1.074.188	10,3
G - Trabalhadores Assalariados	529.981	25,4	1.446.086	17,4	1.976.067	19,0
I - Trabalhadores Domésticos	137.613	6,6	333.869	4,0	471.482	4,5
J-1 - Trabalhadores Não Remun (>=15h) - Urbano	7.603	0,4	25.251	0,3	32.854	0,3
H-1 - Proprietários Conta Própria - Agrícola	10.025	0,5	1.278.173	15,4	1.288.198	12,4
H-2 - Trabalhadores Autônomos Agrícolas	7.566	0,4	97.258	1,2	104.824	1,0
H-3 - Assalariados Agrícolas	18.174	0,9	872.134	10,5	890.308	8,6
J-2 - Trabalhadores Não Remun (>=15h) - Agrícola	4.877	0,2	228.168	2,7	233.045	2,2
SO - Sem Ocupação Com Renda	304.676	14,6	1.115.468	13,4	1.420.144	13,7
SOF - Sem Ocupação Sem Renda	92.931	4,5	228.403	2,8	321.334	3,1
Ignorado	66.224	3,2	112.351	1,4	178.575	1,7
<b>Total</b>	<b>2.087.712</b>	<b>100,0</b>	<b>8.297.108</b>	<b>100,0</b>	<b>10.384.820</b>	<b>100,0</b>

## 16c. São Paulo 1981

Estrutura Ocupacional FAMILIAR	Região Metropolitana		Demais Localidades		Total SP	
	N Pessoas	%	N Pessoas	%	N Pessoas	%
A-1 - Empregadores (> 10)	142.574	5,3	138.128	5,3	280.702	5,3
A-2 - Empregadores (<= 10)	-	-	-	-	-	-
C - Classe Média Autônoma	93.328	3,5	100.839	3,9	194.166	3,7
D - Classe Média Assalariada	835.831	31,2	522.940	20,0	1.358.771	25,7
F - Trabalhadores Autônomos	237.813	8,9	236.431	9,0	474.245	9,0
G - Trabalhadores Assalariados	1.045.892	39,1	870.111	33,2	1.916.003	36,2
I - Trabalhadores Domésticos	84.855	3,2	65.009	2,5	149.865	2,8
J-1 - Trabalhadores Não Remun (>=15h) - Urbano	2.546	0,1	848	0,0	3.393	0,1
H-1 - Proprietários Conta Própria - Agrícola	6.846	0,3	120.739	4,6	127.585	2,4
H-2 - Trabalhadores Autônomos Agrícolas	-	-	-	-	-	-
H-3 - Assalariados Agrícolas	6.845	0,3	295.459	11,3	302.304	5,7
J-2 - Trabalhadores Não Remun (>=15h) - Agrícola	-	-	8.025	0,3	8.025	0,2
SO - Sem Ocupação Com Renda	139.937	5,2	161.411	6,2	301.348	5,7
SOF - Sem Ocupação Sem Renda	45.402	1,7	29.952	1,1	75.354	1,4
Ignorado	32.965	1,2	67.842	2,6	100.807	1,9
<b>Total</b>	<b>2.674.834</b>	<b>100,0</b>	<b>2.617.735</b>	<b>100,0</b>	<b>5.292.569</b>	<b>100,0</b>

## 16d. São Paulo 2002

Estrutura Ocupacional FAMILIAR	Região Metropolitana		Demais Localidades		Total SP	
	N Pessoas	%	N Pessoas	%	N Pessoas	%
A-1 - Empregadores (> 10)	21.001	0,6	29.713	0,8	50.714	0,7
A-2 - Empregadores (<= 10)	146.179	4,1	199.504	5,4	345.683	4,8
C - Classe Média Autônoma	179.771	5,1	175.735	4,8	355.506	4,9
D - Classe Média Assalariada	1.073.625	30,4	882.053	24,0	1.955.678	27,1
F - Trabalhadores Autônomos	388.120	11,0	369.295	10,0	757.415	10,5
G - Trabalhadores Assalariados	919.040	26,0	975.437	26,5	1.894.477	26,3
I - Trabalhadores Domésticos	182.289	5,2	162.151	4,4	344.440	4,8
J-1 - Trabalhadores Não Remun (>=15h) - Urbano	10.921	0,3	12.734	0,3	23.655	0,3
H-1 - Proprietários Conta Própria - Agrícola	840	0,0	40.746	1,1	41.586	0,6
H-2 - Trabalhadores Autônomos Agrícolas	-	-	1.697	0,0	1.697	0,0
H-3 - Assalariados Agrícolas	6.720	0,2	266.567	7,2	273.287	3,8
J-2 - Trabalhadores Não Remun (>=15h) - Agrícola	5.041	0,1	5.943	0,2	10.984	0,2
SO - Sem Ocupação Com Renda	287.307	8,1	407.484	11,1	694.791	9,6
SOF - Sem Ocupação Sem Renda	145.333	4,1	95.926	2,6	241.259	3,3
Ignorado	169.696	4,8	56.030	1,5	225.726	3,1
<b>Total</b>	<b>3.535.883</b>	<b>100,0</b>	<b>3.681.015</b>	<b>100,0</b>	<b>7.216.898</b>	<b>100,0</b>

Fonte: PNAD, microdados, IBGE.

No interior da massa não agrícola, nota-se que, na estrutura familiar juvenil do Nordeste e de São Paulo, em 1981 e 2002, os percentuais de trabalhadores autônomos ficaram maiores e os de trabalhadores assalariados e domésticos ficaram menores, em relação às respectivas estruturas individuais. Apesar da redução dos percentuais dos jovens trabalhadores assalariados nordestinos (23,8% → 19,0%) e paulistas (36,2% → 26,3%), no período 1981-2002, este grupo ainda continuou representando mais da metade da massa trabalhadora não agrícola, no Nordeste e no estado de São Paulo.

Diferentemente da estrutura individual, na estrutura juvenil familiar do Nordeste e de São Paulo, os percentuais de trabalhadores autônomos superaram, em 1981 e 2002, os valores de trabalhadores domésticos. Vale lembrar que há muitos domésticos, considerados na estrutura individual, que moram com os empregadores. No entanto, comparando a estrutura familiar dos jovens com a do conjunto da população, o peso dos trabalhadores domésticos continuou mais elevado entre as famílias de jovens e elevou-se, no período 1981-2002, passando de 3,1% para 4,5%, no Nordeste, e de 2,8% para 4,8%, em São Paulo.

No que se refere ao peso da massa trabalhadora agrícola na estrutura familiar dos jovens nordestinos (32,7% → 22,0%) e paulistas (8,1% → 4,4%), observa-se que houve uma redução dos percentuais, principalmente em São Paulo. Em ambos os locais, os valores para a massa agrícola estão acima dos encontrados na estrutura individual dos jovens, com destaque para o grupo dos proprietários conta própria<sup>84</sup>. Vale reforçar que, não obstante a redução do peso da massa agrícola, ela continuou sendo, na estrutura familiar dos jovens nordestinos, a segunda maior camada, enquanto que, na estrutura individual, ela passou de segunda para quarta maior camada, no período 1981-2002. Em São Paulo, o peso da massa agrícola continuou significativamente inferior ao Nordeste, também na estrutura familiar juvenil.

Quanto à participação dos trabalhadores não remunerados, os percentuais da estrutura familiar juvenil do Nordeste (0,1% → 2,5%) e de São Paulo (0,3 → 0,5%) são praticamente os mesmos encontrados na estrutura familiar das respectivas populações e se mantêm, como esperado, muito abaixo dos expressivos valores encontrados nas estruturas individuais dos jovens nordestinos (19,1% → 22,1%) e paulistas (5,2% → 3,4%). Isto porque, na estrutura

---

<sup>84</sup> Neste grupo, tende a ser elevado o número de dependentes jovens.

familiar, os jovens não remunerados são elevados à classe ocupacional do membro familiar de maior rendimento.

No período 1981-2002, o grupo sem ocupação com renda cresceu na estrutura familiar dos jovens de São Paulo (5,7% → 9,6%) e, principalmente, do Nordeste (8,4% → 13,7%), mas os valores se mantiveram inferiores aos encontrados na estrutura familiar do conjunto das respectivas populações. O que também é esperado porque é mais comum famílias de aposentados sem jovens do que com jovens.

Por fim, resta comentar sobre o grupo que só existe na estrutura familiar: os sem ocupação sem renda. Em 1981, os percentuais deste grupo na estrutura dos jovens nordestinos (1,1%) e paulistas (1,4%) eram exatamente os mesmos encontrados para o conjunto das respectivas populações. O peso deste grupo ocupacional mais que dobrou em 2002, passando a representar 3,1% no Nordeste e 3,3% em São Paulo, reforçando a gravidade da crise social em seu segmento juvenil.

### 3.4 Estratificação social das famílias

Para enriquecer a discussão a respeito da situação social do jovem será apresentada, a seguir, uma estratificação social do ponto de vista familiar, isto é, que agrupa os indivíduos de acordo com o membro familiar melhor remunerado. Para tanto, a população total foi subdividida em seis níveis sociais: superior, médio, baixo, inferior, ínfimo e indigente. O mesmo foi feito para as famílias que possuem, entre seus membros, jovens de 15 a 24 anos. Cada nível equivale às seguintes faixas de rendimentos declarados:

Faixas de rendimento*	Níveis Sociais
Acima de R\$ 2.965,00	Superior
R\$ 1.482,00 a R\$ 2.965,00	Médio
R\$ 593,00 a R\$ 1.482,00	Baixo
R\$ 296,00 a R\$ 593,00	Inferior
Abaixo de R\$ 296,00	Ínfimo

Renda ZERO	Indigente
------------	-----------

\* Valores em OUT/2007, deflator: INPC corrigido, IPEA.

Na Tabela 17, tem-se a estratificação para a população total do Nordeste e de São Paulo, em 1981 e 2002, ambas subdivididas entre região metropolitana e demais localidades. No Nordeste, chama a atenção o elevado percentual do nível ínfimo que era de 32,7%, em 1981, passando para 41,7%, em 2002. Em São Paulo, este nível também se elevou, quase dobrando no período 1981-2002 (3,5% → 6,8%). No entanto, são valores bem abaixo dos altos percentuais encontrados no Nordeste. Em ambos, há mais famílias do nível ínfimo nas demais localidades do que nas respectivas regiões metropolitanas.

**Tabela 17. Nível Social Familiar - População Total**

**17.a. Nordeste 1981**

Nível Social FAMILIAR	Região Metropolitana		Demais Localidades		Total NE	
	Nº Pessoas	%	Nº Pessoas	%	Nº Pessoas	%
Superior	605.080	10,3	616.475	2,1	1.221.554	3,5
Médio	752.408	12,8	1.433.709	4,9	2.186.118	6,2
Baixo	2.079.696	35,4	7.165.190	24,3	9.244.886	26,1
Inferior	1.499.665	25,5	9.112.118	30,9	10.611.782	30,0
Ínfimo	800.195	13,6	10.763.124	36,4	11.563.319	32,7
Indigente	114.216	1,9	270.871	0,9	385.087	1,1
Ignorado	25.433	0,4	167.269	0,6	192.701	0,5
<b>Total</b>	<b>5.876.692</b>	<b>100,0</b>	<b>29.528.756</b>	<b>100</b>	<b>35.405.448</b>	<b>100,0</b>

**17.b. Nordeste 2002**

Nível Social FAMILIAR	Região Metropolitana		Demais Localidades		Total NE	
	Nº Pessoas	%	Nº Pessoas	%	Nº Pessoas	%
Superior	665.155	6,8	854.716	2,2	1.519.871	3,1
Médio	775.131	7,9	1.606.335	4,1	2.381.466	4,8
Baixo	2.230.772	22,7	5.692.949	14,4	7.923.721	16,0
Inferior	2.988.222	30,4	12.012.204	30,4	15.000.426	30,4
Ínfimo	2.470.251	25,2	18.097.976	45,8	20.568.227	41,7
Indigente	383.986	3,9	807.106	2,0	1.191.092	2,4
Ignorado	303.368	3,1	483.090	1,2	786.458	1,6
<b>Total</b>	<b>9.816.885</b>	<b>100,0</b>	<b>39.554.376</b>	<b>100</b>	<b>49.371.261</b>	<b>100,0</b>

## 17.c. São Paulo 1981

Nível Social FAMILIAR	Região Metropolitana		Demais Localidades		Total SP	
	Nº Pessoas	%	Nº Pessoas	%	Nº Pessoas	%
<b>Superior</b>	2.164.953	16,6	1.406.464	11,1	3.571.418	13,9
<b>Médio</b>	3.269.007	25,0	2.299.196	18,1	5.568.202	21,6
<b>Baixo</b>	5.767.807	44,2	5.270.632	41,5	11.038.439	42,8
<b>Inferior</b>	1.237.330	9,5	2.725.660	21,5	3.962.990	15,4
<b>Ínfimo</b>	271.203	2,1	639.881	5,0	911.084	3,5
<b>Indigente</b>	217.603	1,7	131.583	1,0	349.186	1,4
<b>Ignorado</b>	134.963	1,0	226.415	1,8	361.379	1,4
<b>Total</b>	<b>13.062.867</b>	<b>100,0</b>	<b>12.699.831</b>	<b>100,0</b>	<b>25.762.698</b>	<b>100,0</b>

## 17.d. São Paulo 2002

Nível Social FAMILIAR	Região Metropolitana		Demais Localidades		Total SP	
	Nº Pessoas	%	Nº Pessoas	%	Nº Pessoas	%
<b>Superior</b>	2.124.556	11,4	1.875.301	9,3	3.999.857	10,3
<b>Médio</b>	3.255.323	17,5	3.147.873	15,7	6.403.196	16,5
<b>Baixo</b>	7.209.555	38,7	8.077.645	40,2	15.287.200	39,5
<b>Inferior</b>	3.512.363	18,8	4.754.063	23,7	8.266.426	21,3
<b>Ínfimo</b>	1.085.373	5,8	1.546.782	7,7	2.632.155	6,8
<b>Indigente</b>	594.772	3,2	389.654	1,9	984.426	2,5
<b>Ignorado</b>	856.051	4,6	301.371	1,5	1.157.422	3,0
<b>Total</b>	<b>18.637.993</b>	<b>100,0</b>	<b>20.092.689</b>	<b>100,0</b>	<b>38.730.682</b>	<b>100,0</b>

Fonte: PNAD, microdados, IBGE.

Os percentuais de indigentes do Nordeste (1,1% → 2,4%) mais que dobraram e os de São Paulo quase dobraram, no período 1981-2002 (1,4% → 2,5%). Como se vê, os valores das duas localidades são bem próximos e também em ambos a proporção de indigentes é maior nas regiões metropolitanas do que nas demais localidades.

No Nordeste, o percentual do nível inferior praticamente não se alterou no período 1981-2002, apresentando um ténue aumento de 30,0% para 30,4%. Em 1981, o nível inferior era mais expressivo nas demais localidades do Nordeste; já em 2002, o percentual da região metropolitana igualou-se ao das demais localidades. Em São Paulo, a proporção da população com o membro melhor situado pertencente ao nível inferior continuou menor do que a verificada no Nordeste. No entanto, ao contrário do Nordeste, estes percentuais cresceram, no

período 1981-2002, passando de 15,4% para 21,3%, continuando mais expressivos nas demais localidades do que na região metropolitana.

Em contrapartida à elevação da proporção de famílias nordestinas nos níveis ínfimo e indigente, observou-se, no período 1981-2002, uma redução dos percentuais dos níveis superior (3,5% → 3,1%), médio (6,2% → 4,8%) e baixo (26,1% → 16,0%). A expressividade dos níveis superior, médio e baixo continuou maior na região metropolitana do que nas demais localidades.

Em São Paulo, os percentuais dos níveis superior (13,9% → 10,3%), médio (21,6% → 16,5%) e baixo (42,8% → 9,5%) também apresentaram decréscimo no período 1981-2002. No entanto, são valores maiores do que os verificados para a região Nordeste. Em 1981, os três níveis eram mais expressivos na região metropolitana de São Paulo do que nas demais localidades. Isto se manteve em 2002, exceto para o nível baixo, no qual se verificou percentual mais elevado nas demais localidades.

Na Tabela 18, tem-se o mesmo padrão de estratificação, sendo que se está considerando apenas as famílias que contêm jovens de 15 a 24 anos. Observa-se que as principais diferenças com relação a São Paulo são mantidas, com destaque para os elevados percentuais de famílias nordestinas com jovens pertencentes ao nível social ínfimo. No período 1981-2002, estes valores passaram de 30,2% para 41,2% enquanto que, em São Paulo, os percentuais se mostram bem inferiores, passando de 2,6% para 5,8%. Em contraposição, os níveis superior (11,0% → 9,8%), médio (20,6% → 15,4%) e baixo (46,9% → 39,4%) se mostraram mais expressivos em São Paulo, não obstante o decréscimo verificado no período em questão. No Nordeste, os percentuais são menores e também apresentaram redução de 3,5% para 2,9%, no nível superior; de 6,7% para 4,7%, no nível médio; e de 27,5% para 15,6%, no nível baixo.

Em 1981, o percentual de famílias de jovens pertencentes ao nível indigente era ligeiramente maior em São Paulo (1,4%) do que no Nordeste (1,1%). Em 2002, estes valores mais que dobraram em ambos os locais, chegando a representar, respectivamente 3,1% e 3,3% das famílias de jovens – proporção maior do que a encontrada, em 2002, para o total de famílias do Nordeste (2,4%) e de São Paulo (2,5%). Como se vê, o percentual do nível indigente, ou seja, de famílias com renda zero, mais que dobrou, no período 1981-2002, tanto em São Paulo quanto no Nordeste, sobretudo quando se considera apenas as famílias que têm

entre seus membros jovens de 15 a 24 anos. Trata-se, como já visto, de um período marcado por profundas transformações econômicas que impactaram sobremaneira o mercado de trabalho, agravando a exclusão social e as disparidades regionais.

**Tabela 18. Nível Social Familiar - Total de Jovens (15 a 24 anos)**

**18.a. Nordeste 1981**

Nível Social FAMILIAR	Região Metropolitana		Demais Localidades		Total NE	
	Nº Pessoas	%	Nº Pessoas	%	Nº Pessoas	%
Superior	125.820	9,6	115.151	2,0	240.971	3,5
Médio	170.412	13,1	294.857	5,2	465.269	6,7
Baixo	451.597	34,6	1.457.589	25,8	1.909.186	27,5
Inferior	326.793	25,0	1.781.070	31,6	2.107.864	30,4
Ínfimo	196.422	15,0	1.899.969	33,7	2.096.391	30,2
Indigente	27.800	2,1	48.915	0,9	76.715	1,1
Ignorado	6.905	0,5	41.138	0,7	48.043	0,7
<b>Total</b>	<b>1.305.749</b>	<b>100,0</b>	<b>5.638.689</b>	<b>100,0</b>	<b>6.944.439</b>	<b>100,0</b>

**18.b. Nordeste 2002**

Nível Social FAMILIAR	Região Metropolitana		Demais Localidades		Total NE	
	Nº Pessoas	%	Nº Pessoas	%	Nº Pessoas	%
Superior	127.738	6,1	176.843	2,1	304.581	2,9
Médio	148.327	7,1	339.915	4,1	488.242	4,7
Baixo	443.797	21,3	1.189.854	14,3	1.633.651	15,7
Inferior	653.171	31,3	2.525.589	30,4	3.178.760	30,6
Ínfimo	558.909	26,8	3.724.631	44,9	4.283.540	41,2
Indigente	92.931	4,5	228.403	2,8	321.334	3,1
Ignorado	62.839	3,0	111.873	1,3	174.712	1,7
<b>Total</b>	<b>2.087.712</b>	<b>100,0</b>	<b>8.297.108</b>	<b>100,0</b>	<b>10.384.820</b>	<b>100,0</b>

**18.c. São Paulo 1981**

Nível Social FAMILIAR	Região Metropolitana		Demais Localidades		Total SP	
	Nº Pessoas	%	Nº Pessoas	%	Nº Pessoas	%
Superior	343.327	12,8	236.449	9,0	579.776	11,0
Médio	630.422	23,6	457.453	17,5	1.087.875	20,6
Baixo	1.309.414	49,0	1.171.149	44,7	2.480.563	46,9
Inferior	276.120	10,3	552.941	21,1	829.061	15,7
Ínfimo	37.185	1,4	101.949	3,9	139.133	2,6
Indigente	45.402	1,7	29.952	1,1	75.354	1,4

<b>Ignorado</b>	32.965	1,2	67.842	2,6	100.807	1,9
<b>Total</b>	<b>2.674.834</b>	<b>100,0</b>	<b>2.617.735</b>	<b>100,0</b>	<b>5.292.569</b>	<b>100,0</b>

#### 18.d. São Paulo 2002

<b>Nível Social FAMILIAR</b>	<b>Região Metropolitana</b>		<b>Demais Localidades</b>		<b>Total SP</b>	
	<b>Nº Pessoas</b>	<b>%</b>	<b>Nº Pessoas</b>	<b>%</b>	<b>Nº Pessoas</b>	<b>%</b>
<b>Superior</b>	360.389	10,2	348.919	9,5	709.308	9,8
<b>Médio</b>	574.619	16,3	539.922	14,7	1.114.541	15,4
<b>Baixo</b>	1.403.769	39,7	1.438.106	39,1	2.841.875	39,4
<b>Inferior</b>	707.343	20,0	963.561	26,2	1.670.904	23,2
<b>Ínfimo</b>	176.414	5,0	239.400	6,5	415.814	5,8
<b>Indigente</b>	145.333	4,1	95.926	2,6	241.259	3,3
<b>Ignorado</b>	168.016	4,8	55.181	1,5	223.197	3,1
<b>Total</b>	<b>3.535.883</b>	<b>100,0</b>	<b>3.681.015</b>	<b>100,0</b>	<b>7.216.898</b>	<b>100,0</b>

Fonte: PNAD, microdados, IBGE.

### 3.5 Síntese

Para fechar este capítulo, será apresentado, nesta síntese, um perfil da situação ocupacional do jovem nordestino em 2002, traçado a partir da análise feita da evolução desta situação, ao longo do período 1981-2002. Neste “retrato”, serão apontadas as principais semelhanças e diferenças em relação ao jovem do estado de São Paulo.

Nos dados demográficos, verificou-se que a taxa de crescimento anual da população jovem no Nordeste, entre 1981 e 2002, foi maior do que em São Paulo. Neste estado, ao contrário da região Nordeste, a população jovem cresceu a um ritmo menor do que o conjunto da população, evidenciando um maior “envelhecimento” da população em São Paulo. Além disto, a participação de jovens nordestinos residindo nas regiões metropolitanas cresceu no referido período enquanto que, em São Paulo, esta participação reduziu-se.

No que diz respeito à condição de atividade, foi vista a significativa elevação da desocupação, no período 1981-2002, sobretudo nas áreas urbanas. Tanto no Nordeste quanto em São Paulo, a taxa de desocupação dos jovens continuou superando a desocupação do conjunto da população acima de 10 anos. Em 2002, 20,4% dos jovens nordestinos economicamente ativos estavam desocupados, com destaque para as regiões metropolitanas, onde a taxa de desocupação de jovens atinge o elevado patamar de 35,2%. Com relação à

participação de jovens na PEA, tem-se uma redução ao longo do período 1981-2002, o que poderia refletir uma maior escolarização. Todavia, considerando as transformações econômicas das décadas de 1980 e 1990 – tratadas no capítulo 1 – e seus impactos no mercado de trabalho, não se pode descartar a hipótese do “desalento” para auxiliar na compreensão desta redução do peso de jovens na PEA. Quando se foca na participação de jovens no total de desocupados, vê-se que, no Nordeste, este percentual continuou maior do que em São Paulo.

Passando ao perfil da desocupação dos jovens, encontram-se diferenças entre o Nordeste e o estado de São Paulo. Em 1981, os percentuais de jovens em busca da primeira ocupação eram maiores no Nordeste (36,2%) do que em São Paulo (17%) que, em contrapartida, possuía maior participação de jovens “desocupados recentes”<sup>85</sup> (60,5%) do que no Nordeste (38,5%). Nesta região, a participação desta categoria de desocupação era maior nas regiões metropolitanas e o peso dos desocupados em busca do primeiro emprego era maior nas demais localidades. Já em São Paulo, ocorreu o inverso: o peso dos desocupados recentes foi maior nas demais localidades e dos jovens em busca da primeira ocupação, nas regiões metropolitanas. O que se verificou, em 2002, foi um decréscimo dos “desocupados recentes” acompanhado da considerável elevação, sobretudo em São Paulo, do peso de jovens em busca da primeira ocupação. No Nordeste, este aumento foi mais intenso nas regiões metropolitanas cujo percentual superou o das demais localidades, em 2002.

Este agravamento das condições ocupacionais dos jovens com maiores dificuldades de acesso ao mercado de trabalho também se mostrou mais desfavorável aos jovens pertencentes ao sexo feminino e à cor negra, no Nordeste e também em São Paulo. Em 2002, a taxa de desocupação de jovens negros e de jovens mulheres também se mostrou maior nas regiões metropolitanas do que nas demais localidades.

Sob a ótica das ocupações dos jovens, a principal diferença entre o Nordeste e o estado de São Paulo é o peso das ocupações agrícolas no Nordeste. Não obstante a sua redução, no período 1981-2002, 14,3% dos jovens nordestinos pertenciam à massa agrícola em 2002, enquanto, em São Paulo, este percentual era de apenas 4,1%, mantendo a tendência verificada entre os conjuntos das populações nordestina e paulista. Também chama a atenção a diferença entre a participação do grupo “trabalhadores não remunerados”: em 2002, 22,1% dos jovens

---

<sup>85</sup> Trata-se dos desocupados que tiveram alguma ocupação no ano do inquérito domiciliar.

nordestinos estavam nesta categoria ocupacional enquanto, em São Paulo, apenas 3,4% dos jovens estavam neste grupo. Vale lembrar que, no Nordeste, mais de 80% dos jovens deste grupo estão no subgrupo “não remunerados – rural”, confirmando o maior peso das ocupações agrícolas entre os jovens nordestinos, incorporados nas atividades de ajuda à pequena propriedade rural domiciliar.

Tanto no Nordeste (36,2%) quanto em São Paulo (40,4%), contudo, os jovens continuam predominantemente inseridos em ocupações pertencentes à massa trabalhadora não agrícola, camada mais expressiva em 2002, nas duas localidades. Ao longo do período 1981-2002, esta camada reduziu-se em função do decréscimo das ocupações assalariadas que mais do que compensaram o incremento do trabalho autônomo e doméstico. Com relação ao trabalho doméstico, no Nordeste, a participação de jovens neste grupo (8,9%) é maior do que em São Paulo (6,1%) e, diferentemente deste estado, supera os percentuais referentes ao conjunto da população nordestina. Essa redução da massa não agrícola foi acompanhada pelo crescimento do peso das camadas médias que continuou, em 2002, muito maior em São Paulo (47,4%) do que no Nordeste (20,2%).

Foi observado, ainda, que a estrutura ocupacional familiar mantém as tendências verificadas na estrutura individual e, conseqüentemente, as diferenças destacadas acima entre o Nordeste e São Paulo. No entanto, cabe indicar que quando os jovens são agrupados de acordo com o membro familiar melhor situado, tem-se um maior peso dos autônomos, na massa não-agrícola, e dos trabalhadores conta própria, na massa agrícola. A estrutura familiar inclui um grupo a mais do que a individual: os “sem ocupação sem renda”. E este grupo, ao longo do período 1981-2002, quase triplicou no Nordeste e mais que dobrou em São Paulo, atingindo, em 2002, respectivamente, 3,1% e 3,3% dos jovens. Isto representa 320 mil jovens nordestinos e 240 mil jovens paulistas vivendo em famílias onde o membro melhor situado está sem ocupação e sem renda, apontando para a gravidade da crise social brasileira.

Por fim, a estratificação familiar, considerando apenas as famílias que possuem pelo menos um membro entre 15 e 24 anos, mostrou um cenário muito desfavorável ao jovem, sobretudo o nordestino. No período 1981-2002, os dois níveis sociais melhor situados (*superior* e *médio*), decaíram. No Nordeste, 7,6% das famílias com jovens, em 2002, estavam nestes grupos; já em São Paulo, este percentual caiu para 25,2%, percentual este visivelmente mais elevado. O nível social *baixo* também teve sua participação reduzida, sobretudo no

Nordeste (15,7%), continuando, em 2002, muito menor do que o percentual de São Paulo (39,4%).

Diferentemente das camadas médias, os níveis *inferior*, *ínfimo* e *indigente* se mostraram bem mais expressivos no Nordeste do que em São Paulo e, com exceção do nível inferior no Nordeste, apresentaram aumentos percentuais, no período 1981-2002, absorvendo o enxugamento das camadas médias. Chama a atenção a brutal diferença entre o Nordeste e São Paulo, no que tange ao peso do nível ínfimo que contempla a massa de miseráveis. Enquanto, em São Paulo, 5,8% das famílias com jovens pertenciam a este nível, em 2002, no Nordeste, este percentual passou de 30,2%, em 1981, para 41,2%, em 2002.

Este capítulo se encerra, portanto, apontando para o gravíssimo problema social, acentuado pelos processos predominantemente desestruturantes vivenciados pela economia e pelo mercado de trabalho brasileiros, ao longo das décadas de 1980 e 1990 e dos primeiros anos do novo milênio. Trata-se da precarização das ocupações, da elevação do desemprego e do crescimento da impressionante massa de pobres e miseráveis, processos que repercutem mais fortemente no segmento juvenil da população e que se agravam na região Nordeste, historicamente marcada pela miséria e exclusão social.

O período recente, 2003-2006, parece apontar para atenuações nas tendências verificadas, sobretudo a partir de 2004, ano em que a economia brasileira ingressa em um novo ciclo de crescimento econômico mais expressivo e de melhoria nas condições sociais. A análise deste período foge ao alcance e objetivos deste trabalho. Contudo, diante da disponibilidade de alguns dados referentes à condição de atividade e à estratificação familiar, será feita, no apêndice deste capítulo, um esboço de exercício analítico para apontar como a estrutura social nordestina e paulista se moveu ao longo do primeiro mandato do governo Lula. Trata-se, evidentemente, de uma discussão preliminar e não aprofundada, com o intuito de apontar os movimentos mais gerais e levantar algumas questões que ficarão em aberto para estudos posteriores.

## *Apêndice*

### **Os JOVENS NORDESTINOS NO PERÍODO RECENTE (2003-2006)**

#### **1. Panorama geral da economia brasileira**

Diante do já discutido, ou seja, da constatação da incapacidade de o país gerar um crescimento econômico sustentado, cabe mostrar, visando contribuir para a discussão de perspectivas futuras, as principais mudanças/tendências na economia brasileira a partir da mudança de governo em 2002, para entrar no debate acerca das possibilidades de o país retomar uma trajetória de crescimento a curto e médio prazo, contemplando também uma melhoria na distribuição de renda.

De acordo com Carneiro (2006), a dinâmica da economia brasileira é dada pela articulação da política econômica (a macroeconômica e a de desenvolvimento) com as variáveis estruturais (produtivas e financeiras), consideradas um pano de fundo condicionante. Neste sentido, a avaliação da política econômica posta em prática no governo Lula não pode deixar de se referir às transformações no plano internacional a partir dos anos 1980: a liberalização financeira e a modificação do padrão de concorrência. No período 2003-2005, o conjunto das políticas adotadas continuou a buscar a integração da economia brasileira à economia globalizada. A dimensão essencial é que esta integração vem junto com um redesenho do papel do Estado que deve priorizar, cada vez mais, a promoção da estabilidade inflacionária e a facilitação do funcionamento dos mercados.

A política monetária do governo Lula, focada no regime de metas de inflação, traz restrições à política fiscal, com destaque para a perda de seu papel anti-cíclico e a diminuição do seu caráter redistributivo. Enfim, a política macroeconômica continuou atrelada ao objetivo da estabilidade. Segundo Carneiro (2006), a economia brasileira continua marcada pela volatilidade das taxas de crescimento, mantendo o padrão *stop and go*, ou seja, as políticas de desenvolvimento do governo Lula foram incapazes de construir um novo modelo de desenvolvimento para o país. A pequena aceleração, após meados de 2003, esteve atrelada sobretudo à ampliação da capacidade produtiva nas atividades exportadoras, em particular *commodities*, primárias e industriais. Vale lembrar que o dinamismo das exportações líquidas

não pode ser entendido sem considerar também o ciclo do comércio internacional. No que diz respeito ao consumo interno, os períodos de ampliação foram marcados pela alta intensidade e baixa duração. Além disso, estes ciclos foram concentrados nos bens duráveis e movidos a crédito, isto é, as taxas de juros continuaram altas e não houve um processo contínuo de elevação da renda.

Na visão deste autor, há uma “desconexão no crescimento das várias categorias de demanda”, ou seja, inexistem as forças motrizes do crescimento capazes de assegurar o aumento sustentado da oferta e, em particular, do investimento. Neste sentido, o crescimento da economia brasileira continua sujeito ao caráter mais ou menos contracionista da política macroeconômica, combinado com o cenário internacional mais ou menos favorável (Carneiro, 2006).

Fica então a questão de como montar um padrão de desenvolvimento para o Brasil, país marcado pelas heranças das políticas de corte liberal (vulnerabilidade externa e endividamento público) e pelas restrições estruturais (baixa centralização de capitais, dificuldades de mobilização de recursos pelo sistema financeiro doméstico, incompatibilidades entre escalas de produção mínima e tamanho de mercado e crescente concorrência da periferia industrializada, como China e Índia). Para Carneiro (2006), a saída para a construção de um modelo de crescimento sustentado é a manutenção de elevadas taxas de investimento. E por se tratar de uma atividade de risco, sua viabilização vai depender da criação de mecanismos de redução de riscos por meio da ação organizada do Estado, através das políticas de desenvolvimento. No governo Lula, as iniciativas que fugiram à inspiração liberal tiveram caráter acessório ou não foram implantadas na sua plenitude. As políticas de desenvolvimento de Lula, no seu primeiro governo, enfatizaram mais a redução do risco jurisdicional ou regulatório. No entanto, a maior estabilidade macroeconômica é importante, mas por si só insuficiente para a dinamização dos investimentos, sobretudo os de infra-estrutura que, exceto no setor de energia, pouco avançaram. Enfim, na visão deste autor, o crescimento recente do governo Lula não fugiu ao *stop and go* das últimas décadas, ou seja, ainda não se construiu um novo modelo de crescimento para o Brasil.

É inegável, contudo, que a partir de 2004 as taxas de crescimento do PIB são mais expressivas e destoam, vide Tabela 1, das taxas medíocres das décadas anteriores. De acordo

com Quadros (2008), este crescimento econômico mais robusto, atrelado às políticas sociais<sup>86</sup> do governo Lula, tem levado a uma melhoria importante nas condições sociais.

**Tabela 1. Evolução do PIB - BRASIL**

Ano	1981-1990	1991-2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
%	1,67	2,51	1,31	2,66	1,15	5,71	3,16	3,75	5,42

Fonte: IPEAdata

O alcance destas melhorias sociais – também percebidas pela elevação da renda média e pelo aumento do emprego – é, segundo Quadros (2008), limitado em função do baixo desempenho do setor industrial e suas articulações com os serviços. Isto significa que a elevação do PIB no período recente está baseada principalmente no desempenho do setor primário exportador e dos ramos industriais de menor conteúdo tecnológico<sup>87</sup>.

Este autor identifica “potencialidades estruturais de desenvolvimento econômico”, com destaque para as recentes descobertas de reservas petrolíferas, as reservas de minerais estratégicos, o potencial hidráulico e capacidade de produção de alimentos. O desafio que se coloca é

evitar que, diante das dificuldades que se avolumam, a vigente política macroeconômica, hostil ao crescimento acelerado e profundamente identificada com os interesses financeiros, provoque novos e maiores danos à estrutura produtiva. E, em termos mais amplos, conseguirmos que aquelas potencialidades sejam desenvolvidas no sentido de impulsionar a reconstrução industrial na direção dos avanços tecnológicos produzidos pela “III Revolução”, que nos capacitaria a construir uma nação moderna, civilizada e ambientalmente saudável. O que terá de ser acompanhado pela reconstrução do Estado Nacional e de seus serviços sociais – educação, saúde, habitação, transporte, segurança etc. Sem falar na inadiável reconstrução da infra-estrutura econômica. (Quadros, 2008, p.5).

Tendo estas idéias como referências teórico-históricas, será apresentada, a seguir, a condição de atividade dos jovens nordestinos, durante o primeiro governo Lula (2003-2006), e sua estratificação familiar. As comparações feitas serão em relação ao conjunto da população e ao estado de São Paulo.

<sup>86</sup> Elevação do salário mínimo, com ganhos reais; ampliação dos programas focalizados de transferência de renda; e incentivos à formalização dos contratos de trabalho.

<sup>87</sup> Quadros (2008) mostra que, com raras exceções, os segmentos mais avançados estão sendo duramente penalizados pela política cambial e de juros.

## 2. Condição de atividade

No capítulo 3, foi visto que a taxa de desocupação cresceu, no período 1981-2002, no Nordeste e no estado de São Paulo, principalmente no segmento jovem da população economicamente ativa (PEA).

Durante o primeiro mandato do presidente Lula, a taxa de desocupação em São Paulo, após sofrer uma elevação em 2003 (ano mais recessivo), apresenta uma tendência de discreta redução do desemprego a partir de 2004 e sobretudo em 2006, anos de queda absoluta no número total de desocupados. Na região Nordeste, no entanto, as quedas de 2004 e 2006 não contrabalançaram os aumentos de 2003 e 2005, de modo que a taxa de desocupação no Nordeste em 2006 (11,55%) ficou ligeiramente maior do que a de 2002 (11,18%), aproximando-se do desemprego paulista que, em 2006, atingiu 11,84%, taxa menor do que a verificada em 2002 (13,82%). Estes dados estão na Tabela 2 abaixo e no Gráfico 1.

**Tabela 2. Condição de Atividade da População Economicamente Ativa**

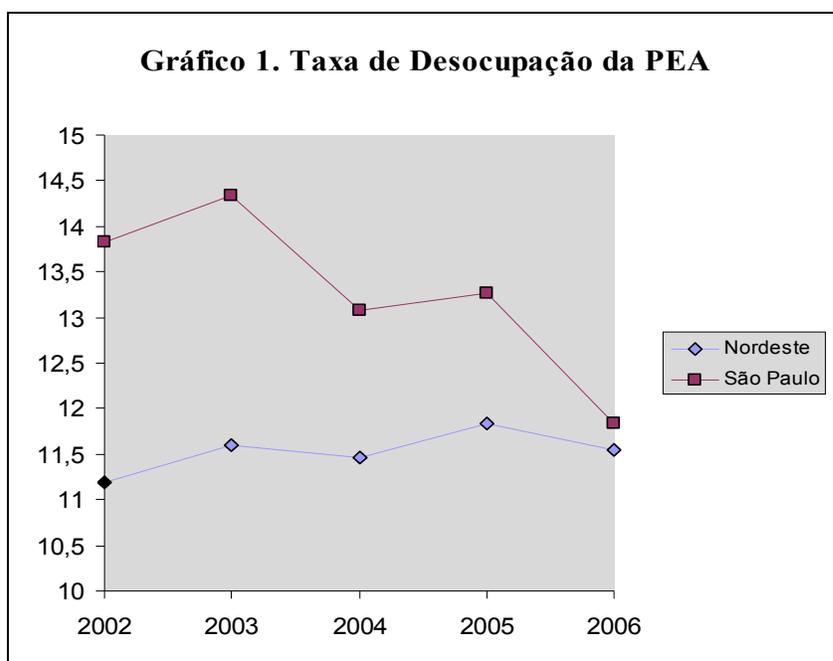
### 2a. Nordeste

Condição de Atividade	População Ocupada		População Desocupada		PEA Total		
	Ano	Nº Pessoas	%	Nº Pessoas	%	Nº Pessoas	%
	2002	20.193.025	88,82	2.542.798	11,18	22.735.823	100,0
	2003	20.513.436	88,40	2.692.439	11,60	23.205.875	100,0
	2004	21.003.288	88,55	2.717.126	11,45	23.720.414	100,0
	2005	21.491.173	88,16	2.885.739	11,84	24.376.912	100,0
	2006	21.656.864	88,45	2.828.023	11,55	24.484.887	100,0

### 2b. São Paulo

Condição de Atividade	População Ocupada		População Desocupada		PEA Total		
	Ano	Nº Pessoas	%	Nº Pessoas	%	Nº Pessoas	%
	2002	17.213.151	86,18	2.760.412	13,82	19.973.563	100,0
	2003	17.365.579	85,66	2.906.615	14,34	20.272.194	100,0
	2004	17.944.235	86,92	2.700.532	13,08	20.644.767	100,0
	2005	18.803.494	86,73	2.876.855	13,27	21.680.349	100,0
	2006	19.579.692	88,16	2.630.411	11,84	22.210.103	100,0

Fonte: PNAD, microdados, IBGE.



Fonte: PNAD, microdados, IBGE.

Quando se passa a olhar para o desemprego juvenil nordestino e paulista, constata-se que as taxas de desocupação dos jovens continuam acima dos percentuais calculados para o conjunto das respectivas populações. Em São Paulo, a desocupação juvenil segue as tendências discretas de elevação em 2003 e 2005 e de redução em 2004 e, principalmente, em 2006. Entretanto, no Nordeste, a tendência é de elevação anual, com a exceção de 2004, do desemprego juvenil. Assim, em 2006, a taxa de desocupação juvenil nordestina (22,31%) quase alcança a taxa paulista (24,08%), ou seja, a distância entre as duas, que era de quase seis pontos percentuais, em 2002, reduziu-se para menos de dois pontos percentuais em 2006. A Tabela 3 e o Gráfico 2 ilustram estas informações.

Como se pode observar, do ponto de vista do desemprego juvenil, verificou-se uma discreta melhora em São Paulo e uma leve piora no Nordeste. Estes dados não confirmam a redução do desemprego tão amplamente divulgada, principalmente no que diz respeito aos jovens nordestinos.

Tabela 3. Condição de Atividade da PEA Juvenil (15 a 24 anos)

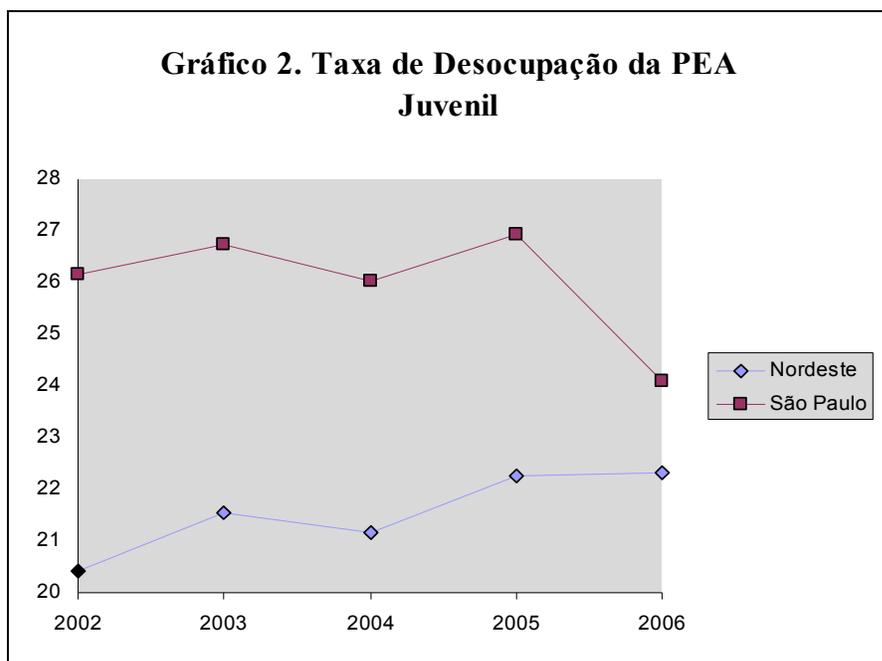
## 3a. Nordeste

Condição de Atividade	Jovens Ocupados		Jovens Desocupados		PEA Juvenil	
	Nº Pessoas	%	Nº Pessoas	%	Nº Pessoas	%
2002	4.968.091	79,59	1.273.790	20,41	6.241.881	100,0
2003	4.865.756	78,47	1.335.385	21,53	6.201.141	100,0
2004	4.984.775	78,83	1.338.649	21,17	6.323.424	100,0
2005	5.020.382	77,74	1.437.609	22,26	6.457.991	100,0
2006	4.813.788	77,69	1.382.084	22,31	6.195.872	100,0

## 3b. São Paulo

Condição de Atividade	Jovens Ocupados		Jovens Desocupados		PEA Juvenil	
	Nº Pessoas	%	Nº Pessoas	%	Nº Pessoas	%
2002	3.665.610	73,85	1.298.120	26,15	4.963.730	100,0
2003	3.713.628	73,25	1.356.311	26,75	5.069.939	100,0
2004	3.698.444	73,97	1.301.162	26,03	4.999.606	100,0
2005	3.880.891	73,06	1.430.821	26,94	5.311.712	100,0
2006	3.902.434	75,92	1.238.012	24,08	5.140.446	100,0

Fonte: PNAD, microdados, IBGE.



Fonte: PNAD, microdados, IBGE.

### 3. Estratificação familiar

Na Tabela 4, tem-se a estratificação familiar das populações nordestina e paulista, lembrando que cada indivíduo é classificado nos níveis sociais, de acordo com o membro familiar melhor remunerado. Os três primeiros níveis (superior, médio e baixo) representam as camadas médias. O nível inferior contempla a massa trabalhadora e o nível ínfimo, a massa de miseráveis. O nível indigente refere-se à ausência total de rendimentos.

**Tabela 4. Nível Social Familiar - População Total**

#### 4.a. Nordeste

Nível Social Familiar	2002		2003		2004		2005		2006	
	Nº Pessoas	%								
Superior	1.519.871	3,1	1.424.124	2,9	1.487.432	3,0	1.574.991	3,1	1.798.180	3,5
Médio	2.381.466	4,9	2.063.536	4,2	2.244.339	4,5	2.542.990	5,0	2.759.228	5,4
Baixo	7.923.721	16,3	7.923.448	16,1	7.597.904	15,3	9.577.135	19,0	10.485.382	20,5
Inferior	15.000.426	30,9	14.713.423	29,9	15.958.695	32,2	23.863.379	47,2	23.733.558	46,4
Ínfimo	20.568.227	42,3	21.812.396	44,4	21.148.603	42,6	11.787.880	23,3	11.368.694	22,2
Indigente	1.191.092	2,5	1.238.371	2,5	1.165.174	2,3	1.165.348	2,3	957.417	1,9
<b>Total*</b>	<b>48.584.803</b>	<b>100,0</b>	<b>49.175.298</b>	<b>100,0</b>	<b>49.602.147</b>	<b>100,0</b>	<b>50.511.723</b>	<b>100,0</b>	<b>51.102.459</b>	<b>100,0</b>

#### 4.b. São Paulo

Nível Social Familiar	2002		2003		2004		2005		2006	
	Nº Pessoas	%								
Superior	3.999.857	10,6	3.998.942	10,5	3.529.462	9,1	4.036.095	10,2	4.565.219	11,5
Médio	6.403.196	17,0	5.481.447	14,3	5.653.866	14,7	6.640.958	16,8	6.819.523	17,2
Baixo	15.287.200	40,7	16.036.762	42,0	15.873.813	41,1	17.336.228	43,8	17.989.499	45,4
Inferior	8.266.426	22,0	8.761.565	22,9	9.767.624	25,3	9.739.699	24,6	8.633.166	21,8
Ínfimo	2.632.155	7,0	2.886.946	7,6	2.928.074	7,6	1.134.307	2,9	1.046.181	2,6
Indigente	984.426	2,6	1.050.592	2,7	827.034	2,1	706.407	1,8	611.978	1,5
<b>Total*</b>	<b>37.573.260</b>	<b>100,0</b>	<b>38.216.254</b>	<b>100,0</b>	<b>38.579.873</b>	<b>100,0</b>	<b>39.593.694</b>	<b>100,0</b>	<b>39.665.566</b>	<b>100,0</b>

Fonte: PNAD, microdados, IBGE.

\* Exclusivo ignorados.

Analisando a referida tabela, percebe-se que, a partir de 2005, há uma inflexão importante com uma forte redução da massa de miseráveis (nível ínfimo), principalmente no Nordeste, onde o peso do nível ínfimo (extremamente superior ao do estado de São Paulo<sup>88</sup>) caiu de 42,6%, em 2004, para 23,3%, em 2005, e 22,2%, em 2006. Esta retração brusca e considerável, ocorrida em 2005, pode estar associada a níveis mais elevados de crescimento econômico pós-2004 e à manutenção de ganhos reais do salário mínimo<sup>89</sup>.

No Nordeste, a elevada queda da massa de miseráveis foi acompanhada por um discreto crescimento das camadas médias e por um considerável incremento da massa trabalhadora que passou de 32,2%, em 2004, para 47,2%, em 2005, e 46,4%, em 2006. No estado de São Paulo, ao contrário, o nível inferior teve uma ligeira redução acompanhada pela elevação das camadas médias, sobretudo do nível baixo. Enquanto as camadas médias, em São Paulo, totalizavam 74,1% da população, em 2006, no Nordeste elas somavam apenas 29,4%.

Deste modo, para se avaliar a melhoria nas condições sociais no Nordeste, durante o primeiro governo Lula, é importante não se ater somente à brutal retração da massa de miseráveis e sim considerar-se o total de pobres, miseráveis e indigentes, somando-se os níveis inferior, ínfimo e indigente (vide Tabela 5). Assim, apreende-se melhor os efeitos “positivos” das mudanças ocorridas na economia brasileira a partir de 2004.

**Tabela 5. Evolução da Massa de Pobres, Miseráveis e Indigentes – 2002-2006**

Níveis: Inferior + Ínf. + Indig.	2002		2003		2004		2005		2006	
	Nº Pessoas	%								
<b>Nordeste</b>	36.759.745	75,7	37.764.190	76,8	38.272.472	77,2	36.816.607	72,9	36.059.669	70,6
<b>São Paulo</b>	11.883.007	31,6	12.699.103	33,2	13.522.732	35,1	11.580.413	29,2	10.291.325	25,9

Fonte: PNAD, microdados, IBGE.

<sup>88</sup> Em São Paulo, a massa de miseráveis passou de 7,6%, em 2004, para 2,9% e 2,6%, respectivamente em 2005 e 2006.

<sup>89</sup> Convém, contudo, enfatizar que o fato de esta retração da massa de miseráveis ter se dado em 2005 se deve também, como alerta Quadros (2008), à metodologia utilizada na construção das linhas de corte, relacionadas ao salário mínimo de 2004. Assim, em 2005, o piso salarial ficando acima do valor da linha de corte corrigida pelo INPC levou à redução do nível ínfimo. Isto significa que, se a definição das linhas de corte tomasse como base o salário mínimo de algum ano anterior a 2004, a queda brusca poderia ter ocorrido antes de 2005, dado que a recuperação real do salário mínimo vem se manifestando, com exceção de 2003, desde 1995. O que importa, portanto, é que há a tendência de retração, podendo variar apenas no tempo e em sua magnitude.

Nota-se que, de fato, há, a partir de 2005, uma redução na massa de pobres, miseráveis e indigentes, mas não tão intensa e brusca quanto à retração isolada dos miseráveis, o que evidencia que grande parte dos que deixaram de ser miseráveis passaram a ser pobres, ou seja, a ascensão social encontra um limite no nível inferior, mostrando que, no Nordeste, as oportunidades geradas concentram-se nas ocupações precárias e de baixa remuneração. Ainda é vergonhoso se ter, em 2006, **70,6%** (mais de 2/3, o que equivale a 36 milhões de pessoas!) da população nordestina pertencendo à massa de pobres, miseráveis e indigentes. Como contraponto extremado, tem-se o estado de São Paulo, onde esta massa também se reduziu a partir de 2005, atingindo, em 2006, **25,9%** (cerca de ¼) da população paulista.

**Tabela 6. Nível Social Familiar – Jovens**

**6.a. Nordeste**

Nível Social FAMILAR	2002		2003		2004		2005		2006	
	Nº Pessoas	%								
Superior	304.581	3,0	287.523	2,8	282.806	2,7	290.048	2,8	331.893	3,2
Médio	488.242	4,8	423.985	4,1	443.434	4,3	484.643	4,6	489.352	4,8
Baixo	1.633.651	16,0	1.650.757	16,1	1.498.253	14,5	1.900.353	18,2	1.972.522	19,3
Inferior	3.178.760	31,1	3.112.168	30,4	3.371.924	32,7	4.968.951	47,5	4.776.253	46,7
Ínfimo	4.283.540	42,0	4.449.286	43,4	4.399.935	42,6	2.494.384	23,8	2.375.746	23,2
Indigente	321.334	3,1	326.444	3,2	322.297	3,1	323.237	3,1	276.472	2,7
<b>Total *</b>	<b>10.210.108</b>	<b>100,0</b>	<b>10.250.163</b>	<b>100,0</b>	<b>10.318.649</b>	<b>100,0</b>	<b>10.461.616</b>	<b>100,0</b>	<b>10.222.238</b>	<b>100,0</b>

**6.b. São Paulo**

Nível Social FAMILAR	2002		2003		2004		2005		2006	
	Nº Pessoas	%								
Superior	709.308	10,1	685.770	9,4	621.003	8,8	680.015	9,4	757.936	10,9
Médio	1.114.541	15,9	987.492	13,6	999.182	14,1	1.123.561	15,5	1.064.044	15,2
Baixo	2.841.875	40,6	3.048.217	42,0	2.893.266	40,9	3.210.035	44,4	3.232.243	46,3
Inferior	1.670.904	23,9	1.829.010	25,2	1.909.750	27,0	1.869.801	25,8	1.581.312	22,6
Ínfimo	415.814	5,9	474.445	6,5	461.934	6,5	201.119	2,8	204.051	2,9
Indigente	241.259	3,4	233.596	3,2	188.769	2,7	152.156	2,1	144.967	2,1
<b>Total *</b>	<b>6.993.701</b>	<b>100,0</b>	<b>7.258.530</b>	<b>100,0</b>	<b>7.073.904</b>	<b>100,0</b>	<b>7.236.687</b>	<b>100,0</b>	<b>6.984.553</b>	<b>100,0</b>

Fonte: PNAD, microdados, IBGE.

\* Exclusive ignorados.

A estratificação familiar dos jovens, ou seja, aquela que considera apenas as famílias que contenham, entre seus membros, pelo menos um jovem entre 15 e 24 anos, pode ser vista na Tabela 6. As tendências apontadas para o total da população nordestina também se verificam na estratificação familiar dos jovens, quais sejam a de retração brusca e intensa, pós 2005, do nível ínfimo, acompanhada de elevação do nível inferior e das camadas médias. As principais diferenças com relação ao estado de São Paulo também se mantêm as mesmas, isto é, a grande maioria das famílias paulistas com jovens está nas camadas médias que cresceram pós-2005. Além disto, enquanto que, no Nordeste, em 2006, 23,2% das famílias com jovens pertenciam à massa de miseráveis, em São Paulo este percentual foi de apenas 2,9%.

Para se captar melhor as especificidades relativas à juventude, no que diz respeito à evolução da estrutura social nordestina e paulista, no governo Lula, passa-se a observar como a massa de pobres, miseráveis e indigentes se comportou entre 2002 e 2006 (ver Tabela 7).

**Tabela 7. Evolução da Massa de Pobres, Miseráveis e Indigentes – 2002-2006**

Níveis: Inferior + Ínf. + Indig.	2002		2003		2004		2005		2006	
	Nº Pessoas	%								
<b>Nordeste</b>	7.783.634	76,2	7.887.898	77,0	8.094.156	78,4	7.786.572	74,4	7.428.471	72,7
<b>São Paulo</b>	2.327.977	33,3	2.537.051	35,0	2.560.453	36,2	2.223.076	30,7	1.930.330	27,6

Fonte: PNAD, microdados, IBGE.

O que chama a atenção, no Nordeste e também em São Paulo, é que os percentuais de pobres, miseráveis e indigentes das famílias com jovens são ligeiramente superiores aos encontrados para as respectivas populações totais. De resto, confirma-se o movimento de elevação entre 2002 e 2004 e de retração pós-2005. A juventude, em especial a nordestina, continua sendo o segmento populacional mais afetado pelas transformações econômicas e sociais. A magnitude da massa de pobres, miseráveis e indigentes na estratificação familiar dos jovens nordestinos (72,7%), em 2006, aponta, não obstante a sua retração de 2005, para a gravidade da crise social brasileira e suas repercussões regionais.

### *Considerações Finais*

Pretendeu-se, neste trabalho, analisar a evolução da situação do jovem da região Nordeste, no período 1981-2002, enfatizando suas dificuldades de inserção nos setores melhor situados do mercado de trabalho. Para tanto, foram feitas duas abordagens teórico-históricas necessárias a esta análise. A primeira tenta configurar a evolução do mercado de trabalho brasileiro, com destaque para as transformações das décadas de 1980 e 1990 e, a segunda, busca reconstituir, ainda que de forma sucinta, o processo de formação econômica e social da região Nordeste, de modo a facilitar a compreensão das especificidades desta região, no tocante à situação do jovem nordestino. Feito um resgate analítico de discussões a este respeito, baseado em revisões bibliográficas sobre os temas, buscou-se montar um cenário ocupacional do jovem nordestino, capaz de fornecer elementos que, somados às discussões anteriores, permitam a visualização de um quadro mais claro dos principais problemas a serem enfrentados na perspectiva do equacionamento dessa questão social que, como todas as demais, não pode ser tratada desconsiderando-se a problemática regional.

Foi visto, no capítulo 1, que as transformações econômicas e sociais das décadas de 1980 e principalmente de 1990 trouxeram efeitos negativos, oriundos do processo já discutido de desestruturação do mercado de trabalho que, por sua vez, foi gerado a partir da implementação de uma política econômica que combinou abertura comercial indiscriminada, sobrevalorização da moeda e juros elevados com a ausência de políticas capazes de orientar a reestruturação industrial, de modo a amortecer seus efeitos danosos sobre o mundo do trabalho. Estes efeitos negativos foram exacerbados pelas heranças sociais, com destaque para a questão agrária, de extrema importância na discussão das origens das desigualdades regionais, na medida em que a não eliminação do latifúndio contribuiu para a formação de um reservatório de mão-de-obra que agravou o caráter excludente do mercado de trabalho, persistindo inclusive nas fases de dinamismo da economia brasileira. Tem-se, portanto, que a exclusão social representa um dos grandes problemas estruturais do país, sobretudo na região Nordeste.

No capítulo 2, mostrou-se que a constituição desta região esteve inserida no movimento maior de configuração do próprio padrão de desenvolvimento capitalista no Brasil que, por sua vez, (re)definiu os papéis do Nordeste no quadro de uma divisão inter-regional do

trabalho desfavorável, tornando a industrialização nordestina marcada por uma forte dependência e complementaridade em relação à expansão brasileira liderada pelo Sudeste. No que se refere às especificidades do mercado de trabalho nordestino, destaca-se o grande peso dos trabalhadores conta própria e sem remuneração, não obstante o avanço do assalariamento que, nesta região, esteve muitas vezes infiltrado por relações informais de trabalho. Por razões históricas, a intensidade do processo de acumulação do capital e da expansão do emprego mostrou-se menor no Nordeste, cuja realidade é diferenciada e complexa, devido à coexistência de estruturas modernas e dinâmicas de trabalho ao lado das tradicionais.

Foram estas, então, as referências para a análise da evolução da situação ocupacional do jovem nordestino, entre 15 e 24 anos, ao longo do período 1981-2002. Como ponto de partida, considerou-se que a relativa estabilidade do padrão de inserção ocupacional dos jovens, presente até 1980, deu lugar a uma elevada instabilidade, marcada pelas possibilidades escassas de os jovens ingressarem nos setores modernos e regulares do mercado de trabalho; pelo elevado desemprego juvenil; e pelas dificuldades crescentes de obtenção do primeiro emprego.

Os dados trabalhados relativos à condição de atividade, corroboraram a idéia bastante difundida de que o jovem é perversamente mais afetado pelo desemprego do que o conjunto da população. Foi visto também que, entre 1981-2002, a taxa de desocupação juvenil teve uma elevação considerável no Nordeste (9,5% → 20,4%) e em São Paulo (11,7% → 26,2%). Como se vê, o desemprego de jovens em São Paulo ainda se manteve maior do que no Nordeste. No entanto, quando se compara as regiões metropolitanas, em 2002, a proporção de jovens desocupados no Nordeste (35,2%) supera a de São Paulo (28,6%), chegando a atingir mais de um terço dos jovens nordestinos urbanos. Tem-se, portanto, que os jovens nordestinos, sobretudo aqueles das regiões metropolitanas, estão cada vez mais sendo atingidos pelo fenômeno do desemprego.

Quando a desocupação juvenil foi subdividida em três modalidades, verificou-se que, no período 1981-2002, os “desocupados com ocupação no ano” e os “desocupados há mais de um ano” tiveram seu peso reduzido no Nordeste e, sobretudo em São Paulo. Este decréscimo foi acompanhado pela elevação dos “em busca da primeira ocupação” nas duas localidades. Mesmo este movimento tendo se mostrado mais intenso em São Paulo, os percentuais de jovens em busca do primeiro emprego continuaram mais elevados no Nordeste (36,2% →

47,0%) do que em São Paulo (17% → 40,3%). Como se vê, as condições de acesso ao mercado de trabalho se agravaram e este agravamento foi mais acentuado nas regiões metropolitanas do Nordeste e de São Paulo. Além disto, também se mostrou mais desfavorável aos jovens pertencentes ao sexo feminino e à cor negra<sup>90</sup>, no Nordeste e em São Paulo.

A partir das estruturas ocupacionais individual e familiar dos jovens, percebe-se uma especificidade nordestina: o peso das ocupações agrícolas. A participação da massa agrícola na estrutura ocupacional reduziu-se, no período 1981-2002, mas a proporção de jovens nordestinos (14,3%) nestas ocupações foi mais de três vezes maior do que a de jovens paulistas (4,1%), em 2002. Este dado é reforçado pela elevada participação, também em 2002, de jovens nordestinos (22,1%) no grupo “trabalhadores não remunerados” superando fortemente o percentual de jovens paulistas (3,4%). Como mais de 80% dos jovens nordestinos que são trabalhadores não remunerados estão no subgrupo “não remunerados-rural”, tem-se que, em contraste com São Paulo, as ocupações agrícolas ainda se destacam no Nordeste, inclusive em seu segmento juvenil. Aqui fica evidente o caráter peculiar da dinâmica ocupacional nordestina, qual seja a convivência da estrutura latifúndio-minifúndio, isto é, a agricultura de elevado grau de desenvolvimento tecnológico coexiste com um grande número de trabalhadores ligados à atividade agrícola de auto-subsistência e à pequena propriedade familiar do tipo conta própria.

A camada mais expressiva, entre os jovens nordestinos e paulistas, no entanto, continuou sendo a massa de trabalhadores não-agrícolas que, em 2002, representava respectivamente, 36,2% e 40,4% dos jovens. A redução do peso desta camada, entre 1981 e 2002, deveu-se ao decréscimo das ocupações assalariadas, que mais do que compensaram o incremento do trabalho autônomo e doméstico. Esta redução da massa não agrícola foi acompanhada pelo crescimento do peso das camadas médias<sup>91</sup> que continuou, em 2002, muito maior em São Paulo (47,4%) do que no Nordeste (20,2%).

---

<sup>90</sup> Foi visto no capítulo 3 que, no Nordeste, não se observou muita diferença entre *negros* e *não negros* no tocante à desocupação juvenil. A desocupação juvenil dos *negros* só supera a de *não negros* nas regiões metropolitanas nordestinas.

<sup>91</sup> Vale lembrar que estas camadas são heterogêneas e que o Nordeste passou, no período 1981-2005, por um processo de regressão social – marcado pela redução do rendimento médio dos ocupados. Isto significa que é preciso relativizar este aumento do peso das camadas médias, pois ele oculta a expansão das formas precárias de ocupações, verificada em todos os grupos ocupacionais (Maia, 2006b).

Através da estrutura ocupacional familiar dos jovens, observa-se que o grupo “sem ocupação sem renda”, ao longo do período 1981-2002, quase triplicou no Nordeste e mais que dobrou em São Paulo, atingindo, em 2002, respectivamente, 3,1% e 3,3%, o que significa que mais de 320 mil jovens nordestinos e mais de 240 mil jovens paulistas estão em famílias onde o membro melhor situado está sem ocupação e sem renda, apontando para a gravidade da crise social brasileira.

Este agravamento também pôde ser percebido através da estratificação familiar, que mostrou um cenário muito desfavorável ao jovem, sobretudo o nordestino. Considerando as famílias que possuem, entre seus membros, pelo menos um jovem entre 15 e 24 anos, foi visto que as participações dos níveis sociais melhor situados decaíram, no período 1981-2002, no Nordeste e em São Paulo, estado onde o peso destes níveis continuou bem mais elevado do que no Nordeste. Ao contrário das camadas médias, os níveis *inferior*, *ínfimo* e *indigente* – que representam, respectivamente, a massa de pobres, miseráveis e indigentes – se mostraram bem mais expressivos no Nordeste, apresentando crescimento no período 1981-2002. O que mais impressiona é o crescimento do peso da massa de miseráveis – contemplada no nível social ínfimo – no Nordeste, passando de 30,2%, em 1981, para 41,7% das famílias com jovens, em 2002. Em São Paulo, estes percentuais foram, respectivamente, 2,6% e 5,8%.

A compreensão da situação ocupacional do jovem nordestino, portanto, transcende a questão do desemprego, ou seja, é preciso considerar também a intensidade e as repercussões de fenômenos como a precarização, a informalidade e a exclusão social, sem descartar que estes processos são favorecidos pelo excedente estrutural de mão-de-obra, característica marcante do Nordeste, desde as origens de sua formação histórica. Tem-se, portanto, que apesar dos esforços de industrialização e do aparecimento de pólos de desenvolvimento regional, não houve uma atenuação no quadro de baixos padrões ocupacionais no Nordeste. Nesta região, predomina, sobretudo entre os jovens, uma inserção precária no mercado de trabalho, com destaque para o trabalho parcial, temporário, terceirizado e vinculado à economia informal.

É imprescindível destacar, porém, que o período recente, inaugurado pela mudança de governo em 2003, parece indicar que a economia brasileira está entrando em um novo ciclo de crescimento econômico a partir de 2004, com elevação do emprego (inclusive com aumento da formalização), da renda média e do salário mínimo. As políticas sociais acabam

potencializando os efeitos positivos de elevação do PIB, causando melhorias nas condições sociais.

No Nordeste, de acordo com os dados apresentados no apêndice deste trabalho, a melhoria se percebe pela considerável redução<sup>92</sup> da massa de miseráveis: no biênio 2004-2005, cerca de 9,4 milhões de pessoas saíram do nível social *ínfimo* (renda declarada inferior à R\$ 296,00). Este decréscimo foi acompanhado pelo aumento da massa trabalhadora. Assim, considerando a massa de pobres, miseráveis e indigentes, não obstante a sua redução percentual pós-2005, verifica-se que ainda é vergonhoso o fato de se ter, em 2006, 70,6% (36 milhões de pessoas) da população nordestina nesta massa. Quando se isola apenas as famílias com jovens, esta proporção sobe para 72,7%. São valores muito superiores aos encontrados para o estado de São Paulo neste mesmo ano: respectivamente, 25,9% e 27,6%. Estes dados reforçam a permanência acentuada das desigualdades regionais.

Quanto à taxa de desocupação, não se verificou uma queda importante. No estado de São Paulo, a redução foi de 14,34%, em 2003, para 11,84%, em 2006. Na região Nordeste, a taxa praticamente não se alterou no primeiro governo Lula, mantendo-se em torno de 11,6%. Em termos absolutos, as ocupações aumentaram, mas não absorveram de forma significativa a elevação da PEA regional. Olhando a desocupação juvenil neste mesmo período, foi visto que os jovens continuam sendo o segmento populacional mais afetado pelo desemprego. Enquanto, em São Paulo, a desocupação apresentou discreta redução, no período 2003-2006 (26,75% → 24,08%), no Nordeste, a taxa de desocupação teve um ligeiro aumento, passando de 21,53% para 22,31%.

Isto posto, é cabível afirmar que este trabalho mostrou que as transformações vivenciadas nas décadas de 1980 e 1990 afetaram perversamente o jovem nordestino, com destaque para aqueles residentes nas regiões metropolitanas. O período 1981-2002 foi marcado pelo aumento do desemprego e da precarização, onde o jovem do Nordeste vem encontrando cada vez mais dificuldade de inserção no mercado de trabalho, sobretudo no que se refere às ocupações socialmente melhor situadas.

Segundo Quadros, “o desemprego juvenil pode ser tomado como um indicador privilegiado da gravidade e profundidade da crise social contemporânea” (Quadros, 2003, p.

---

<sup>92</sup> Conforme detalhado no apêndice do capítulo 3, a magnitude desta redução se deve também às questões metodológicas e ao aumento do salário mínimo.

112). Os jovens são, cada vez mais, pressionados, sobretudo pelas dificuldades familiares, a ingressarem precocemente no mercado de trabalho. E é sabido que as difíceis condições do mercado de trabalho são particularmente adversas aos jovens, sobretudo aos mais pobres que, além de serem mais atingidos pela desocupação, enfrentam o problema das ocupações precárias. E um dos efeitos nocivos do desemprego e da precarização é a combinação de desânimo e violência, reforçada pelos valores individualistas/consumistas marcadamente vigentes.

Assim, a melhoria observada no período recente ainda está longe de representar um avanço para a juventude, não obstante o atual governo ter criado uma Política Nacional de Juventude<sup>93</sup>, em 2004. Diante deste cenário, fica a questão de como encontrar uma “saída” para esta crise no segmento juvenil da sociedade brasileira. Em diferentes setores – inclusive na mídia – ênfases são dadas às exigências de escolarização para o acesso/permanência nos melhores segmentos do mercado de trabalho. Contudo, em entrevista ao jornal Folha de São Paulo, Pochmann (2002) destaca que

O jovem tem de saber que a situação que ele vive não é originária de um problema de ordem individual. No Brasil, tem crescido uma espécie de literatura de auto-ajuda, que indica que roupa ele deve vestir em entrevistas, o que deve dizer etc. Mas não existe uma saída individual porque não há empregos para todos. Precisamos de políticas públicas (...). (Pochmann *apud* Werneck, 2002, p. 6).

Quadros (2003) reforça esta idéia ao defender que “(...) é importante enfatizar que a elevação da escolaridade juvenil, por si só, não é nenhuma panacéia num quadro geral de insuficiente geração de oportunidades” (p. 115). Ter consciência disto, por outro lado, não significa desconsiderar o papel da educação no amparo aos jovens pobres e “remediados”, ou seja, qualquer perspectiva de solução deve passar pela expansão/revitalização dos serviços sociais públicos<sup>94</sup>, desde que dentro de um contexto de reestruturação do Estado, com reorientação da política econômica e social, a partir de critérios públicos e sociais que efetivamente priorizem a redução das desigualdades sociais e regionais.

---

<sup>93</sup> Esta política compreendeu o lançamento do Projovem (Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária), a constituição da Secretaria Nacional de Juventude e a implantação do Conselho Nacional da Juventude, órgão colegiado integrante da estrutura básica da Secretaria-Geral da Presidência da República.

<sup>94</sup> Quadros (2003) mostra, ainda, que, para os jovens do campo, o enfrentamento destas questões deve englobar também “uma solução civilizada para a secular questão fundiária” (p. 136).

Deste modo, qualquer equacionamento efetivo dos problemas sociais do Nordeste – e do país – não será alcançado apenas com a retomada do crescimento econômico. Para que os ganhos de eficiência econômica sejam acessíveis ao conjunto da população, a questão tem de ser encarada politicamente, considerando a redefinição do próprio “modelo” de desenvolvimento brasileiro.

### *Referências Bibliográficas*

ABREU, M. P. *A ordem do progresso*. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1990.

AMADEO, E., CAMARGO, J. M. *et alli*. *A Natureza e o Funcionamento do Mercado de Trabalho Brasileiro desde 1980*. Texto para Discussão nº. 353, IPEA, 1994.

ANDRADE, M. C. A questão regional: o caso do Nordeste. In: MARANHÃO, S. (org). *A Questão Nordeste: estudos sobre a formação histórica, desenvolvimento e processos políticos e ideológicos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

ANTUNES, R. *Os sentidos do trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2000.

ARAÚJO, T. B. Nordeste, Nordestes: que Nordeste? In: AFFONSO, R. B. A. e BARROS SILVA, P. L. (orgs.). *Desigualdades Regionais e Desenvolvimento*. São Paulo: FUNDAP, Editora da UNESP, 1995.

\_\_\_\_\_. Industrialização do Nordeste: Intenções e Resultados. In: MARANHÃO, S. (org). *A Questão Nordeste: estudos sobre a formação histórica, desenvolvimento e processos políticos e ideológicos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

ARAÚJO, T. P.; SOUZA, A.V.; LIMA, R. A. Nordeste: economia e mercado de trabalho. In: *Estudos Avançados*, v. 11, n. 29, 1997.

BACHA, E. Moeda, inércia e conflito: reflexões sobre as políticas de estabilização no Brasil. In: REGO, J. M. (org.) *Inflação Inercial, Teorias sobre Inflação e Plano Cruzado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

\_\_\_\_\_. Prólogo para a Terceira Carta. In: Fórum Gazeta Mercantil. *FMI x Brasil: a armadilha da recessão*. São Paulo: G.M., 1983.

BAER, M. Sistema financeiro internacional: oportunidades e restrições para o financiamento do desenvolvimento. *Novos Estudos CEBRAP*, nº. 42, julho 1995.

\_\_\_\_\_. *O Rumo Perdido: a crise fiscal e financeira do Estado Brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

BALTAR, P. Posição na ocupação e rendimento da população ocupada em atividades não agrícolas no Brasil: 1981-2001. In: *Anais do XIV Encontro Nacional de estudos Populacionais*. ABEP, MG: Caxambu, 2004.

BALTAR, P. e MATTOSO, J. Estrutura econômica e emprego no Brasil: a experiência recente. In: VELOSO, J. P. R. (Coord.). *Brasil: desafios de um País em transformação*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1997.

BALTAR, P. E. A. e HENRIQUE, W. Emprego e Renda na Crise Contemporânea no Brasil. In: MATTOSO, J., NETTO, J. F., OLIVEIRA, C. A. e OLIVEIRA, M.A. (orgs.). *O Mundo do Trabalho*. São Paulo: Scritta, 1994.

BALTAR, P. e DEDECÇA, C. S. Notas sobre o mercado de trabalho no Brasil durante a industrialização restringida. *Cadernos do CESIT*, Campinas, n. 12, 1992.

BARBOSA, F.H. Hiperinflação e Estabilização. *Revista de Economia Política*, vol. 13, nº.4, out/dez 1993.

BARROS, J. R. M. e GOLDENSTEIN, L. Avaliação do processo brasileiro e reestruturação industrial brasileiro. *Revista de Economia Política*, vol. 17, nº. 2, abr/jun, 1997.

BARROS, R. P. e MEDONÇA, R. Geração e reprodução da desigualdade de renda no Brasil. In: IPEA, *Perspectivas da Economia Brasileira*, 1994.

BARROS, R. P. et alli. A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil. IPEA, *Texto para Discussão*, nº. 800, junho de 2001.

BATISTA Jr., P. N. Formação de Capital e transferência de recursos ao exterior. *Revista de Economia Política*, vol. 7, nº.1, jan/mar, 1987.

BAUMANN, R. Brasil en los años noventa: una economia en transición. *Revista de la Cepal*, nº.73, abril de 2001.

BELLUZZO, L. G. e COUTINHO, L. Desenvolvimento e estabilização sob finanças globalizadas. *Economia e Sociedade*, nº.7, dezembro, 1996.

BEZERRA, J. F. Política monetária e nível de atividade no Nordeste: a evidência recente. Rio de Janeiro, *Revista Brasileira de Economia*, v. 42, nº.3, jul./set.1988.

BOMBACH, L. *Tu, Jovem Nefasto – Lendas e fábulas sobre a situação sócio-ocupacional juvenil na região metropolitana de São Paulo*. Campinas: UNICAMP/IE, 2004. (Dissertação de Mestrado).

CAMARANO, A. A. *Movimentos migratórios recentes na Região Nordeste*. In: Encontro Nacional sobre Migração. Curitiba, 1997.

CAMARGO, J. M. Estabilização, emprego e restrição externa. In: VELOSO, J. P. R. (Coord.). *Brasil: desafios de um País em transformação*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1997.

CANO, W. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. 4ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1998a.

\_\_\_\_\_. *Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil, 1930-1995*. Campinas: Instituto de Economia da UNICAMP, 1998b.

\_\_\_\_\_. Perspectivas para a questão regional no Brasil. In: *Ensaio*, FEE, Porto Alegre, Nº 15, Junho de 1994.

CARDOSO DE MELLO, J. M. *O capitalismo tardio*. 4ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CARNEIRO, R. A supremacia dos mercados e a política econômica do governo Lula. *Política econômica em foco*, n. 7, nov.2005/abr.2006.

\_\_\_\_\_. *Reformas liberais, estabilidade e estagnação – A economia brasileira na década de 1990*. Campinas, UNICAMP. Tese de Livre-Docência, 2000.

\_\_\_\_\_. *Crise, Estagnação e Hiperinflação*. Campinas, UNICAMP. Tese de Doutorado, 1991.

CARVALHO, C. E. Bloqueio de liquidez e estabilização. O fracasso do Plano Collor. Campinas, UNICAMP, Tese de Doutorado, 1996.

CARVALHO, F. J. C. Alta inflação e hiperinflação: uma visão pós-keynesiana. *Revista de Economia Política*, vol. 10, n. 4, out/dez, 1990.

CASTRO, A. B. e SOUZA, F.E P. O saldo e a dívida. *Revista de Economia Política*, vol. 8, n.2, abr/jun, 1988.

CEPAL. *La inversión extranjera na América Latina y el Caribe*. Cepal, 1998.

COSTA, F. N. *Economia monetária e financeira – uma abordagem pluralista*. São Paulo: Makron Books, 1998.

COSTA FILHO, S. A questão Nordeste - um reexame da problemática Nordeste ou a defesa de uma agenda antiliberal para o desenvolvimento da região. *Leituras de Economia Política*. Campinas, nº. 6, jun/dez.1998.

COUTINHO, L. A especialização regressiva: um balanço do desempenho industrial pós-estabilização. In: VELOSO, J. P. R. (Coord.). *Brasil: desafios de um País em transformação*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1997.

DAVIDOFF C., P. Endividamento Externo e Transferência de Recursos reais ao Exterior: os setores público e privado na crise dos anos oitenta. *Nova Economia*, vol.4, n.º1, agosto 1995.

DELFIN NETTO, A. O Plano Real e a armadilha do crescimento econômico. In: MERCADANTE, A. (org.) *O Brasil pós-real*. Campinas: UNICAMP, 1997.

DRAIBE, S. A política brasileira de combate à pobreza. In: VELLOSO, J. P. R. (Coord.). *Brasil: desafios de um País em transformação*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1997.

ERBER., F. S. A política industrial: paradigmas teóricos e modernidade. In: TAVARES, M.C. (org.) *Aquarella do Brasil*. Rio de Janeiro: Rio Fundo Ed., 1990.

FERREIRA, A. O nordeste brasileiro, contraponto inacabado da acumulação? *Revista de Economia Política*, vol. 3, n.º 3, jul./set. 1983.

FERREIRA, P. C. Investimentos em infra-estrutura no Brasil: fatos estilizados e relações de longo prazo. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, vol. 26, n.º 2, ago/1996.

FIORI, J. L. Globalização, hegemonia e império. In: TAVARES, M.C. e FIORI, J.L. (orgs.) *Poder e Dinheiro*. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

FONSECA, R. *et alli*. A orientação externa da indústria de transformação brasileira após a liberalização comercial. *Revista de Economia Política*, vol. 20, n.º3, jul/set 2000.

FRANCO, G. A inserção externa e o desenvolvimento. *Revista de Economia Política*, vol. 18, n.º3, jul/set 1998.

\_\_\_\_\_. *O Plano Real e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.

FREITAS, M.C. *Abertura externa e sistema financeiro*. São Paulo, FUNDAP/FAPESP/IPEA, 1999.

FREYRE, G. *Nordeste - Aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1937.

FURTADO, C. O nordeste: reflexões sobre uma política alternativa de desenvolvimento. *Revista de Economia Política*, vol. 4, n.º 3, jul./set. 1984.

GARCIA, M.G.P. O financiamento à infra-estrutura e a retomada do crescimento econômico sustentado. *Revista de Economia Política*, vol. 16, n.º 3, jul/set, 1996.

GIAMBIAGI, F. *Brasil: enfrentando a crise*. Rio de Janeiro: BNDES, 1998.

GOMES, G. M. e VERGOLINO, J. R. *A Macroeconomia do Desenvolvimento Nordestino: 1960/1994*. Texto para Discussão IPEA n.º 372, Maio de 1995.

GONÇALVES, R. Globalização financeira, liberalização cambial e vulnerabilidade externa da economia brasileira. In: BAUMANN, R. (org.) *O Brasil e a economia global*. Rio de Janeiro: Campus, 1996.

GUIMARÃES NETO, L. Desigualdades e políticas regionais no Brasil: caminhos e descaminhos. In: *Planejamento e Políticas Públicas*, n.º 15, Junho de 1997.

\_\_\_\_\_. Desigualdades regionais e federalismo. In: AFFONSO, R. B. A. e BARROS SILVA, P. L. (orgs.) *Desigualdades Regionais e Desenvolvimento*. São Paulo: FUNDAP, Editora da UNESP, 1995.

\_\_\_\_\_. *Introdução à formação econômica do Nordeste*. Recife: FUNDAJ, Editora Massangana, 1989.

\_\_\_\_\_. *O emprego urbano no Nordeste: Situação atual e evolução recente 1950/1970*. Recife, BNB, ETENE, GEDUR, 1976.

HENRIQUE, W. *O capitalismo selvagem - Um estudo sobre desigualdade no Brasil*. Campinas: UNICAMP/IE, 1999. (Tese de Doutorado).

KANDIR, A. *A dinâmica da Inflação*. São Paulo: Nobel, 1989.

KREGEL, J.A. Havia alternativa à crise brasileira? In: VELLOSO, J. P. R. (org.) *A crise mundial e a nova agenda de crescimento*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1999.

LANGONI, C. G. *A Crise do Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1985.

LAPLANE, M. *et alli*. Internacionalização e vulnerabilidade externa. In: LACERDA, A.C. (org.) *Desnacionalização: mitos, riscos e desafios*. São Paulo: Ed. Contexto, 2000.

LEITE, M. P. Reestruturação Produtiva, Novas Tecnologias e Novas Formas de Gestão da Mão-de-Obra. In: MATTOSO, J., NETTO, J. F., OLIVEIRA, C. A. e OLIVEIRA, M.A. (orgs.). *O Mundo do Trabalho*. São Paulo: Scritta, 1994.

LESSA, C. *et alli*. Pobreza e política social: exclusão nos anos noventa. *Revista Praga*, n.º3, setembro 1997.

LIMA, J. P. R. A Abertura comercial, rebatimentos regionais e o planejamento: o Nordeste em realce. In: *Análise Econômica*, n.º. 29, mar/1998.

LOPES, F. *O desafio da hiperinflação: em busca da moeda real*. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1989.

\_\_\_\_\_. *O choque heterodoxo*. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1988.

MAIA, A. G. Perfil e dinâmica do desemprego no Brasil dos anos 2000. VII Colóquio de Transformações territoriais, Curitiba, setembro de 2008.

MAIA, A. G. *Espacialização de classes no Brasil: uma nova dimensão para análise da estrutura social*. Campinas: UNICAMP/IE, 2006a. (Tese de Doutorado).

\_\_\_\_\_. Dinâmica do mercado de trabalho no Nordeste e impactos sobre a estrutura de classes ocupacionais: uma análise para o período 1981 a 2005. In: *Revista da ABET*, Volume VI, n.º 2, Jul./Dez. 2006b.

MAIA, A. G. e GARCIA, V. G. Desigualdade e discriminação segundo gênero e raça no mercado de trabalho brasileiro: 1982 e 2005. In: Encontro Nacional da Associação Brasileira de Economia do Trabalho, Salvador, 2007.

MALAN, P. S. e BONELLI, R. Crescimento Econômico, Industrialização e Balanço de Pagamentos: O Brasil dos anos 1970 aos anos 1980. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, *Texto para Discussão*, n.º 60, 1983.

MANTEGA, G. Programas de estabilização, mistificações tecnocráticas e câmaras setoriais. In: *Revista de Economia Política*, vol. 14, n.º2, abr/jun 1994.

MATESCO, V. *et alli*. Fluxos mundiais de investimentos: a internacionalização da economia brasileira. In: LACERDA, A.C. (org.) *Desnacionalização: mitos, riscos e desafios*. São Paulo: Ed. Contexto, 2000.

MATTOSO, J. *O Brasil Desempregado*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1996.

\_\_\_\_\_. *A Desordem do Trabalho*. São Paulo: Scritta, 1995.

MOREIRA, M. M. Capital nacional na indústria: reestruturar para sobreviver. In: LACERDA, A.C. (org.) *Desnacionalização: mitos, riscos e desafios*. São Paulo: Ed. Contexto, 2000.

OLIVEIRA, C. A. B. Formação do mercado de trabalho no Brasil. In: OLIVEIRA, M. A. (org.) *Economia e Trabalho – textos básicos*. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.

OLIVEIRA, F. *Elegia para uma Re(li)gião*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

PASTORE, A.C. e PINOTTI, M.C. Globalização, fluxos de capitais e regimes cambiais: reflexões sobre o Brasil. *Estudos Econômicos*, vol.30, n.º1, 2000.

PEREIRA, L.C.B. e NAKANO, Y. Hiperinflação e estabilização no Brasil: o primeiro Plano Collor. *Revista de Economia Política*, vol. 2, n.º4, out/dez, 1991.

\_\_\_\_\_. *Inflação e Recessão*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

PERRUCCI, G. A Formação histórica do Nordeste e a questão regional. In: MARANHÃO, S. (org.) *A Questão Nordeste: estudos sobre a formação histórica, desenvolvimento e processos políticos e ideológicos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

POCHMANN, M. e MATTOSO, J. Mudanças estruturais e o trabalho no Brasil dos anos 1990. *Economia e Sociedade*, Campinas, n.10, 1998.

POCHMANN, M. *A batalha pelo primeiro emprego: as perspectivas e a situação atual do jovem no mercado de trabalho brasileiro*. São Paulo: Publisher Brasil, 2000.

\_\_\_\_\_. Emprego e desemprego juvenil no Brasil: as transformações nos anos 1990. Campinas: 1998a, (mimeo).

\_\_\_\_\_. *Inserção ocupacional e o emprego dos jovens*. São Paulo: ABET, 1998b.

PORTELA FILHO, P. Plano Brady: da retórica à realidade, *Estudos Econômicos*, v. 24, n.º1, jan/abr. 1994.

QUADROS, W.J. A evolução recente da estrutura social brasileira. Campinas: 2008, (versão preliminar).

\_\_\_\_\_. *Aspectos da crise social no Brasil dos anos oitenta e noventa*. Campinas: UNICAMP/IE, 2003. (Tese de Livre-Docência).

\_\_\_\_\_. *Notas sobre o desemprego juvenil no Brasil, em 1998*. Campinas: 2000, (versão preliminar).

\_\_\_\_\_. *O “Milagre Brasileiro” e a Expansão da Nova Classe Média*. Campinas: UNICAMP/IE, 1991. (Tese de Doutorado).

RESENDE, A. L. A moeda indexada: uma proposta para eliminar a inflação inercial. In: REGO, J. M. (org.) *Inflação Inercial, Teorias sobre Inflação e Plano Cruzado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

SAYAD, J. Observações sobre o Plano Real, *Estudos Econômicos*, vol. 24, nº. especial, 1995/96.

SINGER, P. Perspectivas de Desenvolvimento da América Latina. *Novos Estudos CEBRAP*, nº. 44, março 1996.

SOUZA, A. V. O impacto das exportações no emprego regional: um aspecto pouco considerado na política de desenvolvimento do Nordeste. In: *Política e Planejamento Econômico*, n.º 16, dez. 1997.

SOUZA, F. E.P. e PINTO, H. Q. Os investimentos em infra-estrutura no Brasil: desafios e perspectivas. In: VELLOSO, J. P. R. (org.) *A crise mundial e a nova agenda de crescimento*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1999.

SUGIGAN, W. A indústria brasileira após uma década de estagnação: questões para a política industrial. *Economia e Sociedade*, nº. 1, agosto, 1992.

TAVARES, M. C. e BELLUZZO, L. G. Uma reflexão sobre a natureza da inflação contemporânea. In: REGO, J. M. (org.) *Inflação Inercial, Teorias sobre Inflação e Plano Cruzado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

TAVARES, M. C. A economia política do real. In: MERCADANTE, A. (org.) *O Brasil pós-real*. Campinas: UNICAMP, 1997.

\_\_\_\_\_. Ajuste e reestruturação nos países centrais: a modernização conservadora. *Economia e Sociedade*, nº. 1, agosto, 1992.

TEIXEIRA, A. *O ajuste impossível: um estudo sobre a desestruturação da ordem econômica mundial e seu impacto sobre o Brasil*. Campinas: UNICAMP/IE, 1993. (Tese de Doutorado).

THEODORO, M. L. Os programas de apoio ao setor informal no Nordeste. In: *Planejamento e políticas públicas*, n.º 12, jun./dez. 1995.

WANDERLEY, L. A. Industrialização do Nordeste e (Des)Regionalização. In: *Revista Econômica do Nordeste*. Fortaleza: v. 27, nº. 1, jan./mar. 1996.

WERNECK, R. L. F. *Empresas Estatais e Política Macroeconômica*. Rio de Janeiro: Campus, 1987.

WERNECK, G. Trabalho Árduo. *Folha de São Paulo*, Caderno Folhateen, 2002, p.p. 6-8.

**ANEXO - Descrição dos treze grupos ocupacionais que compõem a estrutura ocupacional individual**

<b>Grupo Ocupacional</b>	<b>Descrição</b>
A-1 – Empregadores (>10)	Empreendedores, dos mais variados setores agrícolas e não agrícolas que empregam mais de 10 assalariados.
A-2 – Empregadores (<10)	Pequenos empreendedores dos setores agrícolas e não agrícolas, que empregam até 10 assalariados.
C – Classe Média Autônoma	Profissões do tipo liberal, colarinho branco e prestadores de serviços, que são típicas de classe média e exercidas de forma independente pelo ocupado.
D – Classe Média Assalariada	Profissões do tipo liberal, colarinho branco e prestadores de serviços, que são típicas de classe média e exercidas de forma assalariada.
F – Trabalhadores Autônomos	Ocupações não agrícolas de perfil operário ou assemelhado popular, que são exercidas de forma independente.
G – Trabalhadores Assalariados	Ocupações não agrícolas de perfil operário ou assemelhado popular, que são exercidas de forma assalariada.
I – Trabalhadores Domésticos	Trabalhadores do serviço doméstico remunerado.
J-1 – Trabalhadores Não Remun (>=15h) - Urbano	Ocupados não remunerados que trabalhavam pelo menos uma hora na semana como membro da unidade domiciliar, em ocupações não agrícolas.
H-1 – Proprietários Conta Própria – Agrícola	Profissões ligadas à pequena produção no ramo da agricultura ou pecuária familiar, realizadas sem o emprego de mão-de-obra assalariada.
H-2 – Trabalhadores Autônomos Agrícolas	Profissões agrícolas exercidas de forma autônoma.
H-3 – Assalariados Agrícolas	Profissões agrícolas exercidas de forma assalariada permanente ou temporária.
J-2 - Trabalhadores Não Remun (>=15h) - Agrícola	Ocupados não remunerados que trabalhavam pelo menos uma hora na semana como membro da unidade domiciliar, em ocupações agrícolas.
SO – Sem Ocupação Com Renda	Grupo formado por pessoas que possuam alguma fonte de rendimento e que não estejam ocupadas na semana de referência.